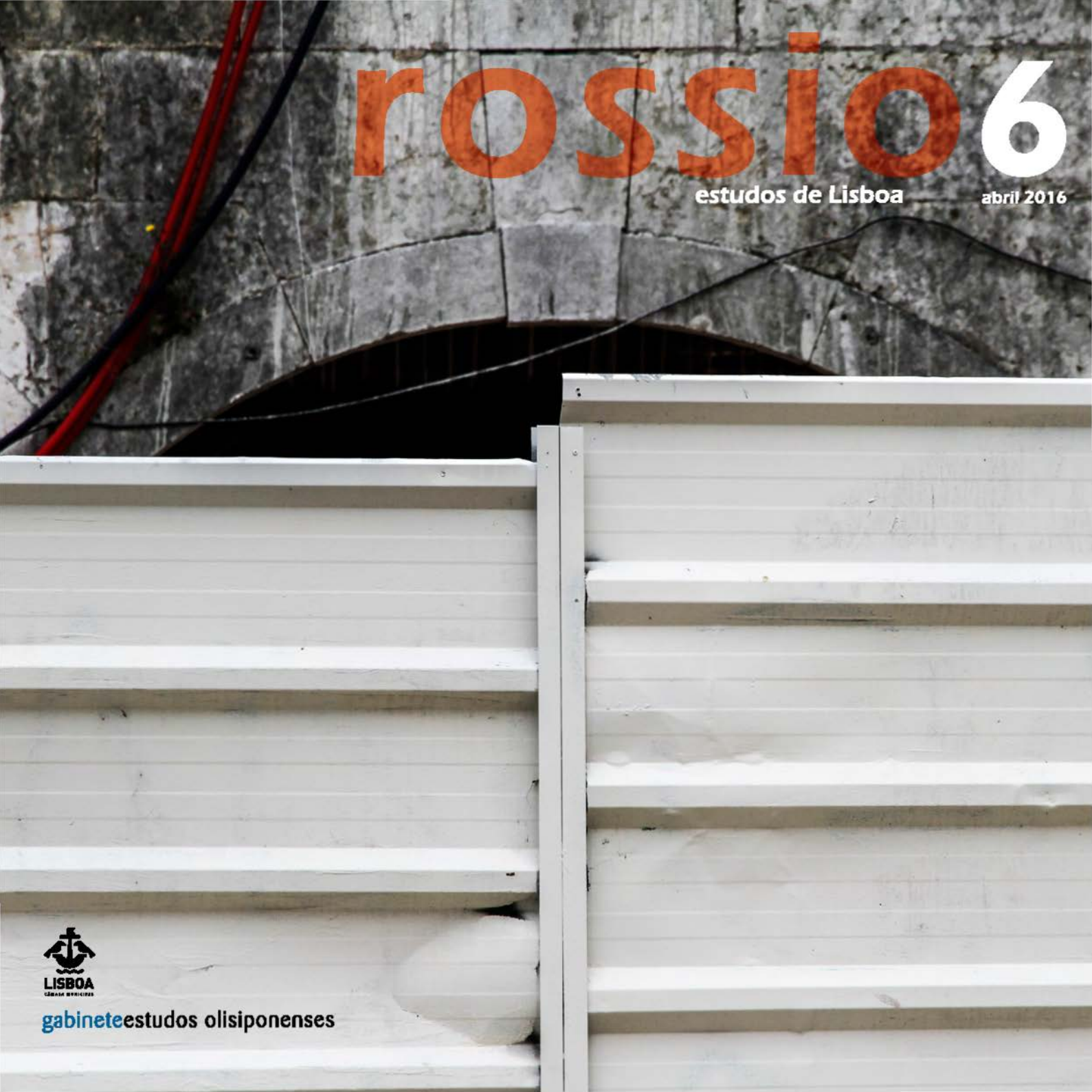


rossio 6

estudos de Lisboa

abril 2016

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

gabinete estudos olisiponenses

rossio. estudos de lisboa n.**6** abril 2016
Publicação do Gabinete de Estudos Olisiponenses
Direção Municipal de Cultura / Departamento de Património Cultural
ISSN 2183-1327

Diretor
Jorge Ramos de Carvalho
Conselho Editorial
Anabela Valente
Ana Cristina Leite
Hélia Silva
Rita Mégre
Projeto Gráfico
João Rodrigues
Secretariado Executivo
Vanda Souto
Fotografias da capa, índice e separadores
João Rodrigues
Colaboradores neste número
João Appleton, Victor Mestre, Sofia Aleixo, Serafin Rodriguez Graña, Nuno Proença, Marta Raposo, Manuela Leitão, Sandra Guerra, Victor Filipe, Ana Caessa, Nuno Mota, João Ferreira Dias, João Pedro Pereira Cruz, Margarida Elias, Pedro Miguel Rodrigues Miranda, Teresa Neto, Nuno Simões, João Meneses, Sílvia Câmara, Inês Mendes da Silva

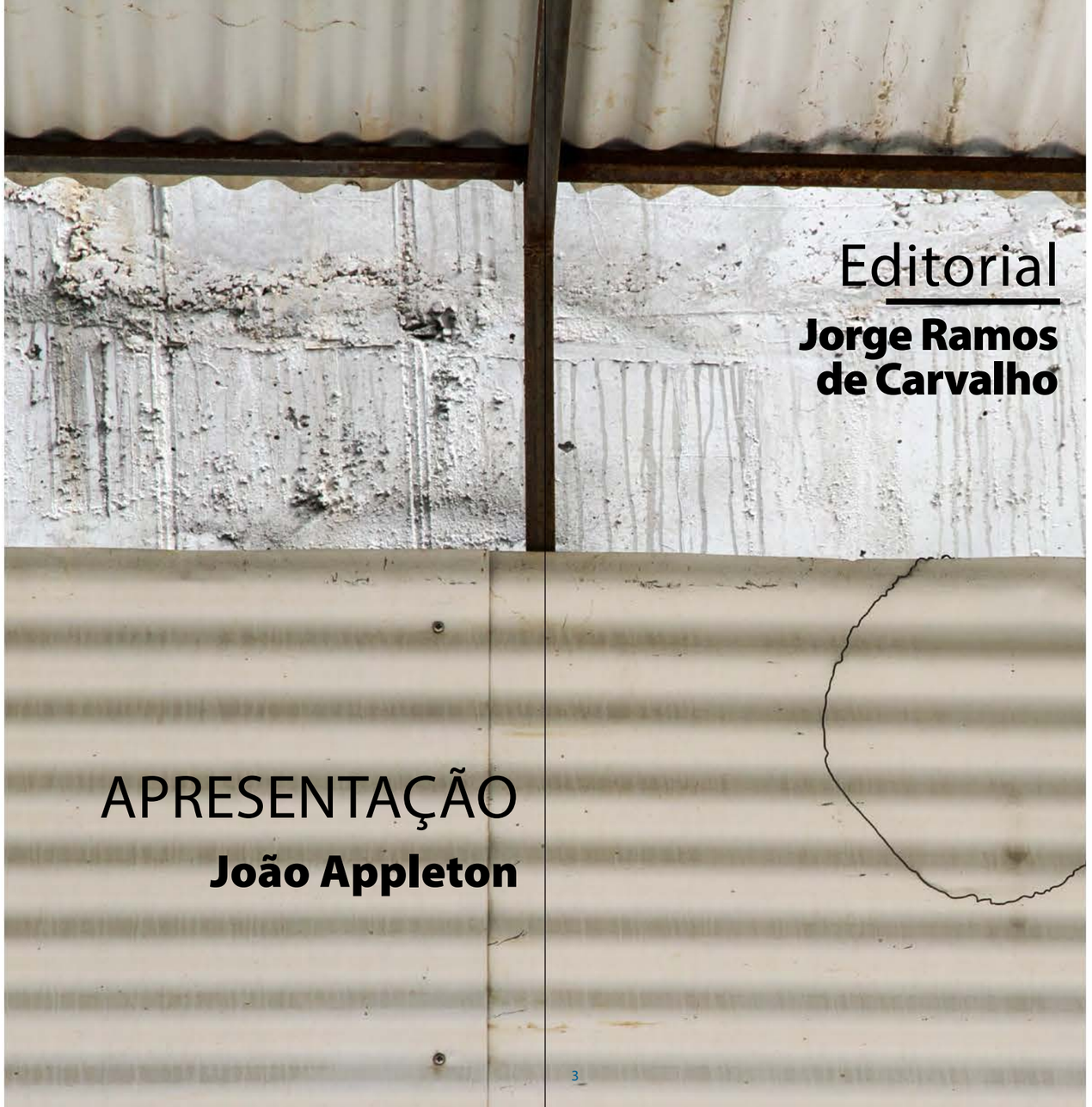
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Fernando Medina
Vereadora da Cultura
Catarina Vaz Pinto
Diretor Municipal de Cultura
Manuel Veiga
Diretor do Departamento de Património Cultural
Jorge Ramos de Carvalho

Sinalética

O conteúdo dos artigos são da responsabilidade dos autores.

Imagens dos separadores: tapumes em Lisboa

rossio@cm-lisboa.pt
gabineteestudos olisiponenses



APRESENTAÇÃO
João Appleton

Editorial
Jorge Ramos de Carvalho

As questões ligadas ao património cultural são muitas e complexas e têm assumido uma importância crescente ao longo das últimas décadas. As definições do que é património são cada vez mais abrangentes, trazendo consigo novas problematizações do tema e dos conceitos que o enformam. Discute-se, entre outros, o conceito de autenticidade e os vários graus e medidas dessa autenticidade. A acompanhar estas discussões, assiste-se à rápida mutação da cidade, pressionada pelo fluxo turístico crescente que transforma a paisagem urbana e acrescenta novas dimensões à forma como os lisboetas se relacionam entre si e com o espaço que usam. Estas mudanças trazem consigo novas exigências às quais a cidade tem de se adaptar para se preservar e transmitir a sua memória.
É neste contexto, de profunda transformação do edificado, que o tema selecionado para o ***Caderno*** deste número é a Reabilitação Urbana e dentro deste a reabilitação de edifícios. Assim, foi com naturalidade que o Conselho Editorial convidou o Eng.º João Appleton, especialista com larga experiência nesta área, com um número significativo de intervenções na cidade, conhecedor do edificado lisboeta quer na sua vertente construtiva quer no seu valor histórico e patrimonial, e acima de tudo por ser um apaixonado por Lisboa e pela sua história. Como deve ser entendida e praticada a reabilitação? De que forma se pode respeitar a história dos edifícios, de quem os construiu e de quem os habitou? Como garantir e valorizar que o Património de hoje será também o Património do futuro? Para responder a questões como estas, o Eng.º João Appleton selecionou um conjunto de especialistas de áreas como as engenharias, arquitetura, arqueologia e conservação e restauro que nos falam de intervenções exemplares que poderão servir de inspiração. Como é habitual, os artigos que integram a ***Varia*** alargam o âmbito e o interesse da revista, promovendo a variedade dos tópicos e refletindo as investigações que sobre Lisboa se têm realizado. Estes textos vêm ao encontro de áreas em que temos vindo a apostar, tais como: a divulgação da investigação arqueológica, aqui com um estudo sobre o núcleo histórico de Carnide; o multiculturalismo, com um artigo sobre a presença dos nigerianos e a sua experiência identitária em Lisboa; o Urbanismo, num estudo da frente ribeirinha e a sua relação com o crescimento da cidade até séc. XVIII; a História e a Arquitetura, numa análise do Pátio Martel, um espaço que tem estado na ordem do dia; o Património Industrial, aqui presente no texto sobre a Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego; finalizando, no ano em que se assinalam os 150 anos do nascimento do Arquiteto Miguel Ventura Terra, um artigo sobre a sua obra e o seu trabalho enquanto Vereador na CML. Sob o signo das Intervenções na Cidade, este número apresenta o trabalho realizado no Quarteirão dos Lagares, a nível arquitetónico e arqueológico, onde hoje se encontra instalado o Centro de Inovação da Mouraria (CIM).

APRESENTAÇÃO

João Appleton

índice caderno

english version

APRESENTAÇÃO
João Appleton

12

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS ANTIGOS: E SE AS ESTRUTURAS MANDASSEM?
João Appleton

22

REABILITAÇÃO TÉCNICA/CULTURAL (RE)CONHECIMENTO, CELEBRAÇÃO E BEM-ESTAR
Victor Mestre
Sofia Aleixo

40

A ENGENHARIA DE ESTRUTURAS E AS INSTALAÇÕES E SISTEMAS TÉCNICOS: COOPERAÇÃO E ANTAGONISMO
Serafin R. Graña

48

O LEVANTAR DO VÉU: O CONTRIBUTO E COMPROMISSO DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO NA REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO ANTIGO
Nuno Proença
Marta Raposo

56

A ARQUEOLOGIA E A SUA CONVIVÊNCIA COM O PROJECTO DE ESTRUTURAS: O EXEMPLO DA INTERVENÇÃO NA MÃE DE ÁGUA DO CHAFARIZ D'EL REI E EDIFICADO ENVOLVENTE
Manuela Leitão
Sandra Guerra, Victor Filipe

68

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA (REABILITAÇÃO DE EDÍFICIOS ANTIGOS)
João Appleton

86

índice varia

english version

NÚCLEO HISTÓRICO DE CARNIDE: UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA
Ana Caessa
Nuno Mota

96

OS FILHOS DESTERRADOS DE ODÙDÚWÀ[1]: A DIÁSPORA YORÙBÁ[2]-NIGERIANA NA CIDADE DOS MÚLTIPLOS ENCONTROS.
João Ferreira Dias

108

A CIDADE E O RIO: ORIGEM E EVOLUÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DE LISBOA ATÉ AO SÉCULO XVIII
João Pedro
Pereira Cruz

116

O PÁTIO DO MARTEL
Margarida Elias

130

FÁBRICA DE CERÂMICA VIÚVA LAMEGO NO LARGO DO INTENDENTE. UM CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO
Pedro Miguel
Rodrigues Miranda

142

VENTURA TERRA: O ARQUITETO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, TAMBÉM DEDICADO À SALVAGUARDA DOS MONUMENTOS NACIONAIS
Teresa Neto

156

INTERVENÇÕES NA CIDADE
QUARTEIRÃO DOS LAGARES

170

table of contents DOSSIER

PRESENTATION
João Appleton

12

REHABILITATION OF OLD BUILDINGS: WHAT IF THE STRUCTURES GAVE ORDERS?
João Appleton

22

REHABILITATION TECHNIQUE/CULTURAL (RE)KNOWLEDGE, CELEBRATION AND WELL-BEING
Victor Mestre
Sofia Aleixo

40

STRUCTURAL ENGINEERING AND TECHNICAL INSTALLATION SYSTEMS: COOPERATION AND ANTAGONISM
Serafin R. Graña

48

LIFTING THE VEIL: THE CONTRIBUTION AND COMMITMENT OF CONSERVATION AND RESTORATION IN THE REHABILITATION OF THE OLD BUILDING
Nuno Proença
Marta Raposo

56

ARCHAEOLOGY AND ITS COEXISTENCE WITH THE STRUCTURAL PROJECT: THE EXAMPLE OF THE INTERVENTION IN THE MÃE DE ÁGUA DO CHAFARIZ D'EL REI AND SURROUNDING BUILDINGS
Manuela Leitão
Sandra Guerra, Victor Filipe

68

SELECTED BIBLIOGRAPHY
(REHABILITATION OF OLD BUILDINGS)
João Appleton

86

table of contents VARIA

HISTORIC NUCLEUS OF CARNIDE: AN ARCHAEOLOGICAL LECTURE
Ana Caessa
Nuno Mota

96

THE ODÙDÚWÀ'S OUTCAST CHILDREN: THE YORUBA AND NIGERIAN DIASPORA IN THE CITY OF MULTIPLE ENCOUNTERS
João Ferreira Dias

109

THE CITY AND THE RIVER: ORIGIN AND EVOLUTION OF LISBON RIVERFRONT UNTIL THE XVIII CENTURY
João Pedro
Pereira Cruz

116

THE PATIO OF THE MARTEL
Margarida Elias

130

VIÚVA LAMEGO CERAMIC FACTORY IN LARGO DO INTENDENTE. A CONTRIBUTION TO YOUR STUDY
Pedro Miguel
Rodrigues Miranda

142

VENTURA TERRA, THE ARCHITECT AND COUNCILMAN OF THE MUNICIPALITY OF LISBON ALSO DEDICATED TO THE PROTECTION OF NATIONAL MONUMENTS
Teresa Neto

156

PROJECTS IN THE CITY
QUARTEIRÃO DOS LAGARES

170

APRESENTAÇÃO

João Appleton

APRESENTAÇÃO
João Appleton

É sabido, ou melhor, é reconhecido por muitos intervenientes, sejam promotores, projectistas, construtores e fiscais, por exemplo, que reabilitar um edifício antigo é um exercício complexo, difícil mesmo e essa complexidade é muitas vezes o argumento falsamente utilizado para concluir, de forma simplista e silogisticamente errada, que reabilitar é caro (seja o que for que isto queira dizer sem enunciar referências e termos de comparação), daí o grande número de adversários que teve e tem, mesmo quando, com falas mansas, referem "oportunidades" e "sucessos" de operações de reabilitação que não passam de suposições, quando o que se faz são demolições, "temperadas" com um cheirinho de passado fachadista.
Mas, se certas hipocrisias são de interessante discussão, até porque são constantemente vencedoras num mundo impiedoso para actores sérios e preparados, onde e quando o valor do trabalho todo ele, e também o intelectual, anda pelas ruas da amargura, importa agora mais, para cumprir seriamente os objectivos desta edição, concretizar aquilo que define a complexidade da reabilitação, geradora de preconceitos e de equívocos.
Deve dizer-se para começar que, se a complexidade da reabilitação é um dos principais, talvez o maior, problema, é verdade que é essa mesma complexidade que torna a reabilitação um processo fascinante que atrai em definitivo, irreversivelmente, aqueles que dela se aproximam e vivem experiência iniciais não traumatizantes, traduzidas pela "sorte" de terem "caído" em operações bem estruturadas, bem conduzidas e, por isso, bem sucedidas.
Considera-se, considero, que há dois factores fundamentais que ajudam a compreender que reabilitar é sempre complexo:
- Em primeiro lugar, reabilitar um edifício significa a necessidade de conhecer bem o objecto a intervencionar, e quando se diz conhecer bem há que considerar dois planos distintos: por um lado, é essencial conhecer bem a constituição e composição do edifício, das suas estruturas e dos elementos não estruturais, da caixilharia e acabamentos, às diferentes redes e instalações técnicas; por outro lado, é igualmente necessário conseguir reconhecer o estado de conservação e segurança do edifício, no seu todo, e das suas diferentes partes, elementos e componentes.
- Em segundo lugar, porque se trata de um objecto existente, o seu conhecimento, para ser necessário e conveniente, implica a intervenção de um conjunto muito diversificado de técnicos e de especialistas, cuja acção se pode dirigir não só exclusivamente ao edifício, mas também ao sítio em que está inserido, à sua contextualização no espaço e no tempo, à relação com o subsolo, em particular com a arqueologia e com a geologia, à sua valorização patrimonial, artística, histórica ou "apenas"

play

Vídeo da intervenção na Torre sineira do Banco de Portugal. Imagens cedidas por Zircom Engenharia SA, editadas pela **rossio**.

Banco de Portugal
Arquitectura: Gonçalo Byrne/ Falcão de Campos

simbólica; a participação generalizadamente requerida ou, pelo menos, desejável, de historiadores e historiadores de arte, de técnicos de conservação e restauro, de arqueólogos, geólogos e especialistas em hidrologia, por vezes com necessidades de sub-especialização, como sucede com a história dos locais, ou as áreas específicas da conservação e restauro, tudo isso pode ajudar a fazer o caldo de relações tensas e desequilibradas que são o primeiro passo para o insucesso, pois é frequente verificar-se que quanto mais gente se junta (para decidir) maior é a confusão e aumenta exponencialmente a incapacidade de acção, ou seja, o potencial de indecisão ou da má decisão.
O primeiro dos factores apontados é ponderoso e tem que ser olhado "de cima", isto é, tem que ser visto o mais possível de forma neutra e não através apenas dos directamente interessados que são, ou podem ser, acusados de juízo em causa própria que raramente será de recomendar.
O que importa reter, e que muita gente teima em não ver, sobretudo do lado do promotor-pagador de estudos e projectos, é que conhecer um edifício existente, a sua constituição e estado de conservação, implica uma importante dose de trabalho a realizar antes do próprio início da definição do novo programa para o edifício ou em paralelo com esta e, portanto, muito antes do início do projecto de reabilitação; mais a mais, porque, na quase totalidade dos casos, e tanto mais quanto mais antigo for o edifício, não há projectos (talvez mesmo nunca tenha havido, na forma como hoje os entendemos) e, quando existem levantamentos eles são sistematicamente escassos, omissos e errados, ou seja, na verdade, pelo menos os projectistas de arquitectura e de estruturas têm que reconstituir projectos inexistentes, antes de poderem iniciar o projecto de reabilitação.
Significa isto, em linguagem chã, como convém em assuntos complexos e, sobretudo, quando neles entra dinheiro, pagar e receber, se estes trabalhos são necessários, têm que ser feitos por alguém que vai consumir tempo e esforço que podem ser consideráveis; e se há trabalho a fazer, depois de feito tem que ser remunerado e para ser remunerado tem que haver dinheiro para pagar. Simples, não é? E, no entanto, é quase sempre tão difícil explicar isto ao potencial pagador.
Fazendo um parêntesis, vem a talhe de foice dizer que a relutância que os promotores evidenciam na compreensão objectiva daquelas realidades simples, é fortemente ajudada pela leviandade e falta de profissionalismo de muitos engenheiros e arquitectos (em número que cresce continuamente, a pretexto de uma crise que continua e faz fechar os olhos à ética, passando às promessas incumpríveis

Convento dos Inglesinhos
Arquitectura: Carlos Travassos

de honorários suicidas a que as associações profissionais deveriam dedicar atenção, pois esses suicidas são como os bombistas, morrem destruindo o que os rodeia, sejam promotores, colegas ou edifícios).
Esta dificuldade de ter um mercado minimamente regulado, esclarecido, em relação a esta questão essencial, justifica a péssima qualidade de muitos estudos e projectos que são com frequência meros amontoados de papel recheado de informação inútil e inaplicável, com naturais e inevitáveis prejuízos que podem afectar os próprios autores das mediocridades (porque nem sempre um produto medíocre é obra de um produtor medíocre), o promotor, que vê esvair-se o tempo e o dinheiro previstos para a operação e, infelizmente, também para os próprios edifícios, vítimas inocentes de desmandos que os marcam indelevelmente, vendo desaparecer valores arquitectónicos e decorativos, reduzindo funcionalidade e segurança carecendo, tantas vezes, o edifício recém-reabilitado de reabilitação urgente e, sobretudo, competente.
Infelizmente, digo eu, porventura sem acompanhamento de monta, não estamos em tempo de regulação mas de desregulação e até de desregulamentação técnica, o mercado, dizem os arautos deste estado de coisas, resolverá tudo, os maus serão banidos e no final surgirá uma sociedade purificada; tretas, que a vida não é a história verdadeira do capuchinho vermelho, porque se alguém quisesse contá-la como de facto se passou, diria que o lobo mau comeu a avozinha, e mais o capuchinho e o caçador e quem mais se atreveu a questionar a força do mercado ou o mercado da força, que vem a dar no mesmo.
Confesso que não tenho solução para este problema, vou remando contra a maré, encontrando aqui e ali, felizmente, promotores que conhecem a veracidade e a validade dos meus argumentos e vou perdendo "alegremente" concursos sobre concursos, para concorrentes que tornaram banal oferecer projectos por metade do seu valor, mais um cêntimo (que garante a sua não exclusão do concurso): só me pergunto, porque apesar de já velho nestas andanças mantenho alguma ingenuidade infantil, o que esperará obter um promotor a quem "oferecem" um trabalho por metade do valor que ele próprio lhe atribuiu? E o que pensa disto, quando se trata, como quase sempre, de concursos de obra pública, o Tribunal de Contas, que contas faz para não se inquietar com o futuro, ou inquieta-se deveras mas nós é que não sabemos?
A segunda questão colocada não será tão "delicada" e é certamente muito interessante para explicar a atracção que a reabilitação exerce sobre quem a experimenta, atracção que pode ser muito mais intensa do que as maiores dificuldades que se adivinham em processos repletos de intervenientes,

Largo Júlio Pereira (Chafariz d'El Rey)
Arquitectura: Eugénio Castro Caldas

muitos dos quais não parecem ter nada que ver com a "fileira" da construção e que geralmente se considera que pairam em nuvens próprias a grande distância da realidade pura e dura, aquela que os engenheiros acham que vivem e dominam.
Na verdade, a reabilitação de edifícios é uma área que apela, como poucas outras, à prática de procedimentos multidisciplinares, envolvendo um número muito elevado de especialistas, tanto na fase de projecto como de construção e até mesmo se veria com muito bons olhos que essa multidisciplinaridade se fizesse sentir desde o princípio dos princípios da operação de reabilitação, quando o promotor prepara e concretiza a aquisição de um imóvel que deseja reabilitar.
A prática processual que se banalizou no nosso País, aplicada à construção nova esmagadoramente dominante durante quase todo o século XX, foi a de menosprezar o trabalho interdisciplinar, deixando, de facto, e com raras excepções, estas quase sempre em obra pública, cada projectista a cuidar do seu projecto como se de acto isolado se tratasse.
Não deve ser novidade para ninguém, a não ser para quem ande muito desatento que, na sua maioria, os projectos de edifícios dinamizados pela iniciativa privada raramente ultrapassavam a fase de ante-projecto (projecto de licenciamento), quer na arquitectura quer nas diferentes e escassas especialidades "técnicas"; pormenorizar, elaborar cadernos de encargos exaustivos, actualizados e rigorosos era muito cansativo e, se os honorários eram baixos, como quase sempre foram, a qualidade dos projectos equivalia a esse nível de remuneração, que é como quem diz, amor com amor se paga.
Nesse tempo, que é ainda hoje o nosso tempo, deixavam os projectistas ao promotor e ao empreiteiro caminho aberto para fazerem as adaptações, ajustamentos e alterações que, no mínimo, eram as necessárias e correspondentes à coordenação e compatibilização dos projectos, tarefas que, por serem actividades trabalhosas e não remuneradas, também não eram executadas.
Fazem parte do anedotário nacional os casos de pilares que mudavam de sítio para encaixar uma sanita numa instalação sanitária, se não fosse mais fácil manter o pilar e mudar a sanita, as estruturas que se rasgavam, sem dó nem piedade, cortando tudo o que se encontrava no caminho, fosse betão ou aço, para fazer passar tubagens; em alguns casos, apesar de tudo, a obra feita correspondia aproximadamente à projectada, ou seja, reconhecia-se na obra concluída o projecto realizado, já não era mau.
Essa realidade, que as crises que vivemos vieram fazer recrudescer, quando transposta para a reabilitação resulta, na ausência

Av. da Índia – Sede da UCCLA
Arquitectura: Appleton & Domingos

de milagre, num desastre de certeza antecipada; será fácil entender essa inevitabilidade, embora muita gente continue a agir assobiando para o lado, como se assim não fosse.
É que, ao contrário da construção nova que começa por existir meramente nos computadores ou no papel, a reabilitação inicia-se, necessariamente, sobre o objecto existente que é a essência do próprio processo de reabilitação; é "lapalisseano" dizer que não há reabilitação de um edifício sem edifício existente, mas vale a pena, por vezes, dizer frases simples, até aparentemente estúpidas, para espíritos simples e inventivos, que se exercitam descobrindo processos de fazer parecer o que não é, na reabilitação como na vida,
A existência de um edifício como essência da reabilitação implica o (re)conhecimento das suas características, como atrás já foi referido e para alcançar este primeiro objectivo que culmina no diagnóstico sobre o estado de conservação e segurança, é necessário que se faça intervir, desde o início, um conjunto diversificado de especialistas, uns que fazem parte das equipas de projecto para qualquer tipo de obra, outros que são aqui novidade, sem que isso signifique menor grau de importância.
Numa primeira fase, o engenheiro de estruturas é essencial no apoio ao arquitecto, podendo mesmo deter uma posição liderante, já que é, pelo menos em Portugal, o especialista mais preparado para fazer a parte mais "pesada" do estudo de diagnóstico que contém como parte essencial, a componente da verificação da segurança estrutural do edificado.
A par com esta tarefa salienta-se, na maior parte dos casos, a necessidade de participação de um historiador ou historiador de arte, preferencialmente com experiência prévia de estudo e trabalho na zona onde se localiza o edifício, o qual irá traçar o mapa da evolução histórica do edifício, dos seus valores simbólicos, das campanhas de obras de alteração e ampliação que terá sofrido, etc., depois, também na maior parte dos casos, deve verificar-se a intervenção de conservador-restaurador, na identificação e avaliação do programa decorativo presente no edifício a intervencionar, com a elaboração de um estudo histórico-artístico, onde se investigam madeiras e estuques, pedras e pinturas, muitas vezes escondidas pelo tempo e por camadas de intervenções, que denunciam constantes alterações de modas e gostos.
Todo este conjunto de informação tem que ser da maior relevância para o desenvolvimento do projecto de arquitectura, a partir dos seus primeiros passos; é essencial não deixar de ter em conta informação que diz da importância de cada elemento constituinte da estrutura e desta como um todo, não

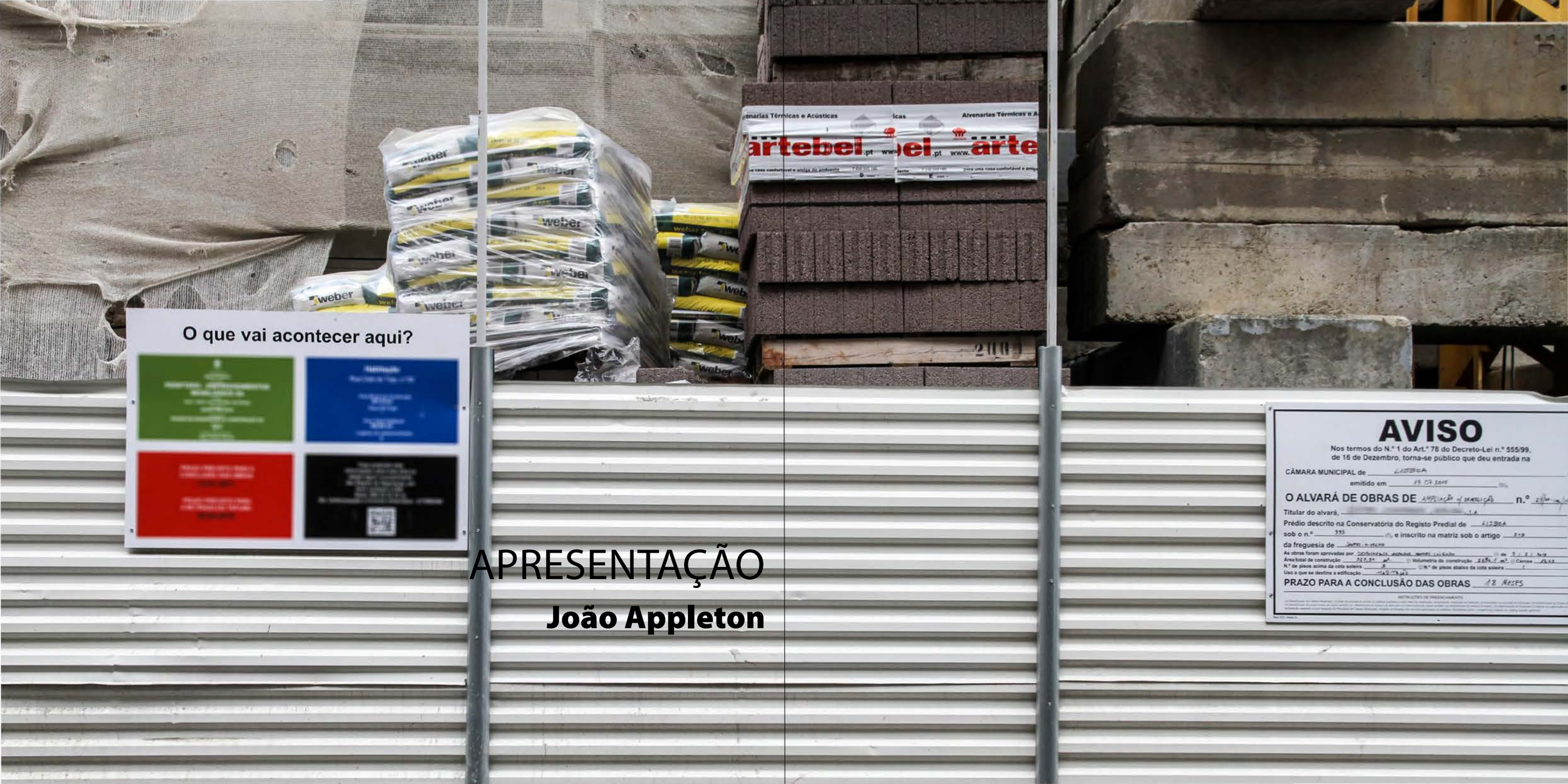
Estufa Fria
Arquitectura: Appleton & Domingos Falcão de Campos

só porque é hoje um dado assente que as estruturas antigas são parte determinante do valor patrimonial do edifício mas também porque da forma como a arquitectura vai lidar com a estrutura, respeitando-a ou desprezando-a, mais ou menos, vai depender, em grande medida, a economia da própria intervenção, não esquecendo que, num edifício antigo, tudo ou quase tudo é estrutura ou tem contribuição estrutural.
O exemplo que se deu, deliberadamente em primeiro lugar, repetir-se-á, com mais ou menos ênfase, quando se aborda a informação proveniente dos estudos histórico e do programa decorativo: ela traça linhas de rumo quanto ao valor relativo do património em presença, muitas vezes por motivos inesperados e até surpreendentes.
A história do edifício cruza-se, quantas vezes, com a história dos sítios, e com as gentes, com quem fez e com quem mandou fazer e desfazer, quem habitou e como, com quantos enganos se cruza o olhar de um leigo e de que o historiador se apercebe num pestanejar, ajudando a virar do avesso decisões que parecem evidentes mas que deixam de o ser.
E que dizer do programa decorativo, das surpresas que se sucedem, pela positiva e pela negativa, escondem-se tantas vezes coisas boas para mostrar o que não presta e que parece condenar um elemento à substituição inexorável; de novo, como a propósito do estudo histórico, quantas florestas de enganos, quantas ilusões e desilusões mas sempre, sempre, da maior importância para o processo decisório com que se defronta o projecto de arquitectura, com tudo isto e mais (e não é de somenos) as exigências programáticas do promotor, e mais o que adiante se verá, quando surgirem outros ses e outros mas, nomeadamente, com a entrada em acção da arqueologia que deve também fazer-se ouvir desde os primeiros momentos, tanto mais quanto mais antigo, e rico, for historicamente o local da intervenção.
Desconsiderada até há algumas décadas no País, ainda hoje olhada como um estorvo, a arqueologia tem vindo a ganhar relevância nas intervenções urbanas, por força da lei, sem dúvida, que pode impor a realização de estudos arqueológicos prévios (e posteriores) à aprovação de projectos, também, admita-se, que mesmo alguns dos mais relutantes, não só se "converteram" à relevância dos valores culturais que podem estar em causa, como até aprendem a deles tirar partido.
É facilmente perceptível a influência que a arqueologia, definidora de uma realidade escamoteada pelo tempo e que ajuda a contar a história dos tempos, pode, deve ter, na definição das soluções estruturais que se constituem, por si sós, como uma

Museu de Arte Popular (fachadas)
Conservação e Restauro: Nova Conservação

séria ameaça ao estudo de eventual património arqueológico, em função de escolhas sobre soluções e processos de execução de fundações, localização de pilares e paredes estruturais, etc..
Apesar de algum optimismo que está implícito no que acaba de ser escrito, não deve ignorar-se a banalidade com que se destrói património invisível para o observador comum, muitas vezes pela calada da noite, incidentes que simulam acidentes e azares e que resultam em perdas relevantes e facilmente evitáveis; para muita gente, de facto, a cultura e os valores que lhe são inerentes, continuam a ser uma grande maçada, que só servem para "empatar" os investimentos e sua viabilidade chamada agora, eufemisticamente, "sustentabilidade".
Crê-se, que ficou bem clara a complexidade da reabilitação pelo esforço que exige, dirigido à leitura e compreensão do objecto a intervencionar e pela igualmente complexa teia de influências cruzadas, interdisciplinares, que obrigam a assumir uma atitude lógica de coordenação, entendimentos e compromissos, em que todos os muitos intervenientes têm que estar preparados para "conquistar" e "ceder", para "ganhar" e "perder", sempre em benefício primeiro da reabilitação e, portanto, do edifício enquanto património.
Face a estas evidências, entendeu-se que seria interessante ajudar a compreender as dificuldades, as motivações e até o encantamento que pode constituir uma operação de reabilitação de um edifício antigo, através de um exercício específico, definido por um engenheiro de estruturas como é o autor deste texto.
E se uma intervenção de reabilitação fosse determinada pelas soluções estruturais, condicionada pelo projectista de estruturas, a elas e a ele subordinando historiadores, arquitectos, conservadores-restauradores, arqueólogos e toda a espécie de engenheiros especialistas nos mais variados domínios técnicos?
Como se cruzariam os interesses e valores em jogo, tendo como núcleo a intervenção estrutural?
É este olhar singular, invulgar mesmo ao que se julga, que se propõe lançar em torno da reabilitação de edifícios antigos e que os textos que se seguem tentarão ajudar a exprimir; não há, não houve, a intenção de estabelecer uma matriz completa (seria possível?) de interacções, antes importa, importou, exemplificar cruzamentos relevantes, em que as dificuldades, os sucessos e os fracassos estão presentes.
No final, ver-se-á se o objectivo central desta edição, de aproximar as pessoas da reabilitação, a partir de uma forma específica de a observar, foi alcançado; vamos então a isso.

Lyceu Passos Manuel
Arquitectura: Victor Mestre / Sofia Aleixo



APRESENTAÇÃO

João Appleton

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS ANTIGOS: E SE AS ESTRUTURAS MANDASSEM?

João Appleton

O próprio título do texto que se segue é provocador e excessivo e, no entanto, ele não deixa de representar um sentimento profundo que importa a muita gente; pois não é verdade que, num edifício, tudo, ou quase tudo, depende do bom desempenho da estrutura? Com uma estrutura deficientemente projectada e/ou construída, os prédios colapsam, as paredes abrem fendas, os tectos desprendem-se, as instalações técnicas degradam-se, os revestimentos e acabamentos, incluindo os valores decorativos, perdem-se. Assim sendo, por que não dar a primazia às estruturas dos edifícios (como sucede com as pontes e outras construções "especiais")? Não sendo essa, ironicamente, a posição do autor deste texto, vão ser dadas razões para assegurar essa primazia, se não absoluta, pelo menos em termos de assegurar que a intervenção estrutural em edifícios antigos, desde o estudo de diagnóstico, deve ter carácter imperativo e deve preceder, no tempo, a actuação de outros intervenientes, incluindo os arquitectos.

Importa, em primeiro lugar, definir com alguma precisão o que se entende por edifícios antigos, frisando, desde já que, no que aqui mais interessa, a antiguidade não se mede essencialmente pela idade, antes pelas soluções estruturais e construtivas que serviram de base à edificação.

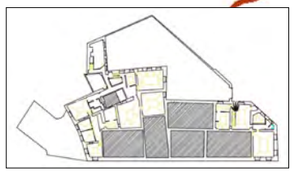
Pode dizer-se que os edifícios antigos são os que foram construídos com recurso a materiais e soluções tradicionais, sem utilização, ou com uso limitado de materiais modernos e contemporâneos, nomeadamente o cimento, o aço e o betão armado e pré-esforçado.

Nesta acepção, pode aceitar-se como razoável limitar temporalmente a construção de edifícios antigos ao início da década de 50 do século XX e, construtivamente, considerar que são antigos os edifícios erigidos com base em alvenarias e madeiras ou, no limite, aqueles que tendo já, parcialmente, intervenção do aço e do betão, mantêm estruturas predominantemente de alvenaria e uma forte presença da madeira, designadamente em coberturas.

Deste modo, cabem nesta definição simples, os edifícios pré-pombalinos (assim se designando os que são anteriores ao grande terramoto de 1755) e pombalinos (associados à reconstrução setecentista), os gaioleiros e, finalmente, os edifícios de transição para o betão armado, estes já com lajes de betão armado e paredes de alvenaria.

Os edifícios pré-pombalinos, como definidos, não são facilmente identificáveis do ponto de vista estrutural, sobretudo nas obras não eruditas ou populares, na medida em que muitas das

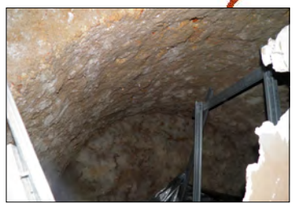
Fig. 1 Plantas de dois pisos distintos (Pisos 2 e 5 do Palácio Marquês de Tancos). Note-se a densidade de paredes-mestras de alvenaria de pedra, paralela e perpendicularmente às fachadas, podendo sugerir a ideia de que o Palácio é formado por uma aglutinação de pequenos prédios
Fig. 2 Imagem da fachada principal, seiscentista do Palácio Marquês de Tancos
Fig. 3 Pavimentos de madeira compostos por vigas principais e secundárias, soluções seiscentistas em compartimentos do Palácio Pombal, em Lisboa



estruturas originais foram sendo alteradas e destruídas, quer por efeito de fenómenos naturais, quer pela simples usura do tempo, como acontece generalizadamente com as coberturas em telhado.
Já na construção erudita, palaciana, religiosa ou de grandes edifícios públicos que sobreviveram, por inteiro ou parcialmente, ao sismo de 1755, é possível identificar características que vêm a ser alteradas, a partir dessa data, por força da aplicação das práticas construtivas ditas pombalinas, que não se dedicaram exclusivamente, pelo contrário, à reconstrução da cidade de Lisboa, antes estenderam a sua influência a toda a espécie de edifícios, mesmo correntes, em todas as zonas da cidade e em todo o País.
Esses edifícios eruditos mais vetustos baseiam-se, quase sistematicamente, numa malha de paredes-mestras de alvenaria e/ou silharia de pedra, de considerável espessura, delimitando os principais compartimentos em que o edifício era dividido e recebendo a carga de pavimentos com estruturas de madeira mais ou menos complexas ou pisos abobadados, geralmente sendo as abóbadas construídas com tijolo cerâmico colocado ao cutelo (são muito menos vulgares as abóbadas de alvenaria ordinária de pedra e apenas no sul do País, se salienta a importância da chamada abobadilha alentejana, como os tijolos colocados ao baixo).
Nestes edifícios, em muitos casos conhecidos, outros tipos de paredes, como os tabiques simples e duplos de tábua ao alto ou em aspa, ou os frontais com cruzes de Santo André, são quase sempre resultado de intervenções mais tardias, pós-terramoto, por exemplo, para sub-divisão de compartimentos, criação de corredores, implantação de instalações sanitárias, etc..

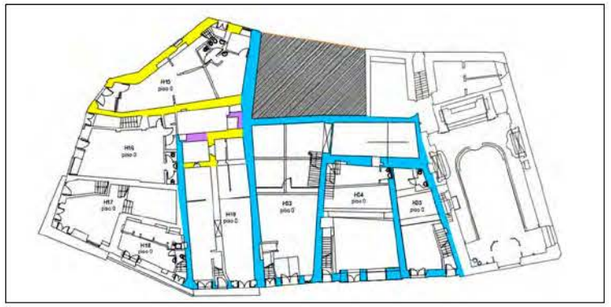
Fig. 5 (página anterior) Paredes de frontal tecido de fabrico pouco cuidado no Palácio Marquês de Tancos, resultado provável da intervenção de final de setecentos, ou mesmo anterior.

Fig. 4 Abóbada e arcos de alvenaria no palácio Marquês de Tancos, anteriores às campanhas de obras posteriores ao terramoto de 1755.



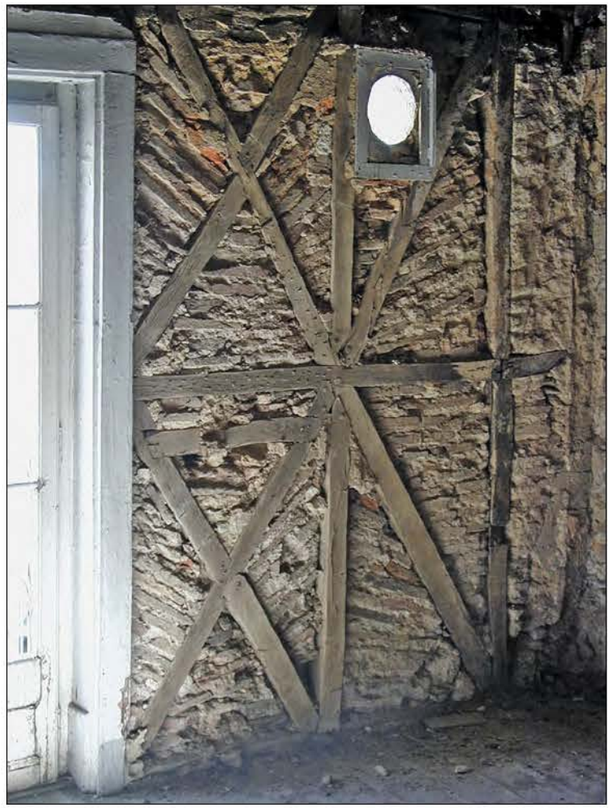
Já nos edifícios mais antigos e menos eruditos e de construção mais empírica, verifica-se a dificuldade de identificar com clareza as soluções técnicas presentes, nomeadamente no que se refere à data provável da sua execução; em qualquer caso, as soluções mais comuns consistem em paredes de fachada e de empena fabricadas em alvenaria ordinária de pedra irregular ou de tijolo maciço (excepção feita a prédios com andar de ressalto, em que necessidades de aligeiramento conduzem à adopção de tabiques nas fachadas principais), o mesmo podendo suceder com paredes de saguões eventualmente existentes, designadamente no 1º andar da construção.

Fig. 6 Planta, alçado e corte de quarteirão pré-pombalino em Alfama, Largo do Chafariz de Dentro.



Nestes edifícios as paredes interiores são tabiques correspondendo grosso modo ao que veio a ser a construção pombalina, mas sem a coordenação dimensional e a regularidade que caracterizam o edificado pós-terramoto; tabiques de pranchas ao alto e de variados outros tipos, até frontais irregulares e incompletos, com prumos travessas e escoras mas de localização e dimensões que parecem aleatórias, formam as estruturas verticais que suportam vigamentos de madeira de geometria e dimensões muito variáveis, usualmente exibindo claros sinais da sua execução e talhe manual e simplificado, com marcas de enxó claramente visíveis.

Fig. 7.1 Num edifício de origem pré-pombalina, coexistem soluções mais antigas, talvez originais, com outras que resultam de intervenções posteriores, neste caso exemplificado com paredes de frontal (edifício em Alfama, ao Largo do Chafariz de Dentro)



Sempre de um modo "simplista" pode dizer-se que nos edifícios pré-pombalinos tudo ou quase tudo o que se observa tem relevância estrutural, pois o próprio envelhecimento do edifício propicia a mobilização de tabiques secundários de pisos assoalhados, de revestimentos de paredes.
O terramoto do 1º de Novembro de 1755 destruiu ou deixou em ruína milhares de edifícios, sobretudo nas costas algarvia e alentejana e na região da grande Lisboa e vales do Tejo e Sado; a fragilidade de muitos edifícios e a frequência com que as populações assistiam a grandes abalos sísmicos, foram certamente elementos de peso nas decisões que presidiram à reconstrução. Independentemente de, em algumas zonas, se ter procedido a simples reconstruções, muitas vezes recuperando materiais aluídos da mesma ou de outras obras vizinhas, assume-se poderosamente um "novo" modelo construtivo, recuperando e refinando soluções que tinham provado a sua eficiência naquele dia fatídico, e acrescentando-lhes uma standardização que permitia a produção em série de diversos produtos de construção como as pedras de cantaria, os vigamentos de madeira, as ferragens, etc.

Fig. 7.2

Fig. 8 (em baixo e na página seguinte) Pavimento seiscentista constituído por vigas heterogéneas de madeira de diferentes espécies e dimensões (edifício em Alfama)

APRESENTAÇÃO

João Appleton

Do ponto de vista estrutural, a chamada construção pombalina passa a ter um elemento caracterizador e dominante: as paredes interiores são estruturas mistas de madeira formando reticulados complexos à base de malhas de cruzes duplas compostas por travessa e prumos, complementadas por barras diagonais com capacidade para actuarem como escoras à compressão ou como tirantes, à tracção, e com os espaços entre elementos de madeira preenchidos com alvenarias pobres de pedra miúda ou de tijolo maciço.
Nas construções de melhor qualidade, geralmente associadas a promotores/investidores da elevada capacidade financeira, os frontais tecidos, como se designam estes tipos de paredes ou tabiques, implantam-se nas duas direcções ortogonais segundo as quais se desenvolvem geralmente os edifícios; parte desses

Fig. 9 Prédio do "Almada", formando gaveto para a rua da Madalena, frente à Igreja com o mesmo nome.

frontais recebem, através de frechais, o apoio dos vigamentos dos pisos, ou seja, constituem, em conjunto com as paredes exteriores, de saguões, e com outras paredes, colunas e arcos de alvenaria ou cantaria (no rés-do-chão) a estrutura portante para as cargas verticais; todos estes elementos e os restantes frontais formam a estrutura sismo-resistente, sendo em número muito limitado os tabiques de tábua ao alto ou em aspa.

Fig. 10 (página seguinte) "Palácio" Ludovice a S. Pedro de Alcântara. Estúdio Mário Novais. Meados séc. XX. AML

Fig. 11 Plantas do "Palácio" Ludovice, edifício construído no século XVIII, alguns anos antes do grande terramoto; as plantas evidenciam uma estrutura densa de paredes mestras de alvenaria, rara num prédio de rendimento.

Fig. 12 Frontal tecido "pombalino", com a cruz de Santo André e uma assinalável simetria da sua constituição, marca distintiva em relação às soluções construtivas antes dominantes

APRESENTAÇÃO

João Appleton

Os pavimentos são generalizadamente compostos por vigamentos de madeira paralelos entre si e orientados perpendicularmente às fachadas mais importantes do edifício, mesmo que por vezes pareçam não corresponder ao menor vão de um dado compartimento; apenas no tecto do rés-do-chão são banais as abóbadas, de berço e de aresta. Construídas com alvenaria de tijolo maciço (baldozas) colocados ao cutelo.
Pode, portanto, dizer-se que nos edifícios pombalinos quase tudo o que se vê é estrutura, sobre a qual há que agir de forma muito cautelosa; as estruturas originais são muito robustas, se estiverem bem conservadas, sendo necessário que as intervenções de reabilitação não ponham em causa essa robustez, devendo limitar-se drasticamente as operações de remoção integral de paredes e procurando-se sempre encontrar medidas de compensação para eventuais fragilizações que se introduzam, designadamente nas ligações entre paredes e entre estas e pavimentos.

Fig. 13 Planta de edifício pombalino, observando-se a distribuição das paredes-mestras de alvenaria e dos frontais bidireccionais, estes a vermelho no desenho.

Fig. 15 Pavimento de madeira composto por vigas de secção aproximadamente quadrada e bem tarugadas; o apoio dessas vigas nas paredes-mestras faz-se, frequentemente, com recurso a barras chatas de ferro forjado, "chumbadas" na alvenaria e pregadas aos barrotes.

Fig. 16 Soluções de intervenção em parede de frontal, idealizadas de modo a garantir a sua robustez.

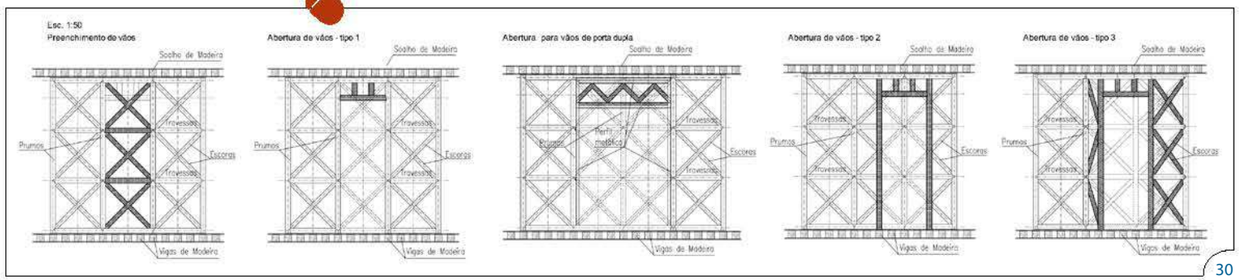


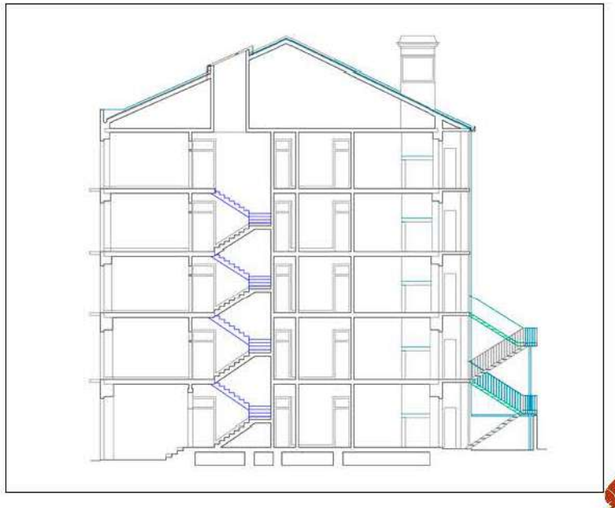
Fig. 14 Abóbadas em tecto do rés-do-chão de um prédio pombalino, sendo notável a qualidade de execução da mesma.

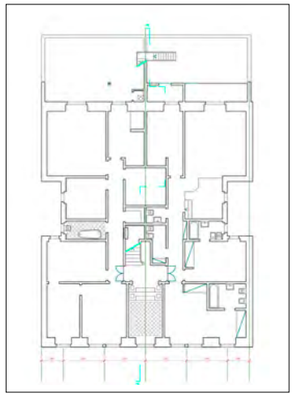
Esta orientação construtiva vai manter-se por mais de cem anos (recorde-se a mero título de exemplo, que a reconstrução da Baixa de Lisboa demorou um século até à sua conclusão, com a edificação dos últimos prédios do Rossio, em terras que se integravam na casa Cadaval), sem grandes alterações, embora se vá constatando uma lenta diminuição da qualidade das estruturas construídas a partir da segunda metade de oitocentos, quer pela redução do número de paredes de frontal, frequentemente limitadas às paredes interiores portantes e à caixa de escada, quer pela redução de dimensões de vigamentos de madeira e dos elementos constituintes dos frontais e pela utilização de peças de menor qualidade, com mais abundância de borne, e consequentemente mais susceptíveis à acção de xilófagos.
Depois, surgem outros factores que vão contribuir para uma mais rápida mudança dos processos construtivos e dos próprios materiais estruturais, muito por força da revolução industrial que vai fazer desenvolver a produção de ferro e aço, mais tarde dos cimentos artificiais, de novos formatos e dimensões de tijolos cerâmicos, etc.; além disso, a pressão urbanística que se vai fazendo sentir sobre as cidades, especialmente no litoral, com destaque para Lisboa e Porto, mas também Setúbal, Aveiro e outras, resulta em volumes de construção a que não conseguem responder os construtores locais, substituídos por migrantes de outras zonas do País, dispostos a construir depressa (e mal, se necessário) e sobretudo sentindo-se à vontade para ignorar as práticas construtivas mais exigentes reproduzindo, em prédios de 4 e mais andares, as soluções que nos seus locais de origem usavam para produzir casas de um ou dois sobrados.

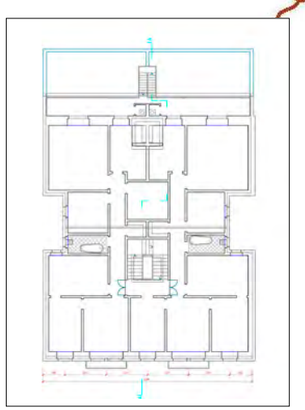
Fig. 17 Estruturas de ferro usadas em pavimentos, de forma generalizada, apoiadas em vigas de ferro forjado ou laminado, em colunas de ferro fundido, ou em paredes e colunas de alvenaria e cantaria (Palácio Sommer ao Campo de Santana).

A evolução tecnológica na indústria do ferro e do aço levou, por exemplo, à sua aplicação crescente, a partir de meados do século XIX, na construção de edifícios e outras construções (como pontes e viadutos rodoviários e ferroviários), quer em estruturas de coberturas de edifícios industriais, quer em edifícios correntes de dois ou mais pisos, formando estruturas integrais combinando, frequentemente, ferro fundido, forjado e laminado; ao contrário do que sucedeu praticamente em toda a Europa nas grandes intervenções urbanas das principais cidades, de Paris a Budapeste, em Portugal reagiu-se lentamente a esta inovação técnica, sendo poucos os casos em que esta arquitectura se impôs.
Em diversos casos, os elementos de ferro são utilizados de forma muito comedida, constituindo pavimentos de zonas húmidas e de varandas, recorrendo a vigas metálicas e pequenas abóbadas predominantemente de tijolo ao cutelo, formando estruturas completas de marquises e de escadas de serviço, geralmente adossadas à fachada posterior dos edifícios, por vezes constituindo as estruturas do rés-do-chão e respectivo tecto com colunas, vigas e pavimentos baseados em perfis de ferro.
São excepção as estações do caminho-de-ferro que nasceu precisamente neste período e que dele muito beneficiou, e os edifícios industriais ou similares; em habitação os exemplos são raros, designadamente em Lisboa, admite-se que por limitações de custo e porque o reduzido porte de edifícios correntes permitia usar com vantagem as soluções mais populares verificando-se, quase sempre, que os raros exemplos de arquitectura do ferro em edifícios habitacionais têm na sua origem a participação de arquitectos e engenheiros estrangeiros; um caso muito interessante é o da Casa-Estúdio Carlos Relvas, na Golegã, em que o ferro se combina com a alvenaria e com a madeira, numa harmonia que tornam hoje único este edifício.
A pressão urbanística que se faz sentir sobretudo a partir do último quartel do século XIX, nomeadamente com a expansão das cidades que, em Lisboa se traduziu no seu crescimento para Norte, afastando a cidade do rio, primeiro com a transformação e prolongamento do Passeio Público que deu lugar à Avenida da Liberdade e das suas zonas marginais, para Poente até ao Rato (com o chamado Parque da Liberdade), depois para Nascente, incluindo o Bairro Camões, pouco mais tarde com o traçado das avenidas novas, da Fontes Pereira de Melo ao Campo Grande, em vagas sucessivas a partir do final do século, esgotou a capacidade de resposta dos tradicionais construtores lisboetas e facilitou a invasão de forasteiros, vindos de zonas mais centrais do País, com destaque para a região de Tomar.

Com capacidades técnicas muito irregulares, do muito bom ao péssimo, e muitas vezes somando pouca competência à ganância de promotores que queriam tirar o máximo proveito da fraca planificação, vieram a ter má fama esses forasteiros, depreciativamente alcunhados de patos bravos de Tomar e, a partir dos primeiros anos do século XX, conhecidos generalizadamente como "gaioleiros", em função da qualidade sub-humana que alguns edifícios ofereciam, tão mal construídos que chegavam a colapsar antes do final dos trabalhos, para desespero dos que esperavam pela sua casa de morada de família.







Deve dizer-se que a generalização desta designação a um período inteiro e a todos os que então ergueram edifícios, é injusta, pois não só os construtores lisboetas tradicionais continuaram o seu labor sem perda de qualidade, como muitos dos que vieram foram responsáveis por algumas das melhores obras que então se construíram; bastará lembrar os Prémios Valmor atribuídos nas primeiras décadas do século XX para ter a certeza sobre os perigos de generalizações abusivas e não fundamentadas.
Estas tipologias construtivas que já fizeram 100 anos, ou disso estão próximas, apresentam diversos problemas provenientes, quase sempre, da ausência de manutenção periódica e de falta de obras de conservação, sendo frequente encontrar as estruturas metálicas muito oxidadas e com perdas relevantes de secção, ou mesmo fracturadas, como sucede frequentemente com pilares e outros elementos de ferro fundido; muitas vezes também se verifica o subdimensionamento das estruturas, desde os pavimentos de madeira aos tabiques deste material ou de tijolo, bem como, por exemplo, em coberturas metálicas, cuja segurança era apenas verificada para a acção de cargas verticais, permitindo observar vulgarmente fenómenos de encurvadura de elementos metálicos associados à acção do vento; mas, dada a reduzida importância que estas últimas estruturas assumem no mercado da reabilitação, será apenas referido que, quando o técnico se depara, talvez com surpresa, com esta

Fig.18 Plantas e corte de um edifício "gaioleiro", construído no início do século XX.

Fig. 19 Vista das fachadas principal e posterior de edifícios gaioleiros.

tipologia estrutural tem que cuidar antes de tudo e de todos, de proceder a um estudo de diagnóstico que ajudará encaminhar algumas opções do projecto geral e que fornecerá pistas essenciais para as decisões de reparar, reabilitar ou substituir.
Importante é salientar que nos edifícios desta época e com estas características, pelo menos os piores entre eles, se verificam frequentemente vícios de projecto e de construção que afectam significativamente as suas estruturas de alvenaria e madeira, incluindo as respectivas fundações, frequentemente mal cuidadas
Assinale-se ainda que nesta tipologia de edifício, quando existe uma estrutura de transição, em que as paredes dos andares elevados são suportadas no rés-do-chão até às fundações, por colunas de ferro, ocorrem quase sempre graves situações de insegurança em relação à acção dos sismos, por efeito da súbita quebra de rigidez da estrutura do edifício.
Esta situação, simples de constatar, mas de concretização nem sempre fácil de verificar, significa igualmente que estes edifícios merecem um olhar prévio e atento do engenheiro de estruturas, que deve estar preparado para a necessidade de obter informação relevante sobre o existente, de modo a apoiar o próprio processo decisório; é, pois, determinante a sua intervenção, desde o início, entre outros motivos para entender até que ponto é merecida ou injustificada a designação pejorativa de "gaioleiros" e de que modo é que a arquitectura pode ser condicionada.

As versões mais pobres da construção "gaioleira" vão desaparecendo por si mesmas, umas caíram durante a construção, como é sabido, outras ficaram com maleitas estruturais tão graves que, para se lhes perceber a importância, basta ler os arquivos municipais em que se acumulam queixas, denúncias e intimações, obras mais ou menos atamancadas e, com frequência, a quase inevitável demolição e reconstrução com novas estruturas, para alívio de muita gente.

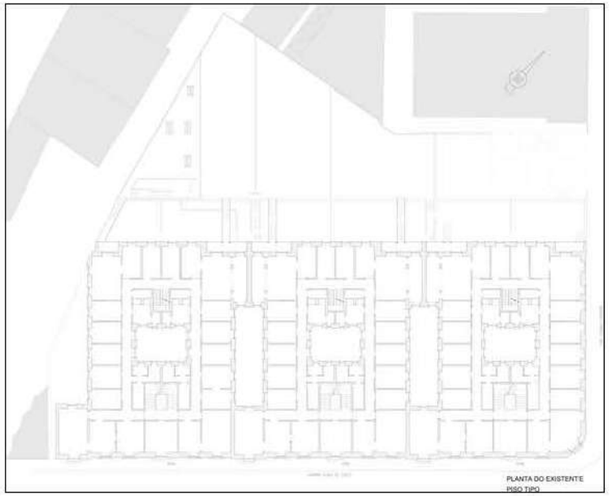
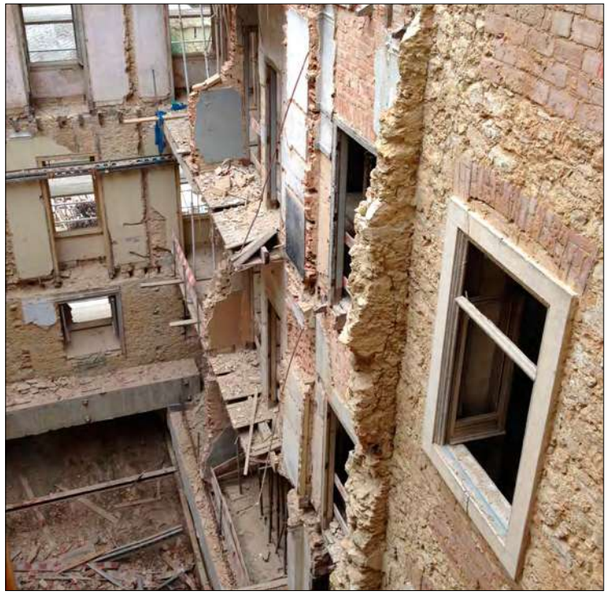


Fig. 20 Planta e alçado de um "gaioleiro de grande qualidade construtiva na Avenida Duque de Loulé, com paredes interiores predominantemente de tijolo, combinadas com tabiques de madeira.

A resolução dos problemas mais graves colocados por este tipo de edifícios foram assim sendo resolvidos com o tempo, restando, apesar disso, milhares de edifícios dessa época que se mantêm activos e ocupados; pondo de parte os exemplares construídos com rigor que não costumam representar problemas de monta a não ser para investigadores especulativos e de vistas curtas, os "gaioleiros" propriamente ditos que são reabilitados apresentam geralmente estruturas débeis, subdimensionadas, mal interligadas e com o tempo foram-se confundindo as funções das paredes principais e as de compartimentação, assumindo-se todas como parte da estrutura, em face das deformações e deslocamentos sofridos pelo edifício.
É isso, verdadeiramente, que determina a relevância da intervenção estrutural, já que cabe ao engenheiro de estruturas assegurar, desde o início, uma identificação clara das tipologias construtivas em presença, orientando assim as opções arquitectónicas, por exemplo, no que se refere à reorganização espacial que implique a supressão de paredes; os tabiques, todos olhados com desprezo, podem dar origem a erros trágicos.

Fig. 21 Utilização de tijolos "pequenos" com 22cmx11cmx7cm, num edifício do período dos "gaioleiros", chamando-se a atenção para o correcto imbricamento dos mesmos, entre si e na ligação a paredes de alvenaria ordinária.



A transformação operada na indústria cerâmica, com a descoberta e banalização de novos equipamentos, levam a um rápido desaparecimento (salvo em zonas específicas praticamente limitadas ao Alentejo e Algarve) das baldozas, tijolos maciços tradicionais, de origem romana ou anterior, e à sua substituição por tijolos de dimensões mais ou menos normalizadas, mais leves por passarem a incorporar furos, e com características dimensionais e mecânicas mais estáveis, devido ao uso dos novos processos industrializados, nomeadamente na cozedura.

Fig. 22 Paredes de tijolo e de tabique de diferentes constituições e espessuras, função do papel estrutural desempenhado pelas mesmas; em bibliografia e em projectos da época, estas paredes mais espessas mantêm a designação de frontais.

Fig. 23 Ligação entre paredes de alvenaria de tijolo com diferentes funções estruturais.

Não surpreende que, coexistindo com os "gaioleiros" mais representativos da tipologia, cujo interior era quase totalmente construído em madeira, surjam cada vez mais edifícios com paredes interiores fabricadas com os tijolos antes referidos (com dimensões aproximadas de 22cmx11cmx7cm, sendo interessante assinalar a permanência da influência do palmo de craveira como medida modular), mantendo-se os pisos com vigamentos de madeira, excepto os de zonas húmidas (cozinhas, instalações sanitárias, varandas e marquises, etc.) e recorrendo ao betão armado em lajes finas ou a pavimentos com vigas de ferro e pequenas abóbadas de alvenaria já atrás mencionados.
Tudo que se de referiu a propósito dos "gaioleiros" é válido para esta sub-tipologia construtiva, apenas se salientando que, de um modo geral, as construções com paredes de tijolo, ao cutelo, a meia vez, a vez ou mais espessas ainda, se apresentam com aspecto muito mais robusto do que o dos seus congéneres de madeira, desde que se assegurem boas fundações (são edifícios muito mais pesados) e adequadas ligações entre paredes à custa do correcto imbricamento dos tijolos.
Nestes edifícios pode dizer-se que todas as paredes têm uma função estrutural a desempenhar, seja para suportar e transmitir piso a piso, até às fundações, as cargas permanentes e as de utilização, seja para assegurar o travamento eficaz entre paredes, condição essencial para assegurar um desempenho sísmico pelo menos razoável; nestas condições fica, de novo, evidenciada a primazia da intervenção do engenheiro de estruturas, desde o início do processo de investimento e de uma dada promoção imobiliária em edifícios desta natureza, pois não pode validar-se à partida a supressão generalizada do que parecem ser paredes secundárias mas que, na verdade, têm um papel determinante no comportamento global destas estruturas.
A partir do final do século XIX, o betão armado começou a fazer a sua aparição nas obras de construção de edifícios, primeiro de forma pontual, com base em soluções patenteadas, depois generalizando-se quando esta tecnologia começou a ser dominada por um número crescente de engenheiros e construtores, surgindo os primeiros regulamentos técnicos que fazem o "state of the art" e, de certo modo, ensinam e orientam os projectistas e construtores para uma boa concepção, projecto e execução das novas estruturas.
O Regulamento de Betão Armado de 1935, independentemente da existência de anterior produção normativa e regulamentar, vem marcar definitivamente aquilo que será o domínio do betão armado como material estrutural no País que se irá sentir a partir da década de 40 do século XX.
A primeira grande alteração, que surge de uma forma natural, dá-se quando, simplesmente, se substituem os pavimentos de madeira por finas lajes de betão armado, com espessuras que raramente ultrapassam os 10cm, muitas vezes armadas com uma só malha de varões de aço, sem mesmo assegurarem a continuidade do elemento sobre os apoios.
Em alguns casos, nomeadamente quando os pisos térreos se destinavam a uma função não habitacional, verifica-se ainda a criação de um piso de transição, no tecto do rés-do-chão, com uma estrutura porticada de grandes vigas e pilares de betão armado localizada em coincidência com os alinhamentos dos pisos superiores, suportando, portanto, todo o peso dos andares elevados.
Estes são os que se designam por edifícios de transição (para o betão armado), em que parte significativa da estrutura é ainda de alvenaria, mas onde já existe uma presença significativa do novo material.
Tais edifícios têm vida efémera, surgindo em pequena quantidade nos anos 30 e atingindo o seu apogeu e queda no início da década de 50 do século XX, altura em que quase desparecem as alvenarias resistentes e passam a dominar as estruturas reticuladas, primeiro, e as estruturas laminares (estruturas com paredes) e mistas depois, estas sobretudo a partir de meados da década de 70.
No âmbito do que aqui se entende por edifícios antigos, os chamados edifícios de transição são os seus últimos representantes e vale a pena olhar para eles com alguma atenção, para se entender a importância que tem a intervenção dos engenheiros de estruturas.
De facto, quando comparamos esta tipologia estrutural e construtiva, verificamos que a sua aparente modernidade, traduzida na exteriorização de novas modas nas fachadas e pelo uso mais intenso de novos materiais de produção cada vez mais industrializada, é contrariada, por um lado, porque exteriormente é muito difícil adivinhar se se está perante um gaioleiro ou um edifício de transição, pois as fachadas são similares e às vezes mesmo ironicamente iguais; depois, porque certas provas fáceis de fazer como saltar sobre um piso e perceber a sua vibração nem sempre é conclusivo, dadas as baixas frequências de lajes de betão, que chegam a ter apenas 7 ou 8 cm de espessura, que se confundem com as dos pisos de madeira, quando estes têm continuidade, apoios generosos e tarugamentos cuidados; mesmo as paredes de alvenaria não são suficientes para marcar a distinção pois, como atrás se referiu, há "gaioleiros" com

Fig. 25 Desenho de lajes de betão armado, apoiadas em paredes de alvenaria.

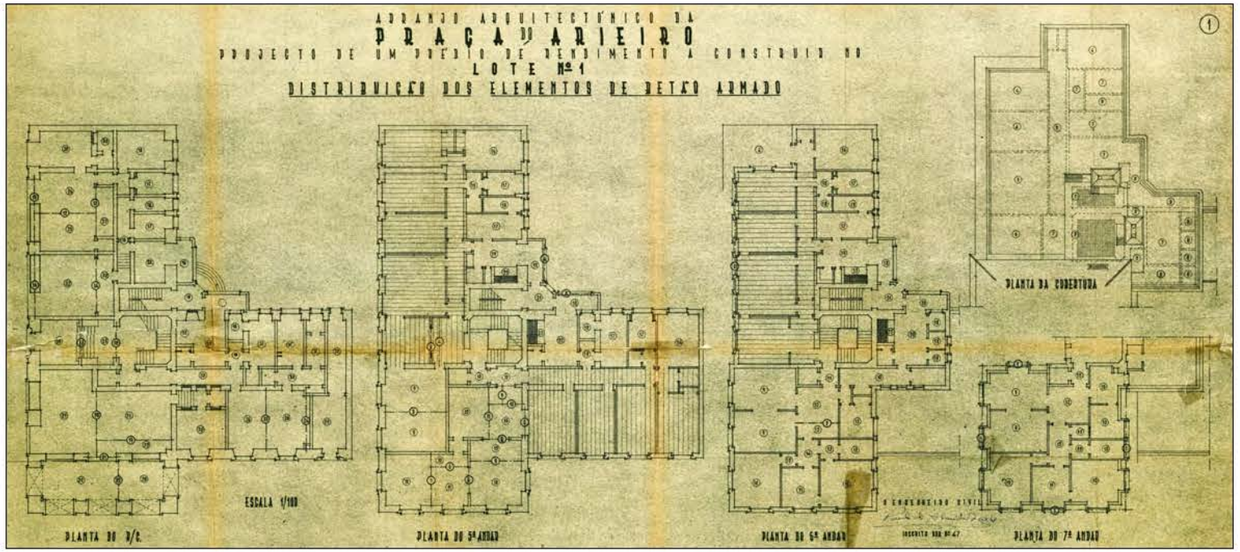


Fig. 24 Plantas de andares de um edifício de transição, com paredes de alvenaria de tijolo no interior, por vezes com pórticos de betão armado nas fachadas, e com lajes maciças, finas deste mesmo material.

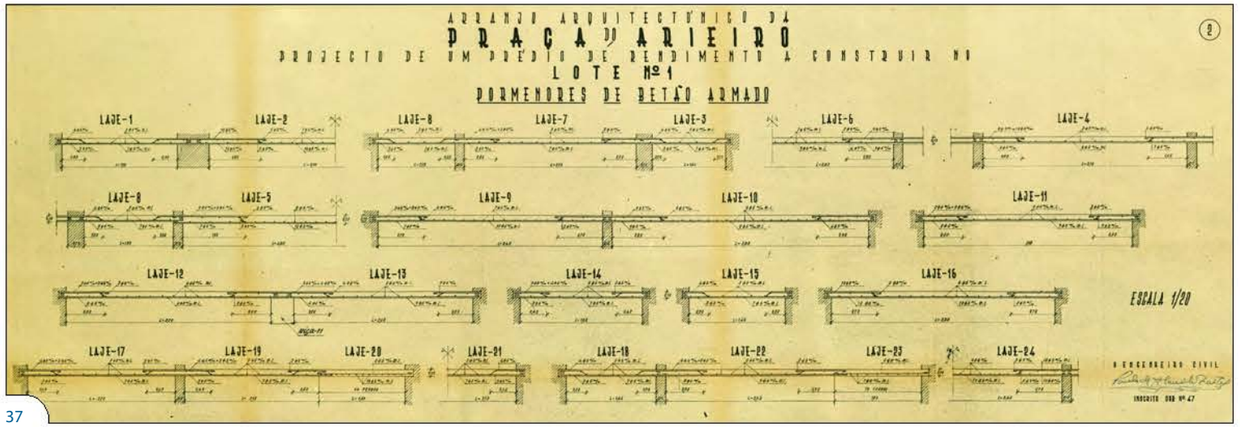
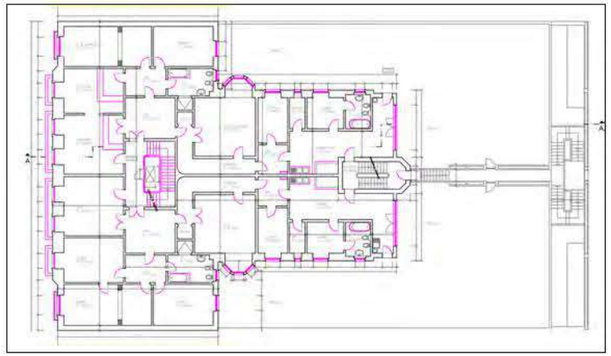
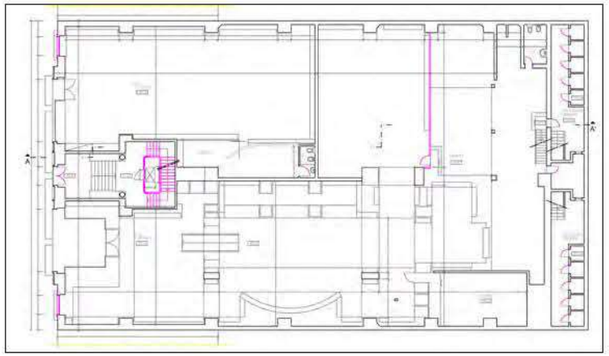


Fig. 26 Plantas de andar elevado e do rés-do-chão de edifício de transição, sendo observável nesta a supressão generalizada de paredes dos pisos elevados e o recurso a vigas e plares de betão armado.
Fig. 26 Avenida Guerra Junqueiro. Fot. António Castelo Branco. Anos 50. AML





APRESENTAÇÃO

João Appleton

paredes de tijolo e vigas de madeira, mas também os há com tabiques de madeira, de variadas tipologias e modos de construir. Isto significa que os edifícios de transição, pelo menos os mais antigos dos anos 30, são, na sua essência arquitectónica, basicamente iguais, ou muito semelhantes aos "gaioleiros" que os precederam e, por vezes, têm origem num mesmo projecto em que se adaptam soluções de madeiras a lajes de betão e vice-versa, geralmente em função do custo comparado da madeira com o do betão e do aço.
Relativamente aos "gaioleiros", os edifícios de transição apresentam vantagens – são edifícios "de placa", naqueles tempos sinónimo de superioridade técnica, ideia que ainda hoje perdura -, que derivam, sobretudo, da robustez que lhes é conferida pelo travamento geral que as lajes de betão oferecem, sobretudo quando complementadas por lintéis e vigas construídos ao nível de cada piso, geralmente confinadas às paredes exteriores.
Apresentam ainda vantagens do ponto de vista acústico, sobretudo porque conferem melhor isolamento a sons de condução aérea, por efeito de terem muito mais massa, se as lajes não forem excessivamente finas, vibram habitualmente menos que os pisos de madeira, são, resumindo, mais confortáveis e transmitem uma mais acentuada sensação de segurança.
Mas os edifícios de transição podem representar situações bem mais severas do que os "gaioleiros" por distintas razões: são edifícios muito mais pesados, mais exigentes em termos de fundações e, também por isso, os esforços devidos à acção dos sismos aumentam significativamente, porque os edifícios têm maior massa e porque sendo mais rígidos, perdem a flexibilidade propiciada pelas velhas estruturas de madeira.
Esta situação pode ainda agravar-se em determinadas condições, a mais importante das quais é a frequente existência de pisos de transição, geralmente no tecto do rés-do-chão, os quais correspondem a uma súbita quebra de rigidez que constitui um dos mais sérios "crimes" quanto à segurança sísmica do edificado; uma segunda e igualmente importante questão, prende-se com a deficiente ligação entre paredes ortogonais e entre estas e os pisos de betão e as paredes que os suportam.
Nestes edifícios, a ausência de ligações mecânicas adequadas entre paredes ortogonais e a insuficiente ligação entre pisos de betão e paredes de alvenaria, podem ajudar a induzir em erro uma perspectiva baseada numa regular, densa e equilibrada distribuição de paredes resistentes; assinala-se ainda o risco de uma excessiva deformação das lajes de piso, muito susceptíveis para vãos superiores a 4m, dada a sua reduzida espessura e a muito baixa taxa de armaduras, que está na origem de riscos de fendilhação e de deformação.
Tudo isto significa que, muitas das alterações que frequentemente são colocadas sobre a mesa em edifícios com estas características, seja a demolição de paredes, a criação de grandes aberturas (de largura superior à de uma porta comum), o aumento de peso sobre as lajes com enchimentos e revestimentos pesados, as alterações de uso, o aumento do número de pisos ou a execução de caves, devem obrigar a uma prévia intervenção do engenheiro de estruturas que as viabilize, definindo, se tais alterações forem aceitáveis, as medidas compensatórias que devem ser tomadas e, eventualmente, adoptando medidas complementares que conduzam a um melhor desempenho estrutural destes edifícios.
Considera-se que os edifícios com esta tipologia que, à partida, pareceriam os mais "pacíficos", apresentam, na realidade riscos potenciais muito elevados, nomeadamente porque as alterações são realizadas ou em regime de "auto-construção", ou porque arquitectos e engenheiros não têm a mínima noção das estruturas com que estão a lidar, agindo como se estivessem perante edifícios com estruturas integrais de betão armado, em que as paredes de alvenaria se limitam a preencher espaços entre vigas e pilares de betão.
Como se viu, ao longo desta exposição, o engenheiro de estruturas pode, e em alguns casos, deve estar no centro das primeiras e essenciais decisões que ditam o futuro de uma intervenção de reabilitação; quem não tiver isto em conta, quando entenda iniciar um processo de reabilitação de um edifício antigo, pode estar a dar o primeiro passo para o insucesso.
Sem querer pôr em causa o lugar de liderança que ao longo de um processo de reabilitação deve pertencer ao arquitecto, mas condições referidas, nos tempos mencionados, não valerá a pena valorizar um pouco mais a relevância que pode e deve ter o engenheiro de estruturas? Espera-se que o texto produzido ajude a uma reflexão construtiva e sensata e as imagens que se anexam poderão ajudar a entender a importância determinante que, em muitos casos, a estrutura pode ter, até mesmo justificando a condução inicial do processo de reabilitação.
(Seguem-se os filmes em Videos duque de Loulé)

REABILITAÇÃO TÉCNICA/CULTURAL (RE)CONHECIMENTO, CELEBRAÇÃO E BEM-ESTAR

Victor Mestre
Sofia Aleixo

O tema da reabilitação de edifícios antigos adquiriu, na actualidade, relevância na opinião pública, alargando-se assim o debate ao cidadão, cativando-o para a participação cívica na salvaguarda, física e cultural, da cidade, do bairro e, em particular, do espaço de maior proximidade e vivência colectiva, nomeadamente a moldura edificada onde habitam. A democratização do tema ampliou-se em diversos sectores, incluindo as organizações profissionais, empresas e gabinetes técnicos e, dentro destes, verifica-se a tendência para uma certa ideia de especialização autonomizada, como garante de credibilidade técnica, logo de êxito na acção.

Tal possibilidade contraria o sentido de equipa pluridisciplinar, devidamente coordenada, de modo a atender ao conjunto de materialidades, valências espaciais e ambiências estabilizadas por ciclos de vivências efectivas e afectivas no património a intervencionar. A salvaguarda da unidade da identidade patrimonial em presença será bem-sucedida se todos estes factores se mantiverem, na sua justa medida, num estável e duradouro equilíbrio. Este mais não será do que a harmonização do sentido a que se destina a "habitabilidade" do edificado. A presença de valores históricos/arqueológicos e/ou de artes decorativas, quando observados em exclusividade, tendencialmente são considerados autonomamente, relativizando o contexto global onde se integram. Ao secundarizarem-se outras valências, outros sentidos, como materiais, técnicas e tecnologias construtivas, a própria transição da identidade sociocultural do imóvel para um novo ciclo de uso, fica-se aprisionado por um tempo descontinuado.

Um projecto de reabilitação de um edifício antigo, por mais singelo que seja, implica uma cuidada investigação no âmbito da sua história, onde a sua constituição física é parte integrante. Quando observamos um edifício através do filtro da salvaguarda patrimonial, não raras vezes se secundariza o sentido do uso, o sentido das unidades espaciais, dando maior relevância às paredes que configuram esses espaços, sendo estas o âmago do mesmo. A salvaguarda exclusiva da(s) materialidade(s) tende a empobrecer a qualidade ambiental das espacialidades, retirando-lhes a autonomia de que necessitam para se destacarem de um determinado tempo histórico e, assim, se comutarem nas identidades culturais sucessivas, actuais e futuras. A reinfra-estruturação, onde se incluem as questões dos reforços estruturais, integração de novas tecnologias, menos

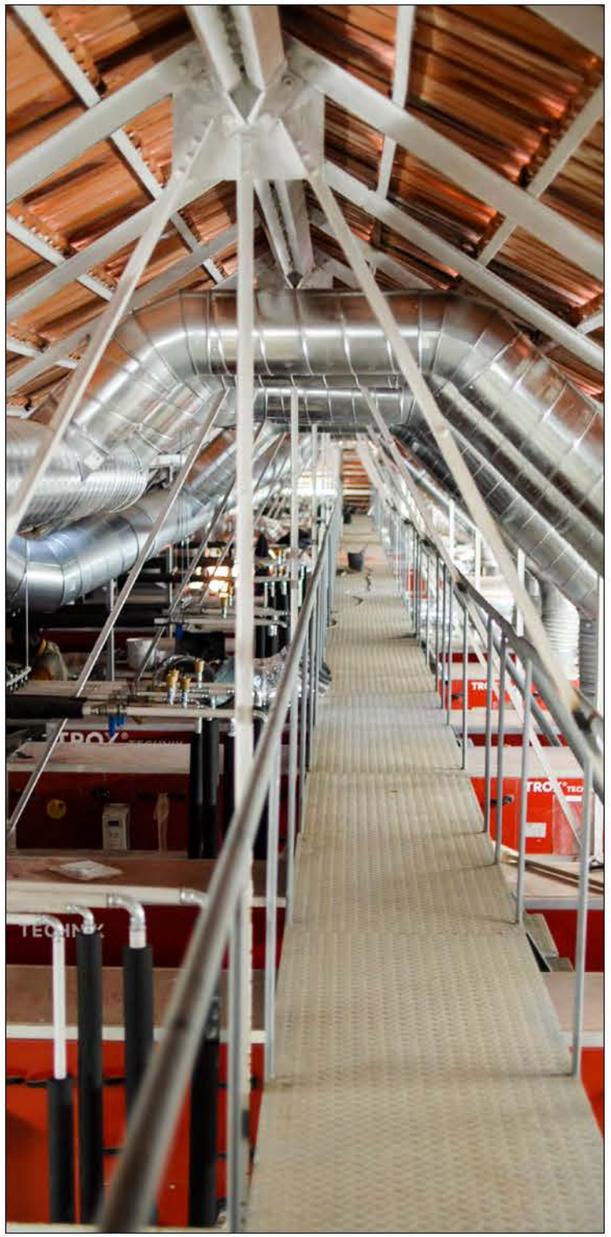
APRESENTAÇÃO

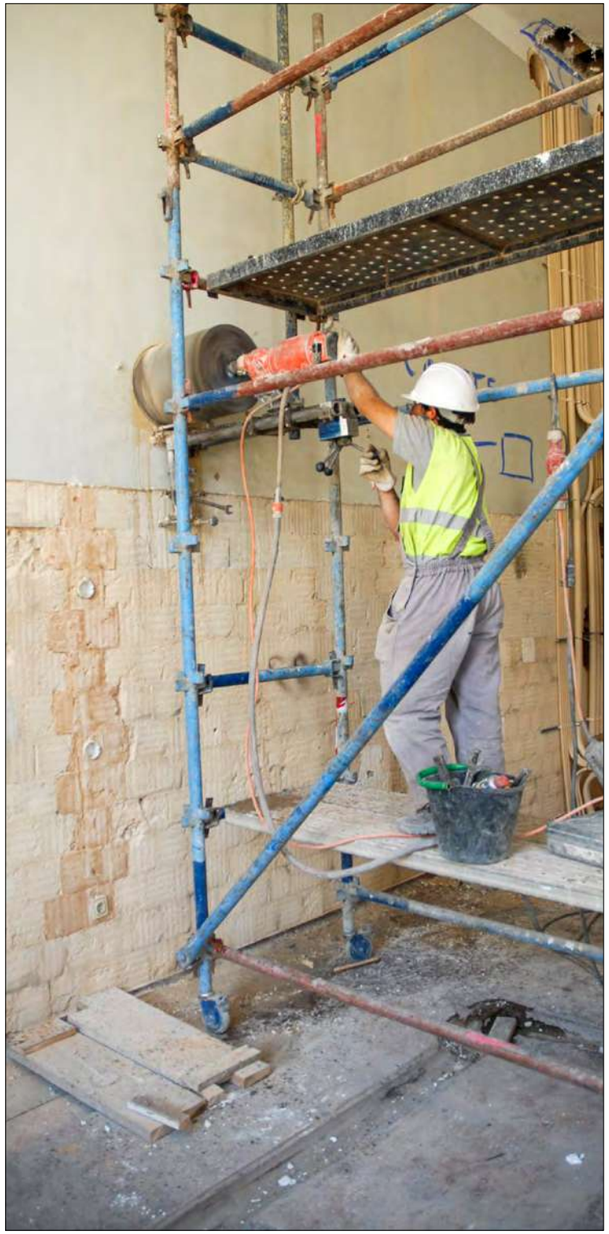
João Appleton

intrusíveis e, por essa mesma razão, mais exigentes no acerto do cálculo estrutural, terá também em linha de conta a preservação das soluções preexistentes, refuncionalizando-as/validando-as no tempo actual, pois estas são parte integrante do valor patrimonial do edificado. Tal como outros sistemas mais ou menos precoces que foram ganhando lugar nos edifícios, em face das sucessivas invenções desenvolvidas no século XX, dever-se-á igualmente considerar se deverão permanecer e/ou ser reajustadas. Algumas correspondem a simples circuitos de ventilação passiva, constituindo autênticos "fusíveis" de segurança e eficiência.

Ao percepcionar-se toda a unidade, incluindo os sinais de degradação, o que se oculta atrás dos revestimentos, os materiais e as suas múltiplas combinações/agregações, compreendemos as questões tecnológicas em presença e associamo-las às artes da construção e estas aos processos laborais que lhe deram existência. Estas realidades estão estritamente relacionadas com o seu tempo sociocultural económico e político, integrando-se, assim, num contexto societário temporal.
Nesta fase de observação, estaremos perante um processo e não num projecto. A sua ausência na maioria das intervenções contribui para que algumas áreas/disciplinas, sobretudo as relacionadas com a história, com especial incidência a arqueologia e as artes decorativas, se imponham perante o contexto, desregulando o sentido a que se destina a intervenção. Que fique claro que não estamos a excluí-las do processo, apenas notamos que a sua primazia/exclusividade, desligadas da coordenação global, torna o processo prisioneiro de um determinado tempo histórico, comprometendo o sentido objectivo do utilizador, que habita a sua contemporaneidade no seu espaço.
E será neste contexto que o utilizador procura o ideal de conforto, harmonia e bem-estar associado às invenções/inovações contemporâneas, codificadas socialmente como úteis e confortáveis. Estas deverão harmonizar-se com as preexistências, no sentido do possível convívio com a memória cultural, mas não podem ficar suas prisioneiras.

Tocamos de novo no âmago do sentido das actualizações dos edifícios antigos, ou seja, a sua justa infra-estruturação, onde será expectável um pensamento articulado de todos os intervenientes no processo e no(s) projecto(s).
Para se reinstalar um determinado programa funcional, incluindo o original, não são apenas as questões tecnológicas que condicionam o êxito da operação,

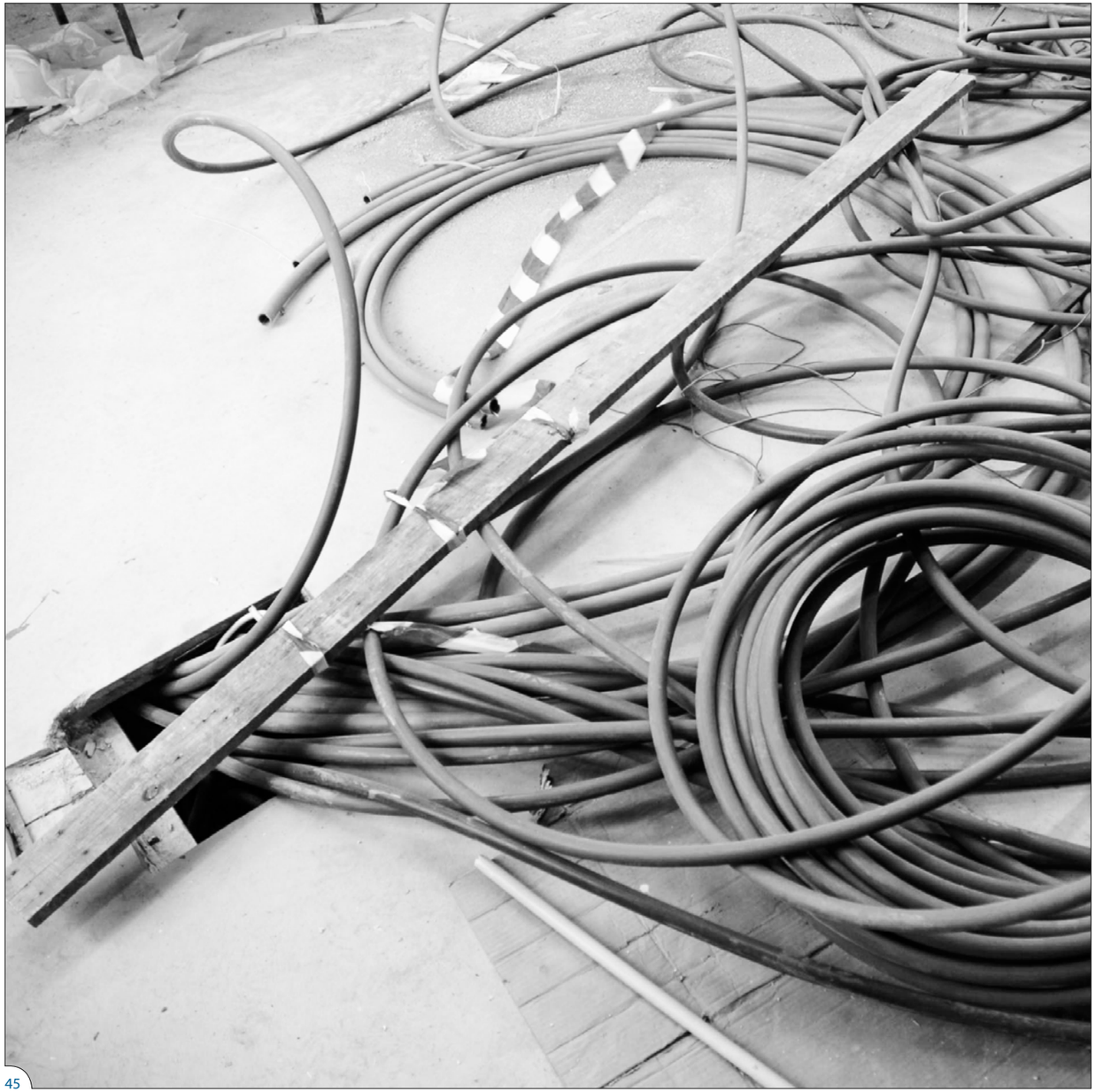




será sobretudo a aptidão do(s)projecto(s) para se integrarem quase que imperceptivelmente, por via do que se codificou denominar "boas práticas de intervenção", parte integrante de uma explícita ética de intervenção.
A correlação entre coisa física, estrutural/funcional, memória/ambiência, espacialidades preexistentes e a sua renovação/actualização resulta da sua inter-relação através da selecção do essencial. Essa selecção corporiza as transferências temporais imperceptíveis, numa lógica de continuidade do que se considera importante/valioso, tanto na requalificação das materialidades, como também, e em simultâneo, das ambiências que, em conjunto, configuram uma ideia de conforto, de bem-estar contemporâneo em espaços/edifícios antigos.
A questão fundamental de um projecto de reabilitação tem, no nosso entender, uma questão de fundo incontornável, precisamente o sentido que atribuímos à(s) autoria(s), do projecto original, ainda que, na maioria dos casos, seja anónima.

Na verdade, ao intervirmos numa preexistência, estamos como que a reinterpretar uma explícita partitura, escrita por um autor, num determinado tempo histórico e estético.
E, tal como um maestro que, antes de ensaiar a orquestra, estuda minuciosamente o libreto, cada tempo da partitura, em face de cada instrumento, descobrindo/interpretando as tonalidades da composição na justa articulação das partes, também o coordenador dos projectos estuda e aprofunda a preexistência enquanto composição una e harmoniosa.
Perante a ausência de continuidade, procura identificar o elemento em falta ou simplesmente desligado para, de novo, reconfigurar o discurso e repor a unidade compositiva. Ao detectarem-se dissonâncias, escalas autonomizadas por adições ou por percas materiais, percepciona-se a ruptura com a unidade estética, e todo o conjunto se destabiliza.

O coordenador dos projectos tem, assim, uma imperiosa obrigação ética para com o autor da obra original a intervencionar e, na impossibilidade histórica de reactivar um diálogo, terá de elevar a sua condição de técnico, associando a sua dimensão ética.
Para melhor percepcionarmos o quanto este compromisso é relevante, dou à leitura, com o sentido de metáfora, um documento paradigmático, escrito em 2003 pelo arquitecto catalão Antoni González Moreno-Navarro que, perante o restauro de uma obra de Antoni Gaudí, precisamente a igreja da Colonia Güell, resolve estabelecer uma



conversação ficcionada com o mestre; desse extenso e excepcional documento, escolhemos o seguinte trecho:

"– Mire, mire, Gonzaléz, lo que dicen a propósito de la iglesia que usted restaura!: que la proyecté así porque quise imitar la naturaleza... Y que mis columnas están torcidas como los árboles... Y que la columna central del pórtico es como una palmera, tal vez como un olivo... Ay, Dios mío! Mire, González: yo siempre supe que una cosa es la naturaleza y otra la construcción. Y que tienen leyes, programas y técnicas muy diferentes. Lo que dije fue que era necesario aprender de la naturaleza, pero nunca que fuese preciso copiarla. Mis columnas son inclinadas por razones de estática y de estética, mientras que si los árboles lo están es porque les fallan las raíces o el terreno, porque sopla el viento, porque buscan el sol o porque están enfermos. Además, los árboles no aguantam ningún peso (las hojas no pesan demasiado), y las columnas sí. Téngalo en cuenta cuando las restaure."
in Moreno-Navarro, Antoni González (2003), *Restaurar Gaud: Diálogo con el maestro a propósito de la iglesia de la Colonia Güell,* Bacelona, Diputació de Barcelona, p. 6.

Antoni González, enquanto chefe de serviço do Património Arquitectónico da Autarquia de Barcelona, protagonizou dezenas de intervenções em relevante património catalão, simultaneamente património da humanidade, sendo autor de diversas publicações, de que se destaca a sua proposta teórica "Restauro Crítico", onde explicita os princípios norteadores da sua concepção de intervenção em património. Convocámo-lo, precisamente, por este caso constituir um paradigma. Não sendo consensual no meio, é também por isso um caso a reflectir. Segundo as suas palavras, a sua ideia de intervenção tinha por objectivo:

"(...) garantizar la transmisión de la obra de Gaudí a las futuras generaciones «con toda la riqueza de su autenticidade», dar edifício y su entorno una nueva imagem, coherente con su significación colectiva, local y universal (que mal podía assumir su aspecto de ruina a de obra fracasada), y conseguir que el edifício, como inmueble en activo, garantizara a los usuarios la seguridad y las prestaciones exigibles hoy."
in Moreno-Navarro, Antoni González (2002), "Restauración de la iglesia de la Colonia Güell", in *Informes de la Construcción*, vol. 54, n.º 481-482, pp. 38-39.

Antoni González procurou como que comutar um edifício em pré-ruína e sem função activa, mas de reconhecido valor patrimonial, para um tempo novo de utilização. Nesse processo intelectual, emergiu o sentimento de luto não só pelo que se perdeu, mas sobretudo pelo facto de o projecto original não se ter concluído porque Gaudí abandonou a obra em 1914.
O que aqui se pressupõe que esteve em causa, para além da demolição de artifícios neogaudianos, teria sido a continuação da obra inacabada, seguindo o projecto original sem Gaudí, daí a conversa fictícia com o Mestre. É que, sobre o restauro e a regeneração do uso de uma obra inacabada, levantam-se questões éticas que se colocam a todos os técnicos intervenientes, e não apenas ao arquitecto coordenador da operação.
Todos os técnicos que contribuíram para a "habitabilidade" deste edifício, perante os padrões de conforto actuais e não de há cem anos, debateram-se com os mesmos sentimentos, emoções e posicionamento cultural, para além da dimensão técnico-científica de cada especialidade. A exigência subjacente a uma equipa movida por estes princípios tem implícito que cada disciplina incorpore na sua abordagem técnica o seu contributo cultural, sintonizado com o espírito da intervenção.
Nenhuma especialidade deve ser desligada desta abordagem nem se considerar a menorização de alguma delas, sob pena de se comprometer a harmonia e o equilíbrio da intervenção.
Uma longa prática de separação das especialidades do âmago do projecto, do acto criativo, que se prolonga no projecto de execução e na própria obra, põe em risco a sintonia de todas as partes indispensáveis para a unidade da obra.
A consciência, o conhecimento e a dimensão cultural, tal como a cidadania, são transversais às profissões, pelo que não se trata apenas do técnico de restauro, do arquitecto, do engenheiro ou, mesmo, do responsável pela iniciativa, mas sim do cidadão que se distingue no espírito de equipa e a eleva ao praticar o bem no interesse comum.
E sobre este tema reflectimos de novo com a ajuda das palavras de Antoni González:

"En consecuencia, se confirmaron como medios básicos el dar por acabada la actuación de Gaudí, es decir, renunciar a continuar «su» obra –desistir de la tentación de «hacer Gaudí sin Gaudí»–, y, al mismo tiempo, el completar el edifício como tal, como arquitectura al servicio del usuario, al margen de ser o no una creación gaudiniana."
in Moreno-Navarro, Antoni González (2002), "Restauración de la iglesia de la Colonia Güell", in *Informes de la Construcción*, vol. 54, n.º 481-482, pp. 38-39.

Intervir numa preexistência através da coordenação de uma equipa pluridisciplinar, técnica e culturalmente exigente, reduz substancialmente a margem de erro na actualidade e, tendencialmente, não compromete a possibilidade futura de se beneficiar da evolução do pensamento filosófico e da descoberta científica.

Nota
As imagens deste artigo reportam-se à intervenção de reabilitação na Escola Básica e Secundária Passos Manuel

A ENGENHARIA DE ESTRUTURAS E AS INSTALAÇÕES E SISTEMAS TÉCNICOS: COOPERAÇÃO E ANTAGONISMO

Serafin Rodriguez Graña CV

Introdução

A reabilitação desde os anos 60 e 70 do séc. XX, começou a impor-se pela força de uma forte visão e, pode mesmo dizer-se, paixão cultural, sobre o património construído, por parte de historiadores, de arquitetos e de engenheiros com sensibilização muito direcionada para toda esta temática. A reabilitação veio assim estabelecer um novo paradigma para o projeto urbano, apesar da pressão dos agentes económicos imobiliários que numa visão meramente economicista e de lucro fácil, procurava demonstrar que mais valia "deitar abaixo e construir de novo", pois a nova construção seria mais económica, mais segura, mais confortável e poderia ser dotada de maiores facilidades técnicas, difíceis de obter quando da reabilitação de edifícios existentes.
Os edifícios, através da sua arquitetura, dos processos construtivos de obra civil aplicados e das técnicas utilizadas para o conforto humano são um repositório de história das civilizações e da humanidade em geral.
Sem conhecermos o passado, não compreenderemos o presente e não poderemos preparar o futuro. Este é um conceito transversal a todas as disciplinas do conhecimento. Também a história recente tem mostrado através de múltiplos exemplos que é possível reabilitar e requalificar edifícios antigos, de características marcantes e datadas, que importa a todo o custo preservar. Por outro lado, a sociedade contemporânea tornou-se hoje mais exigente, ao interiorizar valores tais como a qualidade, a segurança e a sustentabilidade, obrigando a uma indispensável cooperação interdisciplinar entre todos os intervenientes, proprietários, arquitetos e engenheiros, de modo a que se possam assegurar as necessidades e os valores contemporâneos sem comprometer as gerações futuras.

Como reabilitar e ao mesmo tempo inovar?

A reabilitação de um edifício compreende em geral um conjunto de intervenções, que passam pela arquitetura, pela engenharia de estruturas e pelas engenharias das instalações e sistemas técnicos, que no seu todo visam, desde logo aumentar a vida útil desse edifício, valorizando-o economicamente e ao mesmo tempo melhorando a qualidade de vida dos seus ocupantes, através da melhoria das condições de conforto ambiental interior. Este conforto compreende um amplo leque de conceitos e práticas, desde o conforto sanitário, passando pelo conforto térmico, visual, acústico e pelo controlo da qualidade do ar interior, vetores que não poderão deixar de ter em atenção os requisitos de eficiência hídrica e de eficiência energética.

Para se atingir estes desígnios é indispensável um estreito diálogo conceptual entre a arquitetura e todas as especialidades.
Centrando-nos no tema nuclear do presente artigo "A engenharia de estruturas e as instalações e sistemas técnicos: cooperação e antagonismo" comecemos por salientar que a engenharia de estruturas tem, inevitavelmente, uma primeira e forte presença em qualquer projeto de reabilitação pois será, após a fase de conceptualização e a definição das respetivas bases programáticas, o ponto de partida que permitirá determinar a opção por uma ou outra solução técnica a aplicar no edifício a reabilitar.
A implementação de soluções técnicas têm muito a ver com o tipo de uso que se pretende para o edifício em questão e se estamos perante uma mudança de uso ou não. Por exemplo, as situações serão distintas se estamos em presença de um edifício antigo que na sua origem era um edifício de habitação e se pretende agora reabilitar e requalificar para edifício de serviços, destinado a escritórios, cultura ou lazer ou se estamos, por exemplo, perante a requalificação de edifícios industriais destinados a serviços ou mesmo até habitação. A alteração de uso determina logo à partida a densidade e os níveis de complexidade das instalações e sistemas técnicos que poderão ser aplicados, pelo que o desenvolvimento do projeto, deverá atender às especificidades de cada caso.
Há no entanto, nos edifícios antigos de interesse reconhecido, uma carga histórica e cultural, que condiciona o leque de opções a tomar, devendo qualquer intervenção ao nível das instalações e sistemas ser feita de forma o menos intrusiva possível.
Soluções idênticas não resolvem problemas de uma forma universal, face à diversidade de situações histórico-culturais e socioeconómicas, à existência de diferentes tipos de edifícios e ao leque de opções técnicas suscetíveis de implementação. Cada caso é um caso e deverá ser tratado como tal.
Os proprietários, os arquitetos e os engenheiros, conscientes dos objetivos a que se propõem, devem ser capazes de colocar questões relevantes, partilhar experiências e aprender em conjunto. Assim os edifícios tornar-se-ão mais sustentáveis e todos os intervenientes beneficiarão.
A sustentabilidade gera valor para todos, se todos os interessados forem capazes de trabalhar conjuntamente, de forma empenhada, transparente e partilhando mais-valias.

Inovar para quê?

Os edifícios não são apenas uma massa inerte. São o equivalente a "seres vivos", pois têm pessoas lá dentro. Os edifícios são construídos para as pessoas e daí existirem cuidados redobrados na sua construção ou reabilitação. O conforto interior de um edifício, no seu mais amplo conceito, é vital para o bem-estar dos seus ocupantes, onde passam grande parte do seu dia-a-dia (calcula-se que seja 90%) e é por isso determinante para o seu bem-estar e uma vida saudável. Ao projetar um edifício o foco deve ser a sustentabilidade como um todo.
As diferentes partes interessadas, administração pública e autárquica, associações, empresas e proprietários deverão interiorizar cada vez mais esta necessidade de adotar soluções construtivas sustentáveis.
Os edifícios sustentáveis não só apresentam benefícios imediatos para os proprietários ou locatários, proporcionando um maior período de vida do edifício, mas também mais-valias, garantindo, se for caso disso, negócios bem-sucedidos a médio e até a longo prazo.

O impacto das instalações e sistemas técnicos nos edifícios

As instalações e sistemas técnicos, dependendo do uso que se pretenda para o edifício, têm atualmente um forte impacto, quer ao nível da sua densidade, quer ao nível de atravancamentos, obrigando a que a arquitetura e as engenharias dialoguem entre si de uma forma transparente de modo a encontrarem a melhor solução para o cumprimento de todos os objetivos propostos programaticamente e regulamentarmente. É em geral um desafio árduo, mas gratificante quando a equipa de projeto no seu conjunto chega à solução final. Há cooperação e dificuldades a ultrapassar mas nunca antagonismo.
Enumeram-se seguidamente algumas situações com que os projetistas se deparam quando da reabilitação e requalificação de edifícios antigos ou mesmo em edifícios mais recentes.
De um modo geral são as instalações e sistemas de águas e esgotos e as instalações e sistemas de climatização que merecem particular atenção. Deverão satisfazer além das necessidades de conforto ambiental, também as exigências impostas pelo condicionamento acústico e os requisitos resultantes da segurança contra risco de incêndio. Os edifícios antigos apresentam sempre grandes constrangimentos uma vez que em geral as instalações e sistemas que anteriormente se enumeraram ou são rudimentares ou inexistentes. Daí o grande desafio que este tipo de edifícios representa para uma equipa projetista.

Instalações e sistemas de águas e esgotos

Nos edifícios antigos e que carecem de reabilitação os projetistas deparam-se com uma infinidade de anomalias provocadas pela obsolência de materiais e de equipamentos, que pela sua fadiga ou fim do tempo de vida útil se torna imperioso substituir.
Os equipamentos de distribuição de água, em edifícios existentes não reabilitados apresentam em geral deterioração elevada, quer por localização inadequada, quer por falta de proteção e uma completa ausência de manutenção (Fig. 1 e 2).

Fig. 1 Contadores e válvula SI

Fig. 2 Contador e grupo hidropneumático

As redes de distribuição de água, em edifícios antigos estavam baseadas em tubagem de ferro galvanizado (Fig. 3) e em algumas situações, estranhamente, ainda em ferro preto. Tubagens deste tipo estavam sujeitas a corrosão ou incrustações (ou ambas) elevadas, que acabavam por fornecer nutrientes e proteção para as bactérias.
Tubagens em material plástico (Fig. 4) também são suscetíveis de originar colmatações em especial em águas muito calcárias.
Vejamos alguns exemplos retirados de casos reais.

Fig. 3 Tubagem de ferro galvanizado colmatada por corrosão e incrustações

Fig. 4 Tubagem em policloreto de vinilo colmatada por calcário

As redes de drenagem de águas residuais e pluviais, em edifícios antigos eram executadas em manilhas de grés (Fig. 5) e em algumas situações mais antigas em coletores de pedra (Fig. 6) tendo sido inevitável a sua reconstrução (Fig. 7).

Fig. 5 Tubagem em manilhas de grés
Fig. 6 Coletor em alvenaria de pedra
Fig. 7 Reconstrução em betão de um antigo coletor de alvenaria de pedra

Também ao nível das drenagens de cobertura por queda livre (Fig. 8) como a drenagem de superfície de espaços exteriores envolventes dos edifícios (Fig. 9) encontram-se situações anómalas e sumidouros ausentes ou caleiras incorretamente dimensionadas conduzindo à erosão dos passeios e terrenos adjacentes e que necessariamente importará resolver.

Fig. 9 Caleira de drenagem superficial incorretamente dimensionada

Fig. 8 Descarga livre provocando a deterioração da calçada

Fig. 10 Entrada de ar sob vãos da fachada

Fig. 11 Saída de ar localizada nos tetos

As instalações e sistemas de ventilação

Em alguns edifícios antigos e nos projetos mais cuidados já se notavam preocupações com a qualidade do ar interior, embora nos dias de hoje e com o conhecimento científico adquirido se revelem ter sido insuficientes. Essas soluções, quando existentes, eram muito primárias e baseavam-se apenas em pequenas aberturas para entrada de ar (Fig. 10) e saída de ar (Fig. 11) de dimensões reduzidas, dado que os edifícios não dispunham de aquecimento ou arrefecimento nos espaços interiores. Procurava-se assim através de ventilação natural diferencial obter alguma ventilação e higienização dos espaços ocupados.

Fig. 12 Integração de grelhas em fachada

Ventilar, porquê? A ventilação é indispensável para assegurar a qualidade do ar interior e incrementar o conforto em especial nos meses quentes. Poder-se-á recorrer a ventilação natural, mista ou híbrida, a determinar em função de cada caso e das respetivas necessidades. Em qualquer das situações torna-se indispensável conseguir um adequado dimensionamento e integração de grelhas em fachadas (Fig. 12) e de grelhas no interior dos respetivos espaços (Fig. 13) em particular em edifícios sujeitos a reabilitação,

Em determinadas situações é possível combinar harmoniosamente grelhas de difusão de ar novo temperado por método de deslocamento e de grelhas que permitam o aquecimento ou arrefecimento por radiação e convecção através de grelhas frontais (Fig. 14).

A integração de todos estes elementos que, admite-se, são sempre intrusivos, poderá ser devidamente controlada mediante criteriosos estudos e ponderação das equipas projetistas, de modo a que a opção final não comprometa a estética e os requisitos funcionais exigidos para cada espaço.

Fig. 13 Integração de grelhas no interior

Fig. 14 Integração combinada de grelhas no interior

A satisfação das necessidades de aquecimento e arrefecimento

O conforto térmico é provavelmente tão antigo como a raça humana. O fogo foi utilizado para aquecimento desde a designada idade do fogo e o frio para conforto, embora com início não muito claro, aparece referido em vários textos antigos e medievais. Não obstante, no campo do conforto não se avançou muito até aproximadamente ao século XVIII, mas foi depois da II Guerra Mundial que o conforto através do ar condicionado se tornou cada vez mais popular e começou a estar então ao alcance da crescente classe média.

Em Portugal o aparecimento de edifícios com instalações de aquecimento e ar condicionado deu-se a partir de 1930 por iniciativa de empresas instaladoras impulsionadas então pelo fomento de obras públicas e construção de edifícios de habitação de dimensão e estatuto relevantes em especial nas grandes cidades.

A realidade está hoje a mostrar que a eficiência energética, o conforto ambiental, onde a qualidade do ar interior é um vetor importante, e a sustentabilidade dos edifícios não são modas passageiras – a sociedade tem vindo a mudar e já assimilou estas realidades, pois preocupa-se cada vez mais com o seu futuro.

A climatização, sendo uma atividade que visa satisfazer as necessidades de conforto ambiental, nas habitações ou nos locais de trabalho, é um setor que está permanentemente a ser confrontado com novos desafios, dado que terá de corresponder, por um lado, às mais elevadas exigências funcionais (os utilizadores são cada vez mais exigentes) e por outro, terá de satisfazer os requisitos de eficiência energética e atender à sustentabilidade dos edifícios.

A dificuldade na obtenção de energia a custos módicos e a perspetiva de escassez de energia proveniente de fontes convencionais, são fatores determinantes que, aliados à tendência crescente das alterações climáticas, obrigam a uma conjugação de esforços das várias disciplinas do conhecimento técnico e científico. Somente a partir de uma visão integrada destas realidades será possível desenhar estratégias que conjuguem todos estes fatores de uma forma eficiente e competitiva.

Tem-se observado, nas últimas décadas, particularmente em Portugal, mudanças profundas ao nível do clima. O tempo não é o mesmo que nos anos 80, a chuva cai mais concentrada e a temperatura média global já aumentou 0,85º C desde o período pré-industrial, verificando-se em Portugal um aumento ainda superior como salientam os especialistas em alterações climáticas: "Isto vai conduzir a um aumento da

frequência e da intensidade de fenómenos extremos, como a precipitação elevada em períodos curtos, secas e ondas de calor. Tudo está a ser afetado por um clima em mudança".
O aquecimento é irreversível. Mas isso não significa que se desista de tentar mitigar os seus efeitos Os investigadores têm vindo a alertar, entre outras medidas, para a necessidade de climatização dos espaços públicos, em especial para situações de emergência. Além do calor, outros problemas começam a surgir, como as concentrações perigosas de ozono de superfície, devido ao aumento do número de dias quentes, conduzindo à ocorrência de mais casos de problemas respiratórios.
Igualmente preocupante é o risco de transmissão de patologias potenciadas por calor, humidade e má qualidade da água.

A implementação de soluções e sistemas de climatização deverá merecer abinício uma avaliação muito cuidada, por parte do proprietário e da equipa projetista, de modo a que fique claro para todos os intervenientes no processo qual o tipo de uso, o modo de utilização e também a frequência e horário de funcionamento.
Estes são parâmetros fundamentais para selecionar um sistema que satisfaça as necessidades pretendidas e tenha uma adequada adaptabilidade ao edifício em questão. O que não pode acontecer é uma imposição cega de instalações e sistemas sobre um edifício que se pretende reabilitar mantendo a sua dignidade.
A aplicação não controlada de soluções, que ocorrem muitas vezes em situações de maior complexidade, em especial nos edifícios de comércio e serviços, por pressão dos utilizadores e do próprio mercado, com o objetivo de tentarem conseguir preços baixos, conduzem a situações (Fig. 15 e 16) que são consideradas dignas de figurar numa galeria de horrores e a que importa por cobro.

Fig. 15 Um logradouro no centro histórico

Fig. 16 Tardoz de um edifício de serviços

Reabilitação energética
Ao intervir em edifícios antigos ou em edifícios existentes de construção mais recente mas que carecem de reabilitação, é imperioso pensar além doutras intervenções também na sua reabilitação energética.
Uma vez que os edifícios são responsáveis por um terço das emissões de gases com efeito de estufa e por 40% da energia utilizada, não é mais possível, chegados a este ponto, escamotear esta realidade.
A reabilitação energética deverá passar em primeiro lugar pela análise e verificação de viabilidade de intervenções ao nível da envolvente térmica do edifício, envolvente opaca e vãos envidraçados, e em segundo lugar ao nível da eficiência energética dos equipamentos que eventualmente venham a integrar esse mesmo edifício. Dado que as fachadas dos edifícios antigos incorporam em geral elementos de natureza artística há que procurar efetuar as melhorias da envolvente através de intervenções pelo interior, as quais se revelam de mais fácil implementação. Deverão merecer especial atenção também as melhorias a nível das coberturas, as quais permitem obter resultados energéticos de grande valor acrescentado.

A convergência para a sustentabilidade
A arquitetura e as engenharias, bem como a administração pública e autárquica, não poderão ter uma visão estritamente focada na resolução de problemas técnicos e económicos *stricto sensu*. Deverão ter uma consciência e atitudes mais abrangentes, promovendo a sustentabilidade nas suas múltiplas vertentes: social, económica e ambiental.
Temos ao nosso dispor, cada vez mais, uma vasta gama de tecnologias, no entanto a complexidade das suas interações envolvem-nos quase sempre em tarefas muito complexas, obrigando-nos a efetuar várias abordagens, ponderar múltiplas soluções e operacionalizar várias estratégias de modo a atingirmos os desígnios anteriormente propostos, satisfazendo em cada etapa os respetivos requisitos e navegando numa cadeia lógica de valores que nos façam convergir para a sustentabilidade, proporcionando desenvolvimento que assegure as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

APRESENTAÇÃO

João Appleton

"Isto é, a operação prática de restauro estará para o restauro como a pena para a norma, necessária para a eficiência, mas não indispensável para a validade universal da própria norma."
Brandi, in *Teoria do Restauro*

Premissa

Como nos refere Paolo Marconi, na sua obra *Materia e Significato. La questione del restauro architettonico* (1999, p.4), *"o objecto arquitectónico é um organismo estrutural vivo, parte inseparável de um organismo urbano e territorial também esse vivo, de ordem superior, do qual é impossível abstrairmo-nos, e que também está exposto, com toda a sua complexa estrutura orgânica, aos insultos do clima, da poluição, dos sismos, dos utentes, numa medida incomparavelmente superior àquela dos objectos de arte e dos monumentos arqueológicos" (trad. dos autores).*

O momento da sua reabilitação, ou melhor, anterior à sua reabilitação, pressupõe a definição de uma abordagem expressa nos vários projectos de especialidade – engenharia, arquitectura, entre outras – que se destinarão ao tratamento da sua estrutura e superfícies, originais e/ou posteriores.

Ora, o reconhecimento prévio de potenciais programas decorativos pela conservação e restauro revela-se como um útil instrumento de trabalho, orientando as opções de tais projectos, no que toca à conservação (ou não) e metodologias de reabilitação a adoptar para as várias componentes arquitectónicas e decorativas, face à condição real e necessidades conservativas do edifício para seu usufruto futuro.

Recorrendo aos conceitos de *figuratividade* e *espacialidade* de Cesare Brandi – erigidos em torno da obra de arte, é certo – também aqui se trata de considerar que a primeira intervenção não é dirigida à própria matéria, mas sim ao assegurar que tais programas não encontrarão *"obstáculos no afirmar-se dentro do espaço físico da existência"* (Brandi, 2006, p. 69); por um lado, atestando e conservando as instâncias histórica e estética do exemplar, mas sem prejuízo para as intervenções que garantirão, sim, a estabilidade estrutural (e, portanto, a segurança) e imagem consensual do edifício.

Para os casos de património imóvel classificado e em vias de classificação, importará aqui lembrar (e uma vez mais) que o levar a efeito de estudos prévios que materializam esse pressuposto é obrigatório, não só ao abrigo na Lei de Bases do Património Cultural, mas do mais recente Decreto-lei 140/2009 de 15 de Junho.

No último, é clara a metodologia adoptar para tais casos (útil para tantos outros), que tem, como princípios gerais, a realização de estudos e projectos numa óptica de prevenção, planeamento, graduabilidade, fiscalização e informação.

Mais ainda; a conservação e restauro, em diálogo empenhado e comprometido com as restantes especialidades, irá auxiliar no cumprimento do artigo 15º do mesmo Decreto-Lei, portanto, na preparação de um relatório prévio, com informação o mais criteriosa e realista possível.

Na prática, isto materializa-se na produção de estudos de caracterização e diagnóstico dos ditos programas decorativos, baseados em análises visuais e sondagens realizadas no local (*i.e.* nos vários espaços do edifício), constituindo-se um conjunto de pareceres sobre a potencial conservação desses programas (hipótese de restauro), a considerar pelas outras especialidades, nomeadamente pela engenharia de estruturas no momento de projecção e ajuste do seu trabalho de reabilitação.

Especificando um pouco mais, referimo-nos à redacção de um relatório de especialidade com os seguintes conteúdos:

1. Visão geral dos elementos decorativos existentes no edifício, sua localização, evolução e uso (ou desuso).
2. Materiais constituintes (superfícies e estratigrafia) e qualidade artística das composições (com desejável apoio da História da Arte).
3. Estado de conservação geral das superfícies e conjunto de notas com vista à sua conservação (se aplicável).
4. Indicação de estruturas onde haja probabilidade de existência de programas decorativos ocultos.

Fig. 1 Janelas de sondagem realizadas com escopro e maceta.

Fig. 2 Janelas de sondagem realizadas através da técnica de *strappo*

APRESENTAÇÃO

João Appleton

CASO DE ESTUDO

Edifício da Rua dos Douradores nº6

No âmbito de um projecto de reabilitação arquitectónica promovido pelo Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Sete Colinas, e em concordância com a equipa Projectista da A2P – Consult Estudos e Projectos e Appleton & Domingos, arquitectos, foi realizado, em 2008, um estudo de identificação e caracterização dos ambientes decorativos preexistentes nos espaços interiores do prédio sito na Rua dos Douradores, nº 6.

O trabalho baseou-se na realização de sondagens e estudo da sua estratigrafia, do ponto de vista do número de camadas, cores, materiais, programa decorativo (monocromático e/ou com motivos decorativos), técnicas de execução e localização no conjunto arquitectónico.

Após a análise estratigráfica dos diferentes espaços, concluiu-se que existiram duas grandes campanhas de intervenção decorativa pictórica que incidiram no 3º e 4º andares esquerdos, a primeira da época pombalina (2ª metade séc. XVIII), aquando da construção do edifício, e outra em finais século XIX, início do séc. XX (?).

Estas intervenções foram executadas pelo mesmo artista/*atelier*, nos dois pisos, em cada campanha.

Vários dados permitiram esta avaliação: em comum entre os dois pisos e dentro de cada um, entre as várias salas, detectaram-se os mesmos motivos decorativos, as mesmas cores, as mesmas técnicas e a mesma "mão" de artista.

Quanto às técnicas de execução, a campanha pictórica original apresentava uma pintura a fresco, isto é, uma técnica em que o pigmento em suspensão em água é aplicado directamente sobre a massa à base de cal em pasta ainda fresca e é a reacção química de carbonatação dessa massa, no processo de secagem, que vai fixar esse pigmento. Esta técnica, executada com boa qualidade, tem um período de resistência aos factores de degradação muito prolongado. É o caso desta campanha neste edifício, sendo de muito boa qualidade também quanto ao traço pictórico.

Fig.3 e 4 Piso 3, sala 2: vista geral e de pormenor da campanha pictórica pombalina numa das janelas de sondagem: jogo de barras em cor beje e verde, separadas entre si por traços castanhos e decoradas no interior com frisos de folhas; efeito de *tromp l'oeil* obtido através da sobreposição de um "tecido" com motivo decorativo vegetalista (forma triangular rosa) que termina com borla de franjas amarelo ocre. As lacunas visíveis na superfície resultaram da acção de "picagem" da mesma aquando da aplicação das camadas sobrejacentes.

Fig.5 e 6 Piso 3, sala 2: vista geral e de pormenor de um dos motivos encontrados em janela de sondagem (campanha original): reserva oval com representações bucólicas monocromáticas em tom lilás sobre fundo verde, delimitadas por friso de folhas castanhas.

APRESENTAÇÃO

João Appleton

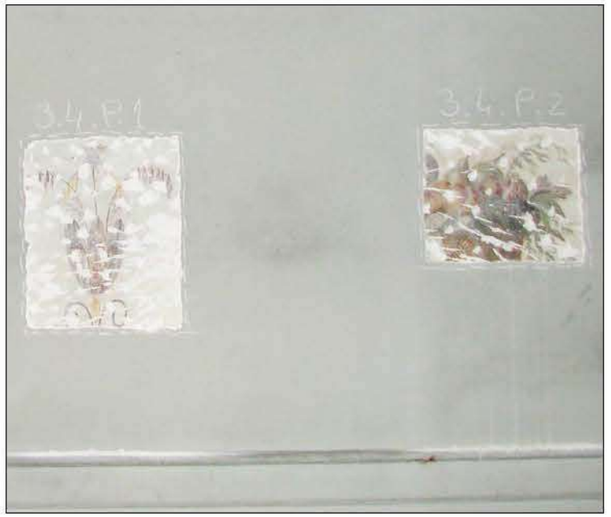
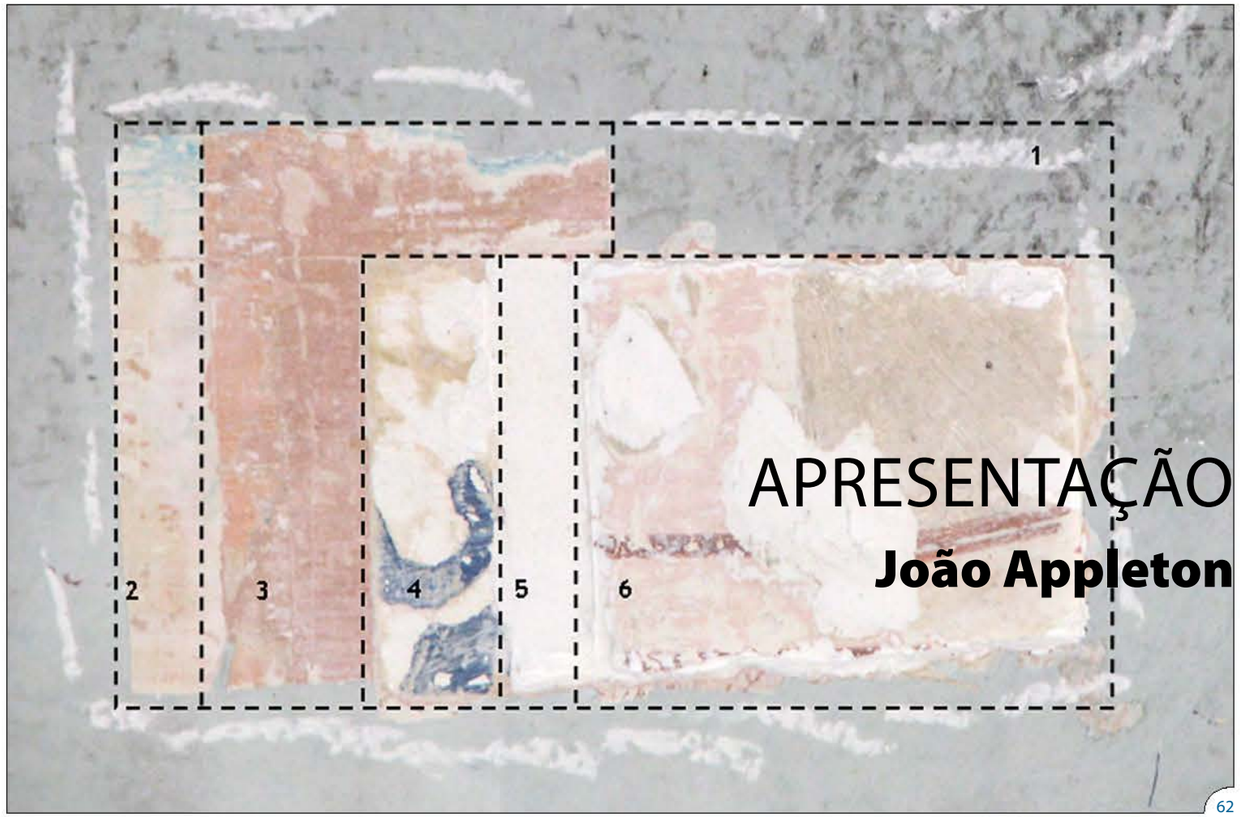


Fig.7, 8 e 9 Piso 3, sala 4: vista geral e de pormenor dos motivos decorativos vegetalistas e bucólicos encontrados sob camadas cromáticas mais recentes.

Fig.10 Piso 3, sala 8: algumas das janelas de sondagens realizadas nas paredes daquele espaço.

Fig.11 Piso 3, sala 8: vista de pormenor de uma das janelas de sondagem, com sucessão de camadas que permitiram a análise estratigráfica das campanhas pictóricas, da mais recente (camada 1) para a mais antiga (camada 6).



APRESENTAÇÃO

João Appleton

A técnica pictórica da segunda campanha é de inferior qualidade de execução; trata-se de uma técnica de pintura a seco (têmpera), sendo sido os motivos decorativos executados pela utilização de várias estampilhas utilizadas sucessivamente.
A análise das cores com o Atlas Cromático *Natural Color System* foi apenas efectuada relativamente à campanha pictórica original, abrangendo as cores mais utilizadas; cada cor foi utilizada em tons mais densos ou mais diluídos segundo o objectivo pretendido pelo artista.
Quanto aos elementos em madeira (portas, ombreiras, rodapés, roda cadeiras), foram realizadas janelas de sondagem nas quais não se detectou qualquer campanha com motivos decorativos, apenas uma sucessão de tons e cores uniformemente aplicados.

Fig.12 Piso 3, sala 4: sucessão de camadas de uma das janelas de sondagem, deixando visível a segunda campanha pictórica, mais recente, a seco, executada a estampilha (camada 2) e a mais antiga, pintada a fresco (camada 3).

Fig.13 e 14 Piso 3, sala 2: análise de cores a partir do Atlas Cromático *Natural Color System* .

Os ambientes dos espaços em estudo são passíveis de restaurar?
Os andares que apresentam qualidade pictórica a recuperar restringem-se aos 3º e 4º esquerdos. Esta avaliação teve como referência a campanha pictórica original.
Quanto ao estado de conservação, a pintura (Pombalina) apresenta sobretudo grandes áreas das lacunas volumétricas ("picado") que dificulta a sua leitura, para além de problemas pontuais de alterações cromáticas, fissuras (problemas estruturais), lacunas da camada cromática de maior ou menor dimensão.
Nenhum destes problemas demonstra ser impeditivo de uma intervenção objectiva e de qualidade de forma a restituir ao conjunto a leitura correcta e devolver o esplendor da arte pictórica a estes espaços.

Fig.15, 16 e 17(na pág. seguinte) Piso 4, sala 5: nas paredes, composição geométrica de tonalidades bege, amarelo-ocre e rosa, formando reservas temáticas em forma de losango com representações de aves e com forma oval nas de frutos e flores de cores variadas.

APRESENTAÇÃO

João Appleton

Conclusão

Partindo da nossa premissa, idealmente, a informação aqui apresentada sobre o caso de estudo, cruzada com os resultados de sondagens de engenharia de estruturas e com os programas iniciais de arquitectura, surge como uma das bases fundamentais orientadoras das tomadas de decisão ao nível de projecto final, nomeadamente no que toca a eventuais modificações no imóvel e metodologias a adoptar para tratá-lo; abre caminho à consciencialização e discussão sobre as opções viáveis para a conservação e valorização do edifício antigo, sem contudo se perder de vista a conjugação das necessidades estruturais, funcionais e dos programas decorativos caracterizadores dos ambientes.

Independente das opções finais, e como medida de prevenção, este trabalho deverá ser sempre desenvolvido para memória futura - *i.e.* focado na conservação documental de tais programas - aliado aos contributos das restantes especialidades, incluindo o da História da Arte.

Bibliografia

Brandi, C. (2006). *Teoria do restauro*. Amadora: Editora ORION.

Decreto-lei n.º140/2009 de 15 de Junho de 2009. *Diário da República, 1.ª série — N.º 113. Ministério da Cultura. Lisboa.*

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. *Diário da República n.º 209, I Série-A.* Ministério da Cultura. Lisboa.

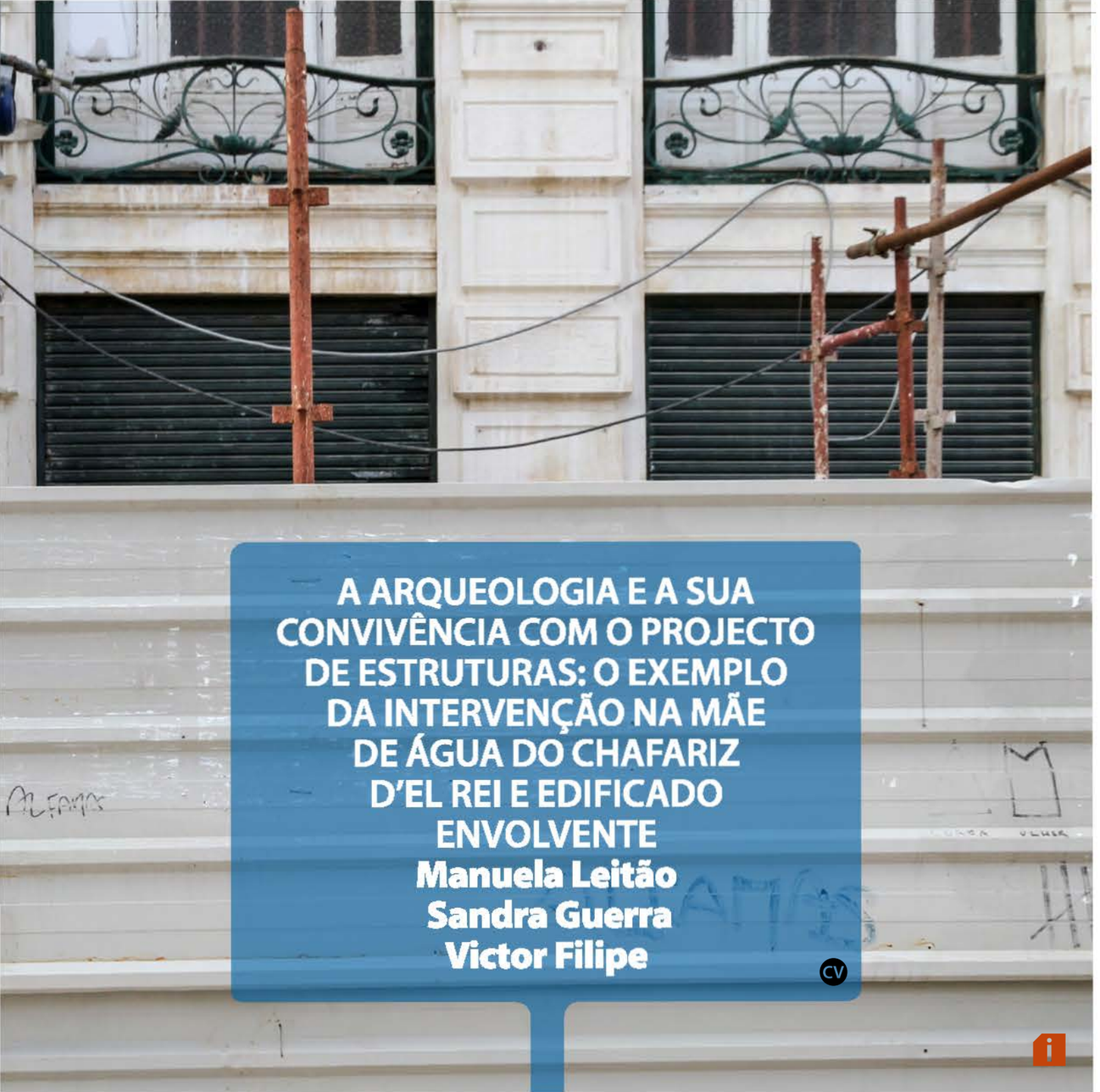
Marconi, P. (1999). *Materia e Significato. La questione del restauro architectonico*. Bari: Laterza.

Nova Conservação (2008). *Prédio sito na Rua dos Douradores, nº6 – Lisboa. Realização de sondagens sobre pintura dos espaços interiores – Relatório dos trabalhos.* Documento policopiado entregue ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Sete Colinas.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer o contributo das conservadoras-restauradoras Inês Cardoso e Alexandra Joaquim.

Fig.18 e 19 Piso 3, sala 4: simulação de reintegração cromática de um dos motivos decorativos com auxílio de Adobe® Photoshop®.



A ARQUEOLOGIA E A SUA CONVIVÊNCIA COM O PROJECTO DE ESTRUTURAS: O EXEMPLO DA INTERVENÇÃO NA MÃE DE ÁGUA DO CHAFARIZ D'EL REI E EDIFICADO ENVOLVENTE

Manuela Leitão
Sandra Guerra
Victor Filipe

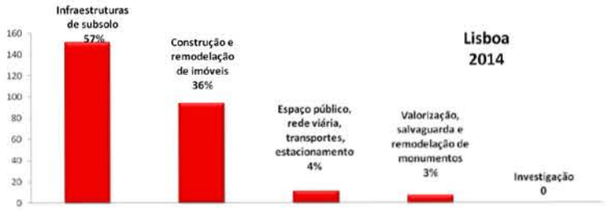
1. INTRODUÇÃO

Apesar das intervenções pontuais ocorridas entre os anos 60 e 80 do séc. XX, a prática arqueológica na cidade de Lisboa consolidou-se apenas na década de 90 (Bugalhão, 2008, p.219), decorrente, em grande medida, dos novos instrumentos legais aplicados à salvaguarda patrimonial[1].
Nos últimos anos a reabilitação de edifícios antigos[2], sobretudo nos centros históricos tem constituído um dos enquadramentos mais comuns da arqueologia preventiva desenvolvida preferencialmente antes da execução do projecto de obra.
Na área de Alfama, para além da densa sedimentação diacrónica conservada no subsolo, constata-se que muitos deles integram a cota positiva um complexo conjunto de materialidades.
A crescente tomada de consciência deste facto tem levado muitos profissionais a recorrer à Arqueologia da Arquitectura como método científico de análise e registo dos processos de estratificação ao nível do edificado, contributo indispensável para o estudo da forma e da história da evolução urbana. Atendendo ao elevado grau de deterioração e/ou obsolescência de muitas destas construções, que obrigam a uma intervenção profunda sobre as estruturas verticais e suas fundações (Appleton, 2015, p. 171), coloca-se o problema de como compatibilizar estas exigências, onde as questões sísmicas assumem grande importância, com a salvaguarda possível dos bens patrimoniais.
Esta tarefa torna-se ainda mais difícil quando não existe um conhecimento prévio sobre a génese do edifício, de forma a adaptar uma filosofia da intervenção estrutural, e mais ainda quando se pretende integrar vestígios de grande valência patrimonial. Conciliar estas metodologias com a preservação e a integração de preexistências no edifício em reabilitação, tem gerado tensões que podiam ser evitadas mediante a realização de trabalhos prévios de caracterização e avaliação patrimonial, numa perspectiva integrada e multidisciplinar, devidamente incluída nos programas de reabilitação urbana.
O exemplo aqui analisado respeita à obra municipal realizada na Mãe de Água do Chafariz d'El Rei e edificado adjacente, na Rua de S. João da Praça, cuja intervenção estrutural e arqueológica decorreu em duas fases[3]. A primeira, entre 2004 e 2005, foi desenvolvida pela então Unidade de Projecto de Alfama / Direção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana e enquadrada na *Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística*. A segunda, entre 2014 e 2015 decorreu ao abrigo do *Programa de Investimento Prioritário em Acção de Reabilitação Urbana* (PIPARU), promovida pela Unidade de Coordenação Territorial/Unidade de Intervenção Territorial-Centro Histórico.
A suspensão da empreitada devido ao agravamento das condições de segurança acabou por permitir que houvesse mais tempo para informar e alertar os serviços autárquicos competentes. O acompanhamento sistemático da equipa projectista, cujo empenho e cooperação sublinhamos, proporcionou a análise do novo projecto de estruturas, permitindo acautelar impactos sobre as realidades patrimoniais já conhecidas e salvaguardar áreas onde era expectável uma elevada presença de contextos e estruturas arqueológicas[4].
No decurso dos trabalhos foi possível documentar uma ocupação antrópica do sítio praticamente ininterrupta desde a Idade do Ferro (século VII a.C) até à época contemporânea (séculos XIX/XX), facto que constitui um contributo relevante para o conhecimento da evolução histórico-urbanística da cidade de Lisboa. Salienta-se, pelo excelente estado de conservação e monumentalidade, o conjunto de construções setecentistas correspondentes ao antigo palácio do marquês de Angeja (Silva, 1987, p. 152 e 153).

2. A EXPRESSÃO DO TEMPO NO TECIDO URBANO

A construção e remodelação de imóveis[5] assumem um lugar de destaque no âmbito do enquadramento da arqueologia realizada em Lisboa, suplantada apenas pelas obras de instalação de infra-estruturas no subsolo (Bugalhão, 2015) (Fig. 1).
Parte significativa destas intervenções tem ocorrido em áreas urbanas de grande profundidade histórica resultante da sedimentação de milenares e contínuas ocupações humanas.
Importa destacar a faixa de tecido urbano entre o Largo das Alcaçarias e o Campo das Cebolas, cujos testemunhos materiais, muitos deles documentados através das recentes intervenções arqueológicas, evidenciam essa herança morfológica ao nível dos traçados, dos limites cadastrais, e dos próprios edifícios. (Fig. 2 a 7)

Fig. 1 Enquadramento das intervenções arqueológicas na cidade de Lisboa, entre 2001 e 2014. (Bugalhão, 2015.)



São vários os factores que ajudaram à resistência e continuidade de muitas destas componentes. Em primeiro lugar a fisionomia do território, marcada por uma colina com vertentes mais ou menos acentuadas, gozando de uma proximidade privilegiada ao rio, cuja vertente sul constituiu o lugar eleito para o assentamento do primitivo núcleo urbano pré-romano (século VIII a.C).
As estratégias de ocupação das diferentes civilizações, com diferentes entendimentos do espaço urbano, foram adaptadas às condicionantes topográficas. É particularmente evidente essa leitura no traçado das vias principais, sensivelmente paralelas às curvas de nível, assim como as ruas perpendiculares, comunicantes tanto com as ruas principais como com o rio, onde é possível reconhecer alguma ortogonalidade que fossilizou um urbanismo de época romana (Silva, 2005, p. 23 e 24) bem como as muralhas que permitem ainda documentar o seu impacto na formação da paisagem urbana. Por sua vez, os limites cadastrais, um dos elementos mais resistentes à transformação (Martins, 2014, p.143), tenderam a fossilizar no tecido urbano a planta ou mesmo as primitivas edificações, cuja qualidade construtiva e valor simbólico ajudaram à sua permanência.
As residências nobres assumem particular destaque, por vezes ancoradas e/ou sobrepostas às muralhas, constituindo o antigo palácio dos Condes de Coculim um exemplo emblemático (Ribeiro *et al*, 2015). Outras construções consideradas comuns revelaram igualmente preexistências insuspeitadas, mesmo a cotas positivas, como o quarteirão do Largo das Alcaçarias, cujo projecto de arquitectura repôs algumas dessas estruturas históricas (Dias 2005, p. 91) ou o edifício de origem quinhentista na Rua de S. João da Praça (Filipe e Santos, 2015).
A exclusão quase total desta área do programa de reformas urbanísticas pombalinas após o terramoto 1755, que privilegiou uma "reconstrução casuística" sem o apoio da Casa de Risco das Obras Públicas; a fragmentação dos espaços originais dos palácios em habitações de aluguer no decurso do século XIX; a ideia não concretizada do Plano Geral de Melhoramentos de 1904, que entendia demolir Alfama e reconstruir um novo bairro moderno, racional e higiénico (Matos, 2001, p. 96), contribuíram para que esta franja da cidade permanecesse um *lugar* de muitos tempos. Todos estes factores irão reflectir-se nos próprios edifícios onde também neles coincidem todos os tempos.

Fig. 4 Antigo palácio dos condes de Coculim. Rua do Cais de Santarém. (Nuno Neto)
Fig. 5 Antigo palácio do marquês do Lavradio. Largo do Marquês do Lavradio. (ML)
Fig. 6 Antigo palácio da Senhora de Murça sobre a muralha. Rua da Judiaria. (ML)

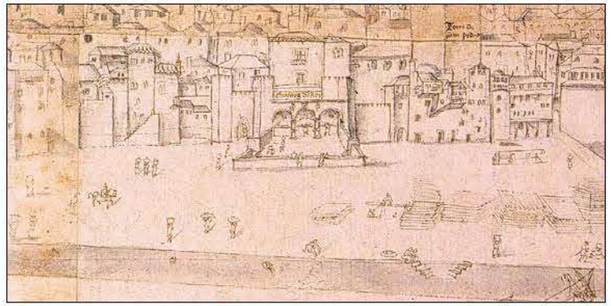
Fig. 3 A e B Quarteirão no Largo das Alcaçarias. A descoberta e a integração. (ML)

Fig. 2 Edifícios com preexistências a cota positiva. Planta adaptada: Vasco Leitão
Fig. 7 Troço da "Cerca Velha" integrado num espaço de restauração. Pátio da Sra. de Murça, Rua de S. João da Praça. (José Barbosa)

3. A MÃE DE ÁGUA DO CHAFARIZ D'EL REI E O EDIFICADO ENVOLVENTE

O conjunto de imóveis em apreço insere-se num quarteirão junto à "Cerca Velha" cuja representação iconográfica e cartográfica remonta respectivamente aos séculos XVI e XVII. Embora já muito modificado a nível estético e tipológico, a sua planimetria não sofreu grandes alterações ao longo dos tempos. É constituído por três edifícios pós-pombalinos, morfologicamente adaptados à topografia de vertente, confinados entre a Rua de S. João da Praça, Travessas do Chafariz d'El Rei e de S. João da Praça e o Largo Júlio Pereira, sob o qual se encontra a Mãe de Água setecentista, último equipamento hidráulico que abasteceu o Chafariz d'El Rei. (Figs. 8; 9; 10)
A componente hidrogeológica, particularmente associada às características tectónicas do sítio, predestinou uma dinâmica ocupacional estruturada em função daqueles recursos, documentados pelas fontes desde a época medieval islâmica[6] e pelas intervenções arqueológicas para a época romana. Ironicamente, as características naturais que moldaram o seu carácter de excepção são as mesmas que vieram a comprometer a segurança estrutural de todo o edificado.

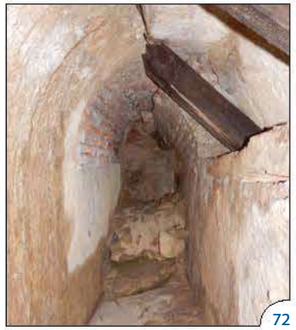
Fig. 8 Pormenor do Chafariz d'El Rei e envolvente.Vista Panorâmica de Lisboa, c. 1570. Biblioteca da Universidade de Leiden.
Fig. 9 Pormenor da Planta da Cidade de Lisboa, 1650. João Nunes Tinoco.
Fig. 10 Pormenor da Planta da Cidade de Lisboa, 1858-09. Filipe Folque.



3.1 Os problemas estruturais[7]

A forte instabilidade estrutural que afectava já este edificado foi agravada em 1999 na sequência da ruptura do colector de esgotos da Rua de S. João da Praça, mesmo em frente ao edifício nº 33. O estudo geológico e geotécnico então realizado, e o subsequente estudo de diagnóstico, revelou a presença de um fenómeno grave e continuado de descompressão dos solos (estrato designado por "Areolas da Estefânia" com intercalações arenítico-calcárias) que originou movimentos de assentamento geradores de desaprumos e fendilhação de paredes e pavimentos dos edifícios. Parte do solo apresentava valores de resistência anormalmente baixos até profundidades elevadas (superiores a 10m), associadas provavelmente à sua permeabilidade e drenagem, concluindo-se que as fundações do depósito da Mãe de Água assentavam sobre estratos pouco resistentes. Constatou-se igualmente a existência de águas freáticas, talvez utilizadas no sistema hidráulico de abastecimento ao Chafariz d' El Rei, bem como a ocorrência de movimentos dos maciços miocénicos, que estarão relacionados com o aumento do caudal de água no solo durante o inverno, contribuindo para a forte instabilidade dos estratos. O depósito da Mãe de Água apresentava-se profundamente fracturado, destacando-se uma fenda de grande espessura que atravessava o intradorso da cobertura abobadada (Fig.11). O pavimento em lajedo, bem como o arranque das paredes e dos túneis de adução e de acesso, apresentam um desnivelamento, talvez superior a 0,5m. Este movimento global que o depósito sofreu gerou forças enormes, verticais e horizontais que "empurraram" e fracturaram as ligações frágeis entre o depósito e os canais de adução, motivo que terá levado ao seu entaipamento (Fig. 12),

Fig. 11 Aspecto do intradorso da cúpula da Mãe de Água.
Fig. 12 Exemplo de um dos canais de adução.



com repercussões nos edifícios fundados a cota superior à do depósito, em particular os que se encontravam na zona de influência directa deste equipamento hidráulico.
O quadro alarmante em que se encontrava todo este conjunto determinou a execução urgente de uma intervenção profunda de consolidação e de reforço estrutural.

3.2 Convivência da arqueologia com o projecto de estruturas

As graves condições de insegurança do edificado impuseram uma metodologia de trabalhos arqueológicos em contexto de obra, sendo a localização, profundidade e extensão das várias sondagens, definidas e condicionadas exclusivamente pelos projectos de consolidação estrutural[8].
As acções onde o exercício da arqueologia foi mais significativo, relacionaram-se com o reforço estrutural das paredes de alvenaria e de frontal e respectivas fundações, incluindo-se neste último procedimento as paredes da Mãe de Água e a consolidação do extradorso da cúpula daquele equipamento hidráulico.
Na primeira fase (2004-05), foram abertos oito poços de inspecção, contíguos a paredes de alvenaria. Esta metodologia possibilitou a identificação das fundações, a avaliação do seu estado de conservação e a observação do tipo de solo subjacente, informação que permitiu esclarecer as deficiências de comportamento que explicam a ocorrência de fendilhação no edificado (Appleton 2011, p. 17). Para os arqueólogos, estas sondagens de diagnóstico, permitiram conhecer e perspectivar o potencial arqueológico existente na área a afectar[9]. (Fig. 13)
Todas as áreas intervencionadas revelaram pré-existências distintas, sobre as quais, de forma parcial ou integral, as paredes de alvenaria vieram a assentar. A sondagem 1 evidenciou uma sequência construtiva contínua desde a Idade do Ferro (século VII a.C) até ao período romano republicano, cuja planimetria e localização ilustram uma continuidade do desenho urbano nesta área (Filipe *et al*, 2014). (Fig. 14) Na sondagem 2/4 a parede assenta num nível de época romana (século I d.C) e numa infra-estrutura hidráulica anterior à construção da Mãe de Água, que cortou o contexto anterior (Fig. 15 A e B). Na sondagem 9, foi revelada a sobreposição de uma parede sobre um muro monumental de época romana, cuja cronologia exacta não foi possível determinar.

Fig. 13 A, B e C Relação entre o projecto de estruturas e os trabalhos de arqueologia. (Planta adaptada: Sandra Guerra e Victor Filipe)

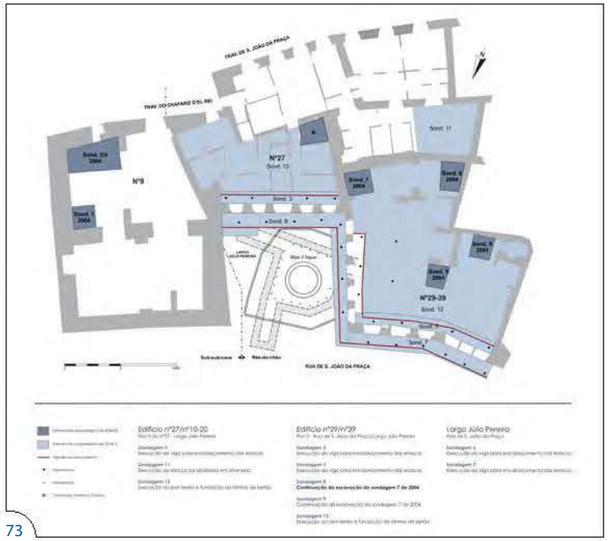
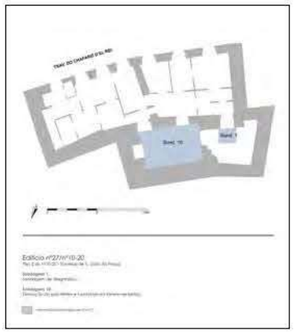


Fig. 13 B e C



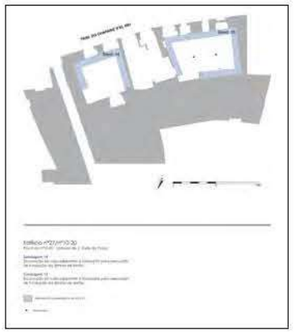
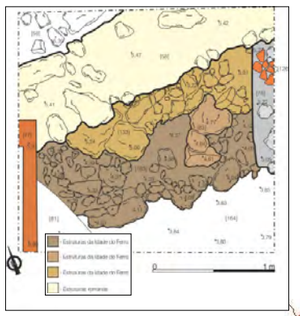


Fig. 14 A e B Plano final da sondagem 1; Perfil estratigráfico da sondagem 1. (Victor Filipe)



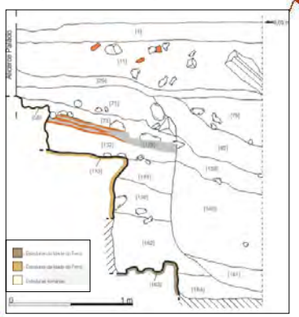
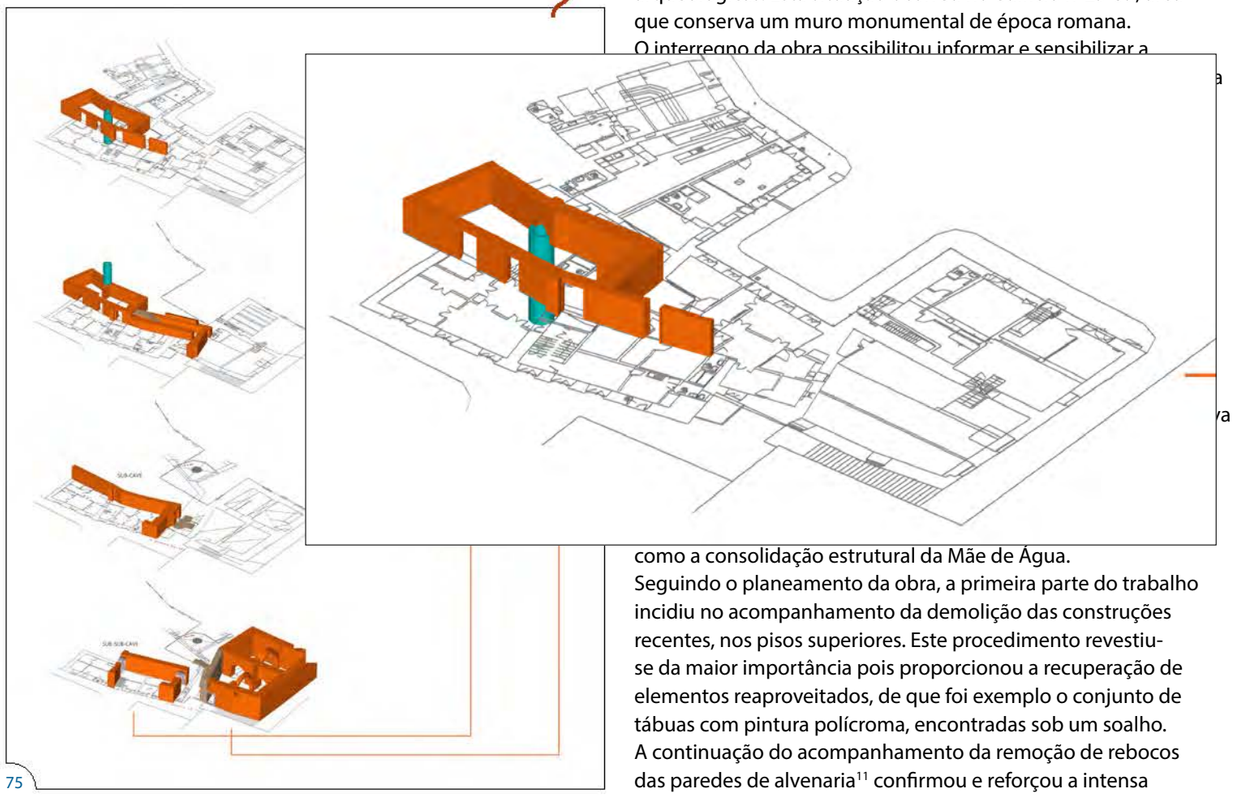


Fig. 15 A e 15 B Vista geral da sondagem 2/4; Alçado Norte e corte da sondagem 2/4. (Victor Filipe)

(Fig. 16) No decurso do acompanhamento da remoção de rebocos das faces internas das paredes de alvenaria, procedimento prévio ao reforço das mesmas e fundamental para a identificação e registo de preexistências, concluiu-se que muitas delas correspondiam ainda a paredes do palácio setecentista do marquês de Angeja. Foram também detectados vãos entaipados que depois de abertos revelaram espaços entulhados após o terramoto de 1755. A remoção dos entulhos permitiu resgatar compartimentos integrais em perfeito estado de conservação, associados ao palácio.

Fig. 16 Localização das estruturas do palácio na reconstituição 3D.



O agravamento dos deslocamentos e assentamentos entretanto verificados impediram a continuidade dos trabalhos, acabando a engenharia por executar apenas dois alinhamentos de microestacas paralelos às fachadas adjacentes ao Largo Júlio Pereira e à Rua de S. João da Praça. A instabilidade dos solos em causa obrigou a que o conjunto das construções fosse fundado em camadas mais profundas, estáveis e com resistência adequada, consistindo esta tecnologia a solução mais eficaz, pois conjuga o reforço do solo com o da própria fundação (Aplleton 2011, p. 187). Para a arqueologia, esta solução pode trazer alguns problemas, já que a experiência nos tem demonstrado que na presença de solos constituídos por entulhos com áreas de vazio e/ou sedimentos pouco compactos, a calda de cimento injectada acaba por se dispersar, contaminando de forma irreversível os contextos estratigráficos preservados e afectando as estruturas arqueológicas. Esta situação ocorreu no edifício nº29-39, área que conserva um muro monumental de época romana.
O interregno da obra possibilitou informar e sensibilizar a
como a consolidação estrutural da Mãe de Água.
Seguindo o planeamento da obra, a primeira parte do trabalho incidiu no acompanhamento da demolição das construções recentes, nos pisos superiores. Este procedimento revestiu-se da maior importância pois proporcionou a recuperação de elementos reaproveitados, de que foi exemplo o conjunto de tábuas com pintura polícroma, encontradas sob um soalho.
A continuação do acompanhamento da remoção de rebocos das paredes de alvenaria[11] confirmou e reforçou a intensa

dinâmica construtiva a que o edificado foi sujeito ao longo dos tempos. Para além de espaços do palácio ainda funcionais, foram identificadas, interpretadas e registadas, sucessivas acções construtivas de menor ou maior expressão, destacando-se pela sua amplitude cronológica, o muro de contenção localizado no piso térreo do edifício nº 10 (Fig. 17).

A consolidação estrutural das paredes pela execução de uma lâmina de betão de reforço com uma malha de aço (Fig. 18), permitiu não só dotar a alvenaria com a resistência suficiente para absorver as tracções das acções sísmicas, como também garantir um confinamento para as cargas verticais (Appleton 2011, p. 201).

Sem comprometer a coesão da intervenção estrutural, foi apenas possível excluir as construções da época romana integradas no referido muro de contenção, duas salas e um vão de comunicação com uma escadaria (Fig. 19), todos relacionados com o antigo palácio.

Para o reforço das fundações da parede da fachada principal foram executadas microestacas, não tendo sido possível, pelas razões atrás descritas, evitar a realização de duas microestcas no interior do edifício nº 29-39, onde, mais uma vez, se registou a perda abundante de cal de cimento. A abertura de valas para a execução das vigas de encabeçamento das microestacas (Fig. 20) bem como a escavação em área para a implementação dos novos pavimentos térreos, não atingiram grandes profundidades. Foram afectados níveis de ocupação contemporâneos e modernos, relacionados com o palácio, e de época romana (pavimentos em *opus signinum*), detectados sob a calçada da Rua de S. João da Praça. A consolidação estrutural do extradorso da cúpula da Mãe de Água previa o desaterro faseado do Largo Júlio Pereira até à cota do seu arranque, a cerca de 5m de profundidade. No entanto, esta acção acabou por não atingir as cotas calculadas já que a cúpula se encontrava encapsulada por uma construção quadrangular em alvenaria. No perímetro do largo foi instalada uma estrutura de contenção de terras, tipo parede de Berlim, formada por perfis metálicos cravados no solo e por sulipas de madeira colocadas entre os perfis, cujo impacto das perfurações não pudemos avaliar (Fig. 21).

Para o reforço das fundações das paredes da Mãe de Água foram introduzidas cortinas de microestacas de pequeno diâmetro a partir do seu interior, em contacto já com níveis geológicos.

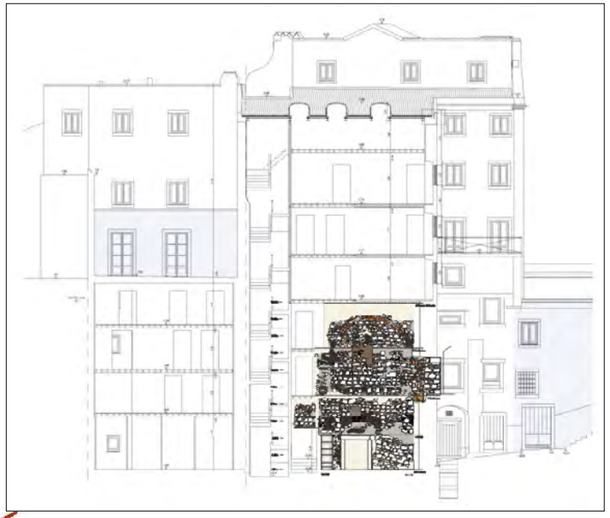


Fig. 17 Alçado Sudeste do muro de contenção e sua implantação no edificado. (Fot. Sandra Guerra)
Fig. 18 (ao lado) Fase de aplicação da lâmina de reforço armada. (Fot. Sandra Guerra)
Fig. 19 (em baixo) Quebra da lâmina de reforço armada num vão do palácio.
Fig. 20 (em baixo) Pormenor de uma viga de encabeçamento de microestacas. (Fot. Sandra Guerra)
Fig. 21 (pág ao lado) Estrutura sobre a cúpula da Mãe de Água e contenção periférica. Largo Júlio Pereira. (Fot. Sandra Guerra)

4. AS VALÊNCIAS PATRIMONIAIS DO SÍTIO

A informação proporcionada pelos trabalhos arqueológicos permitiu ampliar a abrangência temporal do sítio e valorizar a sua identidade. (Figs. 22 A e B; Fig. 23 A, B, C, E, F, G 1 e 2)

Em 2005 esteve prevista a integração de "… algumas das estruturas arqueológicas encontradas..." através da implementação de "...novas soluções arquitectónicas, para que estas fiquem visíveis e sempre que possível visitáveis no local." (Práticas Autárquicas de Conservação e Reabilitação, volume'02, 2005, p. 93).

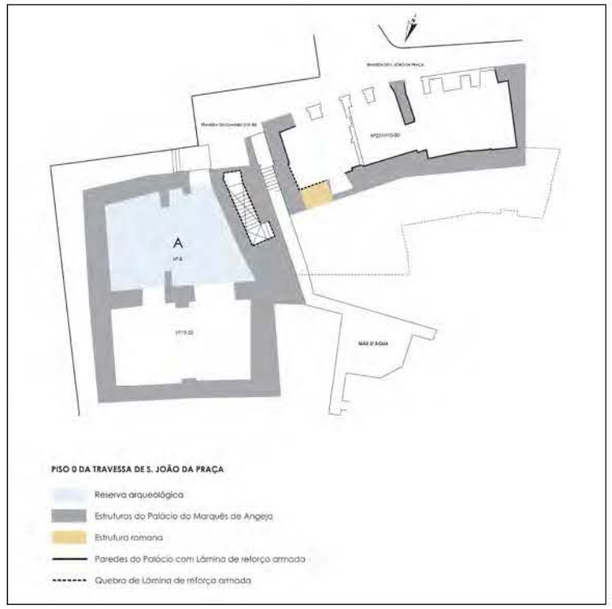
Neste momento, a situação mais premente consiste em avaliar os danos decorrentes da perda de caldas de cimento no edifício nº 29-39, conciliando-a com uma intervenção arqueológica que recupere a informação ainda existente e providencie os meios necessários ao tratamento das estruturas. O projecto de estruturas implementado contemplou a escavação deste espaço em extensão e profundidade[12] sem comprometer a segurança do imóvel. Por outro lado, esta área dispõe de uma potência estratigráfica superior a 3m, sendo possível a sua utilização sem interferir com a funcionalidade que venha a ser atribuída ao edifício. Encontra-se igualmente expectante o piso térreo do edifício nº 8, onde também ficou prevista a continuidade dos trabalhos arqueológicos.

Aguardam-se decisões para que se possa iniciar um programa de investigação histórico-arqueológica e desenvolver um projecto de arquitectura que articule e integre o património identificado.

É necessária uma gestão integrada destes recursos, não olhados como um caso individual mas inseridos num conjunto temático de outras realidades patrimoniais próximas e que urge reverter para a vivência social comunitária e fruição turística.

Fig. 23, A, B, C, D, E, F, G 1 e 2 (correspondência nas plantas ao lado) Áreas do palácio do Marquês de Angeja. (Fots. A de José Barbosa; fots. B a F de José Vicente; fots. G de Sandra Guerra)

Fig. 22 A e B Localização das áreas de reserva arqueológica e das construções do palácio com e sem lâmina de reforço. Palácio Marquês de Angeja. (Sandra Guerra)



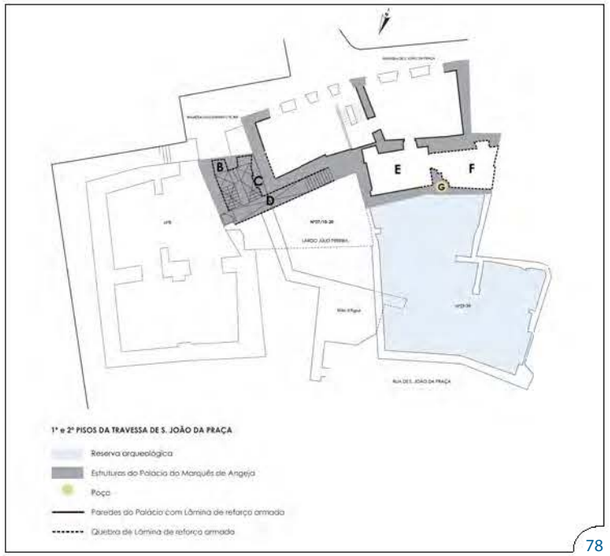


Fig. 23 B Área do palácio do Marquês de Angeja. (Fots. José Vicente)

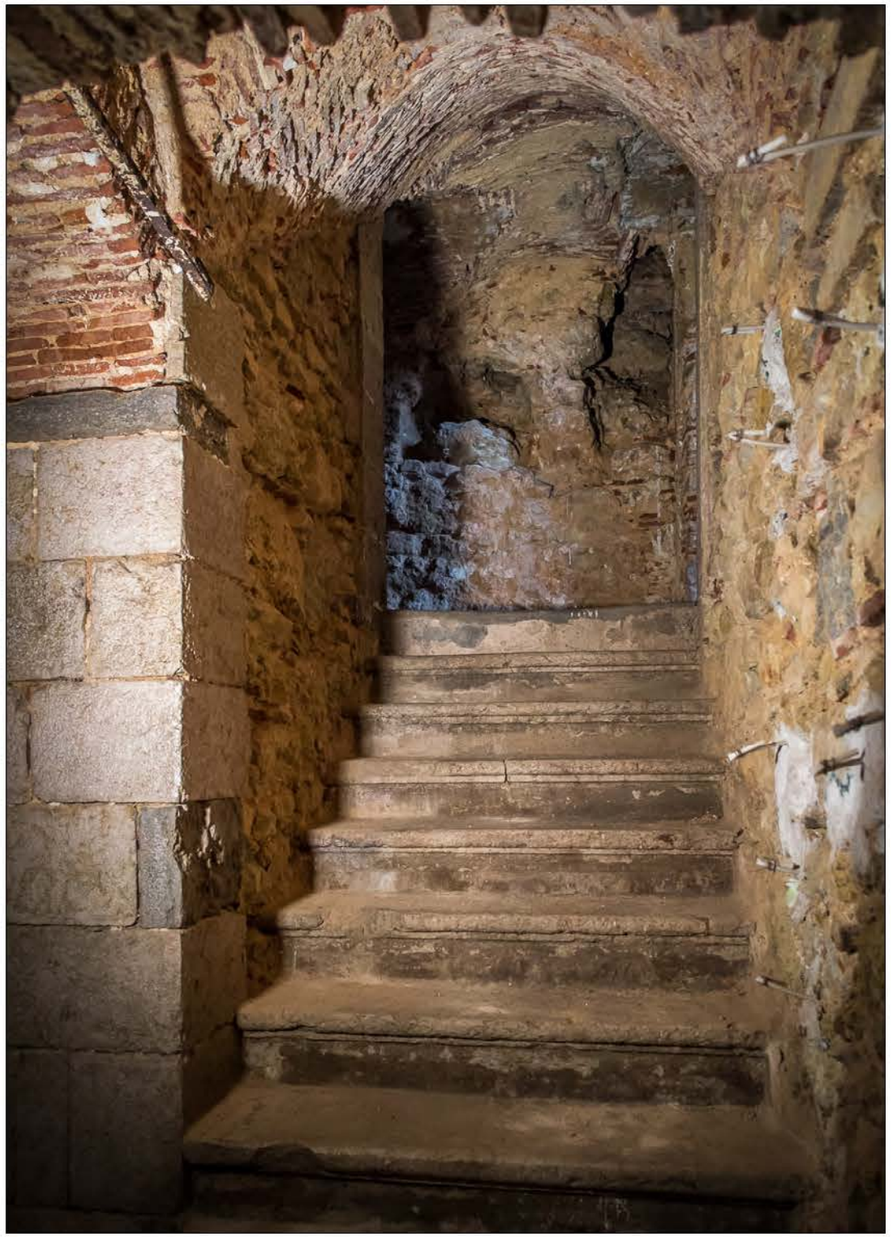


Fig. 23 F Área do palácio do Marquês de Angeja. (Fots. José Vicente)

5. PELA SALVAGUARDA DOS "EDIFÍCIOS HERDADOS": CONSIDERAÇÕES

As políticas de reabilitação urbana são vistas como uma das mais desejáveis tendências de intervenção no território, contrariando um modelo de desenvolvimento urbanístico assente na expansão urbana, com os consequentes desperdícios territoriais, financeiros, ambientais e sociais (Pontes, 2010, p.21). No entanto não há como negar a ligação inicial (e que ainda persiste) entre a reabilitação urbana e o direito do património cultural decorrente da Carta de Veneza (1964) que prolonga o conceito de monumento histórico ao espaço urbano (ou rural) (Pontes, 2010, p.28 e 29), permitindo que a cidade passe a ser encarada como uma entidade orgânica, única, no tempo e no espaço. Na Europa da década de 70 a prática de uma arqueologia muito específica – a Arqueologia Urbana - irá alicerçar-se nesta nova perspectiva de olhar a cidade, tendo em vista o seu conhecimento como facto histórico, em termos temporais, espaciais e materiais (Martins e Ribeiro, 2010, p. 150). Neste sentido, a reabilitação urbana integra também uma componente de valorização do património cultural, no sentido de herança/consciência colectiva. Os trabalhos de reabilitação patrimonial nos centros históricos só serão consistentes se forem fundados na compreensão diacrónica dos edifícios e dos espaços urbanos envolventes (Martins, 2012, p. 233). Materializar estes conceitos no âmbito da reabilitação de edifícios antigos carece ainda da implementação de rotinas e procedimentos que permitam a concretização possível destes objectivos, contemplando as duas valências: o subsolo e a estrutura vertical.

Com efeito, ainda não existe um conhecimento consolidado sobre estas valências no que respeita a preexistências a cota positiva no edificado. É necessário um enquadramento legal que permita à arqueologia conjugar leituras integradas a cota negativa e positiva no âmbito das intervenções em edifícios. No caso da Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro; nº 3 do artigo 76.º), esta necessidade não é clara, estando omissa no Plano Director Municipal[13] (DR, 2ª série, nº 168, de 30 de Agosto de 2012, artigo 33º). Apenas os Planos de Pormenor de Reabilitação Urbana, instrumentos de gestão territorial, privilegiam uma abordagem integrada e multidisciplinar do edificado e da sua relação com o todo urbano, permitindo a revitalização económica, social e cultural da área de intervenção (Martins, 2012, p. 249 e 250). Por outro lado, salvo raras excepções, as equipas de arqueologia que intervêm no terreno estão mais vocacionadas e preparadas para a arqueologia do "arquivo de terra", revelando ainda pouca experiência para se confrontarem com um verdadeiro palimpsesto de episódios construtivos, por vezes de difícil interpretação. A falta de meios técnicos, meios financeiros e muitas vezes as limitações de tempo, contribuem também para que não se proceda a levantamentos rigorosos dos processos de estratificação do edificado. Salientamos que este deve ser um trabalho multidisciplinar, onde outros olhares revertam para uma mais completa e abrangente análise do edifício (história de arte, arquitectura, engenharia, geologia, conservação e restauro).

Com os conhecimentos que temos hoje sobre as cidades passadas e o seu urbanismo, poder-se-á também estabelecer "níveis de potencial arqueológico" para o edificado, acautelando assim não só os procedimentos necessários à identificação e registo dos mesmos mas também possibilitando o desenvolvimento de projectos de estruturas que não prejudiquem a sua identidade.

Dos dez exemplos apresentados (Fig. 2), quatro incluem preexistências a cota positiva que recuam à época romana e três apresentam uma forte probabilidade de integrarem as mesmas cronologias. Trata-se de uma amostragem representativa da potencialidade informativa destes edifícios, que neste caso se relaciona sobretudo com o facto de as construções terem assimilado troços da primitiva cerca urbana medieval, que por sua vez integraram e mantiveram em uso panos das muralhas anteriores.

No âmbito dos procedimentos práticos relacionados com a reabilitação estrutural de edifícios antigos, assume particular importância a realização de estudos de diagnóstico sobre as condições de conservação e segurança do edifício e da sua estrutura, preferencialmente baseados na observação directa (Appleton, 2011, p. 505). Se este procedimento for normalizado a arqueologia passará a integrar a equipa logo nesta fase. Como já se referiu, existem pontos convergentes e de múltiplo interesse, tanto na avaliação das fundações como na avaliação das estruturas verticais. Por exemplo, a execução de poços de inspecção/sondagens de diagnóstico deverão ser definidas, logo nesta fase, não só em função da engenharia mas também em função de um reconhecimento, o mais abrangente possível, do potencial arqueológico conservado no subsolo. Por outro lado, os levantamentos arquitectónicos e de caracterização estrutural deverão integrar sondagens parietais, permitindo a compreensão da génese do edifício e da sua importância patrimonial, a partir do qual deverá ser pensado o projecto de estruturas (Appleton, 2011, p. 506).

Nas intervenções profundas, a que normalmente correspondem estes casos, o recurso às microestacas como método de reforço estrutural de fundações, será em princípio o menos intrusivo se for aplicado apenas perimetralmente, já que deixa libertas áreas mais amplas no interior do edifício, sem contaminação de caldas, permitindo a leitura estratigráfica e a recuperação dos vestígios a ela associados.

As outras soluções são mais destrutivas e permitem apenas uma observação seccionada dos vestígios arqueológicos conservados no subsolo.

Neste âmbito, seria interessante o desenvolvimento de estudos para aferir o nível de interferência das preexistências no edifício e não apenas as relacionadas com o terreno, com as fundações ou com o edifício no seu conjunto, factores que por vezes interactuam e que dificultam a compreensão dos problemas e a sua resolução.

No que concerne à consolidação e reforço de paredes resistentes de alvenaria, a aplicação de lâminas de betão tem sido a solução técnica mais usual em intervenções profundas (Appleton, 2011, p. 201). O problema surge quando existem elementos em cantaria ou outros que se pretendam preservar sem afectar a imagem arquitectónica do edifício. Mais uma vez, razões ligadas à resistência sísmica, exigem um confinamento integral da alvenaria, não sendo possível a exposição destes elementos.

Um conhecimento mais adequado e pluridisciplinar dos bens patrimoniais, enquanto "reservas de memória" permite uma maior operacionalidade nos processos de decisão e de planeamento, nomeadamente do território, acrescentando uma dimensão de recurso territorial que viabilize uma dinâmica económica e social (Martins, 2012, p.233).

Neste sentido, o papel da arqueologia nos processos de reabilitação urbana, deve ser encarado como parte do projecto, salvaguardando e potenciando as valências patrimoniais, nomeadamente através da integração ou musealização de novas materialidades do passado.

A reabilitação de edifícios antigos constitui cada vez mais uma tarefa colectiva, envolvendo interesses públicos e privados, carecendo por essa razão de debates com abordagens multidisciplinares que promovam estratégias e acções valorizadoras de uma urbanidade a todos comum[14].

Notas

1 Em 1985, a Lei de Bases do Património Cultural reconhece pela primeira vez a importância arqueológica do subsolo urbano. O Plano Director Municipal de Lisboa criado em 1994 define os níveis de intervenção com maior sensibilidade arqueológica estabelecendo estratégias de actuação e de salvaguarda patrimonial. Em 1997, a criação do Instituto Português de Arqueologia, estabelece um regulamento sobre a actividade arqueológica.

2 Entende-se por edifício antigo aquele que foi construído antes do advento do betão armado, ou seja até aos inícios dos anos 40 do século XX, mantendo características genéricas anteriores sobretudo das construções do século XVI (Appleton, 2011, p. 2 e 9).

3 2004-2005: Projecto de Estruturas: Óscar Prada Santos; Arquitectura: Eugénio Castro Caldas (Traços e Números-Arquitectura e Gestão Lda.). Arqueologia: Victor Filipe e Manuela Leitão (coordenação) (Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, CML) com a participação de Marco Calado e Jorge Almeida. 2014-2015: Projecto de Estruturas: João Appleton (coordenação) e Cristina Martins (A2P, Estudos e Projectos); Arquitectura: Eugénio Castro Caldas (Traços e Números-Arquitectura e Gestão Lda.). Arqueologia: Sandra Guerra (coordenação) com a participação de Marco Calado e José Pedro Henriques (1ª fase) e de Patrícia Costa (última fase). Acompanhamento de Manuela Leitão (CAL, DPC, CML).

4 Processo despoletado por Manuela Leitão e que contou, numa segunda fase, com a colaboração de Vasco Leitão.

5 Factores que têm contribuído para este surto construtivo nas áreas históricas: a adaptação de edifícios a unidades hoteleiras e apartamentos de aluguer de média duração, como resposta ao crescente fluxo turístico e ainda a aquisição e recuperação de imóveis por cidadãos estrangeiros destinados a habitação permanente, sazonal ou como investimento.

6 As descrições dos geógrafos árabes no século XI constituem as referências mais antigas conhecidas sobre a existência de um edifício termal nesta área, instalado junto a uma das portas do lanço oriental da primitiva cerca urbana medieval: […] Numa das portas de Lisboa (al-Usbuña) conhecida por Porta das Termas (Bāb al-Hamma), há umas termas (hamma) perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria […] (Sidarus e Rei, 2001, p. 45).

7 Informação retirada da documentação disponibilizada pela A2P, Estudos e Projectos, Lda.:
Edifício na Rua de S. João da Praça, nº27-Lisboa. Projecto de Execução, Memória Descritiva e Justificativa. P628-A2P-EXE-MD-001-A, Dezembro, 2011;
Consolidação Estrutural da Cisterna do Chafariz d'El Rei, sita na Travessa do Chafariz d'El Rei. Memória Descritiva e Justificativa, P628-A2P-EXE-MD-003-0, Dezembro, 2011;
Consolidação Estrutural da Cisterna do Chafariz d'El Rei, sita na Travessa do Chafariz d'El Rei. Estudo de Diagnóstico, P628-A2P-EXE-ESD-MD-003-0, Dezembro, 2011;
Edifício da Rua S. João da Praça, nº27/Travessa S.João da Praça, nºs 10 e 20-Lisboa, Nota Técnica, P628-A2P-EXE-NT-001-0, Janeiro, 2014.

8 Área inserida no Nível Arqueológico I do anterior Plano Director Municipal e no Nível Arqueológico II do actual. Ambos preconizam uma metodologia de intervenção preventiva, prévia ao contexto de obra, mediante conhecimento do projecto.

9 Método preferível às sondagens por furação, que não permitem uma inspecção visual directa das estruturas, consistindo igualmente uma informação muito redutora para os arqueólogos.

10 A2P, Estudos e Projectos, Edifício na Rua de S. João da Praça, nº27/Travessa S. João da Praça, nºs 10 a 20 – Lisboa, Nota Técnica, P628-A2P-EXE-NT-001-0, Janeiro 2014, p. 4.

11 As estruturas verticais no interior dos pisos elevados são constituídas por paredes de frontal pombalinos e de tabique. As primeiras foram alvo de registo pormenorizado, com reposição das peças degradadas e reconstrução das alvenarias de enchimento (Edifício na Rua de S. João da Praça, nº27-Lisboa. Projecto de Execução, Memória Descritiva e Justificativa. P628-A2P-EXE-MD-001-A, Dezembro, 2011, p. 4,8 e 9).

12 A2P, Estudos e Projectos, Edifício na Rua de S. João da Praça, nº27/Travessa S. João da Praça, nºs 10 a 20 – Lisboa, Nota Técnica, P628-A2P-EXE-NT-001-0, Janeiro 2014, p. 4.

13 No âmbito da actualização do Plano Director Municipal de 2012, o antigo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade desenvolveu esforços neste sentido, mas não foram considerados.

14 Salientam-se dois encontros recentes onde estas temáticas foram abordadas: "Reabilitar a cidade, qualificar a vida urbana", iniciativa "Viver a Reabilitação", Coordenação: Universidade do Minho / Prof.ª Maria Manuel Oliveira, Edifício GNRation, Braga, 23 a 24 de Outubro de 2014. "Reabilitação Urbana? Ou Arqueologia e Museus?", 3ª Edição do Fórum 21, Igreja do Espírito Santo, Moura, Câmara Municipal de Moura, 10 de Abril 2015.

Bibliografia

Appleton, J. (2005). Reabilitação Urbana: História, Estratégias e Tecnologias. *Conservação e Reabilitação Urbana -Uma Nova Cultura de Cidade*, volume'1, p. 96-105. Lisboa :Câmara Municipal de Lisboa.

Appleton, J. (2011). *Reabilitação de Edifícios Antigos-Patologias e Tecnologias de Intervenção*. 2ª Edição. Amadora : Orion .

Bugalhão, J. (2008). Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança. *Era Arqueologia – revista de divulgação científica de estudos arqueológicos*, 8, p.217-230.Lisboa: Era.

Bugalhão, J. (2015). Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros: da intervenção preventiva à divulgação pública passando sem passar pela investigação. Comunicação oral apresentada nas *VIII Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica (JIA 2015) - Entre a Ciência e a Cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia,* 21 a 24 de Outubro, Lisboa, CHAM/ FCSH-UNL.

Dias, A. (2005). Mudar sem Mudar, uma experiência em Alfama. *Práticas Autárquicas de Conservação e Reabilitação Urbana*, Conservação e Reabilitação Urbana - Uma Nova Cultura de Cidade, volume'2, p.90-91. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Filipe, V., Santos, R. (2015). As termas romanas às portas de Alfama. Comunicação oral apresentada no *I Encontro de Arqueologia de Lisboa, uma cidade em escavação*, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015, Teatro Aberto, Centro de Arqueologia de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Filipe, V., Calado, M. & Leitão, M. (2014). Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa: o caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei. In Arruda, A. M. (ED.) Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar, 2. *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos* (FLU de Lisboa, 25 de Setembro a 1 de Outubro de 2005), Vol. 2. Estudos e Memórias, 6, pp. 736-746.UNIARQ.

Lopes, D. (2010). Reabilitação urbana em Portugal: evolução e caracterização. *O Novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana*, p. 21-73. Lisboa: CEDOUA/FDC.

Martins, A. M. N. (2012). A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacte ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 15, p. 219-256. Lisboa.

Martins, M., Ribeiro, M. do C. (2010). A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades. *FORUM* 44-45 (2009/2010), p. 149-177.

Martins, P. (2014). Do edificado monumental ao tecido urbano comum. *Cadernos Morfologia Urbana, estudos da cidade portuguesa*, 2 "O Tempo e a Forma", coord: Coelho, C. D., Estudos e Realizações, p. 140-161. Lisboa.

Matos, R. M. S. (2001). Alfama: da "reconstrução higienista" à "reconstrução memorialista" (1850-1960-70). *Utopias na viragem do milénio*. III Colóquio Temático-Actas das sessões, 30 Jun.-2 Jul, 1999, p. 89-103. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa-Departamento de Património Cultural/Divisão de Arquivos.

Práticas Autárquicas de Conservação e Reabilitação Urbana, Conservação e Reabilitação Urbana - Uma Nova Cultura de Cidade, volume'2, p. 92-93.

Ribeiro, R. Á., Neto, N., Rebelo, P. & Rocha, M. (2015). Dados preliminares da intervenção arqueológica nos antigos armazéns Sommer (2014-2015): três mil anos de história da cidade de Lisboa (do Romano ao Ferro). Comunicação oral apresentada no *I Encontro de Arqueologia de Lisboa, uma cidade em escavação*. 26, 27 e 28 de Novembro de 2015, Teatro Aberto, Centro de Arqueologia de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

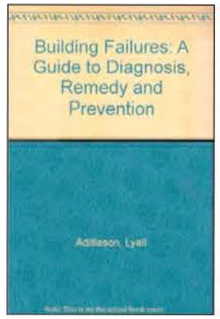
Sidarus, A., Rei, A. (2001). Lisboa e o seu termo segundo os Geógrafos árabes. Arqueologia Medieval 7, Actas do Colóquio *"Lisboa, encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos"*, p. 37-77. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

Silva, A. V. da (1984). *A Cerca Moura de Lisboa*, 3ª edição. Lisboa: C.M.L.

Silva, R. B. da (2005). As "marcas " de oleiro em terra sigilata da Praça da Figueira: uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (século I a.C.-Século II d.C.). Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia Urbana, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.

SCMi
2,5t
20
(a),
(c),
(d),
(e),
(g),
(h),
(j)
(j)
(j)
(j)

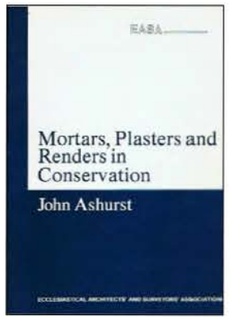
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA
Reabilitação de edifícios antigos
João Appleton



1

7

9



11

1. Addleson, L. (1982). *Building failures, a guide to diagnosis, remedy and prevention*. 3rd ed. United Kingdom: Butterworth & Heinemann.

2. Agence National pour L'amelioration de L'habitat (A.N.A.H.) (1984).*Guide du diagnostic des structures*. Chapitre I a IV. Paris : Ministère de l'Urbanisme et du Logement.

3. Aguiar, J. et al. (1997). *Guião de Apoio à Reabilitacão de Edificios Habitacionais*. Lisboa: DGOT/LNEC, Lisboa.

4. Aguiar, J., Cabrita, A. R. & Appleton, J. (1994). Objectivos, critérios gerais e exigências de qualidade na reabilitacão de edificios. *Revista Engenheiros & Arquitectos*, Ano 2, Abril/Maio de 1994.

5. Aguiar, J. (2003). *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Edições FAUP.

6. Aguiar, J., Cabrita, A. & Appleton, J. (1993). *Guião de apoio à reabilitacão de edifícios habitacionais*. Lisboa: LNEC.

7. Appleton, J. G. (2005). *Reabilitação de edifícios "gaioleiros"; Um quarteirão em Lisboa*. 1a ed. Amadora: Edições Orion.

8. Appleton, J. G., Domingos, I. (2009).*Biografia de um Pombalino*. Amadora : Edições Orion.

9. Appleton, J. (2003). *Reabilitacão de edifícios antigos: Patologias e tecnologias de intervenção*. 1a ed. Amadora: Edições Orion.

10. Asce/Sei 31-03. (2003). *Seismic Evaluation of Existing Buildings*. U. S. A.: American Society of Civil Engineers.

11. Ashurst, J. (1983). *Mortars, plasters and renders in conservation*. London: Ecclesiastical Architects' and Surveyors' Association.

12. Baglioni, A., Guarnerio, G. (1988). *La rehabilitacion de edjflcios urbanos*. Barcelona: Gustavo Gui.

13. Berger, F. (1989). *Assessment of old masonry by means of partially destructive methods. Structural repair and maintenance of historical buildings*. Southampton: Computational Mechanics Publications.

14. Binda, L.A. et al. (1999). *1999: A multilevel approach to the damage assessment and seismic improvement of masonry buildings in Italy*. Rotterdam: Bernardini Ed., Balkema.

15. Brandi, C. (2006). *Teoria do restauro*. Amadora: Edições Orion.

16. British Standards Institution (BSI) (1989). *British Standard Guide to the care of historic buildings*. London: BSI.

17. Building Research Establishment (BRE) (1990). *Choosing between cavity, internal and external insulation*. BRE Good Building Guide GBG 5. London: BRE.

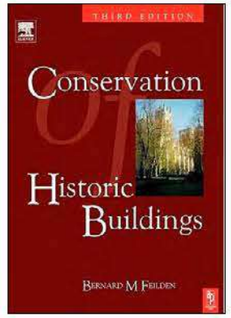
18. Câmara Municipal de Lisboa (C.M.L.) (1989). *Alfama*

28

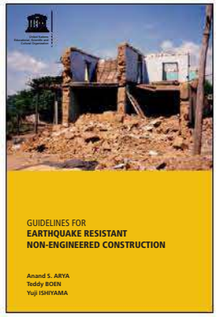
29

30

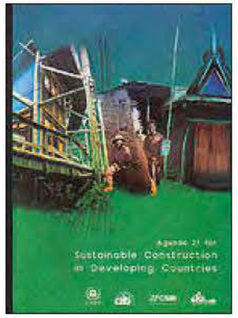
32



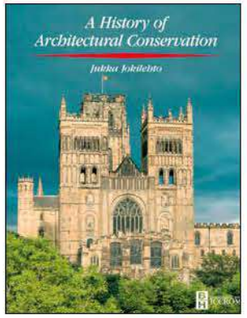
35



46



48



51

e Mouraria, planos especiais de salvaguarda. Lisboa: C.M.L.

19. Cabrita, A. R., Aguiar, J. & Appleton, J. (1992). *Manual de apoio a reabiiitaçao dos edfIcios do Bairro Alto*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

20. Cabrita, A. R., Aguiar, J. (1988). *Monografia portuguesa sobre inovação e reabilitação de edifícios*, ITE 17. Lisboa: LNEC.

21. Carbonara, G. (1996). *Trattato di restauro architettonico*. Turim: UTET.

22. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. (1975). Estrasburgo: Comité de Ministros do Conselho da Europa.

23. *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. (1987). Washington: ICOMOS. Carta de Toledo.

24. *Cartulário Pombalino* (s.d.). Lisboa: CML/Departamento de Património Cultural /Arquivo Municipal de Lisboa.

25. Carvalho, E. C., Oliveira, C. S. (1993). *Construção Anti-sísmica - Edifícios de Pequeno Porte*. ICT - Informação Técnica Estruturas, DIT 13. Lisboa: LNEC.

26. Castro, E. (1984*). Tratamento de conservação de pedras em monumentos*, ITG2. Lisboa: LNEC.

27. Centre Scientifique et Technique de la Construction (CSTC) (1967). *Fissuration des maçonneries. Note d'Information Technique 65*. Bruxelles: CSTC.

28. Ceschi, C. (1970). *Teoria e storia del restauro*. Roma: Mario Buizone.

29. Cigni, G. (1978). *Il consolidamento murario. Tecniche d'intervento*. Roma: Ed. Kappa.

30. Cigni, G.,Codacci-Piscanelli, B. (1987). *Umiditá e degrado negli edifici. Diagnosi e remedi*. Roma: ed. Kappa.

31. Cóias, V. (2006). *Inspeções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios*. Lisboa: 1ST Press.

32. Cóias, V. (2007). *Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos*. Lisboa: Argumentum.

33. *Encontro Nacional sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios de Habitação*. (2003). 3, Lisboa: LNEC.

34. Eusébio, M. I., Rodrigues, M. P. (1991). *Revestimentos por pintura para a construção civil: Preparação de superfícies*. Lisboa, LNEC. (Informações cientificas e técnicas de materiais de construção; ITMC 18).

35. Feilden, B. (1982). *Conservation of historic buildings*. London: Butterworth.

36. Feilden, B.; Jokilehto, J. (1993). *Management guidelines for World Cultural Heritage Sites*. Rome: ICCROM.

37. Foramitti, H. (1972). *Mesures de sécurité et d'urgence pour la protection des biens culturels*. Roma: ICCROM.

38. França, J.-A. (1987). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand Editora.

39. Henriques, F. A. (1994). *Humidade em paredes*. Lisboa: LNEC. (Colecção Edifícios CED 1).

40. Henriques, Fernando A., Rodrigues. J. D., Aires-Bairros, L.& Proença, N. (2004). *Materiais pétreos e similares: Terminologia das formas de alteração e degradação.* Lisboa: LNEC. (Informações científicas e técnicas de patologia e reabilitação das construções; ITPRC 2).

41. Henriques, F. A. (1991). *A conservação do património histórico edificado*. Lisboa: LNEC.(Memória do LNEC N.° 775).

42. Highfiel, D.(1987). *Rehabilitation and re-use of old buildings*. London: E. & F. N. Spoon.

43. Holstrom, I. (1977). *Suitable materials for use in repair of historic structures*. Estocolmo: Swedish Central Office of National Antiquities.

44. Icomos. Comité científico internacional para a análise e restauro de estruturas do património arquitectónico. (2004). *Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitectónico* - Tradução para português por: Paulo B. Lourenço e Daniel V. Oliveira. Universidade do Minho: Departamento de Engenharia Civil.

45. International Association for Bridge and Structural Engineering (IABSE). (1983). Symposium *Veneza 1983 - Strengthening of building structures. Diagnosis and therapy*, IABSE Report, UD. 46, ETH. Zurich: IABSE.

46. InternationalAssociationforEarthquakeEngineering(IAEE). (1986). *Guidelines for earthquake resistant non-engineered construction*, revised edition, WI, Part 2. Tokio: IAEE.

47. International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments (ICATHM).(1964). *Decisions and resolutions. "Carta de Veneza"*. Veneza: ICTHM.

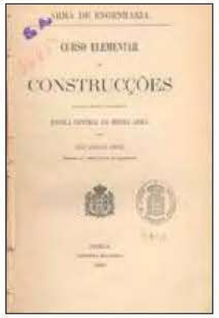
48. International Council for Research and Innovation in Building Construction (CIB). (1999). *Agenda 21 on sustainable construction*. Rotterdam: CIB Publications. (CIB Report Publication 237).

49. International Technical Conference. (1989). *Structural conservation of stone masonry (Diagnosis, repair and strengthening)*. Athens: National Technical University of Athens.

50. International Workshop. (1986). *Structural and functional rehabilitation of housing in historical buildings in seismic regions*. Mexico City.

51. Jokilehto, J. (1986). A history of architectural conservation; The contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property. York: The University of York.

52. Jokilehto, J. (1988). *Conservation principles*



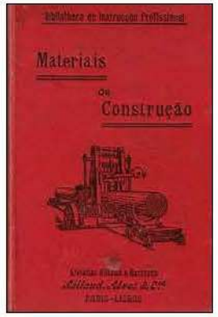
53

55

56

63

65



71

72

75

80

and their theoretical background. Durability of Building Materials. 5. Amsterdam.

53. Leitão, L. A. (1896). *Curso Elementar de Construções. Arma de Engenharia*. Lisboa: Imprensa Nacional.

54. Lizzi, F. (1989). *Ii consolidamento del terreno e deifabbricati.* Palermo: Dario Flaccovio Editore.

55. Lopes, F., Correia, M. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais.* Lisboa: Livros Horizonte.

56. Mateus, J. M. (2002). *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias*. Lisboa: Livros Horizonte.

57. Newman, A. J.(1984). *Rain penetration through masonry walls: Diagnosis and remedial measures*. Garston, Building Research Establishment (BRE). (Report).

58. Noland, J. L., Atkinson, R., Kingsley, G. R.(1987). *Non destructive methods for evaluating masonry structures - Proceedings of International Conference on Structural Faults and Repair*, vol 1. Venue-University of London.

59. Oliveira, C. S., Cabrita, A. R. (1985).*Tipificação do parque habitacional*. Documento introdutório ao Tema 1 do 1º Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios de Habitação. Lisboa: LNEC.

60. Paiva, J. V. (1985). *Conservação de energia em edifícios. Programa apresentado a concurso para Investigador Coordenador do LNEC*. Lisboa: LNEC.

61. Paiva, J.V., Carvalho, E. C. & Cavaleiro e Silva, A. (1985). *Patologia da construção*. Documento introdutório do tema 3 do 1º Encontro sobre Conservação e Reabilitacão de Edifícios de Habitação. Lisboa: LNEC.

62. Papayianni, I. (1998). Criteria and methodology for manufacturing compatible repair mortars and bricks. In Biscontin, G. (ed. lit.) (1998). *Compatible materiais for the protection of European cultural heritage*, pp. 179-190. Greece: Athens Technical Chamber of Greece.

63. Pasta, A. (1984*). Interventi di ristauro in zona sismica*. Roma: Associazione Nazionale Costruttori Edili (A.N.C.E.).

64. Perander, T., Raman, T. (1985). *Ancient and modern mortars in the restoration of historical buildings*. Espoo: Technical Research Centre of Finland.

65. Pinho, F. F. S. (2000). *Paredes de edifícios antigos*. Lisboa: LNEC. (Colecção Edifícios; CED 8).

66. *Resolução (76) 28 sobre a adaptação de leis e regulamentos às exigências de conservação integrada do património arquitectónico.* (1976). Estrasburgo: Comité de Ministros do Conselho da Europa.

67. *Resolução 98 (2000) sobre cidades históricas na Europa.* (2000). Estrasburgo: Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa.

68. Rivara, J. (1997).Restauracion arquitectónica desde las origenes hasta nuestros dias: Conceptos, teoria y historia. In *Teoria e historia de la restauracion: Master de restauracion y reahabilitacion del património*. Madrid:Editorial Munill-Leria.

69. Santos, V. L. (1994). *O Sistema Construtivo Pombalino em Lisboa*. Tese de doutoramento, FAUTL.

70. Segurado, J. (s.d.). *Edificações, alvenaria e cantaria, acabamentos das construções, Biblioteca de Instrução Profissiona*l. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

71. Segurado, J. (s.d.). *Materiais de Construção, Biblioteca de Instrução Profissional*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

72. Segurado, J. (s.d.).*Trabalhos de Carpintaria Civil, Biblioteca de Instrução Profissional*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

73. *Seminário Estruturas de Madeira: Reabilitação e Inovação*. (2000). Lisboa, Setembro de 1999 - Estruturas de madeira: Reabilitação e inovação. Lisboa: GEC-PRA.

74. *Seminário Sais Solúveis em Paredes Antigas*. (2005). Lisboa, Fevereiro de 2005 - Sais solúveis em argamassas de edifícios antigos: Danos, processos e soluções. Lisboa: LNEC. 2006 (Cursos e seminários CS 32).

75. Silva, P. M. da. (1998). *A componente acústica na reabilitação de edifícios de habitação.* Lisboa: LNEC. (Colecção Edifícios, CED 5).

76. *Simpósio Internacional "A cor de Lisboa"*. (1993). Actas do Simpósio Internacional "A cor de Lisboa". Lisboa: CML.

77. Sousa, F. L. P. (1909). *Efeitos do Terramoto de 1755 nas Construções de Lisboa*. Lisboa:Imprensa Nacional.

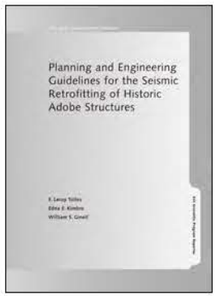
78. Stewart, J.,Moore, J. (1981). *Chemical techniques of historic mortar analysis, in Mortars, cements and grouts used in the conservation of historic buildings.* Roma: ICCROM.

79. Tavares, M. (2002). Revestimentos por pintura para edifícios antigos: um estudo experimental sobre as caiações e as tintas de silicatos. *Cadernos Edifícios*, n.º 2, Outubro de 2002. LNEC.

80. Telles, L. (1898). *A Decoração na Construção Civil*. Lisboa : Typographia do Comércio.

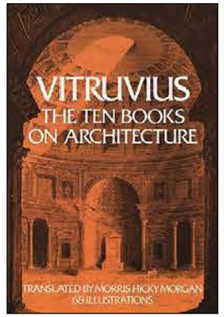
81. Tobriner, S. (2001). Compreender a importância da Gaiola Pombalina, o Sistema anti-sísmico mais avançado do Século XVIII. In *Pedra & Cal*, n.º 11, Julho/Agosto/Setembro. GECoRPA.

82. Tolles, E. L., et al. (2002). *Planning and Engineering Guidelines for the Seismic retrofitting of historic adobe structures.* The Getty Conservation Institute.



82

87



93

83. Torraga, G. (1986). *Matériaux de construction poreux, science des matériaux pour la conservation architecturale*. Roma: ICCROM.

84. UNIDO (1984).Repair and strengthening of historical monuments and buildings in urban nuclei. In *Building Construction under Seismic Conditions in the Balkan Region*. Volume 6. Vienna: UNIDO.

85. United Nations Industrial Development Organization (UNIDO). (1983). Repair and strengthening of reinforced concrete, stone and brick masonry buildings. In *Building Construction under Seismic Conditions in the Balkan Region*. Volume 5. Vienna: UNIDO.

86. Veiga, M. R. (2003). *As argamassas na conservação*. Lisboa :LNEC. (Coleccão Comunicações: COM 103).

87. Veiga, M. R. et al. (2004).*Conservação e renovação de revestimentos de paredes de edifícios antigos*. Julho 2004. Lisboa, LNEC. (Colecção Edifícios; CED 9).

88. Veiga, M. R. et al. (2002).*Methodologies for characterisation and repair of mortars of ancient buildings*. Lisboa: LNEC. (Colecção Comunicações; COM 91).

89. Veiga, M. R.,Aguiar, J. (editores).(2002). *Caderno Edifícios: Revestimentos de paredes em edifícios antigos*. n.° 2, Outubro Lisboa: LNEC.

90. Veiga, M. R., Aguiar, J., Santos Silva, A. & Carvalho, F. (2001). *Metodologias para caracterização e conservação de argamassas de revestimento de edifícios antigos. Relatório final do projecto OLDRENDERS*, co-financiado pela Agência de Inovação. Outubro de 2001.Lisboa: LNEC.

91. Veiga, M. R., Carvalho, F. (2002). Argamassas de reboco para paredes de edifícios antigos. Requisitos e características a respeitar. *Caderno de Edifícios*, fl.0 2, Outubro de 2002. LNEC.

92. Vilhena, A. (2002). *Anomalias devidas a humidade na superfície corrente de paredes*. Lisboa: LNEC. Dissertação de Mestrado elaborada no LNEC e apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Física.

93. Vitruvius. *The ten books on architecture*. Tradução de Morris H. Morgan. New York: Dover Publications, 1960.

RNC

NÚCLEO HISTÓRICO DE CARNIDE: UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA

Ana Caessa
e Nuno Mota

A Arqueologia em Carnide e a intervenção arqueológica no Largo do Coreto

Os primeiros vestígios arqueológicos encontrados em Carnide reportam-se aos inícios do século XX. Em 1908, durante os trabalhos de renovação de calçada no Alto do Poço (Largo do Coreto), foram identificadas "duas covas" (Pereira, 1910, 189-190). Mais tarde, em 1926, durante a construção de um colector, algures em Carnide, apareceram mais doze silos cuja descoberta mereceu referência na sessão de câmara de 9 de Setembro de 1916 e uma pequena notícia no jornal *O Século* no dia seguinte (*O Século*, sexta-feira, 10-09-1926, p. 2). Podem referir-se ainda, por exemplo, os vestígios encontrados no subsolo de "Payam" (que confinava a Oeste com o sítio de Carnide), divulgados em 1914: "moedas, telha, tijolo de construção e objectos de uso doméstico que os árabes deixaram..." (Pereira, 1914 - 1916 [1914], 169).

Desde os finais do século XX, impulsionadas por Planos Directores Municipais sensiveis à necessidade de conhecimento e preservação do património histórico e arqueológico, várias intervenções arqueológicas desenvolvidas no centro histórico de Carnide, em contexto de obra na via pública ou em edificado particular, permitiram quase sempre identificar e escavar contextos antigos, de que se destacam os seis silos integrados museologicamente no Largo do Jogo de Bola[1].

A requalificação urbanística e paisagística do Largo do Coreto e ruas adjacentes (Rua Neves Costa, Rua do Machado, Travessa do Machado, Travessa do Jogo de Bola, Estrada da Correia e troço final nascente da Estrada da Pontinha) entre 2012 e 2013, implicou também a realização de trabalhos arqueológicos de grande vulto, dirigidos por arqueólogos municipais (Fig. 1 e 2). Os resultados permitem esboçar uma leitura arqueológica do núcleo histórico de Carnide[2].

Em primeiro lugar foi detectada uma terraplanagem muito bem marcada arqueologicamente que se traduzia num interface de destruição de todas as estruturas e depósitos arqueológicos existentes no local e no corte do substrato geológico sensivelmente sempre à mesma cota, apenas coberto com aterros recentes. É a prova material do período de grandes arranjos urbanísticos efectuados por uma efémera Câmara Municipal de Belém (1844-1885) que interviu nas áreas ainda marcadamente rurais de Carnide e Luz e que entre outras operações transformou o Alto do Poço num largo que viria mais tarde a ser dotado de coreto (o Largo do Coreto), rodeado por ruas com traçados menos ingremes e larguras desafogadas (como por exemplo a Rua Direita à Luz, futura Rua Neves Costa, e a Rua do Machado).

No lado Noroeste do largo foi identificado um alicerce com orientação Oeste-Este, construído em alvenaria de pedra e argamassa com fiadas relativamente regulares e vala de fundação no substrato geológico (Fig. 3). Apresentava 7m de comprimento por 0,80 m de largura e uma profundidade máxima de 0,50 m. Estavam associados a esta estrutura 2 enterramentos, com igual orientação, um a Sul e o outro a Norte, que não chegaram a ser exumados, pois não iriam ser destruídos. Trata-se do vestígio material da antiga Ermida do Espírito Santo que se sabia ter inumações no seu interior e exterior e que foi demolida em 1858, aquando das operações urbanísticas no Alto do Poço.

Fig. 1 Implantação dos vestígios arqueológicos descobertos

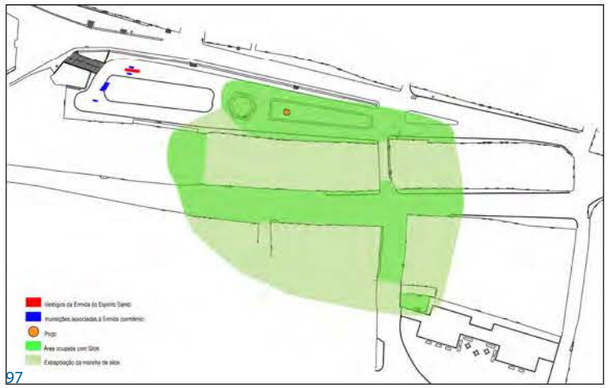


Fig. 2 Perspectiva geral do início dos trabalhos no Largo do Coreto em Carnide

Fig. 4 Vestígios do cemitério associado à Ermida do Espírito Santo, desactivado aquando do arranjo urbanístico do Alto do Poço e trasladado para o recém-inaugurado Cemitério de Benfica, em1869.

APRESENTAÇÃO

João Appleton

A Rua Direita à Luz (futura Neves Costa) também foi conhecida por Passeio do Espírito Santo, por causa da ermida. A planta mais antiga de Carnide conhecida, a carta militar datada de 1827, anterior aos arranjos urbanísticos, *Planta da Luz e Carnide*, ainda apresenta a localização deste edifício.

Junto a este alicerce e para Sul foi encontrada uma zona de cemitério, donde se exumaram 18 indivíduos. Destes, 8 correspondem a inumações em decúbito dorsal também com orientação Oeste-Este e os outros 10 a um ossário. O espólio arqueológico associado era escasso e muito fragmentado, mas permite uma datação já de Época Moderna. Do reduzido conjunto, destacam-se as contas e os elementos de crucifixo dos rosários que acompanhavam os defuntos. Recolheram-se ainda restos osteológicos humanos dispersos. No conjunto, foi possível identificar indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino de várias idades, com patologias ósseas e dentárias próprias de cada idade, não se tendo identificado qualquer patologia degenerativa, traumática ou infecciosa (Batista, 2013) que se possa relacionar com o funcionamento de uma gafaria que a tradição literária coloca junto à ermida (Fig. 4).

Fig. 3 Troço de alicerce da Ermida do Espírito Santo que, seguindo as tradições românicas, se orientava para Poente, com a parede do altar virada para Nascente, tal como a Igreja de São Lourenço.

Sensivelmente no centro do largo, identificou-se um poço de planta circular, construído em pedra sem ligante, com 3 m de diâmetro, aproximadamente, e uma profundidade estimada de 15 m. Esta estrutura hidráulica, com 9 m de água mensuráveis, encontrava-se coberta com uma laje de ferro e cimento, apresentando uma abertura de visita construída com tijolo perfurado contemporâneo. Este seria o poço que justificava a designação "Alto do Poço" para o Largo do Coreto e que foi tamponado por razões de segurança na primeira metade do século XX.

Contudo, como seria de esperar atendendo aos resultados obtidos em intervenções arqueológicas anteriores pela mesma área, o que mais se destaca nesta intervenção arqueológica é a descoberta de 136 silos (88 no Largo do Coreto, 16 na Rua do Machado, 13 na Travessa do Jogo da Bola, e 19 na Rua Neves Costa), dos quais 71 foram escavados.

Escavadas no substrato geológico, de um modo geral, estas estruturas subterrâneas de Carnide têm uma forma em secção tendencialmente oval com fundo plano por vezes irregular e originalmente apresentariam um estrangulamento na sua parte superior formando uma garganta até à abertura, que as obras de terraplanagem do século XIX fizeram desaparecer em todos os casos registados. Nalguns casos também, trabalhos mais recentes de implantação de infra-estruturas tinham já truncado alguns, sobretudo as suas paredes internas.

O tamanho dos silos (do qual depende a sua capacidade de armazenamento) é variável, mas apresentam geralmente um diâmetro máximo de 1,5m a 2m e igual medida em profundidade, embora esta medida fosse originalmente superior. Se as "gargantas" dos silos não sobreviveram, já em muitos casos foi possível encontrar, as suas tampas, talhadas em pedra calcária, achatada com formas variadas predominando as circulares, por vezes mós reaproveitadas.

Embora, no caso de Carnide, não tenham ainda sido identificados vestígios, sabe-se por outros exemplos semelhantes que poderia haver recurso à trama de palha, ao barro e à cal para revestimento e limpeza dos silos. Era também costume selar a tampa com barro e ocultá-la com terra, marcando-se o local com uma pedra com marca de propriedade e por vezes também com a quantidade armazenada (Sousa, 2012, 460-465).

A disposição dos silos até ao momento registados, é aparentemente aleatória, não se tendo detectado qualquer tipo de organização de natureza urbanística, antes um aproveitamento máximo do substrato mais

adequado e disponível para a sua construção (Fig. 5).
Foi possível identificar os limites Oeste e Este do espaço ocupado pelos silos. A Oeste do largo, a sua construção foi aparentemente impedida pela presença de um substrato mais endurecido, com várias intercalações de calcários brancos compactos (a zona, aparentemente topograficamente mais elevada, onde se situava a ermida com o seu cemitério). Nesta área foi mesmo registada uma tentativa abortada de abertura de um silo. O Este, o substrato argiloso (alaranjado) é também pouco próprio à instalação dos silos e os poucos aí registados arqueologicamente apresentavam em geral abatimentos.

Os silos de Carnide: de celeiros medievais a depósitos para lixo nos séculos XVI e XVII

Documentos vários datáveis dos inícios do século XIV, até pelo menos aos fins do século XV, em arquivo na Torre do Tombo, referem as "covas" e o "pam encovado" de Carnide. De acordo com esses documentos, os silos seriam muitos e de grande qualidade porque teriam a capacidade de preservar os cereais por vários anos (Marques, 1968, 119), o que demonstra que a produção de cereais em Carnide era muito importante e não responderia apenas à satisfação de necessidades locais.
Dessas "covas" ou silos que permaneceram escondidos sob o solo durante séculos, a Arqueologia contabiliza até ao momento 172, mas é provável que muitos mais permaneçam por descobrir na mesma área, à volta do Largo do Coreto, onde o substrato geológico de calco-arenitos esverdeados é suficientemente mole para permitir a sua construção e ao mesmo tempo bastante resistente e impermeável para os tornar celeiros subterrâneos eficazes (Fig. 6).
Este sistema de armazenamento permitia criar um ambiente de atmosfera confinada protegendo os cereais do ar exterior, da humidade, dos insectos e de outros animais, ao mesmo tempo que permitia que os grãos continuassem a respirar e a consumir o oxigénio contido no silo, rejeitando o gás carbónico. Pouco a pouco, a falta de oxigénio faria entrar os grãos numa fase de dormência, favorecendo a sua conservação por muito tempo, mantendo também as suas propriedades germinativas.
Duas cartas régias, datadas respectivamente de 1429 e 1442, referem o "pam encovado" em Carnide, no primeiro caso propriedade de moradores[3] e no segundo caso de um arcebispo que usufruía de direitos pelas covas que tinha em Carnide[4]. A questão da propriedade dos silos, registados arqueologicamente até ao momento, é um tema a explorar através da análise da documentação, mas tudo parece indicar que, embora partilhassem a mesma mancha territorial, não teriam um único proprietário que o fosse também daquele espaço. Aliás, uma Carta Régia datada de 1311, apresenta a partição dos bens de Urraca Machado e de João Machado em Carnide e na lista de propriedades e direitos, os silos aparecem à parte [5]. Num outro documento, também transcrito, datado de 1501, descreve-se a disputa entre familiares, que os marcos de propriedade não evitaram por terem sido arrancados, pela posse e utilização de algumas covas em Carnide[6].
O motivo para o abandono dos silos não é claro no registo arqueológico, nem na documentação até agora consultada. No entanto, múltiplas hipóteses deverão ser exploradas no futuro: a incidência e regularidade das epidemias com repercussão demográfica, consubstanciada em episódios de falta de mão-de-obra e abandono dos campos de cultivo, reflectindo-se na inevitável diminuição de excedentes cerealíferos a armazenar, como acontece nos inícios do séc. XV na região do Tojal (Marques, 1973-1974, 58)[7], o crescente processo de centralização da armazenagem a partir do séc. XVI na cidade de Lisboa com a criação do Terreiro do Trigo (Marques, 1973-1974, 114); eventualmente a simples perda de interesse

Fig. 5 A descoberta de 136 silos (88 no largo do Coreto, 16 na Rua do Machado, 13 na Travessa do Jogo de Bola e 19 na Rua Neves Costa) dos quais 71 foram escavados, foi o que mais se destacou na intervenção arqueológica. A estes devem ser somados os 36 registados por outras equipas de arqueologia, os 6 musealizados no Largo do Jogo de Bola, 23 no Largo do Coreto, 6, na Rua do Machado e um no interior da chamada Casa Portela Santos (Rua Neves Costa 59-63/ Rua do Machado 38).

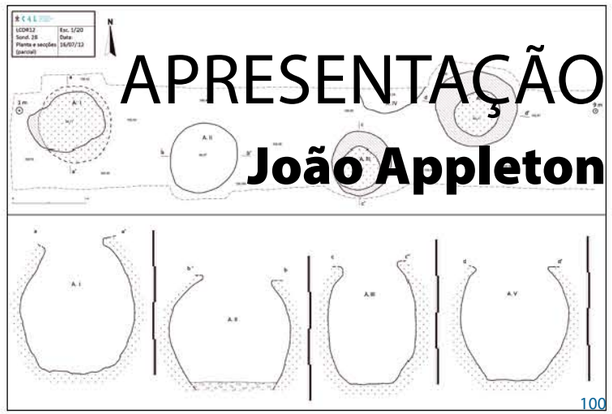
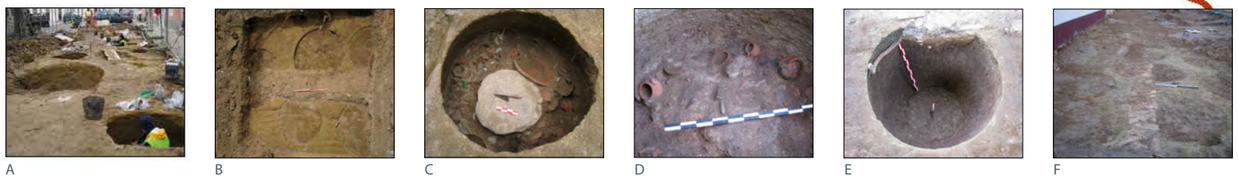


Fig. 6 Escavação dos silos
A – Sondagem de diagnóstico no lado Oriental do Largo; B – Aspecto da escavação dos silos no lado Oriental do Largo; C – Abandono de silo com lixeira doméstica; D – Abandono de silo com lixeira doméstica (peças inteiras); E – Aspecto de um silo após a escavação; F – Perspectiva dos silos na Rua do Machado.



por um sistema já obsoleto e que exigia uma manutenção constante que preocupava as autoridades e os particulares, ordenando-se por vezes o seu encerramento quando os silos se encontravam arruinados ou sujos (Marques, 1973-1974, 119). Em Carnide a armazenagem de cereal em "covas" parece ter sido abandonada na primeira metade do século XVII, de forma relativamente rápida, altura em que os silos passaram a desempenhar uma outra função igualmente importante: a de depósitos para lixo. Nessa altura também, à medida que os silos foram sendo entulhados de lixo e cobertos para sempre, a sua área, até então um morro transformado em grande celeiro subterrâneo entre as cercas das grandes quintas, encimado pela Ermida do Espírito Santo, começa a ser alvo de outro tipo de ocupação muito favorecida pelas peregrinações à Nossa Senhora da Luz e pela instalação dos conventos.

O núcleo histórico actual e a primitiva aldeia de Carnide

Tudo leva a supor que o Largo do Coreto e ruas adjacentes teria sido, durante a Época Medieval, um terreiro de silos que confinava a Oeste com uma ermida e o seu cemitério. Assim, o que actualmente é o centro histórico de Carnide, parece ter estado ocupado, pelo menos a partir do século XIV, com um celeiro e um espaço sagrado. Apenas na intervenção arqueológica realizada em 2007, no interior do edifício conhecido como Casa Portela Santos foram encontradas, sobre um silo, estruturas de alicerce datáveis de um período compreendido entre o século XVII e o XVIII (Monteiro e António, 2013, 12). Esta situação permite supor uma reocupação daquele espaço agora com edificação, numa altura em que ocorria o processo de abandono dos silos[8], mas se mantinha a função religiosa e funerária do espaço.
Na realidade, as únicas referências seguras a edificações medievais em Carnide datam da primeira metade do século XIV e são a Igreja de São Lourenço (sensivelmente no mesmo local que ocupa actualmente) e a Ermida do Espírito Santo. Depois disso, no século XV, conhecem-se a edificação da Ermida de Nossa Senhora da Luz, posteriormente transformada em Igreja, e no século XVII acrescida de um Hospital quando também se assiste à instalação dos conventos, que terão provavelmente promovido uma nova dinâmica urbanística[9]. Não deve ser por acaso que as primeiras referências documentais a ruas, a Rua do Machado e a Rua das Parreiras, no actual centro histórico, datem de 1555 e de 1606, respectivamente (Pereira, 1914, 350 e 404).
A localização da aldeia primitiva, à luz das informações disponíveis, continua desconhecida. Se documentalmente a palavra aldeia, sugerindo núcleo habitacional concentrado, aparece referida pelo menos desde 1313[10], exemplos como o de Paio de Pele (em Vila Nova da Barquinha), levam a ponderar também uma eventual ocupação habitacional dispersa no espaço. Paio de Pele, presente na documentação desde meados do séc. XII e dotado de foral na época de D. Manuel, continua, ainda assim, no séc. XVI como uma área de povoamento disperso (Dias, 1989, 15-48).
Urbanisticamente, as edificações actuais do centro histórico de Carnide parecem resultar da remodelação do espaço após o Terramoto de 1755. Realmente, o actual edificado da zona mais antiga de Carnide, não existindo já a Ermida do Espírito Santo, e à excepção da Igreja de São Lourenço e dos edifícios conventuais referidos, é nitidamente posterior ao Terramoto. São aliás frequentes nos edifícios actuais do núcleo antigo, o reaproveitamento de elementos arquitectónicos de diferentes épocas.
Na planta mais antiga de Carnide, datada de 1827, *Planta da Luz e Carnide* (Fig. 7)., é apresentada uma configuração urbana em tudo semelhante à actual. Os eixos principais representados nesta planta, no sentido Norte/Sul: Rua do Norte, Travessa do Pregoeiro, Travessa do Cascão, Rua Direita (à Luz), actual Rua Neves Costa; no sentido Este/Oeste: Rua do Machado e Rua da Fonte), parecem ser artérias fossilizadas, provavelmente desde a época da instalação das casas conventuais e senhoriais e das suas cercas, período em que os silos começam a ser abandonados e a sua área gradualmente ocupada.

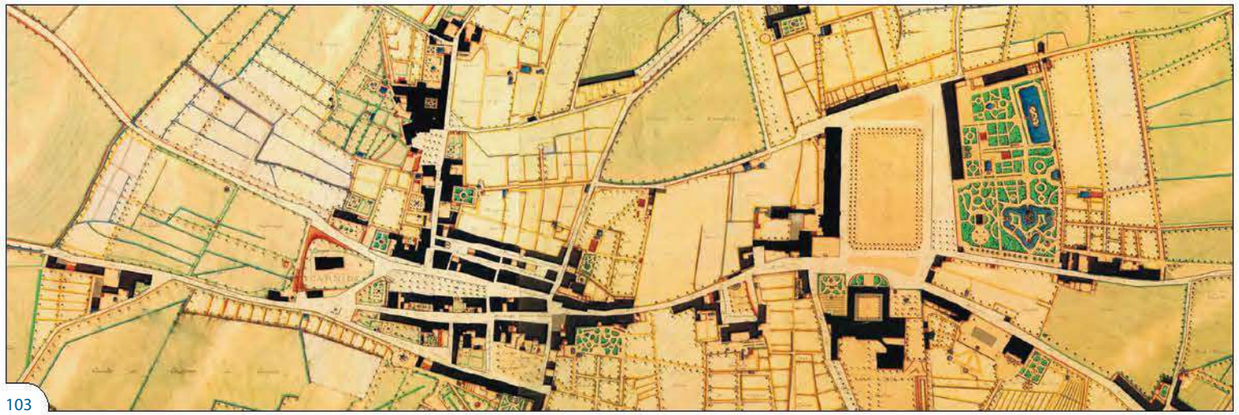
Fig. 7 *Planta da Luz e Carnide* à escala 1: 2 500, de 1827-1828.

Até que ponto coincidem com itinerários medievais é muito difícil apurar, mas é importante verificar que foram registados silos em toda a extensão da Rua do Machado e da Rua Neves Costa, sempre que o substrato geológico permitiu a sua construção.
Aquando do levantamento sob direcção de J. A. da Silva Pinto e A. Sá Correia, para a *Planta Topográfica de Lisboa* de 1908 (Fig. 8). Carnide mantinha a configuração de 1827, mesmo após a demolição da Ermida do Espírito Santo e das terraplanagens de meados do século XIX, promovidas pela Câmara Municipal de Belém. Neste levantamento é ainda visível a vocação agrária de Carnide, estando o território ao redor do casario (não muito numeroso) ocupado com grandes quintas, continuando uma tendência que remonta pelo menos aos finais da Idade Média[11].

O "lixo" vazado nos silos: o espelho da vida quotidiana em Carnide no século XVII

Se as características e a quantidade das "covas de pam" de Carnide provam a importância que a produção de cereais tinha na região durante a Idade Média, as mesmas "covas", reutilizadas como vazadouros para lixo permitem o acesso ao quotidiano de Carnide dos séculos XVI e XVII, através do seu conteúdo, reflectindo também as diferenças sociais dos habitantes.
Todos os silos que foram escavados continham depósitos que documentam a fase de abandono da sua função original como celeiros.
Alguns apresentavam sinais de enchimento muito rápido com entulhos pouco compactados como no caso em que se reconheceram os restos de obras de remodelação numa ferraria. Mas na maior parte das situações registadas, cada silo serviu de lixeira subterrânea ao longo de um período relativamente curto (considerando a homogeneidade cronológica do espólio material), enchendo-se progressivamente até a sua capacidade estar esgotada e, depois de coberto, se perder a memória da sua existência.
O espólio recuperado em quantidade no interior dos silos permite esboçar os vários ambientes quotidianos de Carnide em fins do século XVI e no século XVII (Fig. 9). Destaca-se o ambiente doméstico, nomeadamente o da mesa e cozinha, na medida em que se recuperaram maioritariamente peças de cerâmica comum, como fogareiros, malgas, tijelas, panelas, tachos, frigideiras, púcaros, alguidares, jarros, especieiros e copos medidores em barro vermelho. Mas há também peças vidradas a verde ou melado. Menos frequente mas também em quantidade relevante, taças e potes em cerâmica modelada e pedrada, miniaturas em cerâmica pintada, pratos e malgas de louça vidrada branca, muitas peças em faiança com decoração azul sobre branco e algumas em azul sobre azul, peças de importação, como majólicas (Itália), produções de Paterna e Manizes (sul de Espanha) e porcelanas chinesas.

Fig. 8 *Planta Topográfica de Lisboa*: *Plantas 5Q e 6Q* à escala 1:1000, de 1908.



A amostragem permite situar o abandono em torno dos meados do século XVII, talvez já no segundo quartel dessa centúria, como comprovam os materiais que fornecem as cronologias mais finas, a faiança com gramáticas decorativas enquadráveis na primeira metade do século XVII (assinalando-se a ausência do uso de manganês, ou de motivos típicos da segunda metade desse século como os aranhões ou as rendas), assim como as importações espanholas e italianas. No conjunto, pode salientar-se uma peça em cerâmica comum que funciona como *terminus post quem* para a fase de abandono, um copo medidor com marca e duas datas grafitadas: 1621 e 1622 (Fig. 10).
Juntam-se a este conjunto as peças em vidro do mesmo período, algumas de origem veneziana, sobretudo cálices, taças, mas também garrafas. A questão da iluminação é esclarecida pelo aparecimento de inúmeras candeias, quase todas em barro.
Os objectos em metal recuperados, salvo algumas excepções (como lamparinas, ou instrumentos de mesa de cozinha, chaves e fechaduras e aplicacões para vestuário ou mobiliário, por exemplo), reflectem sobretudo a actividade agrária e oficinal: alfinetes, tesouras e dedais para costura, foices, enxadas, machados, pintadeiras para marcação de pão.

Dispersas por todos os silos, foram recuperadas mais de três centenas de moedas, quase todas de baixo valor, maioritariamente ceitis dos reinados de D. João III e de D. Sebastião, numismas do século XVI de baixo valor e uso corrente nas pequenas transacções comerciais da Época Filipina, quando apenas se cunharam moedas em ouro e em prata A retoma das cunhagens monetárias em cobre no reinado de D. João IV poderá talvez explicar a razão pela qual os ceitis se desvalorizaram e passaram a ser desprezados nos meados do século XVII. Foram também encontrados, no interior dos silos, alguns mealheiros em barro que para aí foram lançados depois de partidos.
Instrumentos musicais como címbalos em metal, apitos de água feitos em cerâmica vidrada a verde com forma de cavalo e um apito em marfim, assim como um molde de projéctil e peças de adorno (nomeadamente um anel de prata, e contas de azeviche, cornalina e pasta vítrea, por exemplo) são mais alguns exemplos do que foi recuperado do interior dos silos.
Muitos dos objectos foram enjeitados por se encontrarem desgastados ou mesmo inutilizados, mas outros foram aparentemente descartados ainda em bom estado de conservação.

Fig. 9 Amostra do espólio arqueológico recolhido do interior dos silos: A – Cerâmica comum de cozinha; B – Cerâmica comum de mesa; C – Cerâmica pintada a branco (brinquedos) e mealheiro; D – Apitos de água em forma de cavalo; E – Louça vidrada branca; F – Cerâmica modelada; G – Vidros venezianos; H – Louça vidrada branca com decoração a azul (Faiança); I – Porcelana chinesa; J – Louça polícroma italiana (Majólica); K – Louça de reflexos dourados espanhola (Paterna-Manises).

Nalguns depósitos praticamente todos os objectos despejados estavam quase novos quando foram para lá atirados e alguns parecem ter sido apenas inutilizados momentos antes e propositadamente. Em época de epidemias, num tempo em que as medidas para sua contenção praticamente se resumiam à quarentena dos infectados, o esvaziar das casas após a doença era uma solução obrigatória. Muito do conteúdo dos silos de Carnide parece ter tido essa origem.
Outro manancial de informação diz respeito ao variado conjunto faunístico recolhido dentro dos silos. A grande maioria dos exemplares corresponderá a restos alimentares vazados nos silos, por vezes ainda com os recipientes onde se encontravam. São em grande quantidade os elementos malacológicos e os ossos ou espinhas com provas de terem estado sujeitos a processos culinários, como marcas de cortes ou de fogo. Há contudo indícios de que os silos, pelo menos alguns, também serviram para vazar os restos de carcaças rejeitadas das matanças, como parece indicar um enchimento sobretudo constituído por chifres e crânios de animais. Noutros casos, o que se encontrou foram restos faunísticos em conexão, o que faz supor os silos como local de vazamento de corpos de animais que terão morrido de morte natural e não foram consumidos.
O estudo deste conjunto faunístico (a iniciar em breve) poderá trazer informações de natureza cronológica relacionadas com a história das relações entre humanos e animais, tanto de convivência como alimentares, impulsionadas por novos hábitos e novas espécies promovidos pela Expansão Ultramarina.
Os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados, no âmbito da requalificação urbanística e paisagística do Largo do Coreto e ruas adjacentes, constituem um novo ponto de partida para repensar a história de Carnide. O enorme potencial das fontes arquivísticas quase inexploradas e a informação arqueológica que tem vindo a ser acumulada nas últimas décadas, deveria resultar num novo discurso historiográfico a difundir ao grande público, através de acções de extensão cultural.

Fig. 10 Copo medidor rubricado e datado: 1621 e 1622. (Alt. 15cm)

Notas

1 Ver Diogo e Vital, 1998, 49-52; Ferreira, 2000; Ramos, 2000; Cardoso e Monteiro, 2008, 7; Cardoso e Gonzalez, 2008, 6; Monteiro e António, 2013, 1-39; ROSA, 2013.

2 Os resultados desta intervenção arqueológica foram já alvo de publicação: Caessa e Mota, 2013, 1025-1032; Caessa e Mota, 2014, 83-104.

3 *Livro 3º Del Rei D. João I*, códice 11, doc. nº 40 *in Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis*, volume II, Lisboa, 1958, p. 136.

4 *Livro 2º De Reis D. Duarte e D. Afonso V*, códice 18, doc. nº 24 *in Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis*, volume II, Lisboa, 1958, p. 279.

5 ANTT, *Chellas*, nº 395, transcrito em Azevedo, 1905, 11.

6 *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl, 39v. (PT/TT/CHR/K/46/39-138v).

7 A quantidade de "peças mortas" com furo, recolhidas nesta intervenção arqueológica, poderá apontar para situações epidémicas e contágio.

8 A mesma hipótese de reocupação do espaço dos silos foi já colocada a propósito da intervenção arqueológica no Largo do Jogo de Bola (Diogo e Vital, 1998, 52).

9 A História de Carnide tem sido veiculada através de um conjunto bibliográfico pouco numeroso e repetitivo: Soveral, 1610; Azevedo, 1905, 1-33; Pereira, 1910; Pereira, 1914-1916; Araújo, 1977; Carvalho, 1987; Calado e Ferreira, 1991; Consiglieri et al., 1993; Gonçalves, 1994a, 213-214; Gonçalves, 1994b, 854-855; Jorge, 1994, 214-216; Moita, 2000a, 222-229; Moita,2000b, 229-231; Moita, 2000c, 231-235; Moita, 2000d, 235-238; Moita, 2000e, 238-241; Moita, 2000f, 241-242; Moita, 2000g, 243-244; Figueiredo, 2005.

10 É o caso da "Carta de doação, partida por abc que fez Orraca Martins Machado com licença da prioresa e convento de Chellas, a Gil Fernandes e Constança Esteves, sua criada, de uma courela de vinha, a qual depois reverteria em favor do convento. 7 de janeiro de 1351 (1313)" em Azevedo, 1905, 15.

11 A consulta dos sumários da documentação arquivística dos Mosteiros de São Vicente de Fora e de Santa Maria de Chelas, grandes proprietários na área de Carnide denuncia a existência, a partir de finais do século XII, de herdades, vinhas e casais, com tendência ao parcelamento da paisagem agrícola no século XIII, como parece indicar o chamado "Foral de Carnide" (ANTT, S.Vic., m. 3, nº 36), com referência a palavras courela, quinta e ceara. No século XIV surgem as indicações de casas e aldeia.

Fig. 11 Apito de água em forma de cavalo; cerâmica comum vidrada a verde; altura 8cm; século XVII.

Fontes Cartográficas

Planta da Luz e Carnide à escala 1: 2 500, de 1827-1828; [?] PT-GEAEM/DIE-2322-2-16-20 (Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar).

Planta Topográfica de Lisboa: *Plantas 5Q e 6Q* à escala 1:1000, de 1908; [Serviço de Obras Públicas / 3ª Repartição; Direcção de J. A. V. da Silva Pinto; Desenhada por D. Florez, Lisboa]; CMLSB/URBA/LT/03-175 e 176 (Arquivo Municipal de Lisboa).

Fontes Bibliográficas

Araújo, A. S. (1977). *O Santuário da Luz: Glória de Carnide*. Lisboa: edição de autor.

Azevedo, P. (1905). Urraca Machado, dona de Chellas. *Archivo Histórico Portuguez*, volume III, pp. 1-33.

Batista, S. L. (2013). *Relatório Antropológico da Escavação do Largo do Coreto e Estudo Laboratorial do Material Osteológico Exumado (Carnide, Lisboa)*. Policopiado.

Caessa, A. & Mota, N. (2013). Redescobrindo a história de Carnide: a intervenção arqueológica no Largo do Coreto e envolvente, in Arnaud, J. M., Martins, A. & Neves, C. (ed.). *Arqueologia em Portugal 150 Anos.* Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1025-1032.

Caessa, A & Mota, N. (2014). O núcleo histórico de Carnide: o contributo da investigação arqueológica, in Veiga, C.; Reis, F. (ed.). *Quadros da História - A Freguesia de Carnide*, Lisboa: Academia Portuguesa da História/ Junta de Freguesia de Carnide, pp. 83-104.

Calado, M. & Ferreira, V. M. (1991) – *Lisboa. Freguesia de Carnide.* Guias Contexto, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Cardoso, G. & Gonzalez, A. (2008). Duas cupas romanas em Carnide (Lisboa), *Almadan*, IIª série, nº 16, Dezembro, 2008, p. 6.

Cardoso, G. & Monteiro, M. (2008). Um instrumento votivo pré-histórico descoberto em Carnide), *Almadan*, IIª série, nº 16, Dezembro, 2008, p. 7.

Carvalho, J. S. (1987). *Carnide e o Seu Património Edificado. Um Percurso de Sete Rios à Pontinha*. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide.

Consiglieri, C. (1993). *Pelas Freguesias de Lisboa (Benfica, Carnide, Ameixoeira, Charneca e Lumiar)*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Dias, J. J. A. (1989). *Paio de Pele. A Vila e a Região do Século XII ao XVI*, Vila Nova da Barquinha: Assembleia Distrital de Santarém / Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.

Diogo, A. M. Dias & Vital, N. (1998). Estudo das moedas encontradas nos silos do Largo do Jogo da Bola. *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, 2ª série, 6, pp. 49-52.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis, volume II, Lisboa, 1958.

Ferreira, M. (2000). *Relatório do Acompanhamento de Obras na Fábrica de Papel de Carnide (sondagem)*. Policopiado.

Figueiredo, P. (2005). *Freguesia de Carnide. Um Lugar Único e Mágico.* Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide.

Gonçalves, J. C. (1994a) . Carnide (palácio dos condes de). In Sucena, E. & Santana, F., (eds.). *Dicionário da História de Lisboa.* Lisboa: Lisboa94, pp. 213-214 e 854-855.

Jorge, M. J. (1994). Carnide (sítio de), in SUCENA, E. & Santana, F. (eds.). *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Lisboa94, pp. 214-216.

Moita, I. (2000a). Carnide o Velho: o Sítio. in ATAÍDE, M. M. & SOARES, M. M. (eds.). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 222-229.

Moita, I (2000b). Igreja de São Lourenço de Carnide. in Ataíde, M. M. & Soares, M. M. (eds.). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 229-231.

Moita, I (2000c). Convento de Santa Teresa de Carnide. in Ataíde, M. M. & Soares, M. M. (eds.). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 231-235.

Moita, I. (2000d). Quintas Nobres da Rua do Norte, Quinta dos Azulejos, Quinta da Marquesa, Quinta das Barradas. in Ataíde, M. M. & Soares, M. M. (eds.). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 235-238.

Moita, I. (2000e) – Palácio dos Condes de Carnide. in Ataíde, M. M. & Soares, M. M. (eds.) *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte. M. M., Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 238-241.

Moita, I. (2000f) – Quinta do Bom Nome (Quinta do Sarmento). in Ataíde, M. M. & Soares, M. M. (eds.). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 241-242.

Moita, I. (2000g). Quinta da Boa Vista (Casal do Falcão). in Ataíde, M. M. & Soares, M. M. (eds.). *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, volume V, 4º tomo, 2ª parte, Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 243-244.

Monteiro, M. & António, T. (2003). Vestígios arqueológicos na casa Portela Santos (Carnide, Lisboa), *Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, 1 p. 1-39.

Pereira, G. (1910). *Pelos Subúrbios e Vizinhanças de Lisboa*, Lisboa: Clássica Editora.

Oliveira Marques, A. H. (1968). *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera na Idade Média*, Colecção "A Marcha da Humanidade", Lisboa: Edições Cosmo.

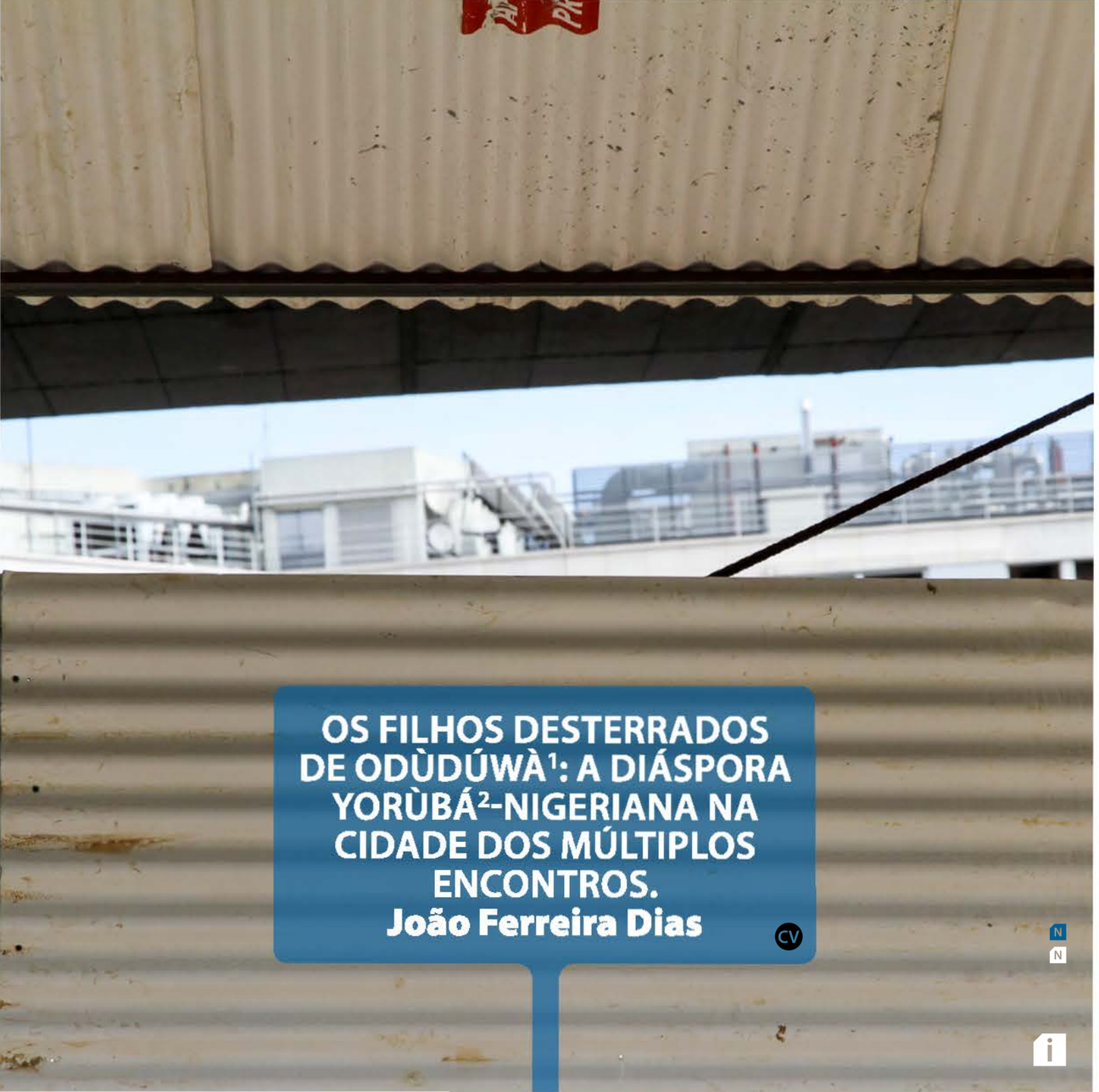
Pereira, J. B. (1914-1916) – Memórias de Carnide. *O Instituto: Revista Scientifica e Literária* , volumes 61-63, Coimbra: Imprensa da Universidade, [vol. 61, 1914: pp.167-183, 229-249, 273-287, 337-353, 404-422, 467-480, 497-515, 586-597, 647-664][vol. 62, 1915: pp. 46-66, 102-108, 154-170, 211-216, 254-278, 319-329, 366-375, 421-428, 497-512, 536-544, 587-592] [vol. 63, 1916: pp. 49-56, 107-112, 169-176, 210-214, 283-290, 339-349, 426-432, 459-469, 543-548, 575-584].

Ramos, R. (2000). *Relatório do Acompanhamento de Obras na Fábrica de Papel de Carnide, (escavação)*. Policopiado.

Rosa, A. B. (2013). *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos realizados no Largo do Coreto em Carnide*. Policopiado.

Soveral, R. (1610) – *História do Insigne Apparecimento de Nossa Senhora da Luz e Suas Obras Maravilhosas*, Lisboa: Pedro Crasbeeck.

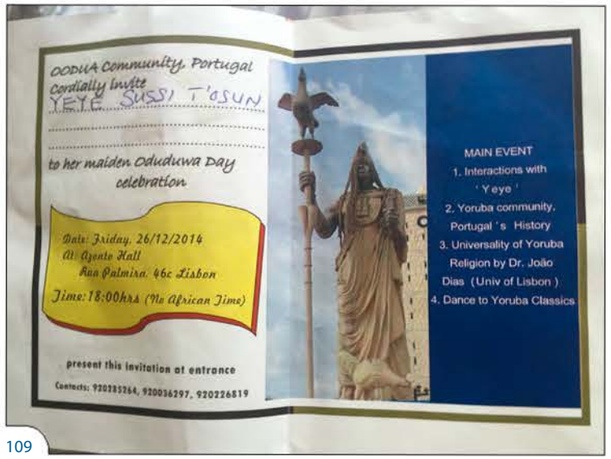
Sousa, E. (2012). *Ilhas de Arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e Açores (Séculos XV – XVIII), Dissertação de Doutoramento*, Policopiado.



Proposta e Metodologia

A cidade de Lisboa apresenta ao visitante um emaranhado urbano e cultural entre as colinas, as ruas pombalinas e uma encruzilhada de gentes de origens várias, factos que permitem pensar a globalização nos termos de Appadurai de «modernidade à solta». O olhar etnográfico conduz-nos pela Avenida Almirante Reis e suas múltiplas expressões religiosas, ao Martim Moniz do oriente longínquo, até ao Largo de São Domingos e a Calçada Garcia onde os africanos de múltiplas identidades étnicas se cruzam, vendem produtos, trocam notícias de casa. A história da presença africana na cidade de Lisboa é longa embora quase despercebida (Tinhorão 1997, Fonseca e Castro Henriques 2002, Castro Henriques 2009). O presente artigo observa os emigrantes nigerianos em Portugal, e em particular os de identidade cultural Yorùbá (Ferreira Dias 2013b) habitantes na cidade de Lisboa, pelo recorte etnográfico, buscando entender a forma como estes se organizam e vivenciam a sua experiência identitária e religiosa. Ao usar do *gesto etnográfico* (Pina Cabral 2007) parto da experiência de descer a Avenida Almirante Reis, pensando-a como encruzilhada religiosa e da celebração "*Odùdúwà Day*" ocorrida a 26 de dezembro de 2014, precisamente num braço de tal encruzilhada.

Fig. 1 Convite-programa para a celebração "*Odùdúwà Day*", 26 de dezembro de 2014



Apesar de minoritária – de acordo com os dados do relatório de 2013 do SEF, apenas 365 nigerianos viverão em Portugal, de entre os quais aproximadamente 20 serão Yorùbá – esta comunidade permite pensar a diversidade étnica e cultural na cidade de Lisboa, traçando um roteiro de práticas alternativas e oferecendo dados para políticas de inclusão; ao mesmo tempo que nos oferece a possibilidade de pensar a diáspora, as ressignificações identitárias e as justaposições culturais de um povo emigrado, tendo por pano de fundo a sua primeira celebração cultural em Lisboa.

Lisboa é *bué* Linda

A história é escrita pelos vencedores, disse George Orwell, e dos vencidos e dos silêncios se escreveria outra história acrescento eu. Tais ideias muito têm a ver com a história da presença africana em Portugal, particularmente na capital portuguesa. O Poço dos Negros, em Lisboa ou o Paço dos Negros da Ribeira de Muge, Almeirim, são lugares silenciados na história portuguesa. Dos africanos não se faz narrativa em terras portuguesas. Do escravo de Camões não reza a história. Das práticas religiosas africanas, que desde o séc. XV ocorrem em Portugal (c.f. Calainho 2001), não se faz memória coletiva. Ao traçarmos o roteiro cultural percebemos que a constituição das identidades locais edifica-se nas especificidades, nos detalhes que conferem um caráter *sui generis* e de incontestável identificação. Tal ideia não se desampara da noção de 'existência de longo-termo' – importando ao português o anglo-saxónico *long-term existance* – que marcariam, assim, as paisagens locais. Mas onde ficam os negros que cruzam as ruas de Lisboa há meio milénio, na cidade *alfacinha*, na capital do fado vadio e outros fados, na cidade das sete colinas, e capital de um Império a (re) haver? As representações sobre a cidade de Lisboa jogam-se e debatem-se, entre o muito *alfacinha* do fado, da sardinha-assada, dos manjericos, das marchas populares, dos bairros históricos, e a cidade que é e se orgulha de ser diversa e de múltiplos encontros, entre as vozes lisboetas, da região fria dos Balcãs até à Rússia, açucaradas da outra margem do Atlântico, das muitas Áfricas, dos turistas de mil origens, dos estudantes Erasmus. Esta Lisboa é toda ela feita de memórias justapostas e de supressões intencionais de modo a que se opere no sentido da coerência (Lowenthal 1998) e a linearidade da história se trace. A Lisboa justaposta é apresentada por Francisco Avelino Carvalho (2006) em três eixos ou imagens: a alfacinha, a africana e a diversificada. À Lisboa alfacinha corresponde a dos elétricos, do fado, das festas populares, das marchas, da sardinha assada,

das varinas; é a "Lisboa menina e moça" de Carlos do Carmo, dos cacilheiros, do Padrão dos Descobrimentos, dos pastéis de Belém, dos bairros típicos, dos marialvas, do fado vadio, das castanhas assadas que enchem o ar de aromas no Outono, do Chiado, da Baixa, de Fernando Pessoa, das lojas, dos alfaiates, do amolador, das barbearias e dos pregões que ainda se esperam ouvir. Como se percebe da análise de F.A. Carvalho aos guias turísticos de Lisboa, há muito de narrativa nostálgica nesta Lisboa que é quase um eterno pátio das cantigas. É, portanto, uma Lisboa à luta com a irreversibilidade do tempo, é uma cidade em ansiedade por prender o tempo que é sempre inalcançável (Pickering e Keightley 2006, 920). À Lisboa africana correspondem os bares e discotecas africanas que há já duas décadas enchem a cidade dos abraços apertados do kizomba, os cabeleireiros onde as conversas se demoram nos penteados, e inevitavelmente do Rossio e do Largo São Domingos que recupera o terreiro real ou o mercado africano onde tudo acontece.

Fig. 2 Montra da loja "Armazém Xangô", na Av. Almirante Reis. Arquivo do autor.

Por fim, a Lisboa da diversidade, o *melting pot* não longe dos mil tons e sons nova-iorquinos, dos rodízios e dos "bons-dias" em sotaques brasileiros, às lojas e restaurantes chineses, ao à mil e uma Natashas de cabelos doirados, do alemão que desce dos escritórios instalados no Centro Comercial Colombo, dos restaurantes franceses, italianos, nepaleses, hindus, aos incontáveis japoneses do tão em voga *sushi*, dos turistas que alimentam as ruas da cidade todos os dias, dos estudantes Erasmus em busca das praias portuguesas e das noites do Bairro Alto onde se demoram no "Erasmus corner" e o inglês é língua-franca mas onde o castelhano, o alemão, o italiano, o francês, ou polaco se fazem sentir entre a Travessa da Cara e o Miradouro de São Pedro de Alcântara. O Centro Comercial da Mouraria, em 2015, já não é o espaço multiétnico que a *Time Out* (*apud* Carvalho 2006) referia nos longínquos anos de 2001. Dos bares onde se serviam cerveja gelada, *dal* indiano ou a *moamba* angolana, dos cabeleireiros e lojas africanas, dos minimercados indianos e das lojas esotéricas, restam muito poucos. Os aromas gastronómicos desapareceram e ficaram apenas as lojas asiáticas com toda a mercadoria que se possa imaginar, e o centro comercial é hoje uma verdadeira *Chinatown.* Ainda há quem ali vá comprar *djembés* à loja do Sr. Abdoulaye, ou especiarias indianas, mas o negócio é quase exclusivamente chinês. Aliás, a Mouraria de mouros nada tem, sendo cada vez mais a Pequim alfacinha, com mais de uma dezena de cabeleireiros chineses, restaurantes e até consultórios de Medicina Tradicional Chinesa.

A Lisboa Religiosa

Lisboa é hoje uma cidade de muitos credos. Das velhas igrejas à Mesquita Central de Lisboa na Avenida José Malhoa, passando pelo Centro Ismaili na Avenida Lusíada, paredes-meias com a Loja do Cidadão, ao Templo Hindu Radha Krishna na Alameda Mahatma Gandhi, à Sinagoga Shaaré Tikvá na Rua Alexandre Herculano, aos escritórios Baha'i na Rua Cidade Nova Lisboa, à uma dezena de Centros de Ajuda Espiritual da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), ao futuro templo budista em Monsanto, e à Igreja da Cientologia na Avenida Almirante Reis*. Em rigor, é esta Avenida que melhor espelha a diversidade religiosa e étnica em Lisboa. O *gesto etnográfico* revela-nos uma avenida pintada em tons de semáforos, luzes dos automóveis que sobem e descem a avenida num carreiro infindável que só se silencia madrugada dentro, altura em que chegam os rostos noctívagos que limpam a cidade enquanto esta dorme, e de incontáveis vozes e sons, em diferentes

línguas, diferentes ritmos, diferentes histórias de vida.
De ambos os lados da Avenida se vislumbram as dinâmicas do mercado religioso português. As lojas "Orixás" e "Armazém Xangô" (recentemente deslocada da Praça do Chile, também em Lisboa), refletem a implementação das religiões afro-brasileiras em Portugal, desde meados de 1970, no rescaldo do 25 de Abril de 1974. Apesar do nome "Orixás", por ali vendem-se muito poucos recursos rituais do universo afro-brasileiro. Em contrapartida, há uma pluralidade de ofertas religiosas que vão dos santos católicos do imaginário popular e da Umbanda até aos pós e incensos que atraem amor, dinheiro, sorte, calma e tantas outras fortunas, velas de vários aromas e tons. A loja "Armazém Xangô", propriedade de um alemão casado com uma brasileira, já sem os conjuntos de atabaques e objetos rituais com elementos naturais como o *erúkere* de Oyá, por restrições alfandegárias, ou trajes rituais, produtos que marcaram o apogeu da loja na Praça do Chile, continua, ainda assim, a vender barcos para as oferendas a Yèmọnjá (ou Iemanjá como mais popularmente se encontra), estátuas da mesma divindade de todos os tamanhos, pós para infindáveis propósitos, banhos para todos os objetivos, ervas que curam, animam, fomentam desejos, e que servem tantos outros propósitos, colares de missanga ligados aos cultos afro-brasileiros (vulgarmente designados por "guias"), alguns agogôs, santos católicos, numa vasta oferta que atrai "pais" e "mães-de-santo", "curandeiras" ou populares que buscam o religioso doméstico, sobre quem o proprietário se refere como "quem ouviu cantar o galo e não sabe onde". E porque a Avenida é toda ela religiosa e ali também mora a Igreja da Cientologia e a católica Igreja dos Anjos, ficando em freguesias como Anjos e São João de Deus, não é de estranhar que se multipliquem as lojas da especialidade, ainda que conotadas com universos descritos entre as gentes como "bruxaria". Isto recorda-nos as palavras de Unamuno (1908), quando este dizia que a religiosidade portuguesa tem de ser buscada por baixo das formas canónicas da religião oficial. Esta microetnografia que nos transporta à religiosidade experienciada em Lisboa, não fica completa sem um pequeno desvio para a Rua Maria Andrade, paralela à Avenida Almirante Reis, uma das encruzilhadas de uma avenida cheia de religiosidade, onde encontramos a loja "Pestana e Filho", que anuncia "venda ao público e revenda". A montra da referida aporta-nos ao lado mais híbrido e cumulativo do imaginário religioso português. Aos pés de uma Iemanjá de tez branca, que nos recorda as várias Nossas Senhoras do catolicismo português, habitam velas para todos os efeitos, as santas e os santos do catolicismo lado a lado com divindades hindus, e espanta-espíritos dos índios norte-americanos. No interior a azáfama de quem atende uma clientela maioritariamente do sexo feminino, que adquire incensos, banhos e óleos "rituais", segundo a terminologia da vitrine. Há ali estantes com cartas de tarot, livros sobre os Orixás, amarrações, Pomba-Giras, lado a lado com imagens do Ying-Yang e de Buda. Há velas de Exú, de falos e de membros do corpo humano que nos remetem aos muito costumeiros *ex-votos* do religioso português. Uma Iemanjá de representação idêntica à da montra, agora de metro e meio de altura, ocupa local de destaque, ladeada por um Jesus Cristo de menores dimensões, e como pano de fundo uma parede repleta de crucifixos. Entre *tickets* e embrulhos que entrega aos clientes, J., o filho do proprietário da loja, na casa dos 40 anos, tem tempo para dizer que por ali se vende de tudo um pouco, não havendo um cliente específico: "Há o acreditar que a água é mais natural e eficaz. Há clientes para tudo. Depende das crenças. Há a religião e há as crenças". A demarcação entre religião e crenças surge como um património do imaginário popular português, que confere a designação de religião ao catolicismo eclesiástico e de crenças às formas populares que correm à margem deste. A Lisboa religiosa impressa na Avenida Almirante Reis conduz-nos finalmente ao nosso estudo de caso.

Odùdúwà e os Yorùbá

Antes de avançar para a celebração do Dia de Odùdúwà, importa uma contextualização do povo em enfoque *en passant*, remetendo para outra sede leitura mais detalhada sobre a constituição histórica da identidade Yorùbá (Ferreira Dias 2013b). O império Ọ̀yọ́-Yorùbá, edificado ao longo de mais de meia-dezena de séculos, tomba em 1830 aos pés de iniciativa

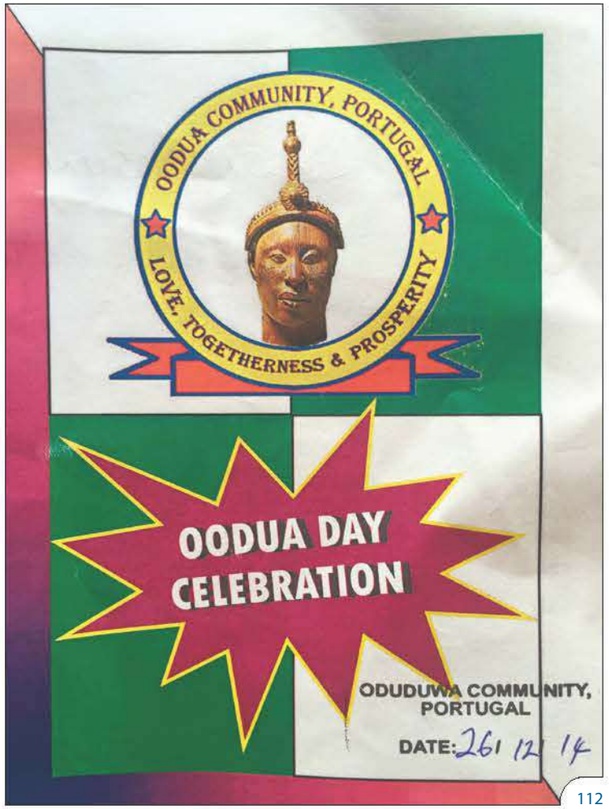
Fig. 3 Mapa da Nigéria

jihadista do Califado de Sokoto e do Emirado de Ilorin. Para trás ficam as diferentes etapas de hibridização cultural, política e religiosa que, ainda assim, não desmontaram as referências étnicas locais, e nesse sentido ainda que Yorùbá todos estes povos que hoje habitam grande parte da Nigéria e partes do Togo, República do Benim e Gana, continuam a manter a sua filiação primária como kétus, ondos, ẹ̀gbá, abẹ̀òkúta, entre outras. A colonização inglesa e o projeto da Church Missionary Society (CMS) de criação de uma *nação* cristã no coração da *África Negra*, operaram no sentido contrário, lançando as bases para a constituição do *Renascimento Cultural Lagosiano* e com ele da constituição da «comunidade imaginada» que é a Yorùbá, que se edifica e se expressa na e a partir da experiência diaspórica escravista na Bahia (os *nagô*), em Cuba (os lukumi), e na Serra Leoa (os *sàró*). A experiência de alteridade em contexto autóctone com o cristianismo e os colonos ingleses, em diáspora com os diferentes africanos e as populações locais, aliadas a uma nova elite intelectual proto-Yorùbá, agiram no sentido da criação de uma identidade nova, que se voltava para um ideal nostálgico de um império que já não existia mas que representava os *happy golden days of yore*. No exercício fundacional identitário, na assunção clássica de «inventar tradição», a figura de *Odùdúwà* assume particular relevo, constituindo-se como o herói civilizador, *founding father* de toda a nação Yorùbá e progenitor de toda uma nova dinastia. Ainda que tal seja uma farsa (Adésọjí 2006), a verdade é que serviu de aglutinador das múltiplas identidades locais e diaspóricas proto-Yorùbá. É este herói que foi celebrado no evento que se etnografa adiante, e no qual participei ativamente.

Odùdúwà em Lisboa

A Comunidade Yorùbá de Lisboa é muito volátil. A. A. John, com cerca de 50 anos, circula entre a capital portuguesa e Oslo, na Noruega. A. Adetayo não participou no evento de 26 de dezembro por se encontrar na Áustria. A. S. Adewuyi prepara-se emigrar para o Reino Unido, onde já se encontra, há uns anos, Taywo. A vida desta comunidade falante de inglês mais do que de português não é fácil. Construção civil, pequeno comércio, restauração, mas acima de tudo muito trabalho temporário. Por isso não é fácil avançar com número exato de habitantes Yorùbá em Lisboa, embora o número médio de 20 seja mais ou menos seguro. Numa cidade onde a categoria "africanos" é extremamente operatória, os Yorùbá misturam-se e confundem-se com os demais oriundos do mesmo continente. Há já Yorùbá nascidos em Portugal, crianças que crescerão com o português como língua fora de casa e que transitarão entre vários mundos: o africano, o afrodescendente, o nigeriano, o Yorùbá. Toda a desestruturação e desenraizamento sofrido pelos africanos, particularmente com a colonização, expressa-se na dinâmica da *Oodua/Oduduwa Community Portugal*, fundada em 2004, onde os aspetos de socialização se sobrepõem à memória nativa, onde gerar um espírito comunitário é prioritário face à preservação cultural, cabendo, em cada domingo, a cada um o dever de acolher os restantes membros da comunidade em sua casa, à volta da comida, da música, das lembranças, dos assuntos quotidianos. Todavia, orgulhosos da sua identidade os Yorùbá de Lisboa, os *pọ́rtúgérè*, celebraram o seu primeiro dia nacional em terras portuguesas, num evento que serviu para mostrar às restantes

Fig. 4 Convite para a celebração "*Odùdúwà Day*", 26 de dezembro de 2014



comunidades africanas a sua cultura própria. O processo de alteridade ocorreu, assim, pela via da *demonstração,* i.e., ao invés de se autorreconhecerem pelo confronto com o "outro", os Yorùbá de Lisboa mostraram ao "outro" a sua diferença, o que reforça a ideia corrente entre os africanos de que há uma classificação tática das culturas africanas, cabendo à Yorùbá papel de destaque, como se entende pelas afirmações dos guineenses habitantes em Lisboa: "Culture Yorùbá? Très forte!" [Cultura Yorùbá? Muito forte]. O convite, impresso com a figura de *Odùdúwà* em destaque, registava as 18h00 como hora de chegada, acrescentando "No African time" [horário não africano]. O número 46c, da Rua Palmira, braço da Avenida Almirante Reis, passava despercebida naquela noite fria de dezembro. Um mero portão que nos foi aberto por um desconhecido, um corredor com vitrines vazias e um papel impresso em A4 a anunciar o *Oduduwa Day*. Eram 18h00 e a decoração da sala ainda prosseguia. Sentados na mesa que nos era destinada – encontrava-me presente num triplo papel: orador convidado na qualidade de investigador da Universidade de Lisboa, membro da Comunidade Portuguesa do Candomblé Yorùbá (CPCY) e observador do evento – foi possível compreender a dimensão do *no African time*. À exceção do Pastor Emmanuel, os demais convidados, anunciados em papéis nas mesas, como a Comunidade Delta, Comunidade Igbo, Comunidade dos Camarões, e tantas outras comunidades africanas, foram chegando paulatinamente até às 20h30, altura em que foi finalmente possível começar a celebração. A chamada às mesas principais visava destacar os convidados especiais, entre eles a sacerdotisa Yèyé'Lòrìṣà Sussu, como a mencionam, presidente da CPCY e sacerdotisa Yorùbá, e o presidente da *Oodua Community Portugal*, A.A., que ostentava uma coroa no seu *filá*, chapéu Yorùbá feito em tecido. Aplausos num clima de formalidade. As orações cristãs e islâmicas refletem as dinâmicas históricas e as tensões das sociedades africanas (c.f. Matory 1994), num *ámen* que pretende destabilizar o *amin*. Caso pontual. As orações foram acompanhadas em silêncio, de pé e saudadas a rigor. A.S. Adewuyi ofereceu uma "breve história de Oduduwa e dos Yoruba" ["Brief History of Oduduwa and Yoruba"], cheia de espírito nacionalista e traçando as influências Yorùbá para além das fronteiras nigerianas, e para além de África até à Carolina do Sul, nos Estados Unidos, onde existe a Oyotunji Village, comunidade Yorùbá com um rei coroado em África; ao mesmo tempo que orgulhosa da vice-presidência da comunidade nigeriana em Portugal, ocupada por P. Olaleye Felix, homem Yorùbá, e da presença da sacerdotisa supracitada, como "cabeça espiritual da religião Yorùbá em Portugal (...) sua santidade Yeye Sussu t'Osun" ["the spiritual head of yoruba religion in Portugal (...) her holiness, Yeye Sussu t'Osun"]. Obi (noz de *cola*), símbolo da religião Yorùbá, foram sendo passados entre os presentes, enquanto o dinamizador do evento, saudava os convidados chamando-os à participação silenciosa, ao mesmo tempo que, enquanto participante, cumpria a minha leitura sobre a universalidade da religião Yorùbá.

Não pretendo, aqui, etnografar detalhadamente o evento, inclusive em favor das limitações do espaço exíguo. Merece menção, para os presentes efeitos, o continuado esforço dos anfitriões no contorno das dificuldades técnicas ligadas ao som, aos atrasos e desinteresses dos convidados que, ainda que elegantemente trajados, pareciam mostrar esporádico interesse pela cultura Yorùbá, a menos que a mesma viesse associada a música, como a mostra de ritmos e cânticos Yorùbá do Candomblé (religião afro-brasileira) executados pela CPCY.

WWW Hino da Oduduwa Community Portugal. Arquivo de Julius Juliuso

Notas conclusivas

Lisboa é uma cidade multiétnica e multicultural, apesar de ser igualmente bairrista e alfacinha. É, ainda, uma cidade africana, ao albergar marcas da presença de longo-termo quer de escravos quer de africanos imigrados. A Lisboa da sardinha assada é, então, igualmente do afro-brasileiro *vatapá*, das especiarias do caril indiano, da *moamba* angolana, ou do *sushi* japonês. Da Avenida Almirante Reis até ao Largo de São Domingos, passando pela Mouraria, o olhar pasma-se diante da diversidade convivente. Há, por ali, muitos espaços de alteridade e socialização. O Largo de São Domingos e as suas muitas áfricas recordam-nos que a "Lisboa, menina e moça" de Carlos do Carmo é também a da "Travessa do Poço dos Negros" dos Trovante. Esta Lisboa é, também, de muitos credos. É uma cidade de antigas igrejas, mas também de templos muçulmanos, de sede bahai'i, de templo hindu, de várias igrejas evangélicas, entre tantas outras. É, ainda, uma cidade de religiosidade permanente, de transição entre crenças, de hibridismos, de justaposições (Bastos 2001) e de um mercado pulsante espelhado em lojas esotéricas. Toda esta diversidade religiosa que foge ao canónico e ao narrativo de um Portugal eminentemente católico – que Unamuno no início do século XX já notava não ser real (1908) – encontra-se na Avenida Almirante Reis.

Reconhecendo a diversidade africana presente na cidade de Lisboa, procurei trazer as dinâmicas sociais dos nigerianos-Yorùbá, pese embora a sua reduzida presença social – cerca de vinte permanentes, de entre os que circulam entre Portugal e outros países europeus –, como estudo de caso para a compreensão de que a Lisboa africana é feita de muitas áfricas em diálogo entre si, como se depreendeu do evento *Oduduwa Day* que, ao buscar valorizar a memória destes nigerianos de identidade Yorùbá, serviu maioritariamente para mostrar aos representantes de outras comunidades africanas o seu orgulho cultural, ainda que todo ele mesclado entre globalização, amnésia e rearranjos religiosos entre tradições autóctones, islão e cristianismo.

Fig. 5 Membros da Oduduwa Community Portugal, fazendo os últimos acertos ao evento. Arquivo do autor.
Fig. 6 Panorama do espaço de ação do evento, durante os derradeiros preparativos. Arquivo do autor.
Fig. 7 Oração inicial. À direita Yeye L'Orisa e comissão organizadora Yorùbá. Arquivo do autor.

Bibliografia

Adésojí, A. O. (2006). The Oduduwa Myth and the Farce of Farce of Yoruba Unity. *EnterText*, 6, (3), acesso em

http://www.brunel.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0009/186624/ET63AdesojiED.pdf.

Bastos, C. (2001). Omulu em Lisboa: etnografias para uma teoria da globalização. *Etnográfica*, 5(2), 303-324, acesso em http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_05/N2/Vol_v_N2_303-324.pdf.

Calainho, D. B. (2001). Jambacousses e Gangazambes: feiticeiros negros em Portugal. *Afro-Ásia*, (26), 141-176, acesso em http://www.redalyc.org/pdf/770/77002604.pdf.

Carvalho, F. A. (2006). O lugar dos negros na imagem de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (52), 87-108, acesso em http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n52/n52a05.pdf.

Castro Henriques, I. (2009). *A Herança Africana em Portugal – seéculos XV-XX*. Lisboa: CTT Correios de Portugal.

Ferreira Dias, J. (2013b). Dos nàgó da Bahia aos pọ rtúgérè de Lisboa: Um olhar sobre identidade e religião em diáspora. *Cadernos de Estudos Africanos*, 25, 183-205, acesso em http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/cea/n25/n25a11.pdf.

Fonseca, J., & de Castro Henriques, I. (2002). *Escravos no sul de Portugal: séculos XVI-XVII*. Lisboa: Vulgata.

Lowenthal, D. (1998). Como conhecemos o passado. *Projeto História*, 17, 63-202, acesso em http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154.

Matory, J. L. (1994). Rival empires: Islam and the religions of spirit possession among the Òyóo-Yorùbá. *American Ethnologist*, 21 (3), 495–515, acesso em https://fds.duke.edu/db/attachment/1177.

Pickering, M. & Keightley, E. (2006). The Modalities of Nostalgia. *Current Sociology*, 56, 919-41, acesso em http://csi.sagepub.com/content/54/6/919.full.pdf.

Pina Cabral, J. (2007). Aromas de urze e de lama: reflexões sobre o gesto etnográfico. *Etnográfica*, 11(1), 191-212, acesso em http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/etn/v11n1/v11n1a10.pdf.

Público (2012). Budistas vão ter um templo em Lisboa no próximo ano. *P3*, acesso em http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/4728/budistas-vao-ter-um-templo-em-lisboa-no-proximo-ano.

Ramos Tinhorão, J. R. (1997). *Os Negros em Portugal – Uma Presença Silenciosa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Unamuno, M. de (1985 [1908]) Las animas del purgatorio en Portugal in Á. M. de Dios (ed.), *Escritos de Unamuno sobre Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fig. 8 Iemanjá. Grafiti de Finok na Rua de Manica, Olivais. Fot. José Vicente, 2015. GAU_20150129_017.

Léxico

* Apesar de se puder entender como um equívoco fruto do desconhecimento, facto é que ao contrário do que afirma o vereador José Sá Fernandes, a *religião* budista não é "a única sem templo em Lisboa" (Público 2012). Desde 2010 que a CPCY vem pedindo à Câmara Municipal de Lisboa um espaço para utilização religiosa.

A CIDADE E O RIO: ORIGEM E EVOLUÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DE LISBOA ATÉ AO SÉCULO XVIII

João Pedro Pereira Cruz CV

«[...] tendo diante de si o grande Oceano, o qual, entrando, pela terra, faz uma larga enseada, que termina no cabo de Finis Terrae pela parte do Norte, e pela do Meio-dia, no de S. Vicente, ficando estes dois promontórios como duas balizas da sua grandeza [...]» [1]

A hidrografia do estuário e a topografia da cidade

Entre cabos, o estuário do Tejo é uma porta larga sobre o Atlântico. A sua dimensão considerável e o afastamento que possui em relação à linha costeira que rege Portugal a oeste, criando uma antecâmara inundada, abrigada dos ventos e dos perigos marítimos, é desde há muito sobejamente afamada. O estuário remata a estrutura natural do vale do Tejo, que figura um limite geográfico bastante marcado na Península Ibérica. Este limite separa os «vastos planaltos e montanhas de Castela-a-Velha, com Invernos frios e Verões relativamente frescos, nos quais a oliveira já não consegue vencer»[2], dos Verões sequíssimos e tórridos que se fazem sentir nas planícies do sul, para onde corriam os pastores nortenhos e os seus rebanhos, afastando-se do rigor invernoso. Apesar das qualidades do estuário, as virtudes que levaram à implantação da cidade não provinham somente do mar; desde a antiguidade que os apetecíveis acidentes topográficos atraíam a fixação dos povos. A toponímia do lugar de Lisboa é prova disso mesmo: «Alis ubbo», nome dado pelo povo fenício, significava possivelmente «enseada amena»; já os Romanos nomearam o lugar de «Olissipo» que, segundo alguns investigadores, se referia ao «lugar onde se reúnem cavalos», descrevendo as «potencialidades agrícolas e pecuárias ímpares

Fig. 1 Batimetria do estuário do Tejo. João Cruz, 2014.

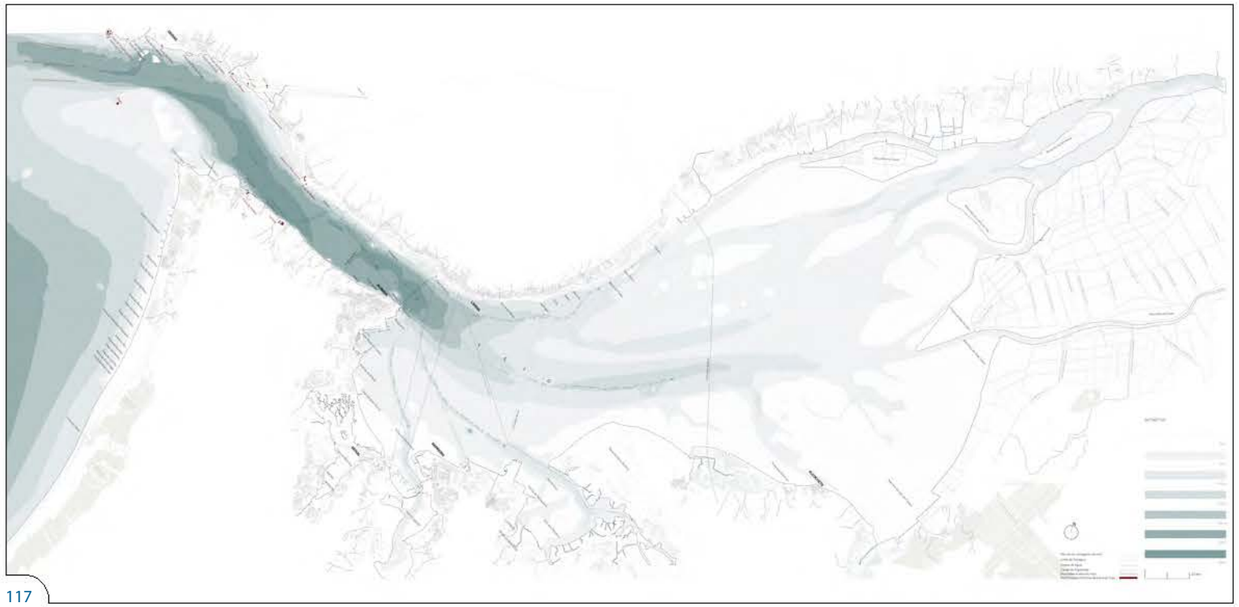
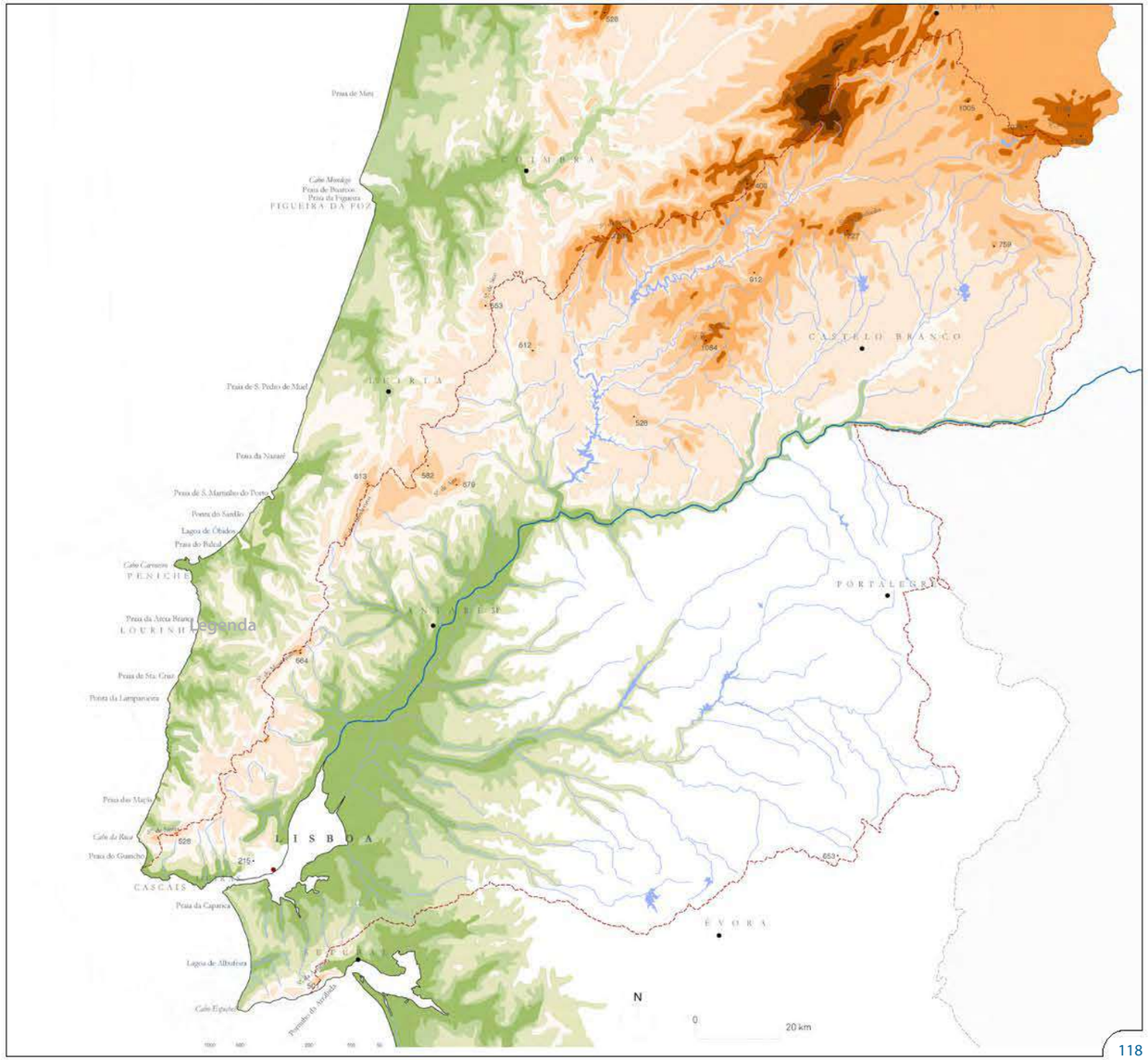


Fig. 2 Mapa com a estrutura hidrográfica do vale do Tejo. João Cruz, 2014.



que já nesse tempo caracterizavam as terras do vale do Tejo»[3]. O lugar de Lisboa nasce assim do cruzamento da complexa estrutura hidrográfica do Vale do Tejo com a cadeia de serras portuguesas pertencentes à Cordilheira Central – que no topo ocidental estendem os seus dedos formando as colinas onde assenta a actual cidade. Ao analisar o seu relevo, podemos compreender uma parte importante da génese da cidade.
A morfologia do terreno compõe um esqueleto, basilar em todo o processo formativo da cidade, que nos deslumbra pela cumplicidade entre o natural e o construído, entre a encosta e o edificado. Através de um simples exercício de sobreposição de camadas – curvas de nível, principais vias da cidade e edifícios – compreendemos rapidamente que os vales são parte integrante da ossatura desse esqueleto. Surgem na parte interior da cidade e ganham maior expressão junto ao rio, graças à confluência das várias linhas de água nos troços anteriores ao desaguar.
Com a sobreposição destas três malhas constatamos também que os pontos notáveis do território coincidem com os edifícios e estruturas, também eles assinaláveis, da cidade.

Trata-se portanto da implantação da cinta amuralhada, que veio bordejando um dos cabeços de Lisboa, assinalando o promontório que esteve na origem, por razões óbvias, da urbe lisboeta: defendido pela topografia, dominava por inteiro o sistema de vistas e o seu acesso através da linha de festo era facilmente controlado. Conquistando primeiramente a colina do castelo, a cidade desceu progressivamente para sul. Ao descer, foi ocupando os vales férteis e as colinas que os demarcam, até alcançar a margem ribeirinha, construindo desde muito cedo a estreita relação entre o relevo e o estuário. Os palácios e conventos possuíam também uma estreita ligação com o sistema colinar. Implantavam-se tendo em consideração a exposição solar e os declives, a fertilidade dos solos, os recursos hídricos do lugar e o sistema de vistas sobre o rio.

Fig. 3 Planta Geomorfológica da cidade de Lisboa. João Cruz, 2014.

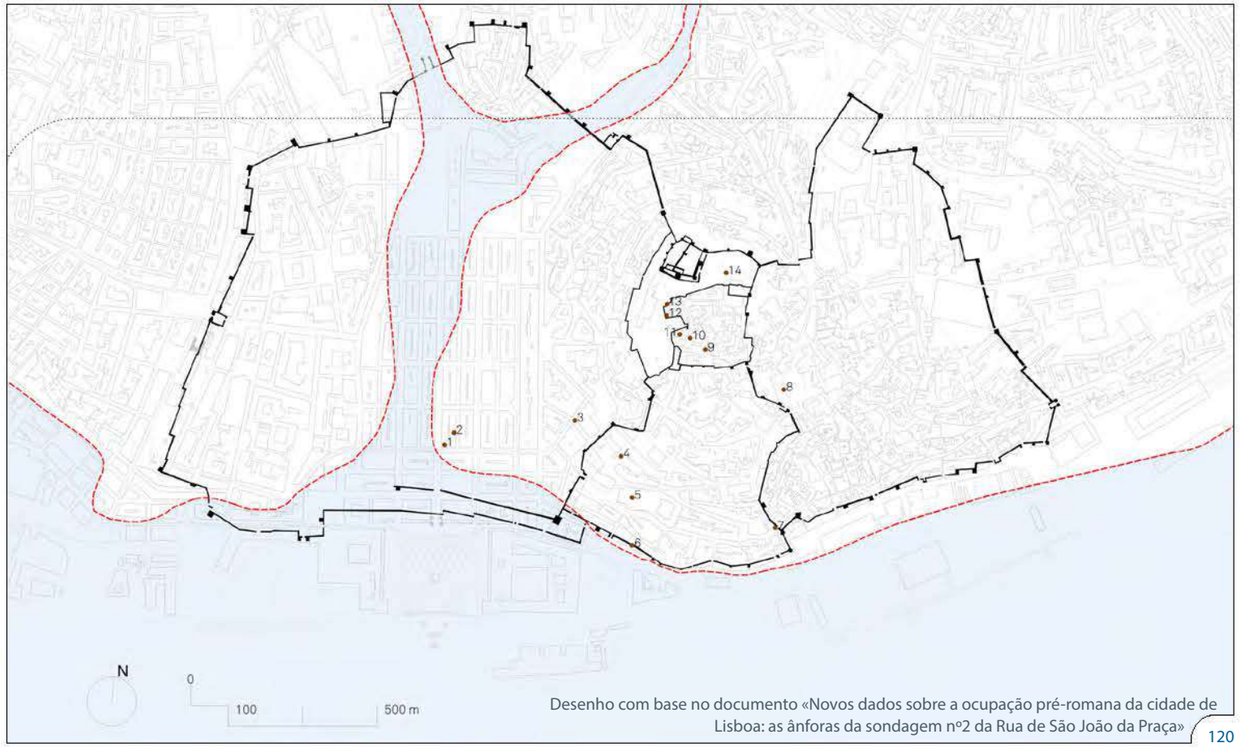
O esteiro pré-romano

Apesar das primeiras cartas hidrográficas acerca do estuário do Tejo datarem da época dos Descobrimentos portugueses, sabe-se que na pré-história a água do estuário ainda transbordava e inundava alguns dos vales da margem norte. Dos muitos braços de água que penetravam a margem, destacava-se o esteiro marinho que banhava o monte de S. Francisco e o monte do Castelo. O sopé dos montes era inundado pelas vagas de água que, vindas do estuário, formavam uma «praia estreita e pequena»[4] nos terrenos onde se encontra actualmente a Baixa pombalina. No esteiro confluíam duas linhas de água «que correspondem hoje aos eixos Arroios - Anjos - Mouraria e S. Sebastião - Santa Marta - São José - Portas de Santo Antão»[5].

A existência deste esteiro foi descrita no primeiro documento de que há registo, da autoria do geógrafo árabe Edrici que, no século XII, descreveu a cidade de Lisboa e o rio Tejo da seguinte forma:

> «Lisboa ergue-se na margem de um rio que se chama Tejo ou rio de Toledo. A sua largura junto de Lisboa é de seis milhas e a maré faz-se sentir aí vivamente. Esta bela cidade estende-se ao longo do rio, está cercada de muralhas e é protegida por um castelo. No centro da cidade existe uma fonte de água quente, tanto no verão como no inverno»[6].

Fig. 4 O esteiro pré-romano. João Cruz, 2014.



Desenho com base no documento «Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº2 da Rua de São João da Praça»

Depreende-se que a fonte de água que Edrici apontou seja o esteiro marinho pois, segundo a investigação do engenheiro Adolpho Loureiro referida na obra *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, as religiosas de S. Vicente navegaram de barco, no ano de 1173, desde o *promontorium sacrum* até à Mouraria, desembarcando numa das portas da cidade (onde mais tarde viria a ser o arco do marquês do Alegrete), e daí partiram para o seu templo. A partir da sua investigação, Adolpho Loureiro não só provou a existência do esteiro, como também demonstrou que era navegável[7]. Um outro engenheiro, Augusto Vieira da Silva, também corroborou a existência do braço de água supracitado, referindo na obra *As Muralhas de Lisboa*, que «em épocas muito remotas, antes do aparecimento do homem sobre a terra, era essa região um extenso esteiro ou estuário por onde entravam e refluíam as águas do Tejo, separando os montes de S. Francisco e do Castelo»[8].

Através das sondagens arqueológicas enunciadas no artigo intitulado «Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça»[9], da autoria de João Pimenta, Marco Calado e Manuela Leitão, foram detectados, em vários locais da colina do castelo e da vertente voltada a Sul, vestígios pré-romanos. Perante a localização dispersa dos vários vestígios encontrados, depreende-se que a área de ocupação pré-romana – com destaque para as colónias fenícias que aqui implantaram o seu entreposto comercial no século XII a. C, e lhe atribuíram a denominação de *Allis Ubbo* (baía amena) – tenha sido grande. Pela localização dos vestígios, também é possível depreender que na época pré-romana o esteiro já possuía um caudal mais reduzido do que aquele que possuíra no início.

Da ribeira de *Olisipo* às praias medievais

A implantação romana nas colinas de Lisboa deveu muito às ocupações anteriores deste território, que se estendiam «desde as praias quaternárias de Sintra - Cascais e Caparica - Cabo Espichel até aos concheiros de Muge»[10]. Aproveitando-se do castro[11] das povoações pré-romanas, os romanos construíram a sua muralha, bordejando as encostas onde se viria a implantar o castelo medieval. A muralha romana descia desde o *oppidum*[12] até ao esteiro do Tejo. Os romanos concentraram, na zona banhada pelo rio, as actividades portuárias e piscícolas, e apoderaram-se dos vales, implantando pontualmente os equipamentos basilares da civilização romana: as termas, localizadas junto ao esteiro supracitado; as fábricas de salga de peixe, também banhadas pelo braço de água; a necrópole, no lugar da actual Praça da Figueira; e o Teatro (um pouco acima da Basílica), sobranceiro à água, na encosta da colina fortificada.

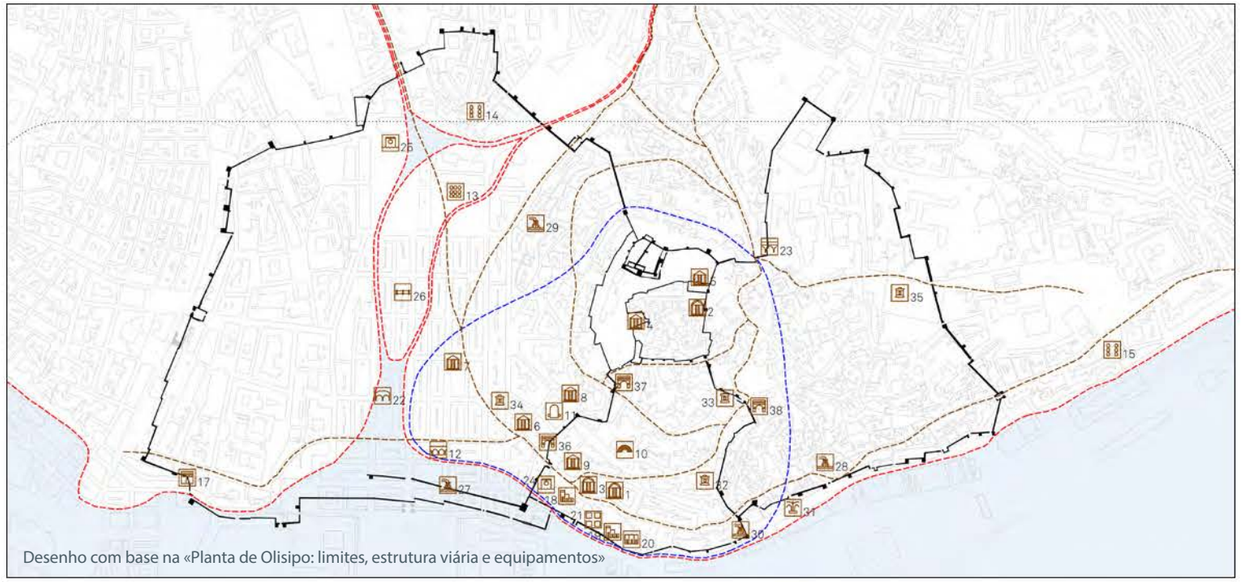
O império romano aproveitou as condições topográficas e hidrográficas, e foi moldando o território, que inicialmente se subdividia em pequenas ilhas alagadas, posteriormente ampliadas, ligadas entre si pela construção dos edifícios notáveis e dos bairros da urbe romana. O conjunto romano acabaria por se densificar, e o território abrangido por este núcleo, denominado de Olisipo, ostentaria, tal como Roma, o desígnio de município.

No período muçulmano, e ao contrário do romano (*Pax Romana*), a cidade estava condicionada pelos tumultuosos avanços da reconquista cristã. Por isso, a cidade muçulmana concentrava-se sobretudo no interior da muralha fortificada. A cerca moura limitava os quinze hectares onde se encontravam a Medina e o Alcácer. Como esta pequena porção de terreno encerrada entre muros não era suficiente para albergar toda a população, a cidade extravasou os seus limites, apropriando-se de terrenos a nascente e a poente.

A cidade muçulmana acabou por cair a 25 de Outubro de 1147, e depois da Reconquista os cristãos ocuparam a medina e o alcácer – pólo central da antiga cidade moura. Os muçulmanos que permaneceram na cidade foram deslocados para a zona da actual Mouraria, que nesse tempo ficava junto ao esteiro que corria vindo de norte, e que irrigava os terrenos e os seus hortejos.

No ano de 1220 o canal do esteiro já se encontrava entupido devido ao entulho e ao lixo nele depositado, impedindo, como afirma Vieira da Silva, as embarcações de navegarem para lá de um certo limite, marcado pela Rua da Calcetaria. O esteiro já não representava um limite tão vincado na frente ribeirinha, e por isso, no século XIII, a cidade acabou por extravasar esse limite. Foram construídas pontes e pontões sobre este córrego que possibilitavam o atravessamento para a margem ocidental do esteiro, e que duraram «até ao seu encanamento no final de Quatrocentos»[13]. Apesar desse sinal de crescimento, a praia medieval, localizada nas traseiras da cerca da cidade, possuía uma dimensão transversal bastante reduzida, resultado da fraca expansão urbana (para poente e nascente) até aquele momento. Para além da sua extensão limitada, a praia era bastante apertada, não estava edificada, e tinha um limite bastante irregular.

Fig. 5 A ribeira de Olisipo. João Cruz, 2014.



Desenho com base na «Planta de Olisipo: limites, estrutura viária e equipamentos»

Fig. 6 A ribeira de Allis Ubbo. João Cruz, 2014.

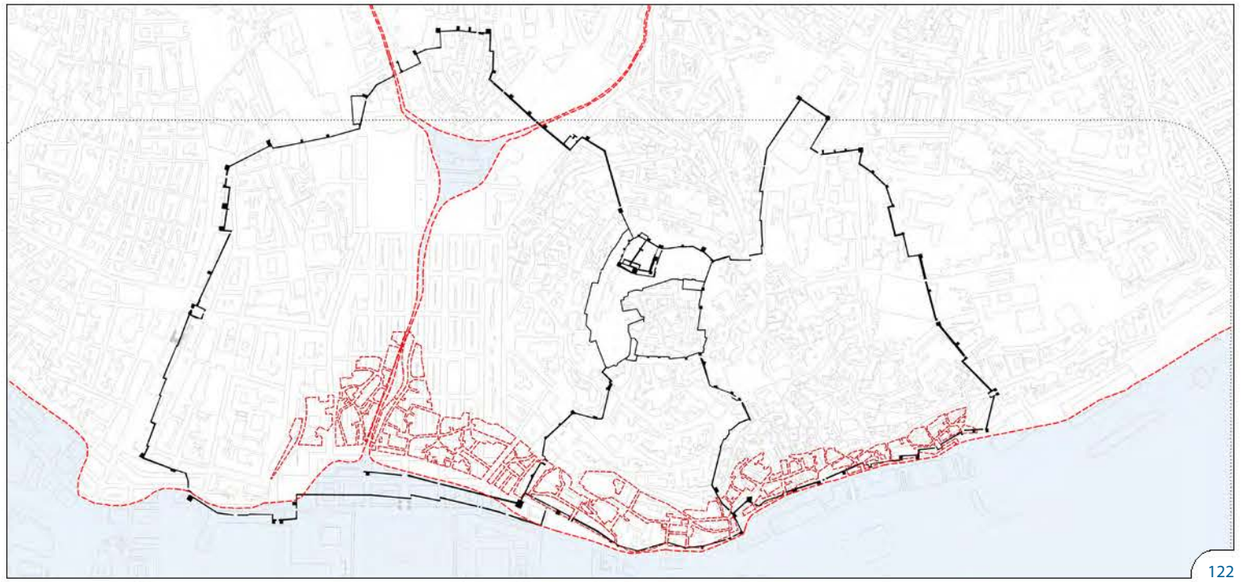
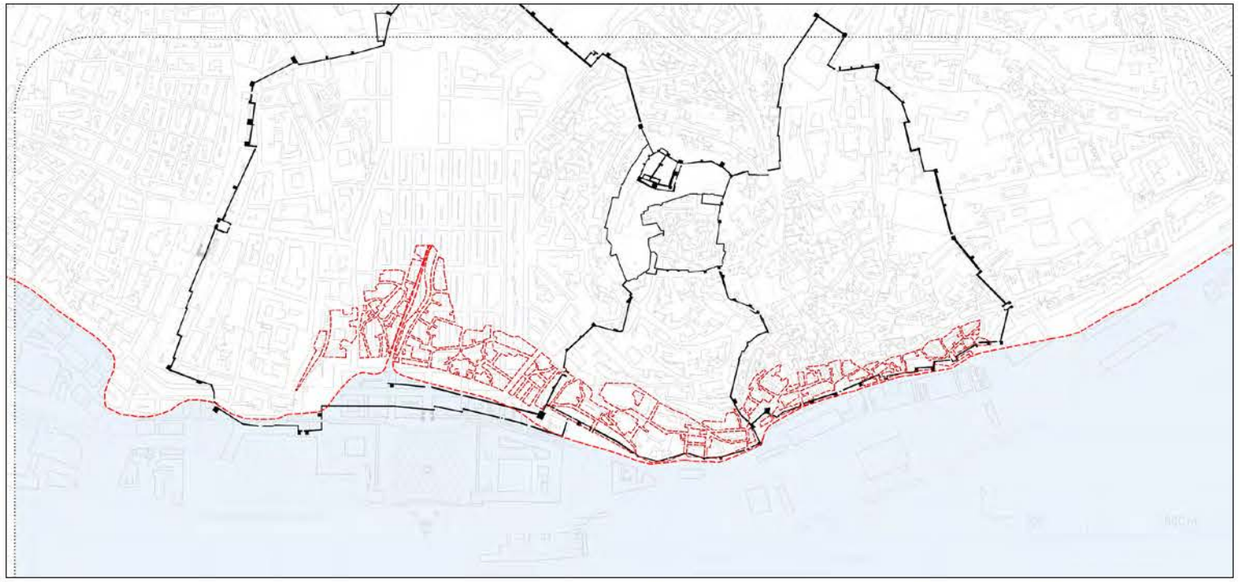


Fig. 7 A frente ribeirinha em [1220]. João Cruz, 2014.



A frente ribeirinha entre [1375 – 1495]

Com o acentuar dos conflitos com Castela, surgiu a necessidade de aumentar a área protegida da cidade e, por conseguinte, ampliar o seu limite fortificado. Com a construção da cerca fernandina no último quartel do século XIV, a muralha passou a ter uma presença considerável na frente ribeirinha, pontuando ritmadamente a praia, com as suas torres, portas e postigos.
O limite fortificado junto ao rio estava balizado pela Porta de Santa Catarina e pela Porta da Cruz[14]. Estas duas entradas ligavam a cidade intra-muros às principais estradas que conduziam aos arrabaldes envolventes, localizados a este e a oeste. O restante limite fortificado compreendido entre estes dois acessos possuía múltiplas aberturas (cuja utilidade e importância variavam), que ligavam a cidade intra-muros à zona ribeirinha.

A frente ribeirinha entre [1495 – 1521]

No início do século XVI a frente ribeirinha de Lisboa encontrava-se em pleno processo de ampliação devido aos sucessivos aterros sobre o Tejo. A extensa dimensão dos aterros na zona frontal devia-se sobretudo à implantação do Paço da Ribeira,

ou Paço Real, mandado construir por D. Manuel. Desde muito cedo que este soberano acompanhou as actividades navais, assistindo todos os dias, segundo Júlio de Castilho, à construção das naus e das galés nos armazéns banhados pelo Tejo. Estava tão maravilhado com a construção náutica que decidiu edificar um palácio à beira do Tejo, donde, debruçado nas varandas, pudesse admirar todo o fulgor das obras navais. Criou-se então o Paço da Ribeira sobre as casas da Índia e da Mina, tal como refere Gaspar Corrêa em *Lendas da Índia*: «E porque o aposento d'El Rey era nos paços do Castello de Lisboa, e folgaua de ser presente, e hia, e vinha cada dia estar nas casas dos almazens, entendeo em mandar fazer casas pera seu aposento nos mesmo almazens, em que se fizerão nobres paços, e debaixo delles grandes casas pera recolhimento e feitoria das mercadorias da India e Mina; o que depois polo tempo se fez em muyta perfeição, como oje em dia parece»[15].
No extremo oposto ao paço real ficava o edifício da Alfândega, iniciado (tal como o Paço da Ribeira) no reinado de D. Manuel, nas primeiras décadas do século XVI. Segundo Carlos Caetano, as obras começaram em 1517, data em que os terrenos para o construção do coetâneo Terreiro do Trigo foram doados. Na *Vista de Lisboa*[16] de 1530, desenhada por António de Holanda

Fig. 8 A frente ribeirinha em [1375 - 1495]. João Cruz, 2014.

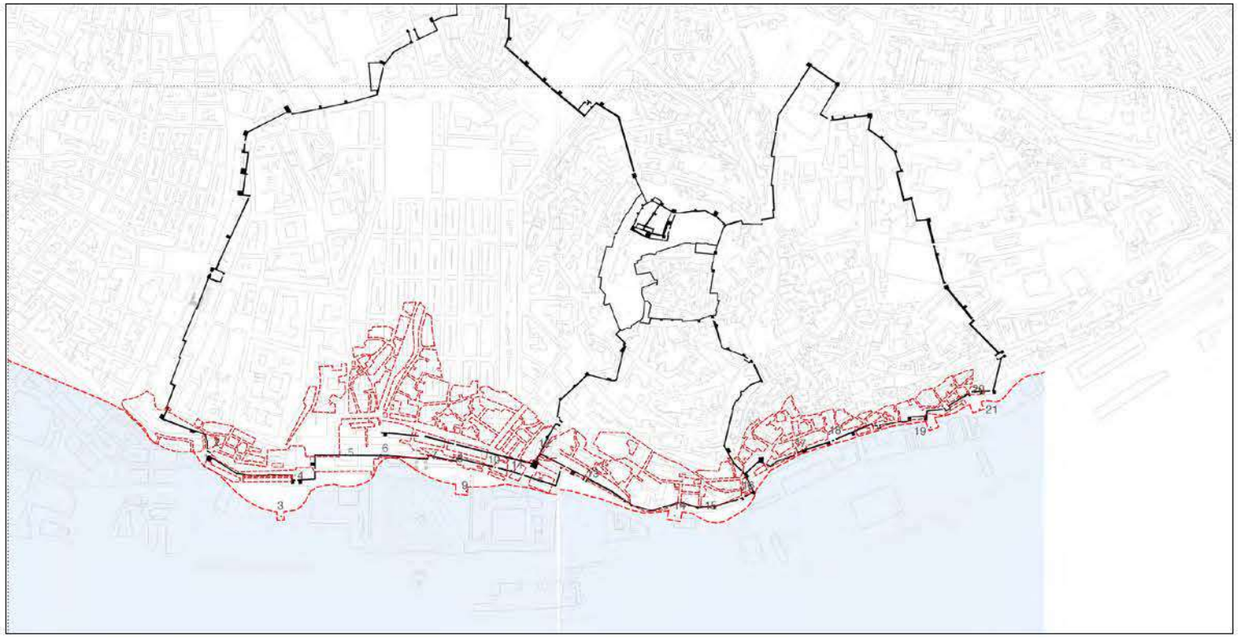
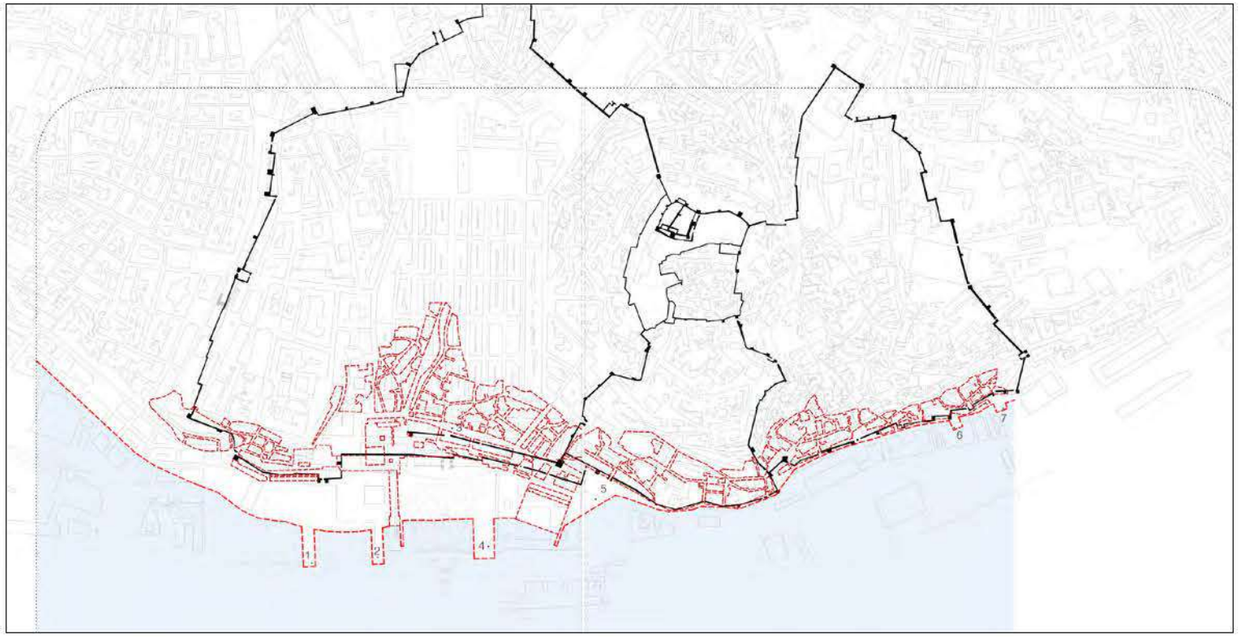


Fig. 9 A frente ribeirinha em [1495 - 1521]. João Cruz, 2014.



e Simao de Benning, ainda é possível ver a Alfândega em construção, que só viria a ser concluída no reinado de D. João III. A construção deste edifício destacou-se na época por ter sido edificada sobre o rio. Através das técnicas que já tinham sido utilizadas na construção do baluarte anteriormente referido, formaram-se aterros bem consolidados e implantaram-se estacas em pleno rio. O edifício era constituído por uma estrutura compacta, bastante regular, «feito todo de pedra cantaria em figura quadrangular»[17], e assentava num pódio avançado ligeiramente sobre a água, que impunha «uma severa regulação à frente fluvial [...] com um logradouro praticável e um cais privativo»[18], como é possível verificar pelas gravuras e pela *Planta da Cidade de Lisboa : 1650*[19], desenhada por João Nunes Tinoco. No século XV, o Terreiro do Paço ainda não tinha sido aterrado; era apenas «praia de cascalho, areias e lodos, como em geral toda a frontaria marítima da Cidade»[20], onde se instalavam os *espalmadeiros* – local de querenagem e construção das embarcações. Apesar de no ano de 1478 se ter planeado fazer um cais de embarque neste lugar, antes do projecto para o Paço da Ribeira, só mais tarde é que, por ordem do rei D. Manuel, os *espalmadeiros* foram aterrados, conquistando ao rio o terreno necessário até atingir a configuração do Terreiro do Paço[21].

No ano de 1500, o rei D. Manuel ordenou que se desse início à construção do dito cais, para que apoiasse os armazéns da Casa da Mina, já edificados neste local, e que na altura recebiam os produtos originados pela Conquista. O mesmo monarca ordenou também que se aterrasse a zona em frente do local onde mais tarde se implantaria o Terreiro do Paço e se construísse um tabuleiro ao longo da praia, como podemos depreender das palavras de Damião de Góis, em *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*: «[...] mandou fazer de novo ho caes da pedra de Lisboa, & tabuleiros de longo da praia, & chapharises da cidade tudo de pedra canto»[22]. A construção do cais e dos aterros não impediu contudo que se continuasse a utilizar a praia para os trabalhos de construção de navios da armada portuguesa, actividade que se manteve após a formação do Terreiro do Paço. A sul o Terreiro do Paço era caracterizado pelo Cais da Pedra acima mencionado. Este cais fazia parte de um conjunto de

novas estruturas de embarque e desembarque, construídas para equipar os recentes espaços conquistados ao rio. O Cais da Pedra foi descrito por Carlos Caetano como «uma vasta e muito profunda plataforma rectangular que avanç[ava] valentemente pelo rio e onde, a espaços regulares, se inser[iam] escadarias nas suas três faces, facilitando as operações de embarque e desembarque»[23].

A frente ribeirinha entre [1521 – 1557]

Após a morte de D. Manuel I, foi aclamado rei D. João III. Este monarca acabou por abandonar o Paço da Ribeira, optando por viver, num primeiro momento, no lugar de Xabregas, e, posteriormente, no Paço de Santos (de que se falará mais adiante). Apesar da mudança da residência real, foram feitas obras consideráveis no Paço da Ribeira. As inúmeras actividades construtivas que se fizeram sentir neste período deveram-se certamente ao terramoto que se fez sentir em Lisboa no ano de 1531, destruindo prédios, palácios e edifícios religiosos. Como se referiu anteriormente, o edifício da Alfândega só seria concluído no reinado de D. João III. Este edifício de planta quadrangular, situado a sul da Igreja da Misericórdia, albergava no seu interior as repartições da Alfândega das Setes Casas, a Casa dos Contos e o Terreiro do Trigo. As Sete Casas localizavam-se no piso superior da ala este do edifício. Aí ficavam as repartições onde se despachavam os vinhos, as carnes, os azeites, as frutas, a lenha, o carvão e os escravos. Sobre o mar existia uma banda de 14 armazéns, de cobertura abobadada, onde se recolhiam as mercadorias que chegavam. Por cima destes armazéns ficava a habitação do Provedor da Alfândega. Do lado oposto, na ala oeste, ficava a Casa dos Contos, onde se prestavam contas de todos os bens e rendas do Estado. Por fim, no limite norte da Alfândega, ficava o edifício do Terreiro do Trigo, onde se armazenava e vendia o respectivo cereal, e que, apesar dos terrenos para a construção do Terreiro terem sido doados no mesmo dia em que se iniciaram as obras da Alfândega, só fora construído no reinado de D. João III. Embora tivessem programas distintos, o Terreiro do Trigo e a Alfândega faziam parte do mesmo complexo, apertado entre a Igreja da Misericórdia e o rio. O terreiro localizava-se no limite norte da Alfândega, representando como afirmou

Fig. 10 A frente ribeirinha em [1521 - 1557]. João Cruz, 2014.

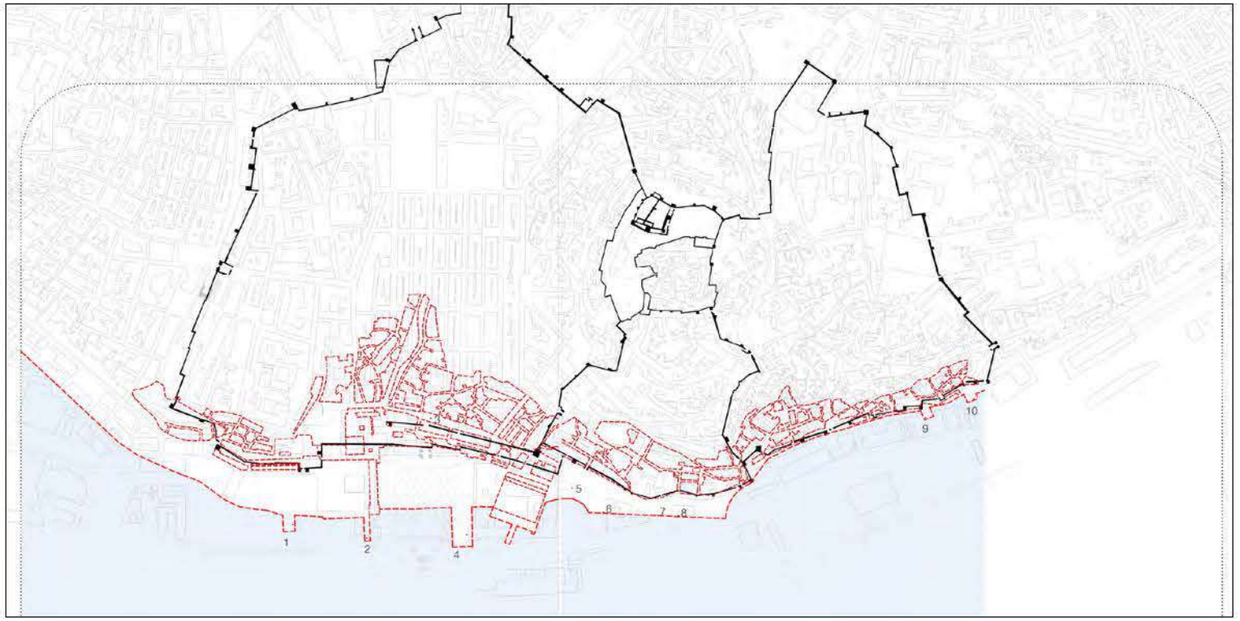
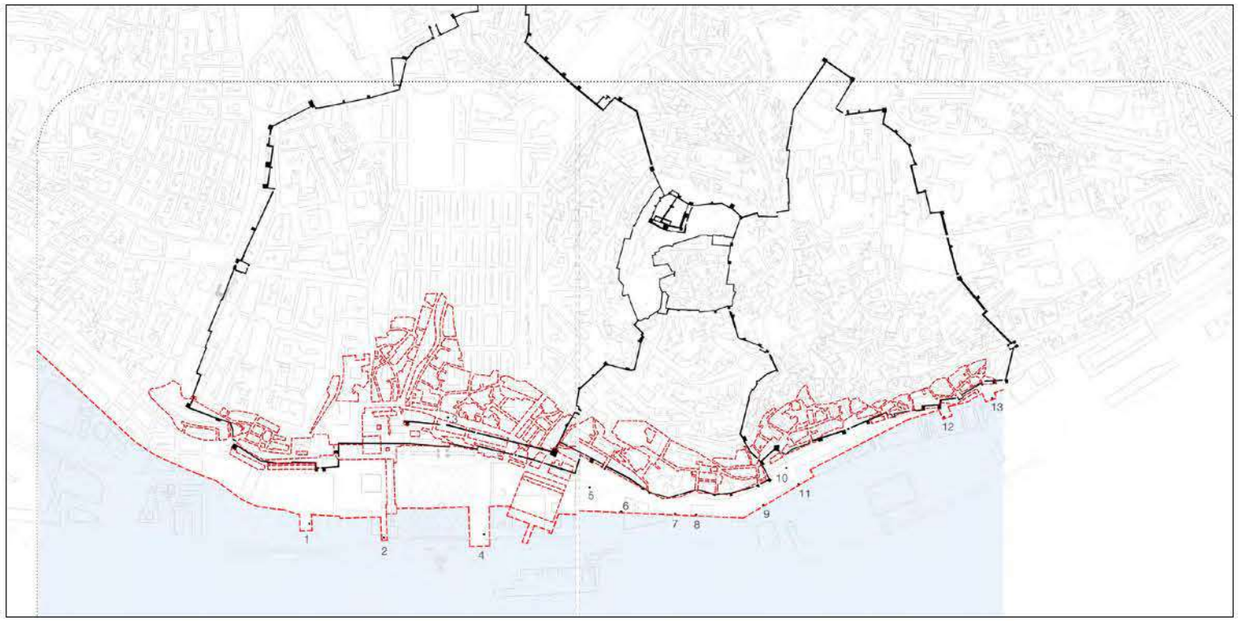


Fig. 11 A frente ribeirinha em [1557 - 1604]. João Cruz, 2014.



Carlos Caetano, «a via mais moderna e mais monumental de toda a Lisboa»[24], por ser a ligação entre o Terreiro do Paço e a Ribeira das Portas do Mar (actual Campo das Cebolas).
A Ribeira das Portas do Mar, localizada a nascente da Alfândega, era um lugar privilegiado da frente ribeirinha da época, devido à amplitude que alcançara com os aterros e com o muro acostável que os limitava. As gravuras existentes que retratam Lisboa nesta época confirmam essa evolução, ilustrada pela existência de vários pontos de desembarque nesta ribeira. Na *Vista Panorâmica de Lisboa*[25], desenhada entre 1540 e 1550, e na estampa de Braun, intitulada *Olissipo Quae Nunc Lisboa [...]* de 1598, constata-se que a Ribeira das Portas do Mar era constituída por um enorme tabuleiro, com um traçado mais recto na zona frontal, onde se encontravam, porventura, os Cais da Rainha[26] e o Cais de Santarém[27], ladeado por duas bolsas (a este e a oeste) onde atracavam as embarcações.
Apesar da implementação destas novas estruturas portuárias, tudo leva a crer que existiam nessa altura cais da época medieval, como o da Pólvora e o do Carvão, que ainda estavam em funcionamento.

A frente ribeirinha entre [1557 – 1604]

Na *Planta da Cidade de Lisboa: 1650*, desenhada por João Nunes Tinoco, não aparecem os cais ou os tabuleiros que regularizavam a Ribeira das Portas do Mar e os restantes terrenos a oriente, destacando-se, em particular, o desaparecimento do pódio e do cais já descritos, onde assentava a Alfândega. Esta omissão deveu-se, porventura, à distância que a margem avançou neste período, deixando para trás, em terra firme, estas estruturas portuárias. De acordo com a mesma planta a margem aparentava estar mais irregular, levando a crer que o aumento da largura da margem não teve somente origem humana, mas também natural, causada, possivelmente, pelo processo de assoreamento do rio. Esta hipótese foi confirmada por Júlio de Castilho que, após minuciosa observação da Ribeira das Portas do Mar na estampa *Olissipo Quae Nunc Lisboa [...]* de Braun, comprovou que «só uma parte d'este terreiro, que a pouco e pouco se foi augmentando, pela fuga das aguas e pela industria dos homens»[28]. Apesar da aparente irregularidade da margem, o alçado ribeirinho ganhou uma maior definição após a construção

de mais um edifício notável: o Palácio Côrte-Real (assinalado na planta de João Nunes Tinoco como Paços do Infante). Este palácio implantou-se, como tantos outros, junto do Paço da Ribeira, cuja construção atraiu para junto do rio várias residências nobres. Tal como se pode constatar nos dias de hoje através de qualquer gravura que retrate a época (como as estampas já referidas de Georg Braun), este palácio constituía um notável exemplo arquitectónico que, de forma sumptuosa, ousava rivalizar com o próprio Paço da Ribeira. Este palácio aparece em primeiro plano nas gravuras *Vué du Palais Royal de Lisbonne*[29] e *Palais du Comte d'Avero* [sic] *a Lisbonne oú Charles III a été logé*[30].
A construção desta residência régia delimitou, com a devida clareza, dois espaços distintos que já existiam: o Corpo da Guarda (mais tarde denominado Corpo Santo), localizado a Oeste dos Paços do Infante, e a Ribeira das Naus. Apesar das actividades de construção naval ocorrerem em diversos pontos da frente ribeirinha, chegando a ocupar, como se pode ver na estampa *Olissipo Quae Nunc Lisboa [...]*, o próprio Terreiro do Paço, a criação

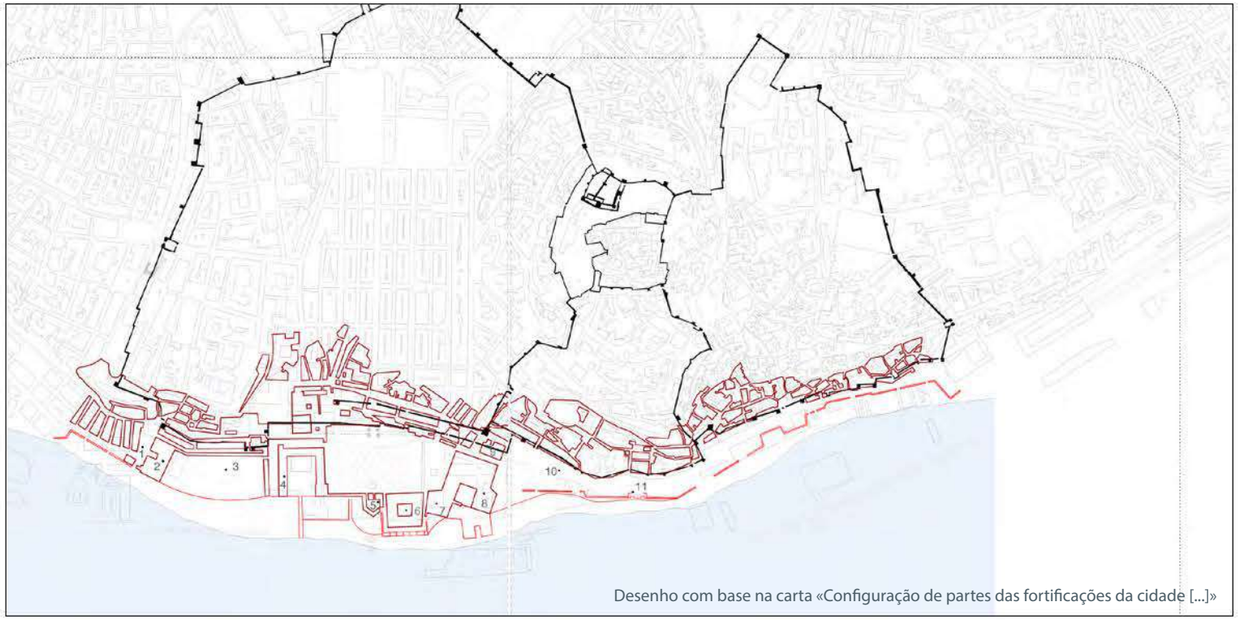
da Ribeira das Naus permitiu centralizar essa produção.

A Ribeira das Naus funcionava como um enorme estaleiro naval ao ar livre. Sabe-se, pela representação na *Planta da Cidade de Lisboa: 1650*, que a Ribeira das Naus se encontrava cercada de 'parede e varadouro', que a separavam dos edifícios envolventes a norte, este e oeste. Depreende-se por esse facto que era um local privado, cujo acesso era exclusivo de quem estava associado às actividades navais.
Após o aparecimento da Ribeira das Naus, a frente ribeirinha de Lisboa apresentava, de forma geral, três pontos fundamentais: a respectiva Ribeira das Naus, foco central da indústria naval da época; a Praça da Ribeira das Portas do Mar enquanto grande posto comercial lisboeta; e o Terreiro do Paço, centro nevrálgico da evolução ribeirinha e da vida pública da cidade, controlado pelo poder régio e municipal.

A frente ribeirinha entre [1604 – 1727]

Depois do desaparecimento de D. Sebastião (que havia sucedido a D. João III) e da morte do Rei Cardeal, o Paço foi habitado temporariamente por Filipe I no ano de 1581, aquando da sua visita

Fig. 12 A frente ribeirinha em [1650 - 1727]. João Cruz, 2014.



Desenho com base na carta «Configuração de partes das fortificações da cidade [...]»

a Lisboa. Após ter sido habitado por Filipe I e, posteriormente, pelo Duque de Alba e pelo Vice-Rei Cardeal Arquiduque Alberto, o Paço da Ribeira tornou-se a residência do segundo monarca da dinastia filipina. Em 1604, seis anos após o início do seu reinado, o rei Filipe II de Castela mandou construir junto ao rio um parapeito que trancava o Terreiro do Paço a sul, iniciando o seu processo de fortificação. Acerca deste parapeito construído em cantaria, Frei Nicolau de Oliveira afirmou no livro de 1620, *As Grandezas de Lisboa*, o seguinte: «Vendo a Magestade d'el-rei Dom Philippe primeiro d'este nome em Portugal (como prudentissimo que era) de quanta importância era a assistencia da pessoa Real neste Paço, mandou faser (fora delle, no fim de hum grande corredor que estava feito) hum forte de pedraria da melhor, e mais perfeita obra, assi de fora, como de dentro, que se sabe em Europa, donde não só podesse ver o que se fasia, mas também lhe ficasse servindo de mayor recreação, vendo delle quasi todo o Rio, e suas embarcações, assi da parte do Oriente, como do Occidente»[31]. Frei Nicolau de Oliveira referiu ainda, em relação às obras de fortificação do Terreiro do Paço, que se tratavam de «obra nova e muito vistosa, em cujos muros bat[ia] o mar em maré cheia»[32]. O depoimento de Frei Nicolau de Oliveira interessa sobretudo pelo seu reparo (embora pouco detalhado), referindo a altura elevada que possuíam os muros que protegiam nessa época o Terreiro do Paço. Como é possível observar no desenho a tinta-da-china, intitulado *Terreiro do Paço*[33] e desenhado na 1ª metade do século XVIII por Francisco Zuzarte, o parapeito era percorrível, protegido por uma guarda interior e uma exterior. Após o dia de 1 de Dezembro de 1640 foi restituída a soberania do reino aos legítimos herdeiros de D. Manuel I. Posto isto, D. João IV subiu ao trono, recuperando para sua residência os edifícios do Paço da Ribeira. Diz Júlio de Castilho que no reinado de D. João IV quem se aproximasse do Terreiro do Paço pelo lado da Alfândega, se sentiria dominado pela «nobre linha de sacadas, termin[ada] ao Sul no magnifico torreão»[34]. A construção de um chafariz, denominado Chafariz de Apollo, no reinado de D. João IV tornou ainda mais fresco este local, enfatizando a relação entre o Terreiro do Paço e a água, já muito marcada pela proveitosa proximidade que a frente ribeirinha possuía nesta época com o Tejo.

Notas

1 **MENDES DE VASCONCELOS, L.** 1990, pp. 35-36.
2 **DAVEAU, S.** 1994, p. 26.
3 **AIRES MATEUS, ASSOCIADOS, LDA., BUGIO II, ARQUITECTURA LDA.,PEDRO DOMINGOS, ARQUITECTOS LDA**. 2005, p. 12.
4 **LOUREIRO, A.** 1906, p. 69.
5 **GASPAR, J.** 1994, p. 15.
6 **EDRICI.** [S.d.], pp. 71-72.
7 «Naquelle tempo a margem do rio e do esteiro maritimo de Lisboa, entrando no valle, seguia por alturas da Boa Hora, da rua do Crucifixo, e pela praça de D. Pedro penetrava nas ruas de Santo Antão e de S. José até cima da rua das Pretas, para descer depois, e, passando pela frente do palacio do conde de Almada, continuar por detraz de S. Domingos, entrar no valle de Arroyos pela rua da Palma e descer pela da Mouraria. Seguindo pela base do monte, onde assenta o castello de S. Jorge e a sua cêrca, passava a S. Mamede e pela Magdalena, e prosseguia pela rua dos Bacalhoeiros até o chafariz d'El-Rei.
Para ver como era navegavel este esteiro cita-se primeiro o chamado Canal de Flandres, nome que principiou a dar se-lhe depois que os navios inglezes vieram a Lisboa como alliados de D. Fernando e de D. João I. Era talvez ahi que vinham fundear os navios flamengos, que frequentavam então o nosso porto. Sendo facto averiguado que se lhe dava anteriormente o nome de canal, não quereria com isto designar-se o primeiro canal de esgoto e de drenagem da via publica? Conta-se tambem que, quando D. Affonso Henriques mandou vir do promontorium sacrum, em 1173, as religiosas de S. Vicente, que é o padroeiro da cidade, vieram ellas em barco até a Mouraria, ao sitio onde havia então a porta da cidade, chamada depois a porta de S. Vicente (arco do marquez de Alegrete), onde foram desembarcadas e levadas processionalmente para o templo». Ver, sobre este assunto, LOUREIRO, Adolpho. 1906, p. 70.
8 **VIEIRA DA SILVA, A.** 1987, passim.
9 **PIMENTA, J., CALADO, M., LEITÃO, M.** Disponível na internet: <URL: http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia>.
10 **GASPAR, J.** 1994, p. 15.
11 O castro é um lugar fortificado das épocas pré-romana e romana, na Península Ibérica. Corresponde a um povoado permanente ou a um refúgio das populações circunvizinhas em caso de perigo.
12 Júlio César apelidou com esta designação algumas das povoações da Idade do Ferro, encontradas na Gália. As *oppidas* localizavam-se num ponto de cota mais alta, geralmente fortificado. *Oppidum* é o termo em latim utilizado para descrever as principais povoações constituintes do Império Romano que, após a conquista de determinado território, utilizavam as fundações pré-romanas normalmente localizadas neste cumes.
13 **CAETANO, C.** 2004, p. 34.
14 Esta porta foi a primeira abertura na muralha erigida no reinado de D. Fernando. Segundo Júlio de Castilho, entre o século XVI e o século XVII, as mercadorias vindas de este, trilhando caminho por Xabregas e Madre de Deus, só podiam entrar na cidade de uma forma: teriam que percorrer a calçada da Cruz de Pedra e a rua de Santa Apolónia, caminhar em direcção ao Campo de Santa Clara e ao Paraíso, e por fim atravessar a porta da Cruz.
15 **CORRÊA, G.** 1858-1863, tomo IV, p. 529.
16 **BENNING, S., HOLANDA, A.** 1530.
17 **OLIVEIRA, N.** cit. in **CAETANO, Carlos.** 2004, p. 226.
18 **CAETANO, C.** 2004, p. 163.
19 *Planta da Cidade de Lisboa: 1650* [João Nunes Tinoco]. [s.d.].
20 **CASTILHO, J.** 1840-1919, p. 234.
21 Os trabalhos de construção do terreiro do Paço consistiam na utilização de um engenho, a que se chamava bugio, e que consistia em bater e afundar a estacaria que suportava os aterros e os alicerces. Bluteau refere a utilização deste processo no ano de 1584, quando se construía o forte do Terreiro do Paço, sobre estacas e massames.
22 **GÓIS, D.** 1566-1567, fol. 110.
23 **CAETANO, C.** 2004, p. 148.
24 Idem, op. cit., p. 162.
25 *Vista Panorâmica de Lisboa* . [1540-1550].
26 A Ribeira foi de facto, um sítio extraordinariamente rico em ambientes, que contrastavam entre si. E apesar de alguns não parecerem muito agradáveis, o local foi constantemente visitado pela rainha D. Catarina, mulher do rei D. João III, que passeava entre as barracas de venda, misturando-se com o povo. Talvez por isso existisse na Ribeira um cais denominado de cais da Rainha.
27 O Cais de Santarém era nessa altura o local de destino onde aportavam os mareantes vindos dessa localidade espanhola. A construção destes cais foi determinante na relação da cidade com o rio, que procurou, ao longo dos anos, dotar-se das infra-estruturas necessárias ao comércio de pessoas e bens.
28 **CASTILHO, J.** 1840-1919, p. 191.
29 *Vué du Palais Royal de Lisbonne*. [1985].
30 *Palais du Comte d'Avero [sic] a Lisbonne oú Charles III a été logé*. [1985].
31 **OLIVEIRA, N.** 1804, p. 145.
32 Idem, op. cit., p. 145.
33 **ZUZARTE, F.** [s.d.].
34 **CASTILHO, J.** 1840-1919, p. 318.v

BIBLIOGRAFIA

Aires Mateus, Associados, Lda. Bugio II, Arquitetura Lda. & Pedro Domingos, Arquitetos Lda. (2005). *Estudo de Intenções para o Porto de Lisboa, na Área entre Belém e Matinha, 1ª Fase*. P.12.Lisboa: Ed. AP.

Benning, S. & Holanda, A**.** *Vista de Lisboa em 1530* [documento icónico]. [S.l.: s.n., 15--]. Disponível em www:<URL: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fb/Lisboa_1530.jpg.

Caetano, C. (2004). *A Ribeira de Lisboa, Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Editora Pandora.

Castilho, J. (1840-1919). *A Ribeira de Lisboa: Descripção Histórica da Margem do Tejo desde a Madre-Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Corrêa, G. (1858-1863). *Lendas da Índia*. Classe de Sciencias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 6 Vol. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

Daveau, S. (1994). A foz do Tejo, palco da história de Lisboa in *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Electa.

Edrici. *Lisboa e o Tejo nos princípios do séc. XII* in *Portugal na Espanha Árabe*: Vol. I, organização, prólogo e notas de António Borges Coelho. Lisboa: Seara Nova.

Gaspar, J. (1994) Lisboa, o sítio: ocupação e organização do território) in *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Electa.

Góis, D. (1566-1567). *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Lisboa: impresso em casa de Francisco Correa.

Loureiro, A. (1906). *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Vol. III, pt. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

Mendes de Vasconcelos, L**.** (1990). *Do Sítio de Lisboa: Diálogos*. Org. e Notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte.

Oliveira, N. (1804)**.** *As Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Impressão Regia.

Palais du Comte d'Avero [sic] a Lisbonne oú Charles III a été logé [Visual gráfico]. [S.l.: s.n.,1985]. 1 rep. de obra de arte: color.; 25 x 30 cm. Lisboa, Biblioteca Nacional. Disponível em www:<URL: http://purl.pt/12657/3.

Pimenta, J., Calado, M. & Leitão, M. (2005). Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. [Em linha]. vol, 8, n.º 2, pp. 313-334. [Consult. 28 Jan. 2014]. Disponível na internet: <URL: http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia>.

Vieira da Silva, A. (1987). *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. 3ª Ed. Lisboa: CML.

Vista Panorâmica de Lisboa [documento icónico]. [S.l.: s.n., 1540-1550]. 1 desenho: p&b. Disponível em www:<URL: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/ff/Lisboa_quinhentista.jpg.

Vué du Palais Royal de Lisbonne [Visual gráfico]. [S.l.: s.n.,1985]. 1 reprodução de obra de arte: color.; 25 x 30 cm. Lisboa, Biblioteca Nacional. Disponível em www:<URL: http://purl.pt/12659/3.

Zuzarte, F. *Terreiro do Paço* [documento icónico]. [S.l.: s.n., s.d.]. – 1 desenho a tinta-da-china com aguada sobre papel: p&b; 48 x 67,5 cm. Disponível em www:<URL: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Paço_da_Ribeira_em_1755.jpg.

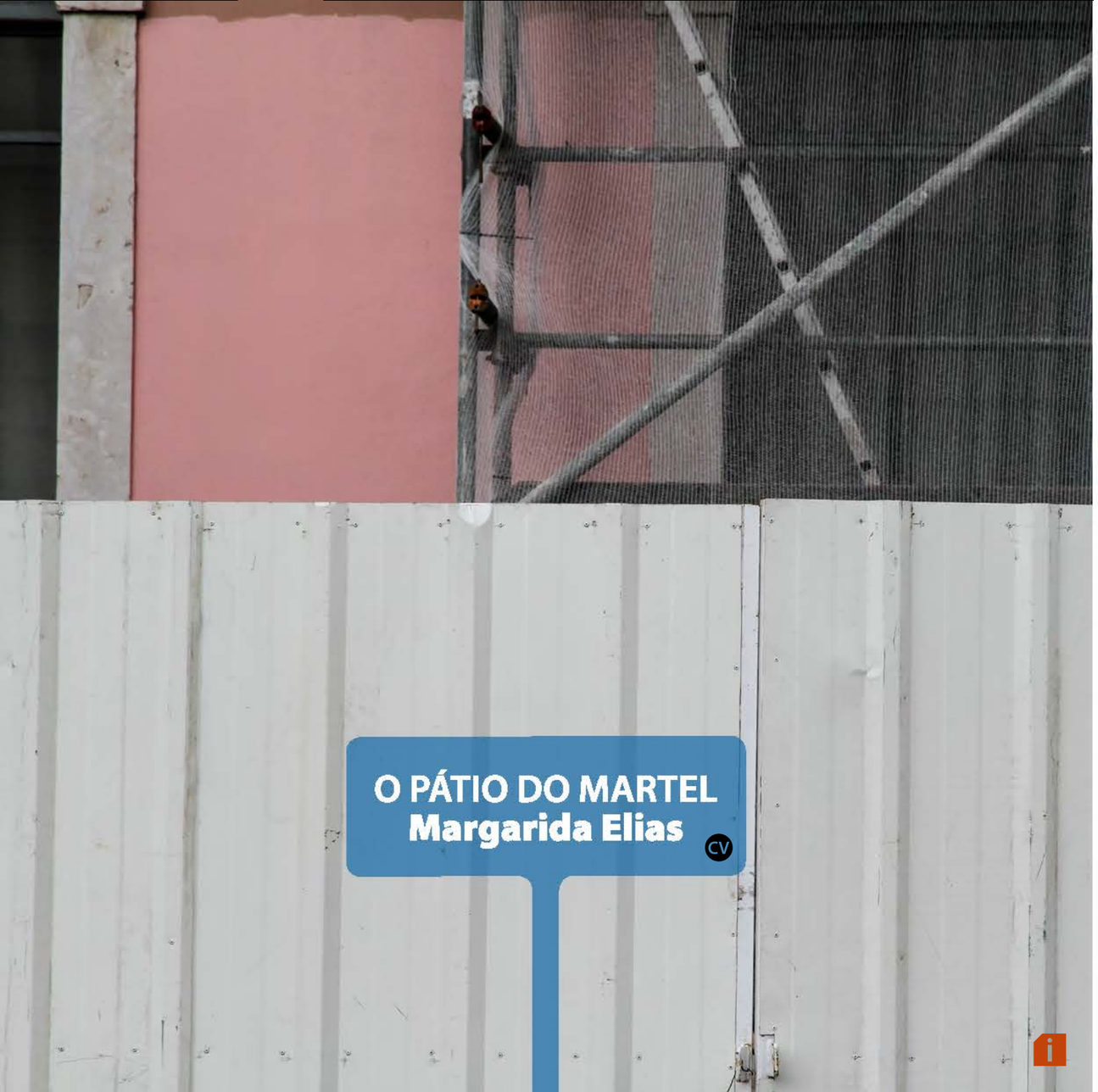
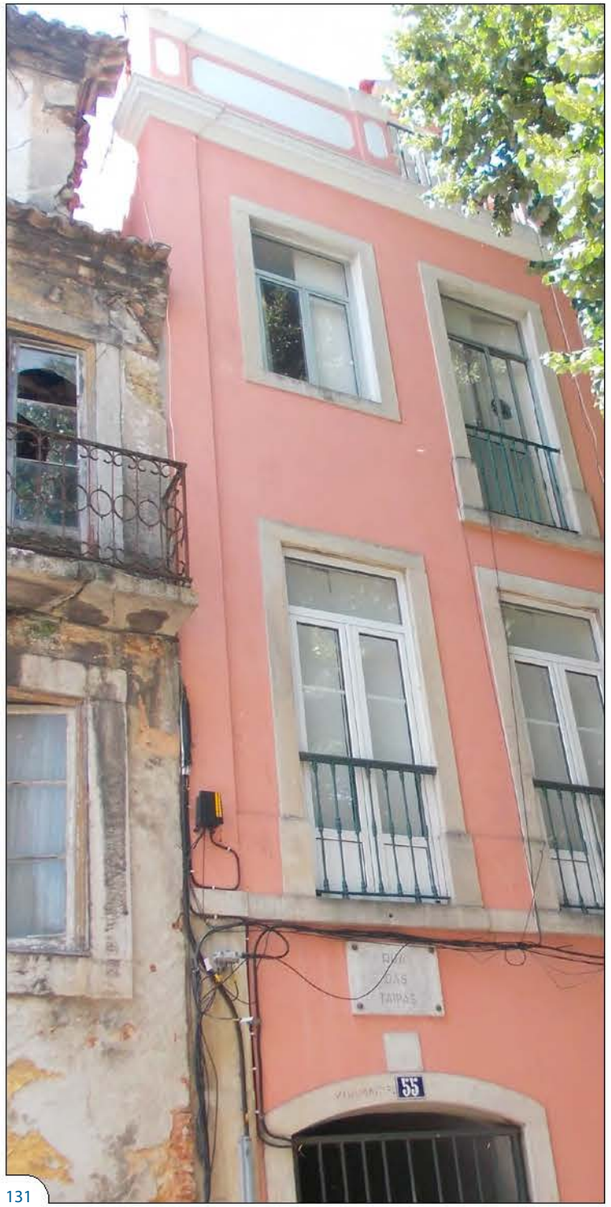


Fig. 1 Fachada do edifício da Vila Martel, fotografia de Margarida Elias, 2015.



O Pátio do Martel (ou Vila Martel) tem entrada pela Rua das Taipas (n.º 55), que liga o Jardim de São Pedro de Alcântara à Travessa do Rosário. Até há pouco tempo a sua jurisdição pertencia à Freguesia de São José, cuja fundação remonta ao século XVI (1567), estando desde 2013 sob a alçada da Junta de Freguesia de Santo António. Faz parte da chamada Sétima Colina, que corresponde ao eixo entre o Cais do Sodré e o Largo do Rato. Importa ainda realçar que, no seu contexto urbano, está próximo do Convento de São Roque, habitado desde 1553. Essa presença religiosa atraiu para as proximidades uma população constituída por membros da nobreza, mercadores ricos e burgueses, que ao longo dos séculos XVI e XVII edificaram palácios nessa área. Porém, o Terramoto de 1755 deixou em ruínas muitos dos edifícios, seguindo-se posteriormente um declínio do bairro (cf. Matos, Teixeira e Brilhante 1994, 51).
Poucos estudos existem sobre o Pátio. Para além de um artigo de Rocha Martins, publicado no *Diário de Notícias*, em 1944, é sobretudo de salientar um capítulo do livro *Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina*, de 1994, que é aquele que mais aprofundadamente trata do tema que vamos desenvolver (cf. Matos, Teixeira e Brilhante 1994, 58-62).
Quem está na Rua das Taipas vê um edifício, relativamente estreito, com três andares (contando com o piso térreo) e águas-furtadas (Fig. 1). Na fachada que dá para a rua tem duas portas, a da direita (n.º 57) com uma loja (café) e a da esquerda (n.º 55), servindo de entrada para o Pátio. Passando dois lanços de escadas, deparamos com uma bifurcação. No topo está uma enfiada de treze casas e, no meio, na inclinação do terreno, surge um espaço ajardinado e destinado a hortas. As casas formam uma aparente simetria, sendo as quatro das pontas (2 + 2) separadas das restantes por portões. O estilo arquitetónico é modesto, sendo visível, sobretudo na fachada do prédio que dá para a Rua das Taipas, a influência, já tardia, do "efeito Pombalino" (cf. Leal 2010, 430-435).
Na Rua D. Pedro V ficam outros dois pátios, também edificados no século XIX, que são o Pátio do Tijolo e o Pátio do Picadeiro. Este último merece aqui maior destaque pois, assim como o Pátio do Martel, foi instalado na propriedade da família Martel, que se estendia da Rua D. Pedro V até à Rua das Taipas (cf. Matos, Teixeira e Brilhante 1994, 58-59).
Devemos recordar que o pátio é uma antiga tipologia construtiva, que se caracteriza por ser uma «zona intimista por excelência» (cf. Matos, Teixeira e Brilhante 1994, 19-22). Em Lisboa, esta tipologia desenvolveu-se no início do século XIX, ligada aos primórdios da industrialização e ao aumento da população na

Fig. 2 Filipe Folque, Atlas da carta topográfica de Lisboa, n.º 35, 1857, Arquivo Municipal de Lisboa.

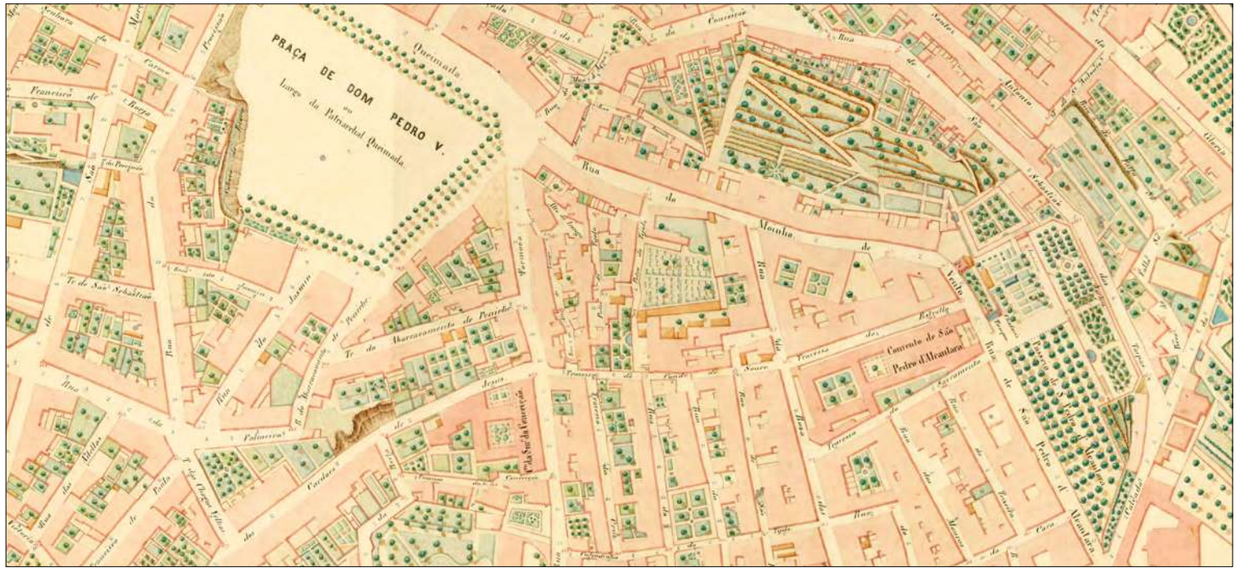
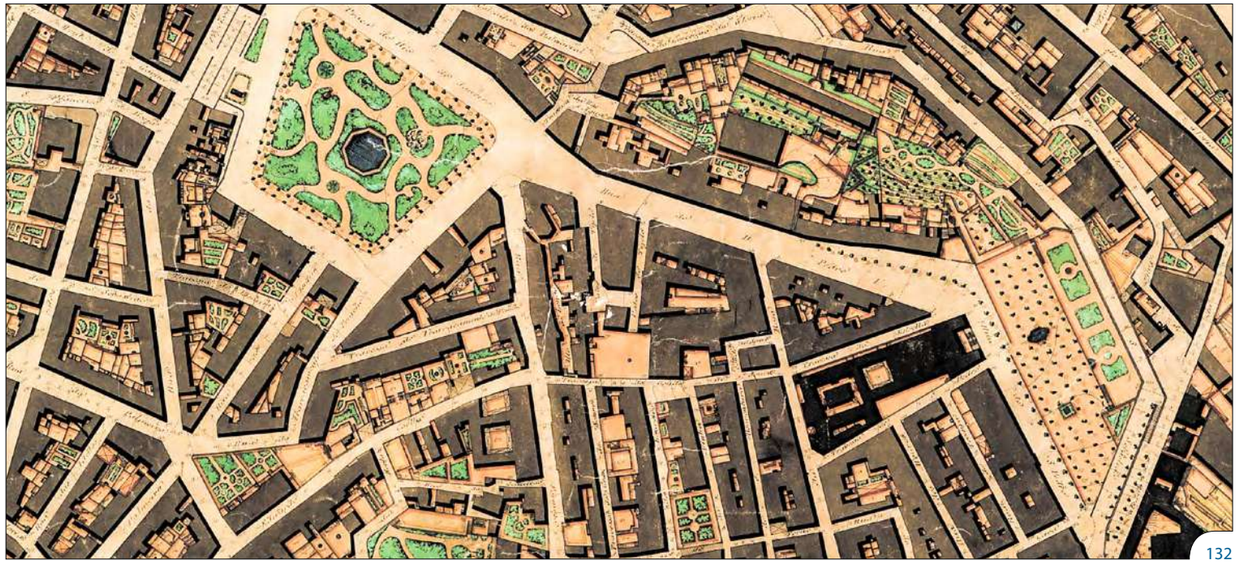


Fig. 2 J. Silva Pinto, Planta Topográfica de Lisboa. 1911, Arquivo Municipal de Lisboa



capital. Tratam-se de núcleos habitacionais relacionados com uma população de fracos recursos económicos, que tendeu a aproveitar espaços pré-existentes, como logradouros e palácios arruinados ou abandonados. No final de oitocentos apareceu ainda uma nova tipologia, a de vila, que se distingue do Pátio por ser mais planificada e concebida de raiz.

O Pátio do Martel enquadra-se numa zona de Lisboa que foi durante muito tempo ocupada por quintas, olivais e hortas (Cf. Fig. 2). A estruturação da rua, tal como hoje existe, pertence ao séc. XVIII e é mencionada em registos paroquiais de 1758 (cf. Matos, Teixeira e Brilhante 1994, 60). Situa-se junto do Jardim de São Pedro de Alcântara, construído sobre os restos da muralha das inacabadas obras das Águas Livres, sendo essa muralha já existente em 1752 (Braga 1994, 80). O lugar do jardim passou por ser um vazadouro (cf. Leal 2000, 99), mas a partir de 1835 foi progressivamente transformado no espaço que hoje conhecemos, marcando uma das entradas da Rua das Taipas, pelo lado Sul. Sabe-se, por um artigo de Gervásio Lobato, n'*O Ocidente* de 1881, que a Rua das Taipas chegou a ser uma rua perigosa. A situação alterou-se com as obras no Jardim de São Pedro de Alcântara, que tornaram esse jardim num «dos sítios mais formosos de Lisboa» (Lobato 1881, 11-12).

O Pátio foi edificado nos terrenos traseiros da casa dos Condes de Castelo Branco, título concedido pela primeira vez, em 1870, a Joaquim Trigueiros de Martel (1801-1873). O condado passou depois para o engenheiro civil Simão Trigueiros de Martel (1879-1946) (sobrinho-neto do 1.º conde), filho de João Campelo Trigueiros de Martel (1850-1896) e irmão da escritora Maria Madalena Trigueiros de Martel (1884-1947), que voltaremos a encontrar.

Especificamente, a origem do Pátio é devida a José Campelo Trigueiros de Martel (irmão de João Campelo e tio do 2.º Conde), nascido a 25 de Janeiro de 1852, em Lisboa.

José Trigueiros de Martel foi proprietário, por herança, sendo bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, desde 1873. Durante os tempos de Coimbra, foi colega de Magalhães Lima (1850-1928) e de Anselmo Xavier (1850-1915), com os quais partilhou uma casa (Martel 1882) nessa cidade. A amizade com Magalhães Lima foi a mais próxima e juntos visitaram a Espanha no início da década de 70.

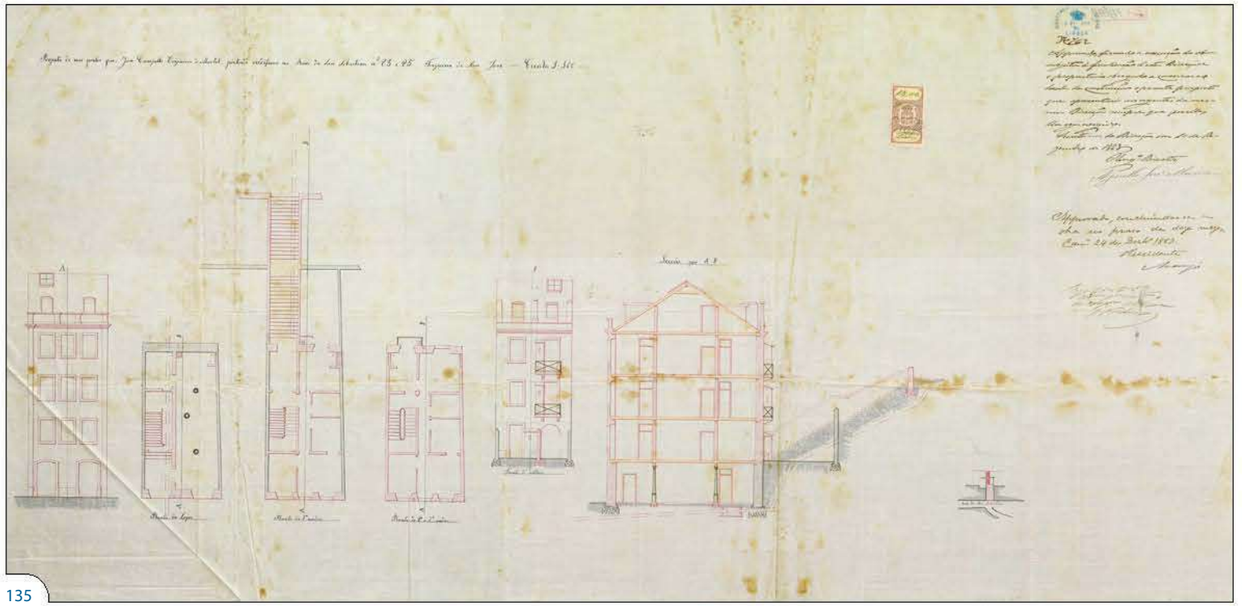
Martel fez parte do Diretório Republicano Democrático, criado em 1870, embrião do Partido Republicano que iniciou a sua atividade em 1876. Conduzido por Magalhães Lima, trabalhou como jornalista em publicações ligadas à

Fig. 3 Retrato de Trigueiros de Martel, in *Os Pontos nos ii*, 24 de Maio de 1888. GEO

República, tendo escrito "folhetins" para o *Democracia*, sob o pseudónimo "Braz", e para o jornal *O Partido do Povo* (Martel 1886). Colaborou igualmente na *Galeria Republicana*, revista mensal que se publicou entre 1882 e 1883. Para esta revista, foi autor de dois artigos, ambos de 1882, um sobre Anselmo Xavier (n.º 3) e o outro sobre o político espanhol D. Manuel Ruiz Zorrilla (1883-1895) (n.º 6), que conhecera em Paris.
Ele esteve entre a elite de jornalistas e intelectuais republicanos que fundaram o jornal *O Século* em finais de 1880, dos quais foi um dos principais acionistas juntamente com Magalhães Lima e Anselmo Xavier, entre outros. Este jornal foi fundado no rescaldo das comemorações do tricentenário da morte de Camões, e, na sua fase inicial, entre 1880 e 1886, empenhou-se na afirmação do projeto republicano.
Parte da juventude de Martel foi vivida em Paris e cerca de 1882-1883 era lá que se encontrava. De acordo com um artigo da *Ilustração* (de 1932) fez parte de um grupo que se reunia no Café Bas-Rhin, no Boulevard de St. Michel, que incluía o pintor Columbano (1857-1929) e o seu irmão Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), o jornalista Mariano Pina (1860-1899), o engenheiro Raúl Mesnier (1849-1914), e o pintor Artur Loureiro (1853-1832). Raul Brandão (1867-1930), nas suas *Memórias*, relatava que coube a Martel um importante papel mecenático na realização de *Um concerto de amadores* de Columbano Bordalo Pinheiro (1882, MNAC). Em Paris, Loureiro sugerira a Columbano que este pintasse um quadro para expor no *Salon*, mas o pintor respondeu que «Nem dinheiro tenho para a tela». Segundo Brandão, foi «o Loureiro que pediu quatro libras ao Martel (…) e Columbano fez o *Concerto* (…). Por isso Columbano presenteou Martel com um quadrinho da floresta de Fontainebleau – Loureiro a pintar» (Brandão 2000, 199-200) O referido quadro oferecido a Martel é *Na Floresta de Fontainebleau* (1882) e a "anedota" foi corroborada nas memórias de Maria Madalena de Martel Patrício, sobrinha de Martel, que relata uma conversa com Columbano, em que este lhe teria dito que devia à amizade do seu tio a «a matéria prima para a realização» do famoso quadro (Patrício 1935, 335).
O mecenato cultural de Trigueiros de Martel estendeu-se, em 1883, à cidade de Lisboa e aos seus artistas. Nessa altura, destinou o anexo traseiro da sua casa situada n.º 56 da Rua D. Pedro V, com entrada pelas traseiras, na Rua das Taipas, para a construção de um Pátio que serviria de «refúgio e mansões de trabalho de pintores e escultores» (Martins 1944, 1-2).
Ainda seguindo a cronologia biográfica de Trigueiros de Martel, sabemos que, em 1886, publicou um livro intitulado *A República em Portugal*. No ano seguinte, em Paris, casou com Marie Guirand Matieu Sicut, de nacionalidade francesa[1].
Testemunho precioso é o da sobrinha e escritora Maria Madalena de Martel Patrício, que deixou alguns registos sobre o tio e a sua casa, o Pátio e aqueles que frequentavam estes lugares, no livro *Quando eu era pequenina* (1935). Os testemunhos deverão reportar-se aos anos 1886-1888 e ela contava que o seu tio era uma «figura pequena (…), com a inteligência refugiada no olhar vivíssimo dos seus olhos azuis de míope, que chispavam centelhas por detraz dos vidros das lunetas, que, segundo a elegância do tempo, (…) usava prêsas por uma elegante fitinha de seda preta, porque o meu tio, era um elegante» (Patrício 1935, 78-79). O retrato "escrito" aproxima-se bastante do desenho publicado por Rafael Bordalo Pinheiro em *Os Pontos nos ii*, de 24 de Maio de 1888, à data da morte de Martel (Fig. 3).
Na verdade, um ano após o casamento, a 22 de Maio de 1888, Martel faleceu, sendo a sua morte evocada em alguma da imprensa da época. N'*O Século* (23 de Maio de 1888) era descrito como um «Homem rico, inteligente e descendente de uma família ilustre (…), [que] preferiu a vida simples da honra e do dever, luctando, como bom republicano que era, a favor da patria e da liberdade.» Era lembrado como um «dos membros mais conspícuos da junta consultiva do partido republicano portuguez» e sócio do Centro Fraternidade Republicana, presidido por Magalhães Lima.
No dia 23, o funeral saiu da rua D. Pedro V, n.º 80, dirigindo-se o cortejo para o «Jazigo da Família Campelo Trigueiros Martel» no cemitério dos Prazeres. Ainda n'*O Século* (24 de Maio) era afirmado que no funeral pegaram às borlas do caixão, revezando-se, entre outros, Rafael Bordalo Pinheiro, Magalhães Lima, o jornalista José Elias Garcia (1830-1891), e dois dos futuros presidentes da República Portuguesa: Bernardino Machado (1851-1944) e Manuel de Arriaga (1840-1917).

Voltamos agora a debruçar-nos com maior acuidade sobre o Pátio do Martel. No Arquivo Municipal de Lisboa guardam-se os processos de construção do Pátio, que nos permitem hoje reconstituir a sua cronologia. DData de 12 de Dezembro de 1883, uma carta onde Trigueiros Martel pede licença para «reedificar o seu prédio sito na Rua de S. Sebastião n.º 83 e 85 Freguesia de S. José», segundo o projeto que submeteu à aprovação da Camara[2], sendo o pedido aprovado a 21 de Dezembro desse ano[3] (Fig. 4). Daqui se depreende que a construção se baseava numa pré-existência. Numa missiva subsequente, datada de 16 de Maio de 1884, podia ler-se que o prédio sito na Rua de S. Sebastião (vulgo das Taipas) estava em construção, mas que desejava alterar o projeto inicial porque julgava «não poder construir de 3.º andar e aguas-furtadas por ficar muito desamparado, em consequençia dos prédios contíguos ficarem mais inferiores», devendo por isso «o dito prédio ter só 2.º andar e aguas-furtadas»[4] - a Ordem foi concedida pela Câmara a 26 de Maio[5]. Nessa altura terão iniciado a construção das primeiras onze casas, sendo as duas das extremidades destinadas a ateliês.

Fig. 4 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 781, de 1883, f. 2 - Arquivo Municipal de Lisboa.



Em 16 de Junho de 1884, pedia-se para «edificar duas barracas em continuação das já edificadas no interior do seu Quintal sito na Rua de São Sebastião n.º 83 e 85 Freguesia de S. José (…)»[6] (Fig. 5). O pedido foi deferido a 27 de Junho[7], sendo essas "barracas", situadas ao lado dos edifícios destinados para ateliers de artistas, uma das quais (ao lado do n.º 1) seria convertida em ateliê em 1900. Algum tempo depois (25 de Outubro de 1887), o proprietário requereu para «fazer uma alteração no atelier sob o n.º 11 sito no Pateo do Martel na Rua de S. Sebastião (…), segundo o projecto junto (…)»[8] - o projeto foi aprovado pelo Conselho de Saúde e Higiene Publica do 2.º Bairro[9] (Fig. 6). Neste projeto podemos ver o grande janelão que se abre na fachada, que se destinava a conferir mais luz ao interior da casa. Devemos determo-nos brevemente na nomenclatura utilizada neste espaço. Primeiro, aquilo que Martel apelidava de "barracas" designavam habitações de cariz popular, com apenas um piso e de construção simples (cf. Matos, Teixeira e Brilhante 1994, 61). A ligação popular é reforçada pelo termo "Pátio" (e depois "Vila") que remete para os pátios e vilas operárias, o que por sua vez nos leva a relacionar a atividade artística com a indústria, ou mais propriamente, com as artes e ofícios. Esta ligação do Pátio do Martel aos pátios operários é reforçada pelo facto de, tal como estes, ele se "esconder" no interior de um quarteirão da cidade burguesa (Pedreirinho 1994, 696 e Pereira 1994, 962-964). Segundo a descrição de Maria Madalena de Martel Patrício: «O nosso jardim, unia-se ao grande quintal do meu avô, que ia até à rua das Taipas, onde o meu Tio José Trigueiros de Martel, mandou fazer a sua "Vila Martel" com ateliers de pintura e escultura, onde os mais célebres artistas dêsse tempo trabalharam (…)» (Patrício 1935, 101). Ainda segundo este testemunho, estes foram os «primeiros ateliers de artistas que houve em Lisboa, onde Rafael Bordalo Pinheiro cozeu as suas primeiras tentativas de cerâmica, D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro montou a sua oficina escola de rendas artísticas, e Columbano, amigo íntimo de meu Tio, expôs, aos lisboetas, o seu primeiro quadro premiado em Paris no Salon, o *Concêrto de Amadores* (…).» (Patrício 1935, 335).

Fig. 5 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 23320, Processo 349, de 1884, f. 2 - Arquivo Municipal de Lisboa.

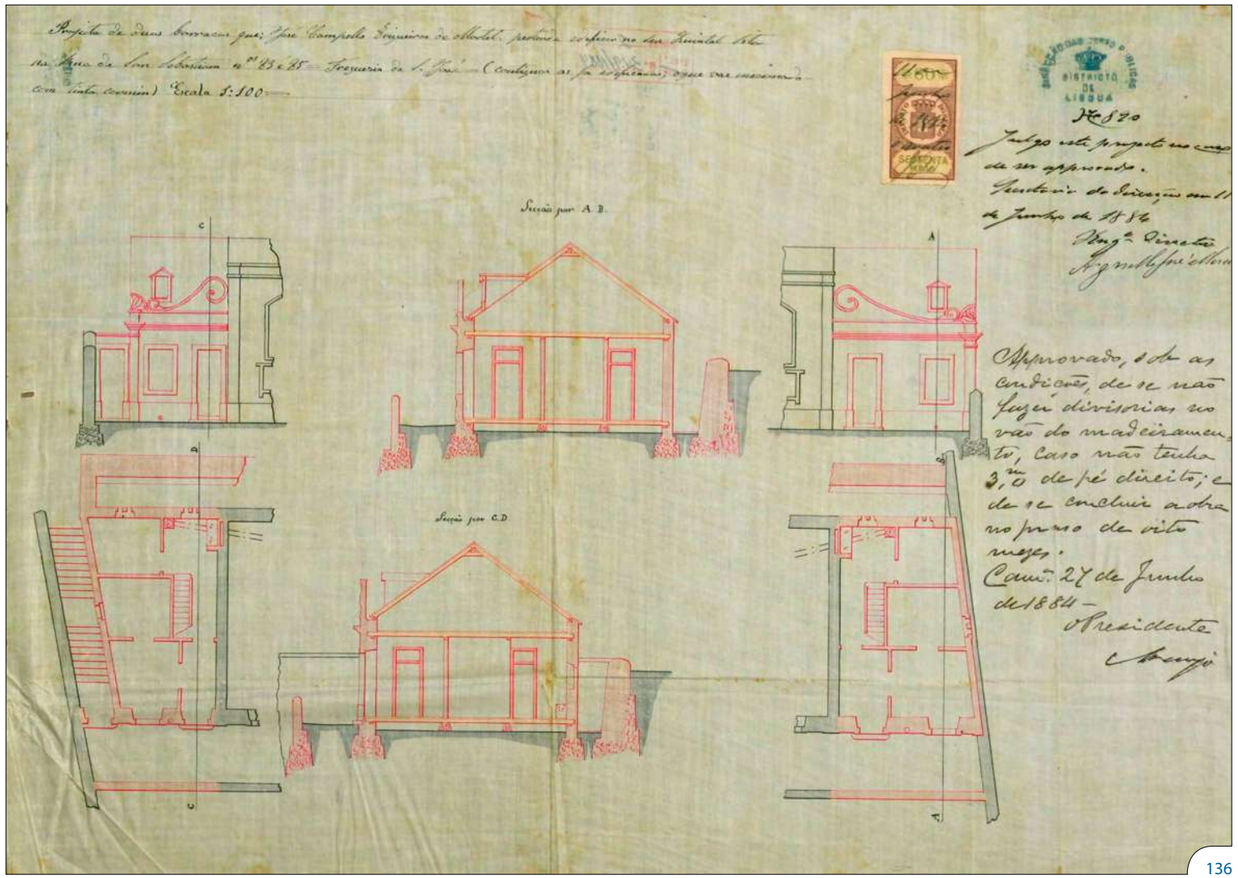
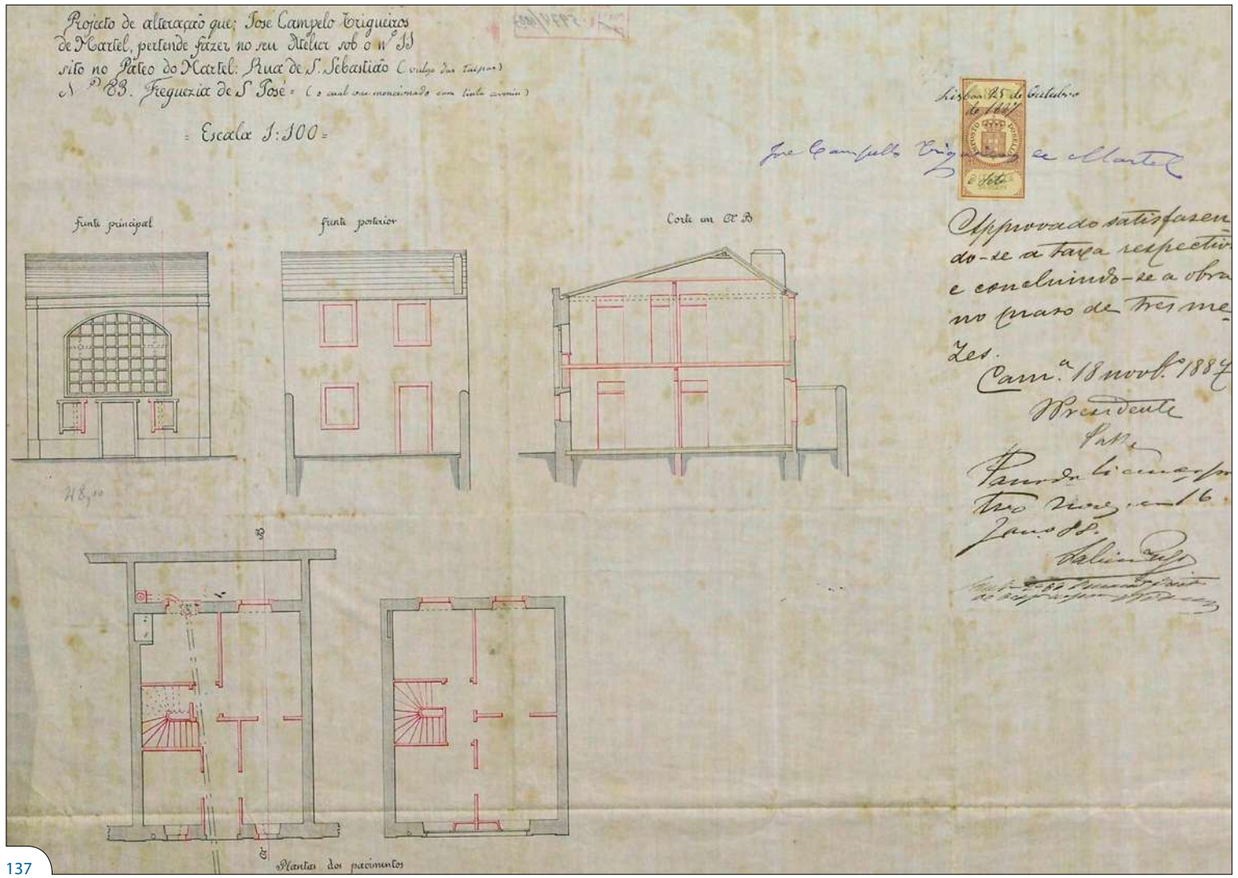


Fig. 6 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 5974, de 1887, f. 2 - Arquivo Municipal de Lisboa.



Columbano Bordalo Pinheiro no ateliê(c. 1887). MNAC

Columbano Bordalo Pinheiro no ateliê(c. 1887). Fot. A. Benarus.

Fig. 7 A. Benarus, Fotografia do atelier de Columbano Bordalo Pinheiro (c. 1887). Direção-Geral do Património Cultural/ Arquivo de Documentação Fotográfica (DGPC/ADF).

Em 1885, José Malhoa (1855-1933) terá adquirido um ateliê no Pátio do Martel (Saldanha 2006, 54), o que é comprovável por uma paisagem exposta por Malhoa na Exposição do Grupo do Leão desse ano, intitulada *O Pátio do Martel*[10]. Foi igualmente em 1885 que Columbano estabeleceu o seu ateliê no Pátio, como se deduz de uma notícia em *Os Pontos nos ii*, mencionando que no final de 1885, Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), cunhado de Columbano, fez representar no ateliê do pintor a antestreia da peça *O Duque de Viseu* que iria estrear com sucesso no ano seguinte (1886).
Existem diversas fotografias de Columbano neste ateliê, que nos mostram um espaço de tecto alto, com um varandim interior, suportado por duas colunas, para o qual se sobe através de uma escada lateral (Fig. 4). Foi neste local que, em 1891, o pintor realizou a sua primeira exposição individual, que correspondeu à apresentação de sete painéis sobre a História da Dança, nos quais trabalhava desde 1889, para a decoração da sala de baile do Palácio do Conde de Valenças, Luís Leite Pereira Jardim (1844-1910).
Aí manteve Columbano o seu ateliê até 1896 (Elias 2011, 119).
Em 1893, Teixeira de Carvalho, reportando-se ao interior desse ateliê, descrevia-o como estando «cheio de objectos antigos, (…) esboços e quadros por toda a parte.» (Carvalho 1926, 178-183). Em 1901, Teixeira de Carvalho acrescentava que era uma «casa alta. Ao fundo, sobre colunas elegantes e simples corria uma varanda, donde pendia sempre, numa intenção decorativa, uma sêda de côr brilhante, uma tapeçaria rara.» (Carvalho 1926, 184-190) (Fig. 7).
Teixeira de Carvalho descreveu também o exterior do Pátio como uma «enfiada de casas brancas, repousando sossegadamente entre o jardim de S. Pedro de Alcântara (…), e a Avenida (…).» Segundo este depoimento, era um local isolado, «sossegado como uma aldeia», um recanto onde se poderia esquecer o bulício da cidade. Referindo-se aos ateliês dizia noutro artigo, já de 1901: «As casas são pequeninas, enfiadas umas às outras como as contas dum rosário.» (Carvalho 1926, 184-190)
Também Raul Brandão se referiu ao Pátio nas suas *Memórias*, lembrando não só Columbano, mas também outros artistas e intelectuais que por lá passaram: «Pátio do Martel, um cantinho com uma figueira e malvaíscos. Uma fiada de casas e no extremo o *atelier* de Columbano. (…) Lá no fundo morou Eugénio de Castro [poeta, 1869-1944], pobre, morou depois o Justino e outros diplomatas ilustres… (…).» (Brandão 1998, 109).
Anos depois, em 1944, o jornalista e historiador Rocha Martins (1879-1952) escreveu: «Quando ali habitou Columbano o panorama seria diferente, com mais quintais e jardins e menos prédios.» porém, na década de 40, ainda sobressaía um «surpreendente panorama»: «(…) a parte superior do pátio do Martel, com o próprio recinto, é miradouro de poucos conhecido. Lisboa ocidental, com suas torres, o castelo, S. Gens, a Graça, a Penha e toda a amplidão da Avenida da Liberdade se avistam dali. (…)» (Martins 1944, 1)
Entretanto, em 1900, o Pátio mudou a sua designação. Numa carta datada de 2 de Agosto, do novo proprietário do recinto, o engenheiro Simão Trigueiros de Martel (que era fervoroso monárquico ao contrário do seu tio), pediu à Câmara que o espaço «conhecido por Pateo do Martel» passasse a denominar-se «Villa Martel»[11], o que foi deferido a 4 de Agosto. No ano de 1909, Simão Trigueiros de Martel mandou ampliar a Vila, tendo como construtor responsável José Epiphanio Correia (cf. Matos, Teixeira e Brilhante 1994, 61).
Por outro lado, segundo um carimbo inscrito na documentação arquivística encontra-se a anotação de que o número de polícia passou a ser o 55, a 30 de Novembro de 1942. Entre 1948 e 1955 foram realizadas obras na "Vila", com alterações no prédio em 1950 e, em 1954, nos ateliês 1 e 1-A (sendo um deles o que fora de Columbano). Segundo a Memória Descritiva desta última obra, tratava-se de um projeto que fora requerido pelo proprietário, o 3.º Conde de Castelo Branco, João Filipe Trigueiros de Martel (1900-1958)[12].
Temo-nos referido sobretudo a Columbano como ocupante de um dos ateliês do Pátio, mas outros artistas por lá passaram. Em 1935, Maria Madalena de Martel Patrício menciona: «Aqueles ateliers, onde trabalharam alguns dos nossos maiores artistas, como Carlos Reis [1863-1940], Jorge Colaço [1868-1942], etc., e onde ainda trabalham José Campas [1888-1971] e Francisco Franco [1885-1955], foram um núcleo de Arte, agrupando-se em volta dessas casas que nos pertenceram, os maiores valores artísticos, como nos bairros de artistas de Paris.
Leandro Braga [1839-1897], o escultor em madeira trabalhou também numa dessas nossas casas, onde agora tem a sua oficina, o nosso amigo, e grande artista cinzelador e ourives, professor Cristofanetti [1860-1947].» (Patrício 1935, 335-336).
Como atrás mencionámos, em 1944, Rocha Martins escreveu sobre o Pátio para o *Diário de Notícias* e terá sido ele um dos primeiros que se referiu mais longamente acerca deste lugar, explicitando o facto de, quando o visitante passa o portão da Rua das Taipas, deparar com uma escadaria que dá para os ateliês: «Sobe-se ao encontro da glória por aqueles cinquenta

degraus, íngremes e difíceis, mas merece bem a pena, porque não só a vista que se goza é admirável, mas porque nos pomos em contacto com as recordações de grandes mortos, da sua obra e dos ainda vivos que ali lidaram, sofreram, sonharam e realizaram parte dos sonhos (…).» (Martins 1944, 1) O jornalista salientava, com razão: «Lembremo-nos, porém, que as pedras da alta escadaria foram calcadas, (…) não só pelos pés dos pintores e escultores consagrados, mas pelos das celebridades que o visitaram e algumas das quais ali foram retratadas» (Martins 1944, 1-2) - sendo esse o caso do poeta Antero de Quental (1842-1891), retratado por Columbano em 1889 (MNAC).
Rocha Martins dava conta dos diversos artistas que por ali estiveram ou ainda lá estavam, para além dos já mencionados: os pintores João Reis (1899-1982), filho de Carlos Reis; Constantino Fernandes (1878-1920); Luciano Freire (1864-1935) «com os seus discípulos»; Adriano Sousa Lopes (1879-1944); entre outros mais desconhecidos, como Júlio Silva (1862-1972), «pintor de mérito e guitarrista exímio». Um dos destaques do jornalista era para a irmã de Columbano: «A ilustre senhora ensinava a sua arte portentosa: a das rendas; educava raparigas no seu labor (…). Começara numa casinha pequena, depois foi alargando o "atelier", que ocupou três ou quatro das habitações enfileiradas nessa riba tão florida na Primavera.» Lembrava igualmente que «Pertinho do Pátio do Martel, onde os Bordalos lutaram e venceram, mora Deniz Bordalo Pinheiro, director do "Jornal do Comércio" (…).» (Martins 1944, 1-2)
Não sendo viável, para este artigo, analisar com detalhe todos os artistas que aqui viveram ou tiveram oficina, ou os intelectuais e artistas que por lá passaram (como visitantes ou modelos), iremos contudo destacar outro pintor que aqui teve ateliê até 2015. Trata-se de Nikias Skapinakis (n. 1931), que em 1956 ocupou a casa que pertencera a Paulo-Guilherme D'Eça Leal (1932-2010) (cf. Silva, Almeida 2012). Skapinakis inicialmente partilhou o espaço com os pintores Rolando Sá Nogueira (1921-2002) e Bartolomeu Cid dos Santos (1931-2008), tendo os três realizado, em 1957, uma exposição na galeria do *Diário de Notícias*, intitulada «Exposição Atelier da Vila Martel». Em 1956, Skapinakis pintou *Quintais de Lisboa* (Fig. 8), que corresponde a uma vista de Lisboa com que se deparou na Vila Martel. Integrada na série «Lirismo expressionista», esta pintura, como refere Leonor de Oliveira (2010, 23), apresenta «toda uma iconografia que se liga à vivência popular da cidade de Lisboa (…).»
Numa conversa com a autora em 2015, Nikias Skapinakis, contou que, nos anos 50, o ateliê do escultor Martins Correia (1910-1999), que também ficava no Pátio, era visitado por diversas personalidades da vida cultural, de quem, frequentemente, esculpia retratos, como Jaime Cortesão (1884-1960), Sofia Melo Breyner (1919-2004) e Natália Correia (1923-1993). É de salientar que Skapinakis em determinados momentos da sua vida artística também se dedicou ao retrato de artistas e intelectuais, que pousaram no seu ateliê da Vila Martel, contando-se entre eles o pintor Almada Negreiros (1893-1970), retratado em 1958 (Silva, Almeida 2012, 50).
Ainda de acordo com o testemunho Skapinakis, realizaram-se no Pátio, por volta de 1958, as reuniões iniciais da Junta Patriótica de Salvação Nacional, organismo clandestino que reunia representantes das correntes oposicionistas e editava um boletim que era distribuído, secretamente, através das "Juntas Patrióticas". Nele participaram, por exemplo, os políticos Nuno Rodrigues dos Santos (1910-1984), Mário Soares (n. 1924), Francisco Salgado Zenha (1923-1993), assim como o próprio Nikias Skapinakis (representando o grupo da revista *Seara Nova*). Aliás, as posições políticas do pintor levaram a que, nos anos 1961 e 1963, fosse perseguido e preso, e quem tomou conta do seu ateliê foi António Ramos, responsável pela editora da Livraria Bertrand.
Poderá ainda dizer-se que este Pátio-Vila e a sua singular história é um contraponto ao Jardim de São Pedro de Alcântara que fica perto dele. A historiadora Joana Cunha Leal escreveu, em 2000, que «o jardim de S. Pedro de Alcântara marca a diferença na cidade, no sentido em que, estando dentro da cidade, lhe é exterior. Funciona como uma microestrutura alternativa e autônoma (…)» (Leal 2000, 104). Ora o Pátio é também, a seu modo, uma microestrutura alternativa e autônoma, mas mais resguardada, uma aldeia dentro da cidade, acautelando os seus segredos atrás do portão da Rua das Taipas.

Carlos Reis no Ateliê, 1913. Fot. J. Benoliel. AML

Notas

1 O casal não teve descendência e ela veio a falecer a 3 de Maio de 1939, em Lisboa.
2 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 781, de 1883, f. 1.
3 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 781, de 1883, f. 3.
4 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 297, de 1884, f. 1.
5 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 297, de 1884, f. 2.
6 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 23320, Processo 349, de 1884, f. 1.
7 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 297, de 1884, f. 2.
8 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 5974, de 1887, f. 1.
9 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 5974, de 1887, f. 3.
10 Nikias Skapinakis afirmou numa conversa com a autora, em 2015, que o atelier de Malhoa era noutra casa da Rua das Taipas mas não na Vila Martel.
11 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 23320, Processo 4812, de 1887, f. 1.
12 Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 23320, Processo 21612, de 1954, f. 10.

Fig. 8 Nikias Skapinakis, *Quintais de Lisboa*, 1956. Óleo sobre tela, 100 x 73 cm. Colecção Manuel de Brito, Lisboa. Carlos Santos.

Bibliografia

Arquivo Municipal de Lisboa. Obra 44339, Processo 781, de 1883; Obra 44339, Processo 297, de 1884; Obra 44339, Processo 5974, de 1887.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (s.d.). Empresa Pública Jornal O Século. *Arquivo Nacional Torre do Tombo*. Disponibilidade (acedido em 2 de Julho de 2015) e acesso (http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1009215)

A José Campello Trigueiros de Martel. *O Século* (23 de Maio de 1888), p. 1.

Braga, P. B. (1994). Jardim de São Pedro de Alcântara (ou Jardim António Nobre). in Tostões, A., França, J-A. et al, *A Sétima Colina: Roteiro Histórico-Artístico*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 80-83.

Brandão, R. (1998). *Memórias (Tomo I)*, Vol. I. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Brandão, R. (2000). *Memórias (Tomo III)*, Vol. I. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Carvalho, J. M. T. (1926). *Notas de arte e crítica*. Porto: Livraria Moreira Editora.

Elias, M. (2011). *Columbano no seu tempo (1857-1929)*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Elias, M. (2015). Entrevista Nikias Skapinakis realizada a 9 de Fevereiro.

Leal, J. C. (2000). Suicídios capitais, constituição de um espaço heteropico na lisboa de oitocentos. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (n.º13). Lisboa: Edições Colibri, pp. 95-107.

Leal, J. C. (2010). The Pombaline effect: Lisbon's Dwellings in Late Eighteenth and Nineteenth Centuries. *Ist International Meeting EAHN European Architectural History Network* (CD of Papers). Guimarães: CHAM, EAUM, EAHN, pp. 430-435.

Lobato, G. (1881). O passeio de S. Pedro de Alcantara. *O Occidente* (Vol. IV, n.º 74, 11 de Janeiro), pp. 11-12.

Madaíl, F. (2008). Cinquenta degraus até chegar à glória. *Diário de Notícias* (19 de Janeiro). Disponibilidade (acedido em 2 de Julho de 2015) e acesso (http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1001135).

Martel, T. (1882). Dr. Anselmo Xavier. *Galeria Republicana* (n.º 3), pp. 1-2.

Martel, T. (1886). *A República em Portugal*. Lisboa: Typographia Nacional.

Martins, R. (1944). Lisboa de Ontem e de Hoje: O Pátio do Martel e as Tradições de Arte: De Columbano, Malhôa e Carlos Reis a José Campas e Francisco Franco. *Diário de Notícias* (10 de Janeiro), pp. 1-2.

Matos, R., Teixeira, P., Brilhante, J. (1994). Roteiro Cultural dos Pátios e Vilas da Sétima Colina. Lisboa: Contexto.

Oliveira, L. (2010). *Nikias Skapinakis*. Lisboa: Quidnovi.

Os Pontos nos ii (12 de Outubro de 1885), p. 218.

Patrício, M. M. M. (1935). *Quando eu era pequenina…: Dezena de alegrias*. Lisboa: Esc. Tip. Of. de S. José.

Pedreirinho, J. M. (1994). Pátios. *Dicionário da História de Lisboa.* Lisboa, p. 696.

Pereira, N. T. (1994). Vilas Operárias. *Dicionário da História de Lisboa.* Lisboa, pp. 962-964.

Saldanha, N. (2006). *José Vital Branco Malhoa*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Católica Portuguesa, Portugal.

Silva, A. V. (1943). *As freguesias de Lisboa: Estudo histórico*. Lisboa: Câmara Municipal.

Silva, R. H., Almeida B. P. (2012). Nikias Skapinakis : Presente E Passado, 2012-1950. Lisboa : Museo Colecção Berardo.

FÁBRICA DE CERÂMICA VIÚVA LAMEGO NO LARGO DO INTENDENTE. UM CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

Pedro Miguel Rodrigues Miranda

Introdução

No presente artigo aborda-se um dos conjuntos de edifícios mais interessantes de arqueologia industrial da cidade de Lisboa que nunca foi devidamente estudado: a Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego.

O núcleo primevo da fábrica, na antiga freguesia dos Anjos, situa-se no Largo do Intendente nº 23 a 27, tornejando para a Travessa Cidadão João Gonçalves nº 1 a 17, e com frente para a Avenida Almirante Reis nº 6 a 6 J. (Fig. 1)

Pretende-se dar a conhecer uma fábrica habitualmente esquecida, em parte pelo facto de se encontrar numa das zonas problemáticas da capital, o largo do Intendente, agora em fase de reconversão.

A partir dos antecedentes históricos da freguesia e da indústria cerâmica no local, propõe-se uma abordagem diacrónica da evolução da fábrica, desde a sua fundação em 1849, até aos nossos dias.

O conjunto de edifícios que ainda se mantém representa uma das últimas fábricas de cerâmica lisboetas do século XIX ainda em atividade[1], embora o processo fabril tenha passado para fora de Lisboa, para a Abrunheira – Sintra.

Do ponto de vista patrimonial, destaca-se o edifício do Largo do Intendente, cuja fachada, totalmente revestida por azulejos da autoria de Ferreira das Tabuletas, se encontra classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1978 (Decreto nº 95/78 de 12 de Setembro).

À exceção de uns poucos artigos em revistas, jornais e pequenas referências em livros da especialidade, principalmente de azulejaria, mencionando os artistas que criaram painéis, o fundador ou sobre quem lá trabalhou, pouco se avançou para o seu conhecimento efetivo. Mesmo o estudo realizado pela então Secretaria de Estado da Cultura – Direção Geral do Património Cultural (SEC-DGPC), aquando da classificação da fachada do largo do Intendente, se veio a revelar escasso.

Enquadramento histórico e urbano do Largo do Intendente

Junto a uma das saídas mais antigas da cidade (eixo Rua do Benformoso/Rua dos Anjos) a zona do atual Intendente era composta por hortas, olivais, quintas e casais. Tratava-se, no entanto, de um arrabalde maioritariamente cristão e pertencia à freguesia de Santas Justa e Rufina, criada após a conquista cristã de Lisboa, em 1147, vasta área hoje dividida por várias freguesias[2].

A criação da paróquia dos Anjos dá-se em 1563, embora não haja uma data consensual. A sua sede foi uma ermida sob a invocação de «*os Santos Anjos*», mais tarde igreja, que existiu próximo ao Largo do Intendente e demolida aquando da construção da Avenida D. Amélia. Anjos torna-se uma freguesia importante no contexto citadino dado constituir uma zona de ligação privilegiada com os arredores de Lisboa devido a uma importante via de comunicação, a chamada "Estrada de Sacavém", pela qual se acedia aos arredores da cidade - Sacavém, Charneca, Bucelas - entre outros lugares do termo.

O Terramoto de 1755 destruiu parte da freguesia, que viu o número de fogos diminuir de 2140 para 2017, situação retratada no levantamento efetuado na segunda metade do século XVIII pelo Sargento-Mor, José Monteiro de Carvalho. (2)

Fig. 1 Planta de localização da Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego

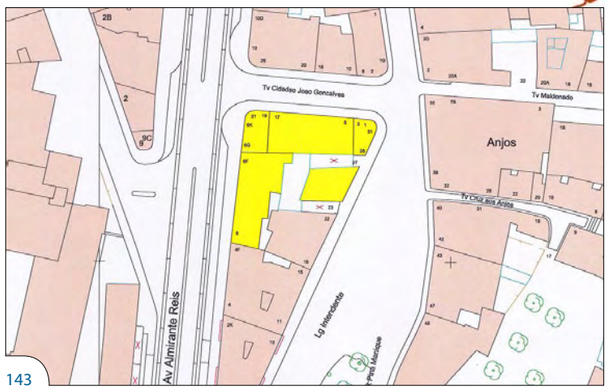
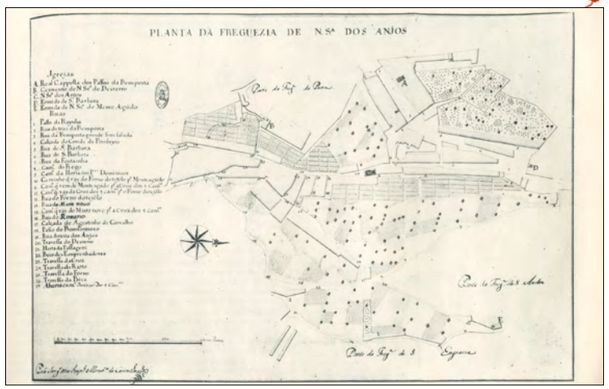


Fig. 2 Planta da freguesia dos Anjos da segunda metade do século XVIII

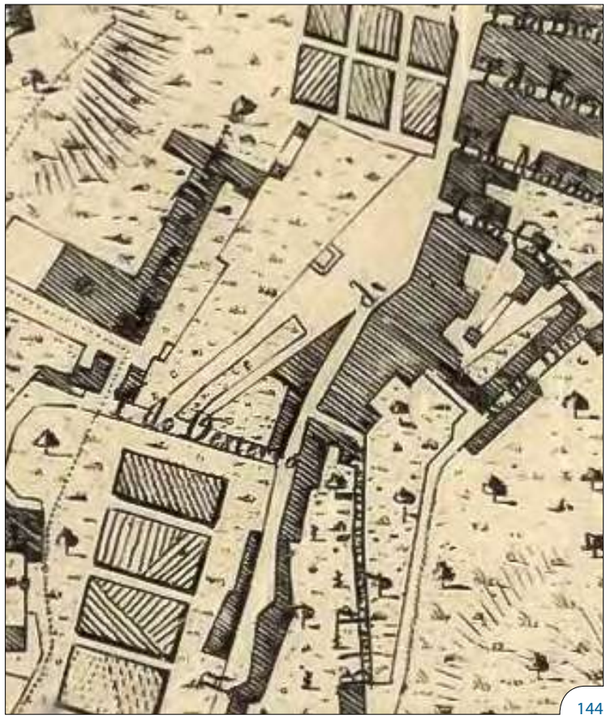


Na planta observa-se as zonas urbanizadas ao longo da Rua direita dos Anjos, e a zona da Calçada do Forno do Tijolo. O Intendente ficaria entre o Beco dos Emprenhadores, representado no mapa com o nº 22 e a Rua direita dos Anjos representada pelo nº 19. Com a letra B podemos igualmente identificar o Convento do Desterro.
É já no reinado de D. Maria I que o Intendente Geral da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, constrói o seu palácio na zona entre a rua direita dos Anjos e o beco dos Emprenhadores, tornando o local atrativo para outros nobres que aí vieram a fixar residência. Com os novos edifícios, o largo ganha forma, acabando por o nome do palácio dar origem ao topónimo.
Na planta de Duarte Fava de 1807, revista em 1826, observa-se o Palácio do Intendente e o esboço do largo que ali começa a desenhar-se e que adquire maior monumentalidade com a construção, em 1823-1824, do Chafariz do Intendente, atualmente conhecido como do Desterro, também representado. (Fig. 3)
O chafariz foi construído para abastecer a zona em crescimento, e bastante movimentada (Castilho 1937, p. 248-249) (Fig. 4)
O chafariz, ao que parece devido à confusão e ao trânsito existentes, viria a ser transferido, em 1917, para junto da Rua da Palma e da Calçada do Desterro. Em 1903 dá-se a construção da avenida D. Amélia, atual Almirante Reis, artéria pensada para uma nova zona habitacional, servindo bairros para as classes pequeno-burguesas da cidade.
Em 1849 é construída a Fábrica de Produtos Cerâmicos António da Costa Lamego que vai ocupar parte dos terrenos entre o muro que delimitava o convento do Desterro e a zona da Quinta dos Castelinhos, a norte, e junto ao chafariz.
Em meados do século XX a zona começa socialmente a degradar-se com a chegada da prostituição que se instala no largo e arruamentos circundantes. Na década de 90, toxicodependentes e tráfico de droga tomaram o largo de assalto, depois de uma intervenção camarária no Casal Ventoso. O Intendente tornou-se um dos locais mais perigosos e degradados da cidade do ponto de vista edificado e social. Em 2012, o espaço público foi alvo de obras de requalificação promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Quadro de Referência Estratégia Nacional (QREN) melhorando consideravelmente a fruição da zona.

Antecedentes da indústria cerâmica na área do Intendente

A Calçada do Forno do Tijolo, a vizinha Quinta da Charca (atual Penha de França-Bairro das Colónias) e a encosta do monte de S. Gens, conhecida como Bairro das Olarias, são formados por terrenos argilosos[3], facto que contribuiu para moldar, desde há séculos, a vida das pessoas que por lá habitaram.
Pelo menos desde os séculos XI/XII que se extrai argila nesta área para produção oleira (Bugalhão 2009, p.388). Depois da conquista cristã, D. Afonso Henriques concede, em 1170, um foral aos mouros livres que vão ocupar a vertente poente e norte da colina do Castelo, onde continuaram a atividade oleira.
Em 1496 D. Manuel I publica o édito de expulsão dos mouros da Mouraria e como consequência em 1501 regista-se um aumento de construções na zona, principalmente para a instalação de novas olarias (Farinha 1932, p.18). Em 1565 existem na área cerca de 40 oleiros a laborar. (Sebastian 2010, pp. 94-95)
Chegado o século XVII atinge-se o apogeu da produção de cerâmica lisboeta, sendo o núcleo das Olarias/Anjos um dos mais produtivos da cidade[4]. Tinha em 1633 pelo menos 79 oleiros (Mouta 1958, p. 63), sendo o ofício

Fig. 3 Planta de 1807-1826



considerado nobre, pelo que pertenciam à Confraria de Santas Justa e Rufina. Faziam parte da Casa dos Vinte e Quatro e participavam na procissão do *Corpus Christi*.
Ficaram famosos neste período os oleiros pertencentes à família Maia, devido à sua produção de púcaros, e Agostinho de Carvalho que, no século XVII, era o oleiro mais importante da zona. A permanência da sua memória continua viva na rua onde trabalhava, que desde 1637 ficou conhecida por *Calçada de Agostinho Carvalho*.
O século XVIII e princípios do XIX trazem a crise ao sector da cerâmica local, devido, principalmente, ao aparecimento de grandes fábricas, caso do Rato, em Lisboa, ou Massarelos e Darque, no norte do país.
As pequenas indústrias locais são as que mais sofrem com a concorrência, o que leva à falência de muitas. Será com os operários desempregados destas olarias que António da Costa Lamego, já com experiência no negócio[5], funda no Largo do Intendente a sua fábrica de cerâmica. Esta vai continuar a tradição cerâmica no local até 1941, produzindo, numa primeira fase, tijolo, manilhas e telhas, para depois abandonar as peças de barro vermelho e especializar-se em peças de cerâmica decorativa, como figuras, balaustradas, ornamentos, entre outros. Será, no entanto, a produção do azulejo que lhe trará a fama por que é mais conhecida. (Fig. 5)
Atualmente já não existem olarias ou fábricas de cerâmica na zona, mas ficaram as marcas, sejam elas físicas, caso dos edifícios, ou toponímicas, caso das ruas das Olarias e do Forno do Tijolo, Calçadas de Agostinho Carvalho e do Forno do Tijolo (atual Rua Maria da Fonte), Largo das Olarias, Travessa do Forno do Maldonado e Escadinhas das Olarias.

Fig. 4 Chafariz do Intendente - 1915 – AML – Núcleo Fotográfico - Cota A7358

Fig. 5 Carro alegórico/Mostruário da produção cerâmica da Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego - 1895 - AML – Núcleo Fotográfico - cota A16987

FÁBRICA DE CERÂMICA VIÚVA LAMEGO

Das origens aos nossos dias

António Costa Lamego graças aos rendimentos obtidos na venda de púcaros que adquiria na fábrica onde trabalhava e com o seu salário vai, em 1849, construir uma pequena olaria no Largo do Intendente que teria um forno onde produzia louça de barro[6] e tijolos. Os terrenos, aforados à Casa Pia, situavam-se na zona entre o referido largo e o limite da cerca do convento do Desterro. Tratava-se de uma zona de fácil comunicação com o centro da cidade e os arredores, dispondo de água em grandes quantidades, não só graças à proximidade do Chafariz do Intendente como à existência de um poço dentro da fábrica.

A empresa chamou-se *Fábrica de Cerâmica António da Costa Lamego* e tinha um único edifício. A sua primeira representação é-nos dada pelo levantamento efetuado por Filipe Folque, em 1856-58 (Fig. 6).

A partir de 1863 começa a produzir faiança artística (Lepierre 1912, p.112), obtendo deste modo muitas encomendas para todo o país. Foi nesse mesmo ano que o proprietário construiu os três imóveis que se observam na gravura de 1876 (Dias 2003, p.64) (Fig. 7).

Aí surge com nova designação: *Fábrica de Loiça Branca e de Barro, Azulejos, Vasos, Figuras e Ornatos de António da Costa Lamego*.

Na mesma gravura podemos ainda observar duas chaminés que pertenceriam aos cinco fornos existentes e onde se localizaria a produção. Os outros dois edifícios teriam funções distintas, um seria o dos ateliês, à esquerda, e no central ficaria a loja e o escritório. A construção que surge por detrás ilustra o convento do Desterro.

Tal configuração vai-se manter possivelmente até à abertura, em 1903, da Avenida dos Anjos, logo depois denominada D. Amélia e que, após a República, receberá o nome de Almirante Reis.

Não existe nenhum elemento cartográfico que nos permita descortinar os três edifícios em separado, dado surgir sempre uma mancha de construções naquele local. Com o aumento da produção, o proprietário ganha prestígio e dinheiro, o que o vai levar a encomendar a Luís Ferreira, mais conhecido por Ferreira das Tabuletas, o célebre revestimento azulejar da fachada, realizado em 1865. (Fig. 8)

A decoração ainda hoje visível no edifício do Largo do Intendente é considerada um dos melhores conjuntos de azulejaria portuguesa do século XIX.

O pintor Ferreira das Tabuletas vai dirigir a parte artística da fábrica sucedendo-lhe um discípulo que continuará o seu trabalho: José Maria Pereira Júnior, mais conhecido por Pereira Cão.

Em 1870 a fábrica teria cerca de oitenta operários a laborar (Dias 2003, p.67), cinco fornos e ateliês, o que demonstra a importância que tinha no contexto nacional.

Em 23 de Agosto de 1876 morre, aos 58 anos de idade, António da Costa Lamego[7]. A fábrica fica na posse da viúva, Margarida Rosa da Costa Lamego, nascida na freguesia dos Anjos e que desde cedo conviveu com o fabrico de peças de barro, e que vai tomar conta dos destinos da empresa até à data da sua morte em 23 de Março de 1883[8]. O filho, António da Costa Lamego, herda a empresa que vende a um cunhado, João Garcia Jerpe, passando já nos inícios do século XX para as mãos de João Agostinho da Costa Garcia. Passa a ser conhecida por Fábrica de Produtos Cerâmicos Viúva de António da Costa Lamego, como consta no carimbo do questionário efetuado em 1881, para o Inquérito Industrial.

Já Charles Lepierre nos indica o nome da firma em 1898 como Viúva Lamego & Filhos. Em 1899 assume a designação atual de Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego (Saporiti 1992, p.225). N N

Fig. 6 Levantamento de Filipe Folque de 1856-58

Fig. 7 Gravura de 1876

Fig. 8 Revestimento azulejar da fachada realizado pelo Ferreira das Tabuletas no edifício do Largo do Intendente - Fot. GEO

A informação mais antiga que se conhece sobre o seu funcionamento e produção foi-nos dada pelo já referido Inquérito Industrial de 1881. António da Costa Lamego (filho) respondeu tanto ao questionário como ao inquérito direto realizado a 7 de Outubro do mesmo ano[9].

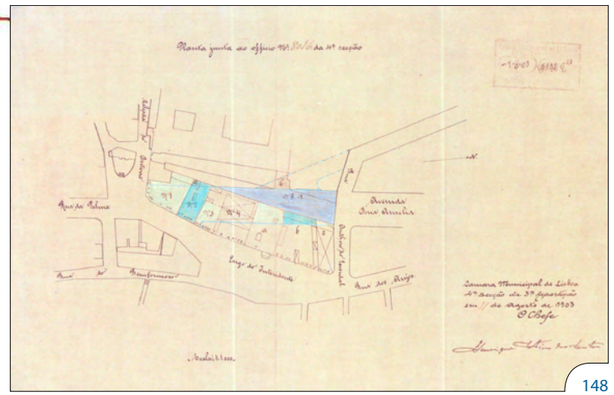
Fig. 9 Resumo do Inquérito Industrial 1881 **CLICAR** CLICAR

Em 1898 a unidade fabril possuía, «(…) 5 *fornos, 3 para louça branca e 2 para a vermelha, ocupava cêrca de 80 operários, 1 caldeira a vapor de 4 cavalos e 1 motor (a vapor) de 5 cavalos. O capital empregado era de 40:000$000 réis. O número de operários regula em média por 88 adultos e 6 menores. As férias são, de aproximadamente 325$000 réis semanais. A produção é de cêrca de 20:000$000 réis por ano. Salários variáveis de 360 a 1$500 réis. A argila empregada vem de Lisboa (Prazeres e Matadouro), a argila refractária vem de Leiria (Casal dos Ovos), a areia branca de Coina, as tintas são importadas (…).*(Lepierre 1912 p.112*)*

Dados importantes que nos revelam informações sobre a máquina a vapor que funcionava na fábrica desde Outubro de 1879, e de outra para moer o vidro. Sabemos, assim, quantos eram os trabalhadores e seus ordenados, e quais as matérias-primas utilizadas.
Em 1898 existiam mais 4 operários que em 1881, o que significa que a fábrica num período de quase 20 anos não teve uma grande expansão, uma vez que a mão-de-obra existente foi praticamente a mesma. A situação era então difícil para toda a indústria de cerâmica nacional como nos relata o Inquérito Industrial de 1890 que apesar da existência no nosso país de "*jazigos das mais preciosas argilas, e aquella (indústria) que pela tradição, é de todas a mais nacional, vive numa situação penosa e difficil, luctando por um lado com a esmagora concorrencia estrangeira em alguns dos seus ramos, por outro com a deficiencia do ensino profissional em operarios e mestres, com a falta de conhecimento das qualidades das principaes argilas, e finalmente com a falta de capital …*" e o "*desapparecimento do mercado africano para a faiança nacional*"[10] devido a tratados de comércio prejudiciais para a exportação e ao elevado preço dos fretes.
Este inquérito, infelizmente um pouco vago, não é tão elucidativo como o de 1881, revelando dados que reputamos no mínimo estranhos sobre a fábrica, pois refere só lá trabalharem 14 pessoas. Tal facto, quanto a nós, não pode ser levado em grande consideração, face ao número de trabalhadores anteriormente identificados.

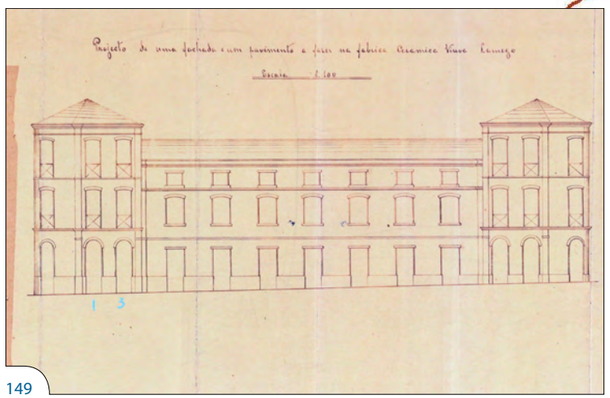
Em 1881 o barro vinha da Quinta da Horta das Tripas e da Cruz do Taboado, na zona do matadouro, na atual zona da Praça José Fontana, e da Quinta do Dourado, aos Prazeres, ambas em Lisboa.
Depois de 1896 a área fabril sofre grandes transformações dada a abertura de novos arruamentos na zona. Começa pelo rompimento de uma via a ligar a Calçada do Conde de Pombeiro (futura Rua Antero de Quental) ao Largo do Intendente. A propriedade de João Garcia, proprietário e neto do fundador da fábrica, será expropriada nos nºs 18 a 20 do Largo do Intendente, correspondentes à loja e ao terraço, para a execução da nova via.
Em 1903, para o projeto de abertura da Avenida D. Amélia é necessário expropriar alguns "*barracões da fábrica, um pateo e uma casa abarracada com 952m2*".[11] (Fig. 10)
Devido a estas cedências ficou mais pequena em área mas com as verbas obtidas pôde beneficiar as instalações, tornando-as mais visíveis com novas fachadas, uma para a nova avenida e outra para a o troço nascente da Rua Antero de Quental (desde 1915 Travessa Cidadão João Gonçalves), mantendo-se a fachada virada ao largo.
Não existem dados quanto ao número de trabalhadores então ao serviço. Só com o depoimento de um dos seus antigos pintores, João Alves Dinis Chaves Júnior, (Mateus, Martins 1986, p.25) foi possível obter alguns elementos. Informa-nos este que, em 1918, a Viúva Lamego teria 60 operários. Menos 34 do que em 1898. Como referimos, a crise poderá ter sido potenciada pela Grande Guerra e, mais tarde, agravada pela proibição de revestir a azulejo as fachadas dos edifícios de Lisboa.

Fig. 10 Projeto de abertura da Av. Dona Amélia – 1903
AML – Núcleo Arco do Cego- Cota antiga PT/AMLSB/CMLSB/UROB-E/23-0001/8887



Só a partir de 1933, com a entrada, em 9 de Maio[12], de novos sócios - Dr. José Maria Vilhena Barbosa Magalhães, Inocêncio Camacho Rodrigues, Dr. Miguel Crespo Pacheco, Dr. Estevão Pereira da Silva, João Guilherme Matoso da Fonseca, Justino Soares Gonçalves e Eduardo Leite -, a situação se viria a alterar.
Eduardo Leite chegara à fábrica por intermédio do pintor João Alves de Sá uns anos antes para trabalhar na feitura de painéis de azulejo. Os dois eram aguarelistas e amigos de longa data. Será sobretudo graças à orientação técnica do primeiro que a fábrica vai conhecer um novo impulso produtivo.
De facto Eduardo Leite vai trazer, na segunda metade da década de 30, artistas contemporâneos que renovam a produção, agora mais exigente, passando os produtos a ser destinados a um público consumidor mais refinado e atento aos fenómenos estéticos emergentes.
A fábrica vai participar, assim, na moderada atualização formal da arte portuguesa da época, de acordo com a "política de espírito" de António Ferro.
Na *Exposição Universal de Paris*, em 1937, é exposto o painel de Paulo Ferreira, "*Lisboa das Mil Cores*", e hoje parte integrante do espólio do Museu Nacional do Azulejo.
Também na *Exposição Universal de Nova Iorque*, de 1939, são expostos trabalhos aí produzidos. Mais uma vez é escolhida uma grande composição relevada de Paulo Ferreira, "*Brincadeiras de Portugal*", assim como um baixo-relevo cerâmico de Jorge Barradas alusivo à vida e obra do Infante D. Henrique.

Fig. 11 Promenor do Projeto do edifício da Travessa Cidadão João Gonçalves
AML – Núcleo Intermédio – Processo de obra nº570 - Processo nº4072/1902



Tal atualização artística da fábrica não foi acompanhada de grandes inovações, continuando-se a laborar com os mesmos fornos. A passagem para novas instalações só se dará dois anos mais tarde.
A razão para a transferência da fábrica do Largo do Intendente para a periferia é-nos fornecida pelo senhor António José de Sousa,[13] antigo operário, que informa terem sido os fornos alimentados a aparas de lenha, libertando fumo, que levou aos protestos da vizinhança. Assim, em meados dos anos 30, os sócios Eduardo Leite e Francisco Sanches adquirem os terrenos e uma fábrica pertencentes à Sociedade de Palma Ldª, na Palma de Baixo, passando a laboração da Viúva Lamego a funcionar nas novas instalações a partir de 1941.
Face ao desadequamento espacial e técnico das instalações e à expansão urbana na envolvente, a unidade fabril foi transferida, em 1992, para o parque industrial da Abrunheira-Sintra.
Em 2004 a empresa tem 135 funcionários, dos quais 55 são pintores e decoradores. Pertence então a dois sócios-gerentes, Leite da Silva, filho de Eduardo Leite, e Duarte Garcia, este último descendente do fundador António da Costa Lamego.
Até 2006 os terrenos onde se encontram os edifícios eram propriedade de uma firma fundada pelos descendentes de António Lamego, a Garlea – Sociedade Imobiliária, Lda. Nesse ano, a fábrica foi vendida ao grupo Aleluia Cerâmicas S.A. e integra desde 2012, o Grupo Prebuild.

Evolução dos edifícios

Analisando o processo de obra nº 570 referente ao edifício da antiga Travessa Antero de Quental, nº3 (atual Travessa Cidadão João Gonçalves, 1 a 3), encontramos o processo de reconstrução nº4072/1902 pedido por Francisco d´Oliveira Sommer, tutor de João Agostinho da Costa Garcia, proprietário, que solicita "*seja aprovado o projecto de ampliação da sua Fábrica de Produtos Ceramicos no Largo do Intendente nº 8 a 17 comprehendendo a construção da fachada para a Rua e Avenida dos Anjos e Rua Anthero de Quental, freguesia dos Anjos*". A Câmara Municipal de Lisboa emite o seguinte parecer: "*Para adoptar na concordância d´aquella rua com o dito Largo e Avenida o alinhamento que na planta se junta vai designado a azul e pelas letras ACB, não há dúvida em se permitir ao requerente a construção de uma nova fachada, segundo esse alinhamento (…)*" (Fig. 11).
Esta remodelação apanha a parte central da fábrica (Travessa Cidadão João Gonçalves, 5-17), incluindo a zona dos fornos e das chaminés. A nova fachada é, em 1913, revestida de azulejos

produzidos na fábrica, e que ainda hoje s
Numa planta desse ano (anexo 1) obtiver
quanto às instalações da fábrica à data. C
andares e cave. Nesta última, onde funcio
material cerâmico, ficava a zona das forn
abastecia de água, tanto para beber com
fabris. No rés-do-chão encontravam-se o
moagem das tintas e, nas extremidades,
destas, em dois andares, encontramos ha
andar do prédio era ocupado pelas três c
zona onde, possivelmente, se guardava a
estaria a máquina a vapor referida no Inq
segundo piso encontramos os ateliês e n
uma zona de tratamento de argilas (depó
Com a mudança das instalações para a P
Baixo, em 1941, o imóvel foi perdendo ac
sua função, ficando reduzido a depósito
manufaturado, mantendo-se a loja no co
Com o tremor de terra de 1969 uma das
ser demolida dado encontrar-se em risco de queda, acabando
as restantes por serem desmontadas posteriormente.
Assim, pelo menos até 2004, só se encontravam no
local os respetivos arranques de duas delas.

Fig. 14 Edifício da Avenida Almirante Reis nº6_6F. Fot. GEO. 2016

Fig. 12 Edifício da Travessa Cidadão João Gonçalves nº5-17 de 1898-1908 - AML Núcleo Fotográfico - Cota A3666 e atualmente -Pedro Miranda 2015

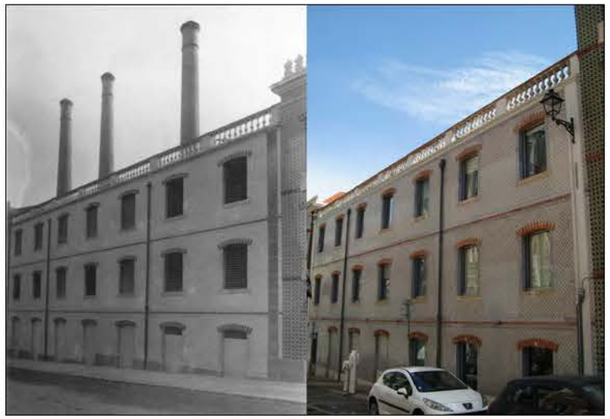


Fig. 13 Avenida Almirante Reis 1908 - AML – Núcleo Fotográfico - Cota A9782

Atualmente parte do edifício encontra-se arrendado à Junta de Freguesia de Arroios, tendo a Presidente da junta aí instalado gabinete.
Quanto ao imóvel virado à Avenida Almirante Reis nº 6-6F existe um processo de reconstrução (nº 2931/1906), aprovado em 26 de Julho de 1906, com a licença nº10208 de 6 de Outubro.[14]
Daí alguns autores[15] apontarem esse ano para a construção do edifício e revestimento azulejar da fachada. Os proprietários, por razões que desconhecemos, entregaram na Câmara Municipal de Lisboa várias prorrogações do prazo para a sua construção[16].
A obra só se iniciou em 1908, como comprova uma fotografia dessa data. No canto esquerdo pode-se observar o edifício da Viúva Lamego com andaimes. (Fig. 13)

Segundo Marina Tavares Dias os azulejos que revestem a fachada terão sido pintados pelo espanhol Ordoñas. (Fig. 14)
No seu piso térreo sempre existiram lojas, uma da própria fábrica e as restantes de comércio diverso. Os andares superiores serviram de ateliês a alguns dos artistas que durante o século XX colaboraram com a empresa.
Na já referida planta de 1913 está representada uma passagem que ligaria, por dentro da fábrica, o Largo do Intendente à Avenida Almirante Reis. Contudo, parece não ter passado de uma intenção, dado não se ter encontrado qualquer prova nesse sentido, opinião corroborada por Valdemar Rodrigues, responsável, em 2004, pela loja do Largo do Intendente.
Nesse ano o prédio encontrava-se em obra, não nos tendo

Fig. 15 Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego no início do século XX
AML – Núcleo Fotográfico – Cota A17002

está situado, e a [nova] *edificação* [proposta] *embora modesta conta embelezar consideravelmente o referido local*"[17] com um prédio para habitação atualmente com o número de polícia 16 - 22. Uma fotografia de início do século XX apresenta ainda a construção com dois pisos tal como era. (Fig. 15)
Por baixo desse imóvel manteve-se o chamado depósito do combustível, conforme assinalado na planta de 1913, que serviu para local de exposição das peças fabricadas na Viúva Lamego, e cujo acesso é feito pelo edifício central remanescente. (Fig. 16)
Este último imóvel Largo do Intendente Pina Manique 23-27 é o mais representativo de todo o conjunto. Em termos estruturais mantém-se desde a sua edificação mais ou menos igual, com uma ligeira alteração dos vãos das entradas laterais, datada de 1947. Situação comprovada pela gravura de 1876 e as fotografias do fundo antigo do Arquivo Fotográfico da CML datadas de 1898 a 1908, e de 2013. (Fig. 17)
Ao nível da ornamentação da fachada principal verifica-se a substituição dos elementos cerâmicos que rematavam os acrotérios, os laterais em data incerta, e o central por volta de 2013.

N
N

Fig. 16 Antigo depósito de combustível
Pedro Miranda 2004

Fig. 17 Edifício do Largo do Intendente nº23_27 de 1898-1908
AML - Núcleo Fotográfico - Cota A3507 e atualmente - Pedro Miranda 2015

A construção, composta por cave, rés-do-chão, primeiro andar e sótão, apresenta fachada coroada com frontão triangular e revestida a azulejo o que lhe acrescenta a sua mais-valia patrimonial. A planta do estabelecimento, datada de 1949, apesar da má qualidade, mostra que por dentro continua igual ainda hoje. (Fig. 18)
No rés-do-chão encontra-se a loja de vendas, que atualmente se encontra fechada para obras. Quanto ao 1º andar e sótão foram utilizados como arrecadação e depósito de materiais.
Pelo menos até 2004 o primeiro mantinha o espólio e o mobiliário do Dr. João Alves de Sá, pintor já referido, que colaborou com a fábrica e que nela teve ateliê.
Um elemento interessante que não se encontra representado em nenhuma planta é um túnel que estabeleceria comunicação entre o depósito de combustível e os fornos e que se encontrava emparedado em 2004. (Fig. 19)
Em todas as construções do Intendente sobressai o uso de elementos construtivos da arquitetura do ferro, caso da utilização de pequenas vigas para suporte dos tetos em abobadilha, e pilares de ferro para suporte estrutural.
As paredes são de tijolo-burro produzido na própria fábrica.[18] Tal método construtivo revela preocupações evidentes de utilização de elementos antifogo. (Fig. 20)
Hoje, graças à intervenção de requalificação do espaço público envolvente, já concluída na frente para o Largo do Intendente e Travessa do Cidadão João Gonçalves, os antigos imóveis sobressaem pela singularidade das suas arquiteturas de características fabris e pela presença garrida dos azulejos policromos que revestem as fachadas.

N
N

Fig. 19 Túnel de ligação entre os fornos e o depósito - Pedro Miranda - 2004

Fig. 20 Elementos construtivos da arquitetura do ferro utilizados na Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego - Pedro Miranda 2004

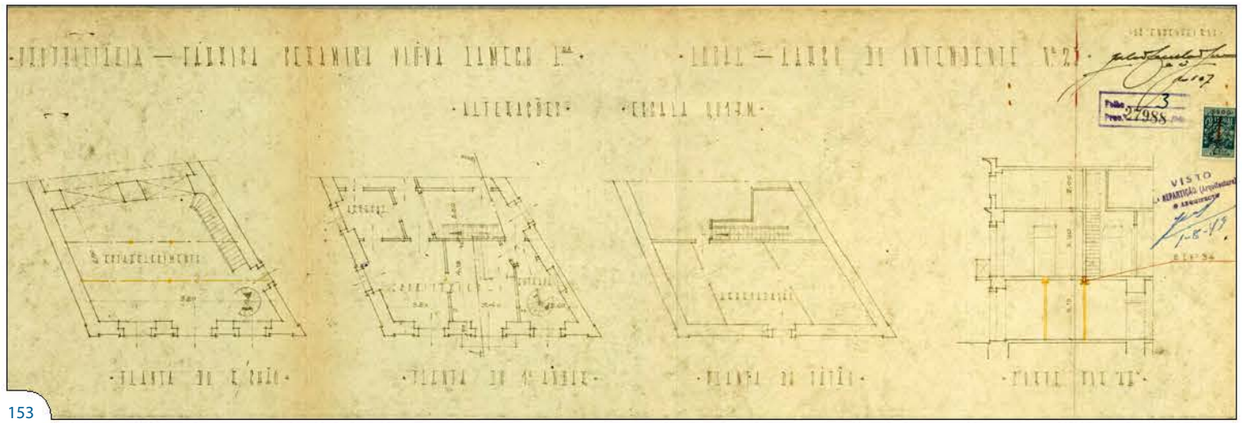
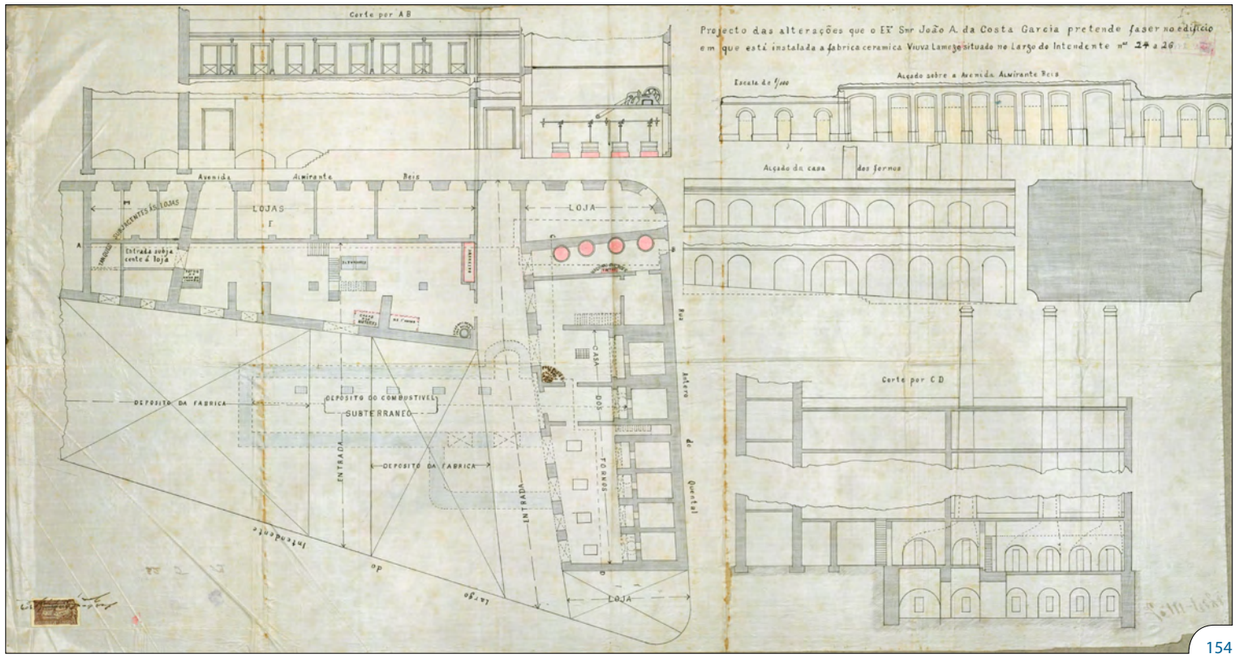


Fig. 18 Planta do edifício do Largo do Intendente nº23/27 – AML – Núcleo Intermédio - Processo de obra nº572 - Processo nº27988/1949

Notas

1 A outra é a Fábrica Sant´ana
2 Anjos, Socorro, Arroios, S. Sebastião da Pedreira, S. José e Pena
3 Formação das Argilas de Forno do Tijolo
4 Os outros centros produtores situavam-se entre a zona do Monte Sinay (atual zona do Alto de Santa Catarina) e Santos-o-Velho.
5 Charles Lepierre fala-nos de uma fábrica na rua de Arroios, nº 57 a 69, cuja data de fundação ignora, mas que, presume, teria, à data em que escreve, mais de 90 anos e que terá pertencido a António da Costa Lamego, (p. 61). Aí teria ganho experiência para depois apostar em força na fábrica que lhe deu fama. Contudo, Leite da Silva, atual sócio-gerente da Viúva Lamego, acredita tratar-se certamente de um engano, dado não ter qualquer conhecimento de outra empresa de António Lamego antes da fundação da fábrica do Intendente. O Inquérito de 1881 ajuda-nos a esclarecer a dúvida levantada por Charles Lepierre e Leite da Silva, a fábrica existiria mas seria onde ele trabalhava como operário e aí comprava as peças que vendia numa pequena loja que se localizava perto da atual fábrica.
6 Inquérito Industrial 1881, p.293
7 Arquivo Nacional Torre do Tombo - Livro nº15 de óbitos da freguesia dos Anjos – Óbito nº208, p.76
8 Arquivo Nacional Torre do Tombo - Livro nº15 de óbitos da freguesia dos Anjos – Óbito nº62, p.228
9 Inquérito Industrial de 1881, pp.293-296
10 Inquérito Industrial de 1890, p. 768
11 Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego - Projeto de Abertura da AV. D. Amélia de 1903 Planta junta ao ofício nº 8096 da 4ª Secção, cota antiga - PT/AMLSB/CMLSB/UROB-E/23-0001/8887
12 Diário do Governo nº119 de 25 de Maio de 1933
13 Citado por Dalila Mateus e Maria Amélia Martins- p.14
14 AML – Núcleo Intermédio - Processo de obra nº 17430
15 Marina Tavares Dias e Maria da Luz Mouta
16 AML - Núcleo Intermédio - Processo de obra nº 17430
17 AML - Núcleo Intermédio - Processo de obra nº 12394 - Processo 1728/1903. (licença de construção nº4555/03)
18 Inquérito Industrial 1881, p.294

Anexo 1 Planta da Fábrica Viúva Lamego - processo 2996/1913, Proc. de obra nº572.



Bibliografia

Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (Sob a direcção de Filipe Folque: 1856-1858) (2000), Lisboa: CML planta nº 28
Bugalhão, J. (2009).Lisboa Islâmica: uma realidade em construção. In *Xelb 9 - Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al – Andalus: Sínteses e perspectivas de estudo.* (Silves 23, 24 e 25 de Outubro 2008). Homenagem a José Luís de Matos, Câmara Municipal de Silves, p.379 - 393
Câmara Municipal de Lisboa (1936), *Catálogo da Exposição de Cerâmica Ulissiponense dos fins do século XVI aos princípios do século XIX.* Lisboa: CML
Câmara Municipal de Lisboa (1938), *Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa. Lisboa*: CML
Câmara Municipal de Lisboa - Lisboa interactiva. Cartografia. Histórica. **Planta Duarte Fava.1807** [em linha]. CML. (consult.1Abr.2013) Disponível em http://lxi.cm-lisboa.pt/Cartografia Histórica/1807/Duarte Fava
Castilho, J. (1937). *Lisboa Antiga - Bairros Orientais*. Volume IX. Lisboa: Câmara Municipal, p. 248-249
Dias, M. T. (2003). *Lisboa Desaparecida*. Volume 8. Lisboa: Quimera, p.57-71
Dicionário da História de Lisboa (1994). Lisboa: Carlos Quintas & Associados -Consultores, Lda, p. 376
Fábrica Cerâmica Viúva Lamego (1934*). Catálogo da Exposição no Salão Silva Porto.* Porto: s.n.
Farinha, A. L. (1932). *Noticía historica do Bairro das Olarias (Lisboa).* Cucujães: Escola tipográfica do Colégio das missões de Cucujães
Lepierre, C. (1912) – *Estudo Químico e Tecnologico sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna*.2ªedição. Lisboa: Tip. Associação de Classe aos Compositores Tipográficos.
Mateus, D. M. & Martins, M. (1986). *Contributo para o Estudo da Fábrica "Viúva Lamego" [exemplar policopiado].* Lisboa: [s.n.]. Disponível na Biblioteca do Museu Nacional do Azulejo
Meco, J. (1984). *Catálogo «Exposição de Azulejos de Lisboa».* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
Meco, J. (1989). *O Azulejo em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa.
Mouta, M. da L. (1958). *Os Anjos: Freguesia de Lisboa.* In Separata de Estremadura – Boletim da Junta de Província, série II, nº 44, 45 e 46. Lisboa.
Neves, E. (1950). *Do Sítio do Intendente: Notas e apontamentos*. Lisboa: Amigos de Lisboa
Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria-Repartição de Estatística (1881). *Inquérito Industrial de 1881 – Inquérito directo*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol.1.
Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria-Repartição de Estatística (1883). *Resumo do Inquérito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional.
Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - Repartição de Estatística (1890). *Inquérito Industrial de 1890.* Lisboa: Imprensa Nacional, vol.4
Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1905). *Estudo sobre o estudo actual da industria da cerâmica na 2ª circunscripção dos serviços technicos da industria.* Lisboa: Imprensa Nacional
Queiroz, J. (1913). *Olarias do Monte Sinay*. Lisboa: Typografia Castro Irmão
Queiroz, J. (2002). *Cerâmica Portuguesa e outros estudos*. Lisboa: Editorial Presença.
Ribeiro, J. S. (1931). *O Antigo Sitio do Forno do Tijolo na Freguesia dos Anjos de Lisboa*. Lisboa: Typographia Castro Irmão, p.1 - 24
Santana, F. (s.d.). *Lisboa na 2ª Metade do Século XVIII*. Lisboa*:* Câmara Municipal de Lisboa, p.82-83
Saporiti, T. (1992). *Azulejos de Lisboa do Século XX*. Lisboa: Edições Afrontamento.
Saporiti, T. (1993). *Azulejaria de Luís Ferreira o « Ferreira das Tabuletas» - Um Pintor de Lisboa*. Lisboa: CML Cultura.
Sebastian, L. (2010). *A produção Oleira de faiança em Portugal (século XVI-XVIII)*. Tese de doutoramento, História, Especialidade de Arqueologia, Faculdade de Ciências Socias e Humana da Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Simões, J. M. dos S. (1960). *A Cerâmica "Viúva Lamego"* [exemplar policopiado]. Lisboa: [s. n.]
Sequeira, G. de M. (s.d). *As Indústrias Vidreiras e Cerâmica e Análise da Classificação Pautal dos seus Produtos.* [Texto dactilografado] Tese apresentada ao concurso para chefes de Serviço do quadro geral do serviço interno aduaneiro, existente no Gabinete de Estudos Olisiponenses
Veloso, A. B. & Almasqué, I. (1989). *Azulejos de Fachada em Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal

VENTURA TERRA: O ARQUITETO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, TAMBÉM DEDICADO À SALVAGUARDA DOS MONUMENTOS NACIONAIS

Teresa Neto

O concurso para o Palácio das Cortes

A historiografia da arquitetura em Portugal não nos apresenta Miguel Ventura Terra (1866-1919) como um arquiteto sensível ao restauro do património arquitetónico nacional (Fig. 1). Ainda assim coube-lhe uma das maiores intervenções sobre pré-existências, de natureza monumental, entre os finais do século XIX e os primeiros anos da centúria seguinte, precisamente o Palácio das Cortes – atual Assembleia da República - concebido sobre as estruturas do antigo convento seiscentista de São Bento da Saúde de Lisboa (Fig. 2). Ocupado desde 1834, depois da Extinção das Ordens Religiosas, para servir de lugar à reunião das cortes gerais do regime liberal, conheceu, sob projeto de Possidónio da Silva (1806-1896), a criação da sala das sessões e mais algumas campanhas de obras de adaptação à sua nova função, sem grande amplitude e unidade. Um programa mais global envolvendo todo o antigo espaço conventual, apenas seria pensado, depois do grande incêndio de 1895, quando a nação procurava recuperar do orgulho ferido com o *ultimato inglês* (1890). Depois de duas propostas apresentadas por Domingos Parente da Silva (1836-1901) e Ventura Terra para a reconstrução da Sala das Sessões, percebeu-se a necessidade de lançar concurso para um projeto de maior folgo. Ventura Terra, então com 29 anos e recém-regressado das Beaux-Arts de Paris, onde havia alcançado o tão cobiçado diploma de arquiteto, sai vencedor do concurso, preparando-se para dirigir a importante obra (Fig. 3). Três anos depois, conquista do 1º prémio no concurso para os "Pavilhões de Portugal" a erguer na Exposição Universal de Paris de 1900. Seria o início de uma brilhante carreira na esfera da produção, quer pública, com o traçado de importantes equipamentos escolares, hospitalares, religiosos, etc., quer na encomenda privada, onde vai equacionar o projeto de habitação, segundo princípios de funcionalidade e conforto aprendidos em Paris (Ribeiro & Silva, 2006). Mas se esta sua faceta tem merecido a atenção dos historiadores da arquitetura, a avaliação do papel desempenhado no campo da salvaguarda patrimonial e do restauro arquitetónico tem passado despercebido, quando Ventura Terra foi vogal do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, do Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª circunscrição e Presidente da respetiva Comissão de Monumentos Nacionais, durante grande parte da sua vida profissional. Sem ignorar a sua criação arquitetónica, interessa observar a atitude assumida no projeto sobre pré-existências de carácter artístico, bem como os critérios de restauro perfilhados.

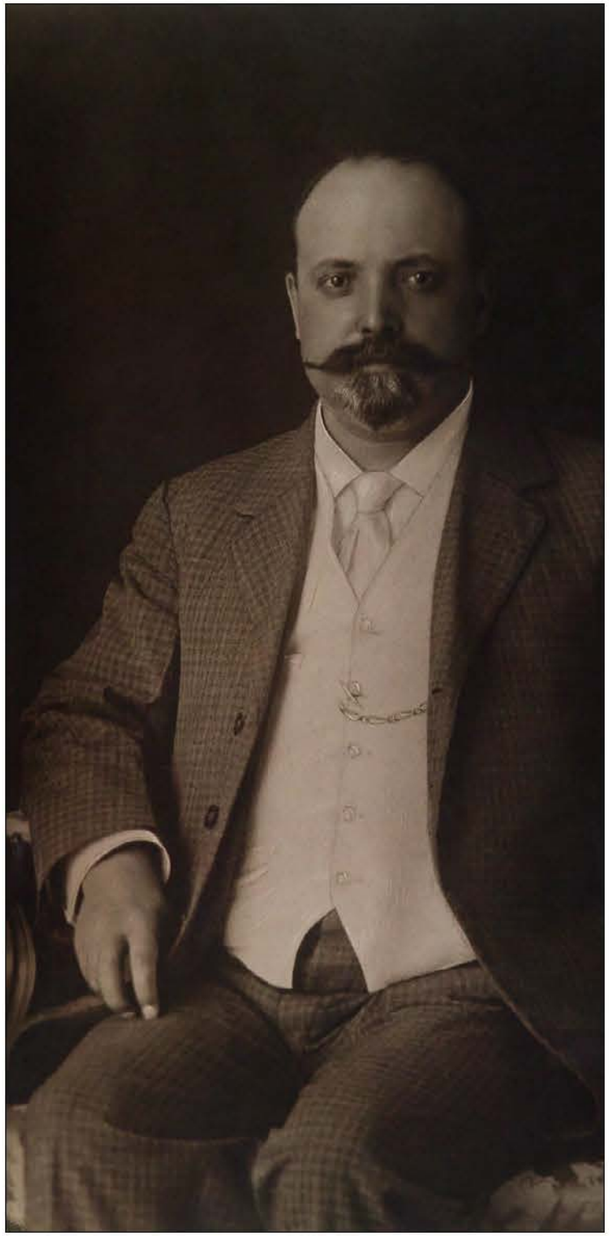


Fig. 3 Projeto para o Palácio das Cortes, *Corte Transversal (lado da presidência)*. Miguel Ventura Terra, 1899. Arquivo do Ministério das Obras Públicas.

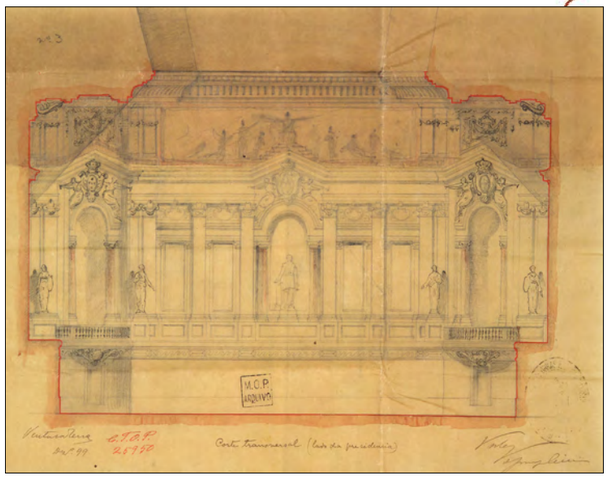


Fig. 4 Fachada principal. Fot. José Vicente, 2013. CML/DMC, DPC_20131209_020

Fig. 2 Mosteiro de São Bento da Saúde. Fot. José Artur Leitão Bárcia. AML, PT/AMLSB/POR/056714

Sob o lema da funcionalidade e do conforto

No projeto de São Bento, Ventura Terra procurou assegurar um equilíbrio entre a dimensão áulica do edifício e uma racional organização dos espaços, de acordo com as exigências da sua função (Mourão, 2009). Ventura Terra tinha a experiência do contato com a projeção da grande obra pública adquirida no *atelier* do seu mestre Victor Laloux, autor da gare de Orsay, mas agora enfrentava o desafio de projetar sobre estruturas pré-existentes, às quais soube reconhecer valor arquitetónico. Não ignorou o traçado maneirista de Baltazar Álvares, aproveitando a simetria e a proporção da planimetria original para desenvolver o novo programa. Tanto a galeria dos Paços Perdidos, como a sala do hemiciclo assentam nas velhas estruturas, tomando o espaço da antiga igreja conventual e o claustro, mas repensados de acordo com a utilização de novos materiais, nomeadamente o ferro e o vidro na conceção das coberturas. A iluminação obtida jogava com a sóbria decoração projetada, aliada a uma funcionalidade exigida pela natureza do edifício.

Também na fachada principal, Ventura Terra vai manter o ritmo do alçado do antigo convento. As janelas rasgadas nos quatro registos recebem novos emolduramentos ao sabor clássico, indo ao encontro do programa praticado no pórtico central, tornado proeminente, onde colunas compósitas elevadas sobre os cinco vãos em arco de volta perfeita suportam o frontão triangular. Dois imponentes leões marcam o arranque da escadaria de acesso ao edifício, projetada para resolver o desnível do terreno com o traçado da velha rua de S. Bento (Fig. 4).

O Palácio das Cortes foi, apressadamente, inaugurado, em 1903, numa cerimónia exigida pelo poder político, estando ainda muito do projeto, sobretudo, decorativo por realizar. Aliás a sua execução iria se prolongar para além da vida do arquiteto, precocemente falecido em 1919, quando contava 53 anos (França, 1966).

O grande estaleiro de obras funcionou como lugar de formação para alguns jovens arquitetos fazendo ali o seu tirocínio. Aí colheram a experiência do respeito pela pré-existência de acordo com um espírito de continuidade, onde a marca do presente se imprimia, sob o lema, querido a Ventura Terra, da funcionalidade servida pelo conforto, proporcionado por modernas tecnologias. Terra tinha particular empenho nesta sua orientação técnica, procurando demonstrar os seus efeitos e benefícios práticos de forma pedagógica e didática. No âmbito da *Sociedade dos Architectos Portugueses*, organismo que ajuda a fundar em 1902, promove visitas de estudo, tanto ao Palácio das Cortes, como ao Palacete Mendonça (Fig. 5), para mostrar as modernas instalações caloríficas projetadas para ambos os edifícios, sob a sua responsabilidade (ASAP I, p.8). Este seu espírito de classe foi determinante para estimular as iniciativas da associação dos arquitetos, expressas no *Anuário*, órgão oficial da Sociedade, do qual Terra assume a vice-presidência, tendo José Luís Monteiro (1848-1942) como presidente (Fig.6).

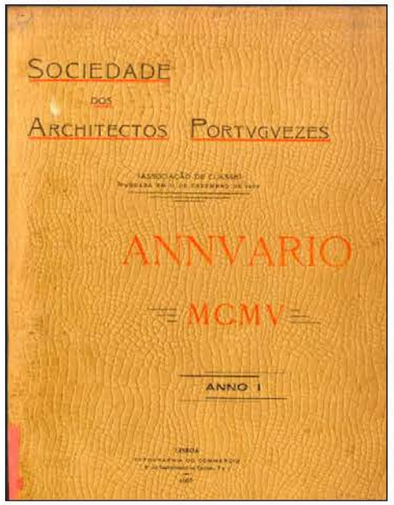


Fig.6 *Sociedade dos Architectos Portugueses*, Annuario Anno 1. Hemeroteca Digital

WWW

Fig. 5 Palacete Henrique Monteiro Mendonça. Fot. Paulo Guedes, post.1909. AML, PT/AMLSB/PAG/000455 [R]

Em prol dos Monumentos Nacionais

Logo na primeira sessão do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, depois da sua constituição, em junho de 1900, o nome de Miguel Ventura Terra é proposto para vogal do novo organismo. Na sessão seguinte, a 21 de Fevereiro de 1901, o próprio agradece a sua nomeação e enceta a sua importante colaboração, numa altura em que tem início o restauro da Sé de Lisboa, sob a orientação do Engenheiro Augusto Fuschini, sendo um dos assuntos da ordem do dia, nestas sessões plenárias. Ventura Terra conhecia bem a velha catedral de Lisboa, pois havia colaborado com Parente da Silva no levantamento do claustro da Sé de Lisboa, nos últimos anos de vida daquele arquiteto (ANTT, 1902). Ciente da negligência a que se encontravam votados muitos dos melhores exemplares do nosso património construído, Ventura Terra cedo vai pugnar por um papel ativo dos arquitetos em prol da salvaguarda dos monumentos. Junto da Sociedade dos Arquitetos Portugueses, consegue sensibilizar os associados para a realização de excursões artísticas aos Monumentos Nacionais. A primeira "excursão associativa" foi realizada "ao famoso monumento da Batalha". Coincidência ou não, nessa visita, os arquitetos encontraram-se, no monumento, com o então ministro das Obras Públicas, conde de Paçô Vieira, com quem confrontaram alguns pontos de vista da classe. Ventura Terra, na qualidade de Presidente do Conselho Diretor da Sociedade, conduz a representação posteriormente enviada ao ministro, minhoto como ele próprio, a qual procura sensibilizar para dois importantes aspetos. Primeiro, a necessidade do governo assumir a salvaguarda dos monumentos nacionais e segundo, o imperativo de serem os arquitetos, os responsáveis pela sua "vigilância (…), evitando-se assim a continuação do vandalismo de que as nossas reliquias architectónicas têm sido vítimas" (ASAP I, p.5). Na persecução da sua visão e dos seus objetivos, Ventura Terra apresenta uma proposta estruturada em 5 pontos, enquanto vogal, ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, na sua sessão de 1 de março de 1905. O arquiteto havia tido a incumbência, por parte deste Conselho, de fazer um relatório circunstanciado do estado em que se encontrava a igreja Matriz de Caminha. Das visitas ao venerável templo, em terras minhotas, certamente quando acompanhava o arranque das obras do santuário de Santa Luzia, que havia projetado, pôde mais uma vez comprovar a necessidade de existir uma supervisão cuidada sobre qualquer tipo de intervenção levada a cabo num edifício de valor histórico e artístico (ANTT,1905). As descrições da total falta de critério nos trabalhos realizados, produzindo atentados de lesa arte, permitem-lhe preparar a assembleia para a proposta de organização dos serviços de Obras Públicas "na parte em que eles auxiliam o Conselho", retomando a ideia já anteriormente sugerida de dividir o país em diferentes zonas, confiando cada uma a um arquiteto do quadro das Obras Públicas (ANTT, 1905a). O teor da proposta, que esbarra com a resistência de alguns membros do Conselho dos Monumentos Nacionais, é publicado no *Anuário da Sociedade dos Arquitetos*, a partir do qual se reproduz:

Monumentos Nacionais

Em vista do estado lamentável em que se encontram, em geral, os serviços technicos relativos á restauração e conservação dos monumentos nacionais, proponho que este conselho represente ao governo, no sentido de os melhorar quanto possível, lembrando, para isso, como solução prática o seguinte:

1º Que sendo em numero de sete os architectos do quadro d'obras publicas sejam postos a cargo de cada um d'elles os monumentos correspondentes a uma provincia, podendo, onde os monumentos sejam em mais pequeno numero, ficar duas províncias a cargo d'um só architecto.

2º Que para este efeito os architectos do quadro sejam nomeados chefes de secção, como já os são quasi todos, a fim de poderem dispor facilmente do necessario pessoal para os auxiliar nos respectivos estudos.

3º Que os architectos referidos sejam obrigados a visitar todos os monumentos que careçam de quaisquer trabalhos, para a sua conservação ou restauração, e a elaborar os seus estudos, apresentando-os o mais completos possível a este conselho, que os approvará ou modificará, como julgar conveniente, sendo condição expressa que nenhum trabalho se executará sem que se cumpra esta formalidade, assumindo o respectivo architecto todas as responsabilidades junto d'este conselho, sendo para esse effeito auxiliado pelas autoridades locaes, que não consentirão que se executem quaisquer obras, sem que sejam autorizadas por quem tiver esse poder.

4º Que este serviço seja considerado suplementar aos serviços de que os architectos já estão incumbidos pelas direcções a que pertencem, concedendo-lhes os respectivos directores as autorizações necessarias para o desempenharem, o melhor possível, sem prejuízo dos seus serviços ordinários. Quando porém se trate de restaurações de grande importância, como o são actualmente as da Sé de Lisboa e Coimbra, poderá o governo, por proposta d'este conselho, mandar proceder aos respectivos estudos e trabalhos, por forma diversa da acima apontada.

5º Que estes serviços suplementares dos architectos sejam gratuitos, sendo-lhes, contudo, abonadas as despezas de transportes em caminhos de ferro, os subsídios de marcha para estradas, e as ajudas de custo permanentes correspondentes à 1ª classe durante o tempo em que sejam obrigados a permanecer fora de Lisboa (ASAP, p.71).

Esta chamada dos arquitetos à responsabilidade da superintendência dos cuidados com o património arquitetónico nacional, representava uma importante medida. Os monumentos necessitavam de profissionais competentes tanto na vigilância preventiva, como na ação de intervenção sempre que esta se justificasse. Neste seu mandato como vogal do Conselho, sobressai ainda a sua preocupação com a Torre de Belém afrontada pela presença do gasómetro (Fig.s 7/7A e 7B) e com o inacabado templo de Santa Engrácia (ANTT, 1906a). Este, visitado demoradamente pelo arquiteto, que lhe reconheceu os predicados arquitetónicos e procurou inverter o "triste destino que lhe está sendo dado", enquanto aí se acha instalada a "colchoaria militar"(Fig. 8) propondo a sua conclusão e adaptação a Panteão Nacional (ANTT, 1906b). Ventura Terra procura sensibilizar as autoridades governamentais para a supervisão da salvaguarda patrimonial. Esta era a prática em França, bem conhecida do arquiteto, e igualmente aplicada em outros países europeus. Terra mantinha o contato com essa realidade através dos congressos internacionais de arquitetos.

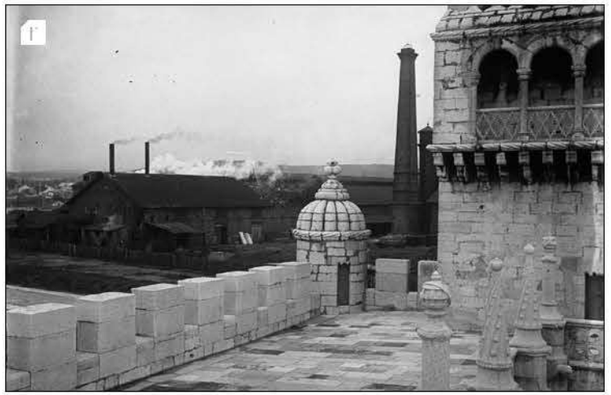


Fig. 7 A Torre de Belém e a Fabrica de Gás. Fot. Joshua Benoliel, 1912. AML, PT/AMLSB/JBN/000578
Fig. 7B Torre de Belém e a Fabrica de Gás. Fot. Joshua Benoliel, 1912. AML, PT/AMLSB/JBN/000575

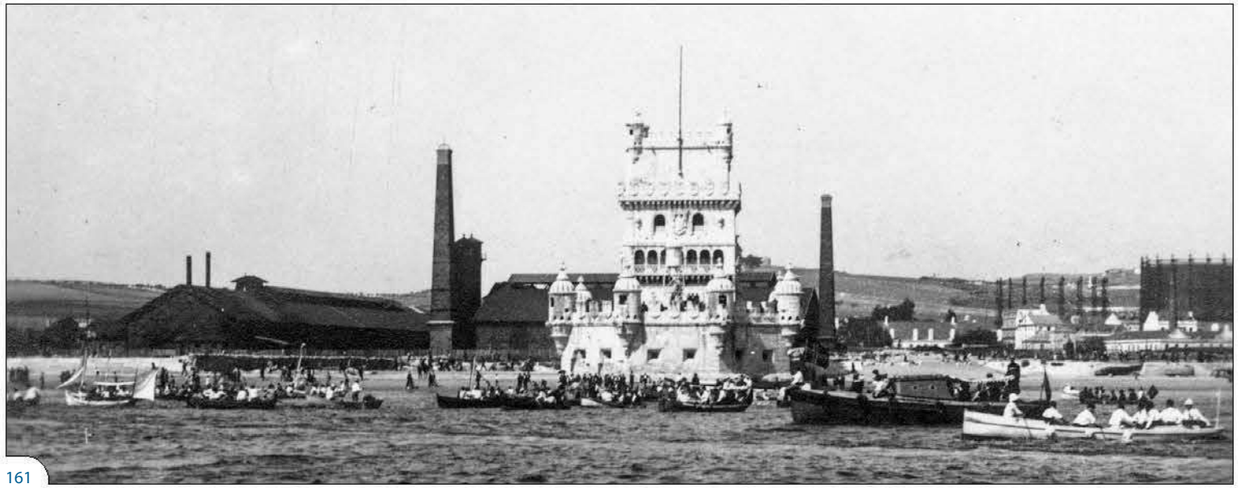
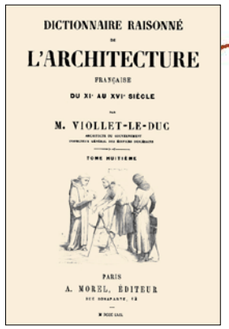


Fig. 7 Torre de Belém e a Fabrica de Gás. Espólio de Eduardo Portugal, ant. 1938. AML, PT/AMLSB/POR/050585

Fig. 8 Igreja de Santa Engrácia. Fot. José Artur Leitão Bárcia. AML, PT/AMLSB/BAR/000155

Os congressos Internacionais dos Arquitetos e a questão do restauro dos Monumentos

A iniciativa dos congressos internacionais da classe partiu da Sociedade Central de Arquitetos franceses, em 1866, a propósito da organização da grande Exposição Universal, a ter lugar no ano seguinte. Possidónio da Silva foi o nosso representante nesse primeiro encontro e daí em diante o evento foi tendo, sucessivamente, lugar em diversas capitais europeias. A partir do III congresso, realizado em 1889, também em Paris, a temática do restauro dos monumentos históricos passou a fazer parte das grandes áreas a debater. Questionavam-se critérios, discutiam-se teorias e avaliam-se experiências. Em 1897, precisamente quando Ventura Terra inicia o seu projeto de adaptação do Palácio de São Bento, discutia-se, no IV Congresso Internacional dos Arquitetos, a propósito do restauro dos monumentos, se seria correto adaptar ou corrigir os erros ou os defeitos de construção dos antigos, ou completar as suas obras nas partes incompletas, ou, ainda, suprimir certas partes da construção ou mobiliário por motivos de unificação de estilo (ASAP I, p.71).
No centro da discussão estavam os preceitos teorizados pelo arquiteto francês Eugène Emannuel Viollet-le-Duc, falecido em 1879, responsável por muitos dos restauros realizados em França, a partir dos anos 40 do século XIX e autor de uma filosofia de intervenção em torno da "unidade de estilo" sintetizada na entrada "Restauration" do seu *Dictionnaire Raisonnê de l'Architecture,* Viollet-Le-Duc, 1858 (Fig. 9). As ideias do arquiteto francês ganhavam muitos adeptos por toda a Europa, mas também eram alvo de grande contestação, em particular depois de William Morris (1834-1896) ter dado eco às conceções "conservacionistas" de John Ruskin (1819-1900) no célebre manifesto da Society for the Protection of Ancient Buildings escrito em 1877 e traduzido em várias línguas.
Em 1900, ano de nova grande Exposição Universal na cidade luz, um dos temas do V Congresso dos Arquitetos intitula-se precisamente "Da Conservação dos Monumentos", refletindo já a perspetiva alternativa, mas também complementar, da prática da conservação na salvaguarda do património arquitetónico.
Entretanto, o italiano Camillo Boito (1836-1914) havia procurado conciliar estas duas perspetivas, de Viollet-le Duc e de Ruskin, na proposta apresentada ao 3° *Congresso degli Ingegneri e Architetti Italiani* realizado em Roma, em 1883. Os seus 8 princípios de atuação giravam em torno da notoriedade da intervenção a realizar num monumento, assegurando a diferenciação, a nível de materiais, técnicas e execução entre a obra antiga e obra nova. Estes princípios são objeto de discussão no VI Congresso Internacional, realizado em Madrid, no quadro do tema II: *A Conservação e a restauração dos monumentos de architectura*.
O relatório circunstanciado do debate ocorrido no encontro de Madrid coube ao arquiteto Adães Bermudes e foi apresentado na Sociedade dos Arquitetos Portugueses e publicado no respetivo *Anuário*, em 1905. Perante os 8 princípios enunciados por Boito, e reproduzidos no relatório, este nosso arquiteto não deixa de exclamar com alguma ironia: "Parece que ao presente os artistas teem de fazer tudo isso. Antigamente limitavam-se a fazer arte e os resultados não eram peiores" (ASAP I, p.78).
As conclusões do congresso iam no sentido de distinguir entre monumentos mortos ("monumentos pertencentes a um período de civilização e que serviram a usos que já não existem nem voltarão") e monumentos vivos ("continuando a ser aplicados ao fim para que foram construídos, ou a outros"). E enquanto os primeiros deviam ser unicamente conservados para não desaparecerem, já os segundos tinha toda a propriedade serem alvo de restauro, a fim de "continuar a servir, porque a utilidade é uma base de beleza em architectura."
Bermudes, em conjunto com Ventura Terra, faziam parte da "comissão permanente portuguesa dos congressos internacionais" e no VII Congresso, organizado em Londres, em 1906, coube a Terra assumir a chefia da delegação oficial portuguesa. Neste encontro, a matéria em questão correspondia ao tema IX denominado *A responsabilidade dos governos na conservação dos monumentos nacionais*. Este enunciado era, como se viu, subscrito por Ventura Terra, expressando aqui, particularmente, a sua faceta de homem político, dominado pelos ideias republicanos e de um sentido e destino social da arte, em geral, e da arquitetura, em particular.



www

Fig. 9 *Dictionnaire Raisonnê de l'Architecture, vol. 8, p.14.* Viollet-Le-Duc,1858

Persistia uma certa defesa da obra de Violle-le-Duc, admirado enquanto pai de uma arquitetura moderna, prática e funcional. O próprio Ventura Terra expressa essa admiração, citando a obra *Entretiens sur l'architecture*, para defender uma prática arquitetónica moderna de acordo com a "higiene, ciência e a própria estética atual" (*Dia*, 1903). Para estes admiradores dos ensinamentos do arquiteto francês no domínio da arquitetura doméstica, não era fácil enjeitar os seus princípios doutrinais relativos ao restauro dos monumentos. Condenavam-se antes os maus seguidores, ou aqueles que, evocando as teorias do velho mestre, não tinham uma correta e ampla compreensão do seu pensamento. Embora se considere a unidade de estilo como "uma das bases da beleza em architectura (…) deve-se respeitar as partes executadas n'um estylo diferente do conjunto, quando esse estylo tiver mérito em si mesmo e não destruir o equilíbrio esthetico do monumento" (ASAP I, p.76). A prática da unidade de estilo não podia ser aceite a qualquer preço e muito menos quando servia criações inventivas sem referência histórica e estética. Exemplo dessa atitude é a tomada de posição dos arquitetos portugueses liderados por Ventura Terra, na primeira excursão da Sociedade ao Mosteiro da Batalha, quando pedem ao ministro das Obras Públicas para desmanchar o batistério neogótico construído do lado esquerdo da entrada da igreja: "que pela má estética é indigno de fazer parte do grandioso monumento" (ASAP I, p.90/92).

Fig. 10 Convento do Santíssimo Coração de Jesus da Estrela. Legado Seixas, ant. 1886. AML, PT/AMLSB/SEX/000418

O papel do arquiteto

Nessa perspetiva, Ventura Terra defendia a responsabilidade do arquiteto na condução do processo de salvaguarda dos monumentos. Para o efeito, era necessário atender a uma formação capaz nesse domínio. Sob este espírito, a Sociedade propõe na reforma do curso de arquitetura, em 1908, a introdução, a par da disciplina de *História e Teoria da Arquitetura*, no 2º ano, a cadeira de *Classificação, Restauração e Conservação de Monumentos Antigos,* no 4º ano (ASAP IV, 1908). Eleito nesse ano para a vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa, Ventura Terra procura organizar os serviços de arquitetura separando-os dos de engenharia e ao mesmo tempo que se preocupa com a resistência das construções, mas também com a estética, concentra-se na conceção de novos planos urbanísticos. De salientar, as propostas para a zona ribeirinha entre Santos e a Alfândega, contrariado o prolongamento da "barreira impenetrável" que seria o caminho-de-ferro e a construção da estação do cais do Sodré, zona a qual via como "um esplendido vestíbulo da cidade (…) – o desembarcadouro principal do *touriste*" (SCML, 1910); o eixo Rato-Estrela-Alcântara, apostando na ligação desta última zona com os novos bairros da cidade, com o traçado de novas artérias, dando enquadramento à basílica da Estrela (Fig. 10) e a importantes projetos escolares, como o "seu" liceu Pedro Nunes e, fronteiro, o monumento-escola João de Deus, da autoria de Raul Lino (1879-1974); ou o Parque Eduardo VII (Fig. 11), para o qual propõe um novo plano, incluindo a construção do Palácio de Exposições e Festas, alcançando a abertura de "concurso entre os architectos" (SCML, 1909; 1910). Já depois de instaurada a República, Terra assume, a 10 de julho de 1911, a presidência da Comissão de Monumentos da 1ª circunscrição do Conselho de Arte e Arqueologia, dentro do novo esquema legal, determinado pela reforma republicana dos serviços artísticos e arqueológicos nacionais (Custódio, 2011). Na sua tripla função de vereador, presidente da Comissão de Monumentos e membro do Conselho de Arte Nacional (ANTT, 1911), e face ao ambiente anti monárquico e anti clerical então vivido, tem oportunidade de justificar a importância do cuidado a ter com a salvaguarda do património da antiga Casa Real ou da Igreja. A 26 de julho de 1912 é incumbido oficialmente, pelo, então, ministro do Fomento Costa Ferreira "de estudar nos monumentos do nosso país as obras que mais urgentemente necessitam para a sua boa conservação" (DG, 1912). O seu carisma e genuína filiação nos princípios republicanos são determinantes para fazer ver, aos mais radicais, o erro

em não se conservarem os bens artísticos nacionalizados à Igreja através da *Lei da Separação*, de 1911. A propósito do restauro da Sé de Lisboa (Fig. 12), Terra dá uma entrevista, onde procura explicar a importância da obra, esclarecendo o gasto de dinheiros públicos na salvaguarda dos monumentos nacionais (Recorte, n.d.). Ciente da necessidade de fazer um levantamento e posterior classificação dos imóveis históricos e artísticos, estimula as visitas dos vogais da comissão às zonas de respetiva jurisdição. Pugna pela revisão do inventário e do processo de classificação, alcançando enquadramento legal com a portaria de 8 de dezembro de 1913, na qual o governo solicita essa verificação e atualização (DG, 1913). Sob o seu constante estímulo, os contributos para a nova proposta de lei são apurados nas reuniões a que preside nos anos seguintes. Com alguma amargura, sente que a instabilidade política, com a sucessão de governos, não proporciona as condições para se poderem ver os resultados dos esforços da Comissão de Monumentos na criação de novas bases legais para a proteção e salvaguarda do património artístico nacional. Eleito para mais um triénio em novembro de 1917, que já não viria a cumprir, Ventura Terra lamentava não terem ainda sido convertidas em lei as propostas elaboradas pela Comissão (ANTT, 1917). Tardava em ser formado um serviço de supervisão de obras em monumentos a cargo de arquitetos com competência para tal. Apenas em outubro de 1920 é criada a Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, dentro do Ministério das Obras Públicas (DG, 1920). Ventura Terra, falecido no ano anterior, já não testemunhou a ação destes serviços, mas foi a sua determinação e atitude a alcançar para a classe dos arquitetos a competência da supervisão das intervenções nos monumentos nacionais.

Fig. 11 Parque Eduardo VII, entrada e lago. Fot. Eduardo Portugal, ant. 1944. AML, PT/AMLSB/EDP/S00366
Fig. 12 Sé de Lisboa. Fot. Eduardo Portugal, c. 1940. AML, PT/AMLSB/EDP/001629

Bibliografia e referências

Annuário da Sociedade dos Architetos Portuguezes. (1905). Nº 1, pp. 5, 8, 71, 76, 78, 90. Citado como (ASAP I, p.8), (ASAP I, p.5), (ASAP I, p.71), (ASAP I, p.78), (ASAP I, p.76), (ASAP I, p.90).

Annuário da Sociedade dos Architetos Portuguezes. (1908). Nº 4, p. 22. Citado como (ASAP IV, 1908).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).(1911), digitarq, Livro de Actas do Conselho de Arte e Arqueologia, nº 18, PT-ANBA-ANBA-A-001-00018_m0014.TIF Citado como (ANTT, 1911).Terra é eleito, enquanto representante do Conselho de Arte e Arqueologia, para o Conselho de Arte Nacional em agosto de 1911.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).(1902), *MOPCI*, Mç. 500, proc. No 14, 4 de Janeiro de 1902, 'Ofício a pedir os desenhos originais dos capitéis dos claustros que foram feitos pelo arquiteto Ventura Terra'. Citado como (ANTT, 1902).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).(1905a). Digitarq, *Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*, livro de actas, nº 15, sessão de 18 de janeiro de 1905, PT-ANBA-ANBA-A-001-00015_m0050.TIF Citado como (ANTT, 1905a).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).(1906a). Digitarq, *Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*, livro de actas, nº 15, sessão de 15 de fevereiro de 1905, PT-ANBA-ANBA-A-001-00015_m0060.TIF Citado como (ANTT,1905b).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). (Digitarq, *Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*, livro de actas, nº 15, sessão de 4 de abril de 1906, PT-ANBA-ANBA-A-001-00015_m0095.TIF Citado como (ANTT).(1906a).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).(1906b). Digitarq, *Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*, livro de actas, nº 15, sessão de 4 de abril de 1906, PT-ANBA-ANBA-A-001-00015_m0096.TIF Citado como (ANTT, 1906b).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).(1906b). Digitarq, Atas da Comissão dos Monumentos Nacionais, livro 21, sessão de 9 de novembro de 1917 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00021_m0153.TIF) e sessão de 8 de março de 1918 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00021_m0163.TIF). Citado como (ANTT, 1917).

Custódio, J. (2011). *"Renascença" Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a I República – Fundamentos e Antecedentes*. Lisboa : Editora Caleidoscópio. Citado como (Custódio, 2011).

Diário do Governo, (1912, julho 29). Decreto nº 176, p. 2704. Citado como (DG, 1912).

Diário do Governo. (1913, dezembro 8). Decreto nº 286. Citado como (DG, 1913).

Diário do Governo. (1929, outubro 17). Decreto nº 7038. Citado como (DG, 1920).

França, J.- A. (1966). *A Arte em Portugal no século XIX*, volume II, p.143. Lisboa: Bertrand. Citado como (França, 1966).

Mourão, C. (2009).A Intervenção de Ventura Terra no Palácio das Cortes. O Incêndio na Sala das Sessões e os primeiros projectos para a sua reconstrução. In *Arquitecto Ventura Terra 1866-1919*, Catálogo da Exposição, Assembleia da República, 25 de Março – 31 de Julho 2009, pp. 161-219. Lisboa. Citado como (Mourão, 2009).

O Dia, (1903, março 5), "A cidade – uma palestra com Ventura Terra". Citado como (Dia, 1903).

A Restauração da Sé de Lisboa. Em que se gastam os dinheiros públicos. Uma palestra com o architecto Ventura Terra (artigo de jornal não identificado) *in* Gabinete de Estudos Olisiponenses, *Recortes de jornais de Augusto Vieira da Silva*, vol 2, p. 57. Citado como (Recorte, n.d.).

Ribeiro, A. I., Silva, R. H. da. (2006). *Miguel Ventura Terra: Arquitectura enquanto projecto de vida*. Câmara Municipal de Esposende. Citado como (Ribeiro & Silva, 2006).

Veja-se, em particular, as atas das *Sessões da Câmara Municipal de Lisboa,* Lisboa,1908, sessão de 3 de dezembro, pp. 398-399; *Idem*, 1909, sessão de 22 de julho, pp. 425-427; 5 de agosto, pp. 456-457; 9 de dezembro, p. 774; 16 de dezembro, pp. 708-802; *Idem*, 1910, sessão de 3 de fevereiro, p. 10; 23 de março, pp. 179-182. Citado como (SCML, 1909; 1910).

Sessões da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1910, Sessão de 23 de março, p. 180 e ss. Citado como (SCML, 1910).

Viollet-Le-Duc, E. (1858). *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle* - Tome 8, 'Restauration', p.14. Paris: E. Martinet. Citado como (Viollet-Le-Duc, 1858).

Fig. 13 Assembléia da República.
Fot. José Vicente, 2014. DPC_20140225_178

1. INTRODUÇÃO

A obra apresentada refere-se à Reabilitação e Refuncionalização do quarteirão dos Lagares, localizado no coração da Mouraria, no sopé da colina da Graça e junto à escadaria do Caracol da Graça, sendo delimitado a nascente pela Rua dos Lagares e a norte pela Travessa dos Lagares. Trata-se de um conjunto urbano que se assume como remate de um quarteirão, tendo o seu limite sul definido pelo Largo do Terreirinho e pela Calçada de Santo André.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Estamos perante uma residência com características senhoriais de que são testemunho os cunhais da cantaria e a existência de vãos de sacada ao nível do que constituiria o andar nobre da habitação. Após o terramoto esta área terá sofrido algumas alterações, quer por consequência dos danos sofridos, quer pelos arranjos urbanísticos subsequentes.
O "Quarteirão dos Lagares" constitui-se como um dos raros exemplos que ainda subsistem em Lisboa de uma organização espacial marcadamente islâmica, a qual se pode observar na maneira como o conjunto se articula através de diferentes níveis e pátios.
Este complexo urbano era formado por cinco edifícios dispostos em torno de um logradouro sendo, na sua maioria, construções do período pré-pombalino, em alvenaria, com vãos e cunhais em cantaria. Sublinha-se o caso do edifício nº3 da Travessa dos Lagares, o qual, tratando-se de uma edificação mais recente, é valorizada por apresentar algumas paredes em taipa, invulgar na cidade de Lisboa. O conjunto é encerrado por um muro de pedra com características setecentistas.
Em meados de 1999, o Gabinete Local da Mouraria, ao proceder à limpeza do interior do logradouro por motivos de salubridade, detectou na Cave do nº23 da Rua dos Lagares uma fonte (Fig. 1) de reduzidas dimensões decorada com desenhos minuciosos formados por pequenos fragmentos de porcelana oriental do princípio da expansão portuguesa e um arco em alvenaria de tijolo no muro que confina com o logradouro. Este mesmo muro apresentava, igualmente, sinais de uma canalização interior em cerâmica. Esta descoberta conduziu a uma intervenção arqueológica, liderada pelo Dr. Clementino Amaro do então Instituto Português do Património Arquitectónico, a qual foi decomposta em duas vertentes distintas: uma sondagem no pavimento adjacente à pequena fonte do nº23 e uma escavação junto ao arco de tijolo.
Junto à fonte 1, apareceu material cerâmico, numismático e

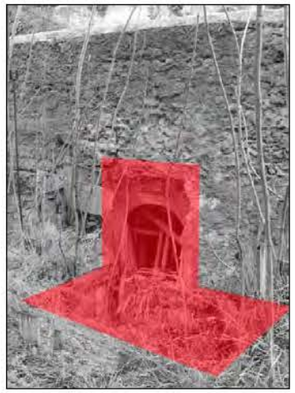


Fig. 1 Fonte

Fig. 1 Fonte

elementos de construção, entre outros, que datam dos finais do séc. XV / início do séc. XVI. Junto ao arco apareceu uma outra fonte (Fig. 2), revestida a azulejo e que data do mesmo período. Anexa a esta fonte foi posta a descoberto parte de uma calçada. Estes trabalhos permitiram admitir a existência de um jardim nobilitado no interior do logradouro. Este jardim terá sido completamente aterrado após o terramoto, de forma a permitir o acesso natural à Rua dos Lagares.

Fig. 3
A Conjunto de origem islâmica
B Casa com vestígios de paredes em taipa
C Antiga ocupação
D Antiga ocupação

3. CARACTERIZAÇÃO DO EXISTENTE

O lote de terreno, com uma área de 1.135 m^2 e de Wconfiguração trapezoidal, encontra-se limitado a nascente pela Rua dos Lagares, a norte pela Travessa dos Lagares, a poente pelo Beco da Travessa dos Lagares e a sul por um edifício de habitação e respectivos logradouros.

O terreno apresenta-se com um desnível de 7,5 m, resolvido em socalcos pelas estruturas existentes, constituindo no seu todo um conjunto de grande complexidade volumétrica. Este conjunto caracterizava-se pela existência de quatro ocupações das quais duas já não existem, e que se encontram referidas na Fig. 3 com as letras **C** e **D**

"A construção de maior valor patrimonial do quarteirão [designada na Fig. 3 pela letra **A**] *apresenta, ao nível do piso térreo, características de construção islâmica medieval, com organização das dependências em torno de um pátio central. A sua actual compartimentação, que pode decorrer do aproveitamento de fundações e embasamentos de uma construção anterior, apresenta proporção e configuração semelhantes às de outras ocupações islâmicas encontradas no Bairro Islâmico no Castelo de São Jorge e no Sul do País. Como toda a Mouraria, e toda a cidade, também este edifício deve ter sido bastante danificado com os diversos terramotos ocorridos em Lisboa, sobretudo o de 1755, e posteriormente terá sido reconstruído. Seria uma dessas reconstruções que lhe conferiu o carácter ímpar que hoje tem, para o que contribui o guarnecimento dos vãos em cantaria, possivelmente pertencentes a outro edifício arruinado e aqui recolocados, dada a sua dimensão desadequada."*
(In *Refuncionalização e reabilitação do Quarteirão dos Lagares - Programa Preliminar*)

"O alçado sobre a Travessa dos Lagares do edifício [designado com a letra **B**]*, é constituído por uma parede em alvenaria de pedra. Já as restantes paredes exteriores, e algumas das interiores, apresentam maior valor, pois foram construídas com técnica de taipa, o que o torna um exemplar raro no bairro e na cidade."*
(In *Refuncionalização e reabilitação do Quarteirão dos Lagares - Programa Preliminar*)

Estas construções são ainda complementadas por uma plataforma a poente, limitada na Rua dos Lagares por um muro de alvenaria setecentista. Nesta plataforma situa-se a fonte 1 e ainda uma oliveira.

4. ÁREAS EXISTENTES

Área total do lote 1137,20m²
Área de logradouro 368,90 m²
Área de Implantação 768,30 m2
Área construída 1.721,60 m² (total anterior ao projecto)

5. PROGRAMA

Foi intenção da CML reabilitar o conjunto dos Lagares atribuindo os espaços disponibilizados por esta operação ao ***Centro de Inovação da Mouraria*** **(CIM)**, considerando que este seria capaz de contribuir para a dinamização da Mouraria. Esta dinamização passou, numa primeira fase, pela reabilitação do conjunto edificado e dos espaços exteriores anexos.
A reabilitação do conjunto edificado pré-pombalino (**A,** Fig. 4) teve como objectivo criar espaços de trabalho. Para isso, contemplou-se a renovação dos compartimentos existentes. Propôs-se ainda manter as actuais escadas e passadiço exterior de madeira situado no pátio, por se entender que são elementos marcantes na caracterização arquitectónica deste edifício. Os espaços situados no Piso 0, que não têm altura útil para espaços de trabalho, foram aproveitados para criar um "piso técnico" para os equipamentos de renovação de ar e de aquecimento/arrefecimento. No Piso 2 propôs-se a instalação de um pequeno bar.

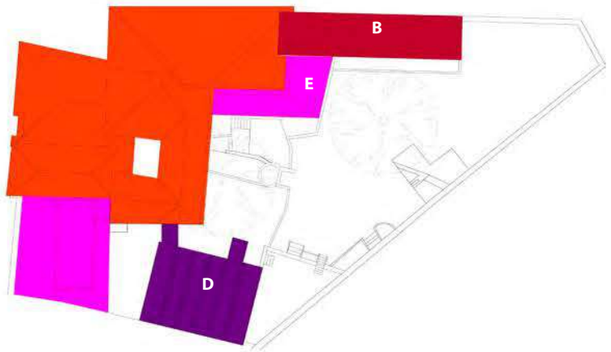
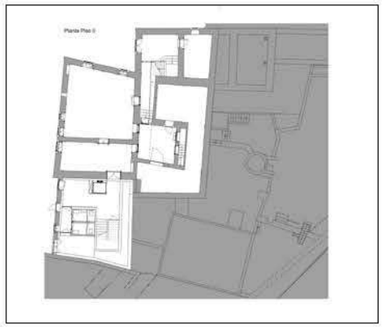


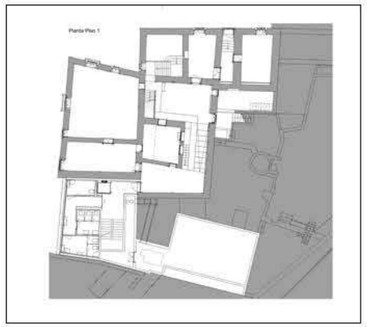
Fig. 3
A Conjunto de origem islâmica
B Casa com vestígios de paredes em taipa
C Apoio funcional
D Sala polivalente
E Ligação entre A e B

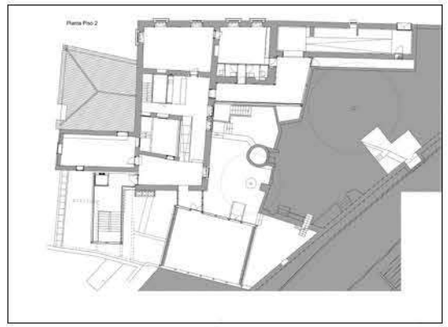
A habitação que contém as paredes interiores de taipa - estruturas com valor patrimonial e arqueológico (designada pela letra **B,** Fig. 4**)** - foi reabilitada com a dupla função de permitir uma entrada a partir da Travessa dos Lagares e de se constituir como espaço musealizável ou aproveitado para pequenas exposições. Esta utilização proposta, somada à maior degradação das estruturas existentes, aconselhou uma remodelação em que se conservaram apenas as paredes exteriores e os elementos em taipa.
O conjunto edificado existente tem o apoio de uma parte nova construída sobre as ruínas situadas na extremidade sul do Beco da Travessa dos Lagares (designado pela letra **C,** Fig. 4**)**. Esta nova construção integra as escadas, plataforma elevatória e instalações sanitárias.
O conjunto é ainda apoiado por uma sala polivalente para reuniões, conferências, concertos ou outras iniciativas, com uma capacidade para cerca de 50 pessoas (designado com a letra **D,** Fig. 4**)**. Esta sala situa-se sobre as ruínas do n.º 23 da Rua dos Lagares e tem o pavimento significativamente elevado em relação à sua cota original, permitindo instalar sob o pavimento da sala o equipamento de AVAC.
Finalmente, propõe-se a construção de um pequeno corpo que articula os volumes **A** e **B (**designado pela letra **E,** Fig. 4**)**.
As áreas brutas do conjunto das construções perfazem:

PISO 0 233 m²
110 m² (áreas técnicas não habitáveis)
PISO 1 365 m²
PISO 2 447 m²
TOTAL 1 155 m²

Esta área bruta é distribuída pelas diversas áreas funcionais, obtendo-se a área de 346 m² dedicados a espaços de trabalho; de 62 m² para a sala polivalente; de 41 m² na casa **B,** que englobarão o espaço polivalente museológico e a entrada directa para o piso 2, e de 92m² para espaços de estadia, um deles apoiado pelo bar. Estas áreas são complementadas por 150 m² no volume **C,** onde que se incluem as instalações sanitárias, a casa do lixo, as escadas e a plataforma elevatória.

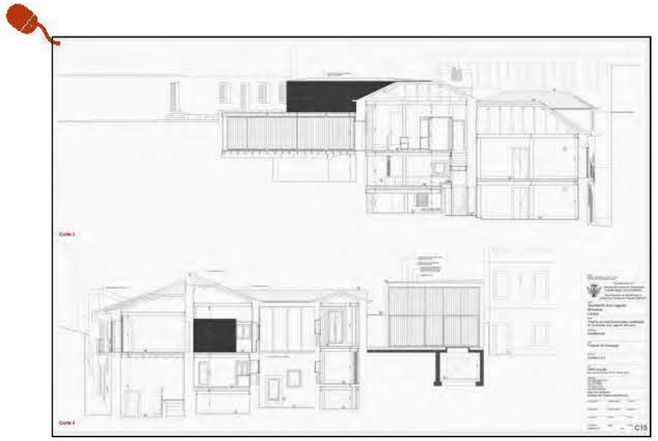


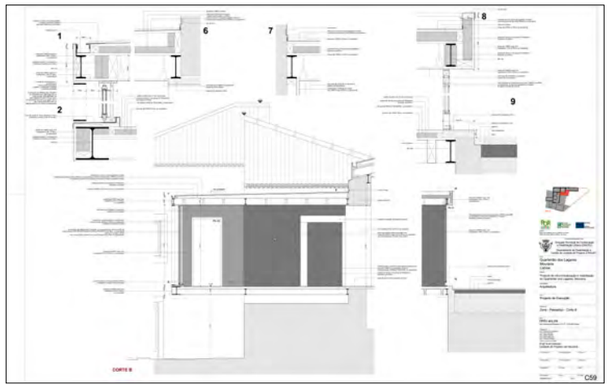




6. PROPOSTA ARQUITECTÓNICA

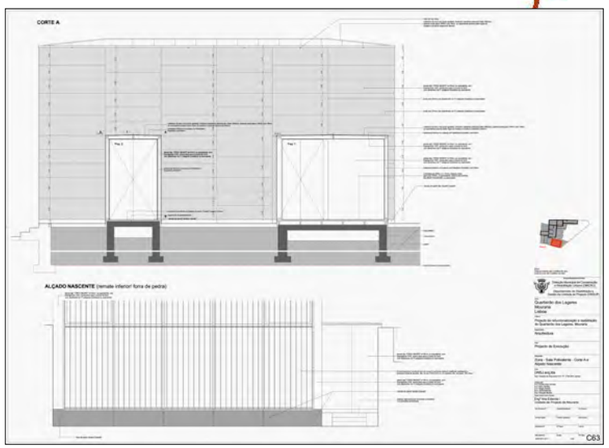
A reabilitação do conjunto dos Lagares pressupôs a adopção de uma estratégia de intervenção que fez ressurgir um conjunto cujo valor urbano e arquitectónico é inegável. O avançado estado de degradação das construções existentes exigiu uma remodelação profunda, tendo sido necessário consolidar estruturalmente todo o conjunto e tendo-se verificado também que os elementos de madeira existentes (pisos, telhados, portas, janela e escadas) eram irrecuperáveis.
Deste modo, permaneceram as alvenarias e cantarias que foram aproveitadas e recuperadas, tendo sido estruturalmente consolidadas. Refizeram-se os telhados que, no caso da casa **A,** reproduzem integralmente a volumetria pré-existente.
Os pisos mantiveram na sua maioria as cotas altimétricas, embora, pontualmente, algumas tenham sido alteradas com o objectivo de melhorar a acessibilidade do conjunto.
A utilização da madeira como material preferencial e a visibilidade que se deseja para a estrutura visaram preservar a essência e o carácter deste tipo de construções.
As fachadas da casa **A** mantiveram os vãos de cantaria e varandas, embora as janelas e portas tenham sido integralmente substituídas.
A casa **B** foi objecto de uma modificação mais profunda. Preservou-se um troço da parede de taipa, tendo sido consolidado e colocado em destaque. Utilizou-se uma ossatura metálica, revestida por gesso cartonado, de modo a obterem-se paredes lisas. O desaparecimento do telhado justificou a elaboração de uma nova protecção, tendo-se optado por uma cobertura de zinco.
As ampliações expressam um carácter diverso do construído: exprimem sem complexos a sua modernidade - através da utilização de materiais ligeiros e contemporâneos - caracterizando-se pela utilização de planos transparentes e volumes puros que assumem um contraste com as construções existentes.
A construção **C**, que preenche o vazio deixado pelo edifício pré-existente no final do Beco da Travessa dos Lagares, tem estrutura de betão, assumindo no piso mais elevado uma expressão leve de formato paralelepipédico. A utilização do betão armado é justificada pela necessidade de conter 6 metros resultantes da diferença altimétrica entre a plataforma superior e a cota do Beco.
A construção **D** - sala polivalente - ocupa uma posição autónoma, embora rematando a empena do edifício vizinho, e assume o carácter de um pavilhão de jardim. Apresenta dois lados opacos: a empena e a fachada Norte; e dois lados transparentes: as fachadas Poente e Nascente.
A fachada Nascente, de dupla altura, contempla o pátio que contém a fonte 2, cujo se cosntitui como um espaço que encerra grande beleza. A fachada Poente permite observar o panorama da encosta do castelo. Naturalmente, estas fachadas dispõem de dispositivos de obscurecimento.
Finalmente, a construção **E** ocupa o espaço necessário para estabelecer a ligação entre os volumes **A** e **B**, com uma fachada transparente que deixa observar a riqueza dos espaços exteriores do lote.





7. ACABAMENTOS

Os telhados são realizados com telhas de canudo, tendo sido recuperando o desenho de todos os elementos das coberturas existentes tais como beirados, cantos, cumeeiras, larós, sendo os restantes remates executados em zinco. Sob as telhas aplicou-se um conjunto constituído por placa tipo VIROC, isolamento térmico com 60mm e nova placa VIROC. Este conjunto é sustentado por estrutura com asnas de madeira lamelada.
Os pavimentos, que igualmente se apoiam em vigamentos de madeira lamelada possuem um plano de Viroc, no qual assenta a estrutura de fixação dos soalhos de madeira de pinho. Possuem isolamento acústico e permitem a distribuição, no seu interior, de todas as tubagens e cablagens necessárias ao funcionamento do CIM. Este conjunto, visível inferiormente (painéis de Viroc e vigamentos), foi pintado de cor branca, à semelhança das paredes de alvenaria, contribuindo esta pintura para a capacidade de resistência ao fogo. As condutas da renovação de ar encontram-se visíveis, tendo-se optado pela assunção destes elementos.
Em obra assumiu-se não pintar as condutas como inicialmente estava previsto. Esta opção constitui-se, de igual modo, como uma opção estética e ética, que assume os elementos técnicos como uma componente do próprio projecto de arquitectura, optando por não os esconder.
Como foi referido, recuperaram-se alguns elementos importantes para a caracterização do conjunto **A,** como seja o caso das escadas existentes, nomeadamente a da entrada e o passadiço de madeira situada no pátio.
As divisórias interiores necessárias ao estabelecimento do programa - como sejam o conjunto do bar, as instalações sanitárias e a parede que limita a escada existente - executaram-se em painéis tipo VIROC negros, fixados em estruturas de madeira exótica tratada. Igualmente foram utlizados paineis fenólicos de cor branca, em painéis, guardas, mobiliário e em algumas portas de maior utilização, aproveitando-se a sua grande resistência, durabilidade e lavabilidade. Recorreu-se a pavimentos de pedra de lioz no espaço da antiga entrada.
No conjunto **C**, em estrutura de betão, recorreu-se a pavimento auto-nivelante de cor branca, servindo este material igualmente para fazer os degraus da escada. Neste conjunto as paredes divisórias de alvenaria foram rebocadas e pintadas, ou revestidas a material cerâmico no caso das instalações sanitárias.
Para a compartimentação interna das instalações sanitárias foram utilizadas divisórias ligeiras de paineis fenólicos.
Na sala polivalente (conjunto D) utilizaram-se para pavimento painéis de contraplacado com acabamento de borracha negra pitonada, à semelhança de algumas das rampas interiores. Nas paredes, aplicou-se um material acústico, com lã de rocha apensa com véu, e no tecto gesso cartonado. A sala foi equipada com tela *blackout* e cortinas, permitindo a sua utilização em situações em que seja necessário obscurecimento e/ou em que seja necessário melhorar o desempenho acústico do conjunto.
Para se garantir um bom desempenho energético-ambiental do edifício, foram substituídas as janelas existentes (que não apresentavam condições de reutilização) por caixilharias de madeira de série com vidros duplos e envidraçados constituídos por perfis de alumínio, igualmente incluindo vidros duplos, protegidos por elementos exteriores de ensombramento. A utilização de portadas de madeira, de resto um sistema tradicional neste tipo de construções, foi pensada como elemento de ensombramento e como sistema capaz de reforçar a segurança do conjunto.
Considerou-se ainda um eficaz isolamento e impermeabilização de coberturas, assim como dos pavimentos. As paredes de alvenaria existentes foram recuperadas aproveitando as suas capacidades térmicas, tendo sido incluídos isolamentos nas novas paredes de acordo com a legislação aplicável, visando acautelar as pontes térmicas e a protecção contra infiltrações.



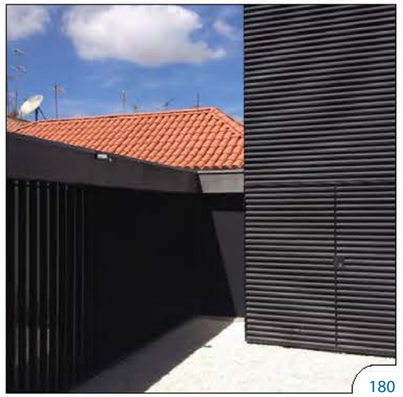
8. ACESSIBILIDADE

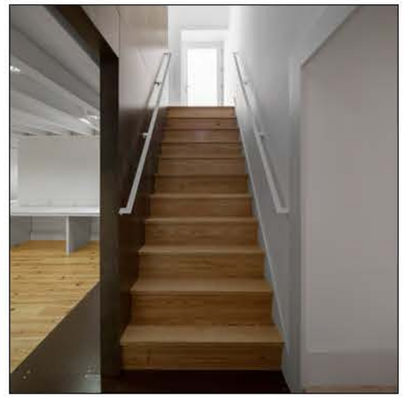
A adaptação de um conjunto edificado com as características do Quarteirão dos Lagares, às necessidades de acessibilidade que o Dec-Lei 163/2006 exprime, é sempre um desafio projectual.
Em termos de acessos a partir do exterior considerou-se a Implantação de uma plataforma elevatória que liga os três pisos, no volume **C**, com acesso através do Beco da Travessa dos Lagares. Este acesso, alternativo em relação à entrada principal (situação prevista no referido Decreto), obrigou à adaptação de um vão existente e justificou-se pela natureza espacial da entrada presente, cujo valor se entendeu ser de preservar.
Neste corpo localizou-se igualmente uma instalação sanitária para deficientes no piso 2, que servirá o conjunto.
O facto de ser uma estrutura existente com diversos níveis interiores foi outra das limitações encontradas. Assim, alguns dos espaços interiores (duas salas com 60 m^2 e 30 m^2) possuem diferenças de cotas que tornam difícil o seu acesso universal. Os restantes espaços são acessíveis a todas as pessoas, utilizando-se rampas que ligam os diversos níveis, sendo possível a utilização de todas as valências do CIM.
Refira-se ainda a ligação através da casa **B**, pela Travessa dos Lagares, que funcionará com entrada funcional do edifício e que inclui rampa.

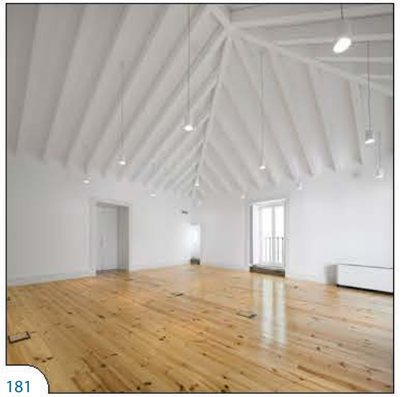
ESTRUTURA

A estrutura do edifício existente era originalmente constituída por elementos verticais em paredes exteriores em alvenaria ordinária, de pedra irregular argamassada com massa de cal e areia, de espessuras variáveis. Internamente apresentava paredes em tabique e pavimentos constituídos por soalho em madeira apoiado em barrotes também de madeira.
Os cunhais, nas zonas mais nobres, eram em blocos de pedra calcária aparelhada, sendo as escadas interiores em estrutura de madeira e as fundações directas, contínuas, realizadas em alvenaria ordinária simples.
A cobertura era constituída por asnas de madeira onde apoiavam barrotes e telhados em telha canudo com várias águas.
A intervenção estrutural a executar no edifício existente teve como objectivo possibilitar a manutenção física e a função estrutural das suas paredes exteriores, resistentes, incorporando-as na nova estrutura do edifício.
Assim, para a generalidade da edificação, os novos pavimentos são constituídos por vigas em lamelado colado de madeira com secção de 12 cmx20 cm, espaçadas de 50 cm, apoiadas em cantoneiras metálicas ligadas às paredes por intermédio de varões roscados HILTI que, pontualmente, as atravessam por forma a aumentarem a sua resistência. O pavimento do passadiço existente no interior da casa de taipa é composto por painéis de aglomerado de madeira com cimento VIROC, apoiados numa estrutura porticada em perfil metálico. Com esta solução pretendeu-se não aumentar significativamente o nível de carregamento sobre as paredes existentes.
As escadas interiores têm os degraus em madeira apoiados em estrutura metálica constituída por perfis UNP apoiadas nas paredes existentes.
Para a recuperação da generalidade das coberturas, optou-se por uma solução de telha idêntica à existente originalmente no edifício, apoiada sobre painéis de cobertura *sandwich* tipo ONDULINE, sustentados em vigas em lamelado colado de madeira com secção de 12 cmx20 cm colocadas de modo a obter as formas iniciais do telhado que descarrega em lintéis de coroamento de betão armado, solidários com as paredes exteriores.
Para a recuperação da cobertura da sala da taipa, optou-se por uma solução composta por chapa de zinco sobre painéis de cobertura *sandwich* tipo ONDULINE, apoiados em madres de perfil metálico, espaçados de 1,25 m, igualmente apoiadas em lintéis de coroamento.
Para o reforço das paredes das fachadas principais e das empenas a manter, foram aplicadas malhas electrosoldadas nas suas faces interiores, fixadas com grampos de fixação em varão de aço, envolvida numa camada de betão projectado com 6 cm de espessura mínima.
Para o novo espaço onde se localiza a Plataforma Elevatória, optou-se por uma estrutura constituída por lajes maciças vigadas em betão armado. Em consequência da existência de duas semi-caves realizaram-se muros de suporte de terra de betão armado. A escada de ligação entre os três pisos é igualmente de betão armado.
O novo edifício onde funciona a Sala Polivalente tem uma estrutura para os pisos composta por lajes de betão sobre chapas metálicas colaborantes, apoiadas em vigas de perfil metálico apoiadas em muros de betão armado. A estrutura das paredes e da cobertura é realizada por chapa de zinco sobre painéis VIROC e lã de rocha, apoiada em madres de perfil metálico apoiadas em pórticos de perfil, no alçado principal, e em vigas e pilares de betão armado no alçado contíguo à empena.
O novo espaço do Passadiço tem uma estrutura para os pisos composta por painéis VIROC, apoiados em pórticos de perfil metálico. A estrutura das paredes e da cobertura é idêntica à da Sala Polvalente.
O pavimento térreo é constituído por uma laje de betão armado sobre uma camada de enrocamento.
As fundações das estruturas metálicas a inserir no edifício existente e do passadiço, são directas e realizadas por sapatas de betão armado e isoladas, devido ao facto de os níveis de tensão a transmitir ao terreno serem muito baixos.
Para as estruturas em betão armado dos espaços onde se localizam a Plataforma Elevatória e a Sala Polivalente, as fundações realizadas foram indirectas por intermédio de microestacas apoiadas em maciços de fundação.

EQUIPA TÉCNICA
Arquitectura: DNSJ.arq (Duarte Nuno Simões, Nuno Simões, Sérgio Rebelo e Joana Barbosa)
Projecto: Nuno Simões com a colaboração de Joana Barbosa, Gonçalo Nicolau e Sérgio Rebelo
Medições e Orçamento: Fernanda Gonçalves
Arquitectura Paisagista: Arq.ª Conceição Candeias
Estruturas: versão projecto eng.ª João Pedro Diniz, versão obra Eng.º Luis Gião Marques
Projectos de Especialidades: CONSULTENERGIA
Projecto de Instalações Elétricas, ITED, Gás, Sistema de Transporte de Pessoas e Cargas e Instalações de Equipamentos e Sistema de Segurança Integrado – Eng.º Américo Neves
Projecto de Águas e Esgotos – Eng.º João Pedro Diniz
Estudo Térmico e Acústico – Eng.º Sérgio Gomes
Projecto de Segurança contra Incêndios – Arq.ª Rute Cara de Anjo
Fotografia: Fernanda Gonçalves e Sérgio Gomes







INTERVENÇÕES NA CIDADE

2. CENTRO DE INOVAÇÃO DA MOURARIA

João Meneses

CV

No centro da cidade de Lisboa, no coração do bairro da Mouraria nasceu uma nova incubadora. Associada à rede de Incubadoras de Lisboa, o Centro de Inovação da Mouraria/Mouraria Creative Hub é a primeira incubadora de Lisboa na área das indústrias culturais e criativas.

Breve enquadramento histórico

Situado no Quarteirão dos Lagares (rua dos Lagares, 23), no sopé da colina da Graça, junto ao futuro jardim da Graça, numa antiga residência senhorial do século XV, o edifício onde se encontra instalado o Centro de Inovação da Mouraria é propriedade municipal desde 1998. O edifício original era constituído por 5 edifícios maioritariamente pré-pombalinos, resguardados por um muro de pedra possivelmente setecentista. As construções apresentam características de um dos raros exemplos subsistentes em Lisboa de organização espacial marcadamente islâmica, constatável no modo como o conjunto se articula através de diferentes níveis e pátios. No logradouro, foram encontrados vestígios diversos, sendo os mais relevantes os de duas fontes, uma com fragmentos de conchas, búzios e porcelana oriental do princípio da expansão portuguesa, e a outra revestida a azulejo e que data do mesmo período.

O Centro de Inovação da Mouraria insere-se na estratégia da autarquia de regeneração do território da Mouraria, de promoção das indústrias culturais e criativas na cidade de Lisboa e de apoio ao emprego e ao empreendedorismo jovens.

Desde a sua génese, no século XII, que a Mouraria tem uma história associada a marginalidade, pobreza e exclusão, ainda que também tenha sido sempre um território com potencialidades únicas, entre as quais o seu património cultural e edificado, e a sua centralidade na cidade de Lisboa. É neste contexto que, em 2010, a CML toma a decisão de proceder uma requalificação profunda da Mouraria e do Intendente.

Em 2011, com financiamento oriundo do QREN, entre outras iniciativas, iniciam-se as obras de reabilitação do Quarteirão dos Lagares, as quais ficaram concluídas no final de 2014. No total, foram investidos quase 2 milhões de euros na reabilitação deste edifício e na respetiva adaptação a incubadora, assegurando-se uma área útil para o efeito de cerca de 1.400 m^2. A intervenção manteve e valorizou a morfologia e a tipologia da construção, mantendo as suas características islâmico-medievais, bem como os elementos identificados como marcantes: escadas e estruturas em madeira.

O que é o Centro de Inovação da Mouraria

É uma incubadora que acolhe projectos das áreas das indústrias culturais e criativas, como Moda, Media, Design, Música, Ofícios Manufacturados (azulejaria, olaria, joalharia, restauro, etc.).

Os empreendedores/as que estão ou venham a incubar as suas ideias, projectos ou negócios no Centro de Inovação da Mouraria podem usufruir de acompanhamento especializado desde a fase de ideiação até às fases de desenvolvimento empresarial e crescimentos dos negócios. Para tal, poderão beneficiar, durante um período máximo de 4 anos, de consultoria e formação à medida, de um grupo de mentores que acompanha passo-a-passo os projectos e negócios, bem como de apoio ao nível do acesso a soluções de financiamento e à comercialização dos seus produtos e serviços.

O primeiro período decorreu de 2 de Março a 15 de Abril de 2015. As candidaturas devem ser entregues através do sítio na internet da CML (www.cm-lisboa.pt). Os/as empreendedores/as seleccionados/as começaram a instalar-se no CIM logo após da sua inauguração, no passado dia 29 de Maio.

Neste momento o CIM tem a incubar cerca de 16 projectos e 25 postos de trabalho: 4 Música (produção e turismo cultural), 3 Design (de produto e gráfico), 1 Ofícios Manufacturados (Olaria), 1 Gastronomia (*design food*), 6 Moda, 1 Media (vídeo).

Por último, o CIM é também um pólo de programação cultural diversa e de envolvimento da população e das instituições locais da Mouraria, nomeadamente a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, bem como local privilegiado para eventos conjuntos com outros departamentos da autarquia, nomeadamente Cultura, Educação e Desporto.

João Meneses (2015)

www

INTERVENÇÕES NA CIDADE

3. INTERVENÇÕES DE ARTE URBANA CIM (Centro de Inovação da Mouraria)

Sílvia Câmara CV

Voltado para a Rua e para a Travessa dos Lagares, o muro que contorna o terreno das instalações pertencentes ao CIM, exibe atualmente um eclético núcleo de intervenções artísticas. Contando com a pré-existência de um conjunto de imagens da autoria de Camilla Watson, foi lançado um desafio à APAURB – Associação Portuguesa de Arte Urbana que, conjuntamente com writers locais, integrou duas faixas policromadas, com um padrão numa grega geometrizada, traçado a partir de manchas compostas por tags (Fig. 1).

Posteriormente, o CIM em parceria com a Galeria de Arte Urbana lançaram uma Convocatória que visou a execução de uma outra obra, mais vasta e evocativa de temáticas associadas àquele território. Godmess foi o autor eleito pelo júri e o seu trabalho constrói uma síntese quase cubista, com paleta vibrante e em vários planos, retratando a arquitetura, a azulejaria, a população e as vivências próprias da Mouraria (Figs. 1, 2 e 3).

Fig. 1 Entrada do CIM, Rua dos Lagares. Fot. José Vicente, 2015. CML/DMC/DPC, GAU_20151020_017E
Fig. 2 (página ao lado) Intervenção no Muro, Godmess. Fot. Bruno Cunha, 2015. CML/DMC/DPC
Fig. 3 Perspetiva geral da intervenção, Godmess. Fot. José Vicente, 2015. CML/DMC/DPC, GAU_20151222_050E

4. QUARTEIRÃO DOS LAGARES E A PRODUÇÃO OLEIRA EM ÉPOCA MEDIEVAL/ MODERNA

Inês Mendes da Silva CV

No imóvel denominado como Quarteirão dos Lagares realizaram-se três fases de trabalhos arqueológicos. As duas primeiras, da responsabilidade do Dr. Armando Sabrosa e do Dr. Clementino Amaro, permitiram identificar um jardim do século XVI, destruído e aterrado na sequência do terramoto de 1755. Como elementos constituintes deste jardim enumeram-se duas fontes com decoração (uma revestida a azulejos enxaquetados e outra com uma decoração embrechada), tanques, canalizações cerâmicas, canteiros e uma calçada.

PDF
Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos
(Nota: a consulta deste documento encerra a **rossio**, sendo necessário a sua reabertura para voltar à consulta da mesma)

Este jardim terá sido construído sobre contextos relacionados com a actividade oleira, que cronologicamente pode ser enquadrada entre o século XV e a primeira metade do século XVI. Estes contextos referem-se essencialmente a um forno (por estar abaixo da cota de afectação do projecto de construção civil não foi intervencionado arqueologicamente, tendo sido possível preserva-lo *in* situ) e a um depósito com elevada potência estratigráfica, com presença muito frequente de cerâmicas, restos de fauna, escórias e bolsas de carvões e cinzas, interpretado como área de lixeira ou de despejo de produção cerâmica, dado o elevado número de fragmentos cerâmicos recolhidos, nomeadamente de cerâmica comum, assim como a presença de depósitos com restos de carvão e cinza. Associados a estes contextos foram registados inúmeros fragmentos de trempes, em conjunto com fragmentos de cerâmica vidrada, que apresentavam algumas deformações ao nível do revestimento vidrado.

A presença desta actividade económica nesta área da cidade pode ser igualmente comprovada arqueologicamente em trabalhos realizados na Rua da Amendoeira, situada a Sul da Rua dos Lagares, onde se destaca a presença de um forno de cerâmica comum e telha, datado do século XV. O mesmo sucede com a intervenção realizada no Largo das Olarias onde também foi possível registar a presença de um forno de cerâmica comum e de vestígios de um segundo forno, associados a contextos associados ao séc. XVII. Para além destas referências. Refiram-se também os trempes recolhidos em contexto secundário nas Escadinhas da Saúde no decurso de um acompanhamento arqueológico (EPAL- 2004) e, mais recentemente, vestígios de produção oleira identificados no âmbito da reabilitação de um edifício na Rua dos Lagares (trempes, depósitos contendo elevada frequência de cinzas e carvões).

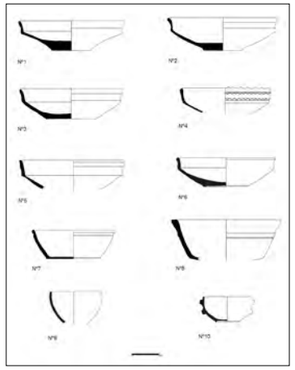
Por outro lado, as fontes históricas indicam a presença na Rua das Tendas, actual Rua Marquês de Ponte de Lima, do primeiro mercado de louças e olarias de Lisboa, datado do século XV (Araújo, 1992: p. 68).

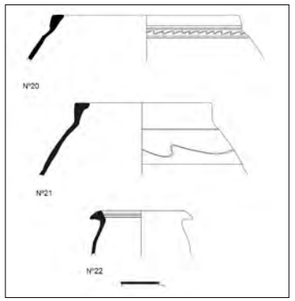
Para além das evidências arqueológicas mencionadas e dos registos escritos, a própria toponímia das ruas, nomeadamente a Rua e o Largo das Olarias, é um claro indicativo das actividades que se desenvolveram nesta área.

Componente artefactual

As intervenções realizadas no quarteirão permitiram a recolha de um acervo de material arqueológico bastante significativo e fundamental para o estudo da produção oleira.

Os depósitos intervencionados no decurso das diversas acções arqueológicas apresentam, numa primeira análise, uma uniformidade em termos de componente artefactual. Caracterizam-se pela presença muito frequente de cerâmica comum, moderada de cerâmica vidrada e ocasional de faiança. Refira-se também a elevada quantidade de fragmentos de trempes recolhida, uns sem qualquer revestimento e outros revestidos com vidrado. A análise genérica dos materiais permite datar a formação destes contextos de época moderna, com especial incidência nos séculos XVI/XVII. Importa, no entanto, destacar a possibilidade de alguns contextos poderem ser datados dos séculos XIV-XV, interpretação sustentada apenas pela ausência de faiança ou louça malegueira em alguns dos depósitos. Em relação à cerâmica importada, destacam-se as faianças da zona valenciana, em maior quantidade, existindo ainda faianças importadas da área de Sevilha e louça majólica, produzida em Itália, para além da presença de um único fragmento de porcelana chinesa.





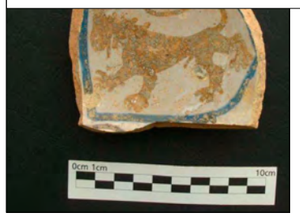


Fig. 1 Cerâmica comum e vidrada: taças
Fig. 2 Cerâmica vidrada: pratos
Fig. 3 Cerâmica comum: panelas
Fig. 4 Púcaro (nº 23)
Fig. 5 Fragmentos de cerâmica com incrustações de quartzo, [315]
Fig. 6 Fragmentos de faiança, [904]
Fig. 7 Produção italiana proveniente da sondagem 7
Fig. 8 Loiça valenciana proveniente do depósito [112]

rossio
estudos de Lisboa